

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

MILTON STANCZYK FILHO

'Para que minha vida não corra em debalde':
(des)venturas familiares e suas estratégias de bem viver
nos sertões meridionais paulistas (Curitiba, séculos XVII e XVIII)

Versão Corrigida

São Paulo

2022

MILTON STANCZYK FILHO

'Para que minha vida não corra em balde':
(des)venturas familiares e suas estratégias de bem viver
nos sertões meridionais paulistas (Curitiba, séculos XVII e XVIII)

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
Social do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, da Universidade de São Paulo,
como parte dos requisitos para obtenção
do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida
Prado Bacellar

Versão Corrigida

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S784 Stan'	Stanczyk Filho, Milton 'Para que minha vida não corra em balde': (des)venturas familiares e suas estratégias de bem viver nos sertões meridionais paulistas (Curitiba, séculos XVII e XVIII) / Milton Stanczyk Filho; orientador Carlos de Almeida Prado Bacellar - São Paulo, 2022. 255 f.
	Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.
	1. América portuguesa colonial. 2. História da Família. 3. Trajetórias de vida. 4. Estratégias do bem viver. 5. Curitiba setecentista. I. Bacellar, Carlos de Almeida Prado, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)**

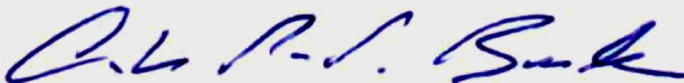
Nome do (a) aluno (a): Milton Stanczyk Filho

Data da defesa: 22/08/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Carlos de Almeida Prado Bacellar

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 30/11/2022



(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: STANCZYK FILHO, Milton.

Título: '**Para que minha vida não corra em debalde**': (des)venturas familiares e suas estratégias de bem viver nos sertões meridionais paulistas (Curitiba, séculos XVII e XVIII)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

Aprovado em: 22/08/22

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar
Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Profa. Dra. Ana Silvia Volpi Scott
Instituição: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Jonas Wilson Pegoraro
Instituição: Universidade de Brasília (UNB)

Prof. Dr. Rodrigo Ricupero
Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

A meus pais Milton e Marli e meus irmãos Rafael e Daniel Stanczyk,
por proporcionar seus exemplos máximos de
perseverança e virtude na caminhada.

À Gabriela, Emily, Daniel, Sophia e Sophia Stanczyk,
afilhados e afilhadas com os quais fui agraciado, que me fizeram
compreender as sutilezas do compadrio.

A Silvana e Iago, por me permitirem vivenciar a alegre experiência do
aconchego familiar e das conquistas mais sublimes do dia-a-dia.

Muito obrigado!

*Nada fales e não ajas, antes de sopesar tuas
palavras e examinar para onde se inclina
cada passo teu; desse modo, o infortúnio não
te perturbará, e em tua casa a vergonha será
uma desconhecida; o arrependimento não te
visitará nem a dor habitará teu semblante.*

*O homem imprudente não controla sua
língua; ele fala aleatoriamente e enreda-se
na insensatez de suas próprias palavras.
Assim como aquele que, na pressa, corre e
salta sobre uma cerca e pode cair em um
fosso de outro lado, o qual ele não viu; assim
é o homem que se lança subitamente em
uma ação antes de ter considerado suas
consequências.*

*Escuta, portanto, a voz da reflexão: suas
palavras são as palavras de sabedoria e suas
veredas haverão de te guiar com segurança e
retidão.*

*(Philip Dormer Stanhope, Conde de Chesterfield,
Regras para bem viver, 1748)*

Vi hum homem, que vio outro homem, que vio o mar.

*(António Delicado. Adágios portugueses reduzidos
a lugares communs, 1651)*

RESUMO

STANCZYK FILHO, Milton. **'Para que minha vida não corra em balde':** (des)venturas familiares e suas estratégias de bem viver nos sertões meridionais paulistas (Curitiba, séculos XVII e XVIII). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Seria o conceito de estratégia apenas uma maneira enfática de fazer referência a motivações pessoais de indivíduos de um tempo pretérito, combinadas com restrições definidas pelo ambiente, talvez econômicas, talvez demográficas? É possível evidenciar empiricamente que atores sociais traçavam determinados planos, a longo prazo e de forma consciente, e que eram reconhecidos e aceitos por seus pares? O conceito dá conta de distinguir entre os sujeitos que os elabora daqueles que são por eles afetados? Esta pesquisa tem por objetivo averiguar a possibilidade de utilização desse arcabouço conceitual para que possamos redescobrir – por meio do paradigma do curso de vida – os arranjos familiares, as decisões a curto e longo prazo e a antecipação do porvir por parte de indivíduos que tiveram suas escolhas alicerçadas nas franjas meridionais da América portuguesa colonial, na passagem do seiscentos para o setecentos. Busca-se compreender como, nos sertões meridionais paulistas, mais especificamente na vila de Nossa Senhora da Lux dos Pinhais de Curitiba, a sociedade resolvia os impasses entre a posse de terra, prestígio social e formação de cabedal, atentando, neste processo, para o papel das alianças familiares nos mecanismos de inclusão e exclusão social. Valendo-se dos registros e compra e venda de terras, de testamentos e inventários *post-mortem*, das cartas de sesmarias, dos assentos paroquiais de batismo, casamento e óbito e da reconstituição genealógica, foram recompostas as 'estratégias de bem viver' de paulistas, portugueses e espanhóis, partícipes da elevação de Curitiba à vila (e algumas de suas gerações) que transitaram por aquelas paragens, dentre aqueles estabelecidos como nobres da terra e de proeminência local, de acordo com a então costumeira lógica de hierarquização social. Tais estratégias são compreendidas enquanto o conjunto de decisões tomadas ao longo de suas vidas, especialmente aquelas relativas a: 1) formação e estabelecimento de laços de parentesco, principalmente por meio do casamento e do compadrio; 2) posse e aquisição de terras e de outros cativos; 3) pertencimento às instâncias administrativas de controle e ordenamento populacional. O estudo permite, por um lado, entrever as brechas que uma sociedade em processo de

formação oferecia para que indivíduos (des)providos de nome e condição pelo seu nascimento empreendesse trajetória de mobilidade social ascendente; por outro, também perceber que outros personagens conheciam o ordenamento que possibilitaria tal acesso mas, mesmo traçando os caminhos 'ideais', eram relegados a um plano periférico dentro daquele corpo social. Tais premissas possibilitam desvelar certas nuances de suas lógicas dentro de determinados encaminhamentos sociais.

Palavras-chave: América portuguesa colonial. História da Família. Trajetórias de vida. Estratégias do bem viver. Curitiba setecentista.

ABSTRACT

STANCZYK FILHO, Milton. 'So that my life does not run in vain': family (mis)adventures and their strategies for living well in the southern inland of São Paulo (Curitiba, 17th and 18th centuries). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Is the concept of strategy just an emphatic way of referring to the personal motivations of individuals from a past time, combined with shortages defined by the environment, perhaps economic, perhaps maybe demographic? Is it possible to empirically show that social actors drew up certain long-term and conscious plans, and that they were recognized and accepted by their peers? Does the concept manage to distinguish between the subjects ones who elaborate from those who are affected by them? This research aims to investigate the possibility of using this conceptual framework in order to allow us to rediscover - through the life course paradigm - family arrangements, short and long-term decisions and the anticipation of the future by individuals who have had their choices based on the America's southern portuguese assetments, in the transition from the 1600s to the 1700s. It seeks to understand how, in the southern (inlands) of São Paulo, more specifically in the (Nossa Senhora da Lux dos Pinhais de Curitiba's village, the society resolved the impasses between land tenure, social prestige and formation of leather, paying attention, in this process, to the role of family alliances in the mechanisms of social inclusion and exclusion. Using the registrations of purchase and sale of land, wills and post-mortem inventories, sesmarias letters, parish baptism, marriage and death records and genealogical reconstitution, the 'strategies of well living' of São Paulo were recomposed, Portuguese and Spaniards, participants in the elevation of Curitiba to the village status and some of its generations who transited through those places, among those established as land's nobles and of local prominence, according to the then customary logic of social hierarchy. Such strategies are understood as the set of decisions taken throughout their lives, especially those related to: 1) formation and establishment of kinship ties, mainly through marriage and godparenthood; 2) possession and acquisition of land and other captives; 3) belonging to administrative instances of population control and ordering. The study allows, on the one hand, to glimpse the gaps that a society in the process of formation offered for individuals (un)provided with a name and condition by their birth to undertake a trajectory of ascending social mobility; on the other hand, also realizing that other characters knew the order that

would allow such access but, even tracing the 'ideal' paths, they were relegated to a peripheral plane within that social structure. Such premises make it possible to reveal certain nuances of their logic within certain social directions.

Keywords: Colonial portuguese America. Family History. Life trajectories. Strategies for good living. 18th century Curitiba.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Mapa representativo do Caminho das Tropas, séculos XVIII e XIX.....22
- Figura 2 – Mapa da Província do Paraná, Santa Catharina e de São Pedro do Rio Grande do Sul. 1863. [Seleção].....91
- Figura 3 – Mapa com os caminhos do planalto curitibano e sua ligação com as regiões mineradoras.....92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Testamentos encontrados para Curitiba e seus sertões (1673-1802).....	74
Tabela 2: Inventários encontrados para Curitiba e seus sertões (1697-1798)	75
Tabela 3: Relação entre o estado civil, descendência e dívidas com o espólio bruto, (1697-1805).....	77
Tabela 4: Relação entre o ano, estado civil e descendência dos testadores(as), 1673-1802.....	78
Tabela 5 - Preferência dentre os beneficiários(as) dos(as) testadores(as) que não tiveram descendência. (Nº Abs) (1634-1801).....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição da Câmara Municipal de Curitiba (século XVII e XVIII). "Família" Rodrigues Seixas.....	102
Quadro 2 - Sesmarias no "Paraná", séculos XVII-XVIII.....	212
Quadro 3 - Sesmarias no "Paraná", por localidade e período.....	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	-	ARQUIVO DA CASA DA MEMÓRIA DE CURITIBA
ACMBC-		ARQUIVO DA CATEDRAL METROPOLITANA BASÍLICA DE CURITIBA
AHU	-	ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO
AMDLP-		ARQUIVO METROPOLITANO DOM LEOPOLDO E SILVA, DA MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO
APESP	-	ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
APPR	-	ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ
BAMC	-	BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL DE CURITIBA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
PRIMEIRA PARTE – SOBRE ESTRATÉGIA, FAMÍLIA E UM LUGAR AO SUL.....	37
1.1 <i>A 'estratégia' enquanto constructo teórico-metodológico</i>	38
1.2 <i>Família, espaço e poder numa fronteira meridional.....</i>	57
1.3 <i>Primeiros bandos e o matrimônio no caminho de certos sertanistas</i>	83
SEGUNDA PARTE – “EM HUNS CAMPOS QUE SE ACHARA DEVOLUTOS”	114
2.1 <i>Chãos coloniais: as sesmarias e a posse da terra e escravizados como estratégia de consolidação familiar.....</i>	115
2.2 <i>Dimensões do tempo na conquista: perspectivas sobre a vida de mineiros, agricultores e tropeiros</i>	122
2.3 <i>Mais luzido é manifesto</i>	128
TERCEIRA PARTE – VASSALOS NAS FRANJAS DO IMPÉRIO: O PODER NA CÂMARA MUNICIPAL.....	138
3.1 <i>Estratégias personalistas e práticas administrativas nas malhas do poder</i>	139
3.2 <i>Ordens e desordens na escala do poder: instituições e práticas administrativas</i>	146
3.3 <i>Moralidades fronteiriças: escalas de poder e negociações corruptivas.....</i>	160
QUARTA PARTE - ESCOMBROS DE HISTÓRIAS MAL CONTADAS	185
4.1 <i>UMA ESCRITA PARA A MORTE: O TESTAMENTO SETECENTISTA ENQUANTO 'MEMÓRIAS DE SI'</i>	187
4.2 <i>MARIAS, JOSÉS, ANAS E ANTÔNIO: MOVIMENTOS EM VIDA E MORTE E SUAS PEQUENAS LEMBRANÇAS.....</i>	193

CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
ANEXOS	212
REFERÊNCIAS	225
BIBLIOGRAFIA	229

Ventúra: s. f. (subst. da des. f. do adj. Lat. *venturus*, a, um) **Risco, perigo, sorte, ocaso, fortuna boa, ou má:** v.g. *um triste coração posto em ventura*; i. é, em risco perigo do que a sorte der: "passar tudo pola fúria do ferro, e *ventura* da pólvora" *Luc.* 9. 9 *Eufr.* 3. 4. *Albuq.* 1. P. c. 29. B. 2. 2. 4. § **Boa sorte, boa fortuna; felicidade dita: "feitos d'alta ventura"** (do Gama no descobrimento da Índia) *Luc.* 1. 7. **"quem terá prazer, ventura, se pode até no céu caber tristeza?"** *Bocage.* § *Meller em ventura*; o mesmo que *Pôr em ventura*. § **Pôr em ventura; pôr em caso duvidoso, expor a boa, ou má sorte; arriscar, aventurar: "o tal aventurar nom há de ser de todo posto em ventura"** i. é., **com risco manifesto.** *Ined.* 1. 133. "fazendas *postas em ventura* de as perder" B. 2. 6. 3. § *Ser alguém boa ventura*; ser sempre alegre, jovial. *Eufr.* 3. 5. § **A' ventura;** (loc. adv.) **á sorte, ao acaso; á toa.** § **De ventura;** (it.) **por acerto, por acaso; raras vezes: "as duvidas nas cousas da honra de ventura saem bem"**. M. e Moça, 2. c. 26. *Ourem, Diar.* f. 602. § **Pela ventura;** (it.) **o mesmo que Por ventura: "oh míseros christãos, pela ventura, sois os dentes de Cadmo desparzidos"** *Lus.* 7. 9. *Cout.* 7. 8. 10. § **Por ventura;** (it.) **por acaso; acaso, quiça, talvez:** emprega-se affirmativa ou interrogativamente, e também se escreve n'uma só palavra. § *Por ventura* que; fôrma ás vezes usada com a mesma significação que a anterior: "*por ventura* que estas ossadas, e esqueletos erão as plantas, e flores que etc." B. *Flor.* 2. p. 230. § **Adag. "A boa ventura com diligencia" "Vem a ventura a quem a procura" "O que as cousas muito apura, põenas em muita ventura" "Vem ventura, e dura" "Ventura te dê Deus, filho, que saber pouco te basta" "Quando a má ventura dorme, ninguém a desperte" "Quanto maior é a ventura, tanto menos é segura" "Quem está em ventura, a formiga o ajuda" "A boa ventura de uns ajuda os outros" "A boa ventura com outras dura" "Dá-me ventura, deita-te na rua" "Mais corre a ventura que Cavallo ou mula" "Onde falta a ventura, diligencia é escusada" "Rei por natura, papa por ventura" "A Deus e á ventura botar a nadar" "Quem em casa de mãe não atura, na da madrasta não espere ventura" "Que fiandeira eu era, se ventura houvera!" "Tive formosura, não tive ventura" "A morte que der a ventura, essa se soffra" "Muda-te, mudar-se-há a ventura" "Mulher, vento e ventura, asinha se muda."**

(**Moraes Silva**, verbete '**Ventura**' do Dicionário da Língua Portuguesa, 1821. Vol. II, 981)

INTRODUÇÃO

§A regra do bem viver; a norma do procedimento, da conducta.

(Moraes Silva, verbete 'viver' do *Dicionário da língua portuguesa*, 1821)

Para que o leitor conheça os *riscos*, o *perigo* e o *ocaso* desta "ventura" que se inicia, cabe deixar claro que este é um trabalho de História da Família: recorrentemente construído com informações insuficientes, distorcidas e imperfeitas, traduzem-se aqui de forma incompleta, incerta, fragmentada e, por vezes, paradoxalmente contraditória. Contudo, nada mais que Humana.

No dia 13 de maio de 1768 foi concedida pelo Capitão-General Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, uma sesmaria aos 'moradores do registro' para que fosse destinada como patrimônio da capela de Santo Antônio da Lapa. Tal paragem situava-se "num campestre entre a restinga grande e a Lapa até um cercado chamado boqueirão e o sítio de Diogo Gonçalves".¹ A freguesia surgiu um ano depois, quando da demarcação legal da légua quadrada destinada à igreja naquele diminuto núcleo populacional.² Quem recebeu a carta de sesmaria das mãos do Capitão-General foi o padre local, João da Silva Reis, tornando-se, por ato

¹ APESP. **Sesmarias, Patentes e Provisões**. Livro 18, folha 17.

² Para o ano de 1769, os dados são esparsos. Marília Souza do Valle nos apresenta algumas informações da dinâmica populacional da Lapa. Com base nos assentos paroquiais, o movimento anual registrava, para os habitantes livres, 18 nascimentos, 3 casamentos e 6 óbitos. Já para os escravizados, apenas 2 batizados no referido ano. Quanto aos dados compulsados nas Listas Nominativas, para o ano de 1777, a população livre era composta de 758 indivíduos e a escravizada, 119. Ver: VALLE, Marília Souza do. *Nupcialidade e fecundidade das famílias da Lapa, 1770-1829*. São Paulo: **Tese de Doutorado**, USP, 1983. Pp. 68-72.

contínuo, o primeiro vigário da vindoura freguesia de Santo Antônio da Lapa naquele dia 15 de julho de 1769.

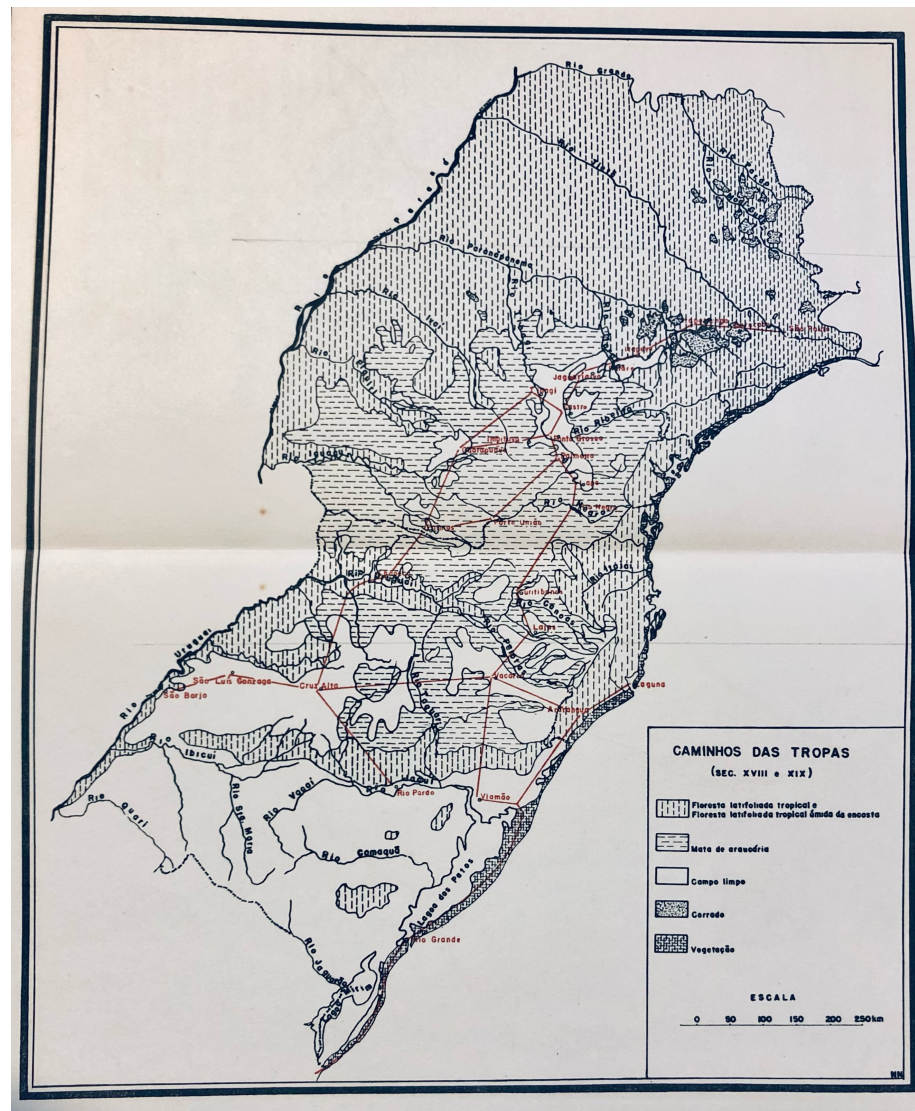
A região dos campos da Lapa, conhecido como Capão Alto, era rota de passagem de tropas que movimentavam-se das terras do Rio Grande de São Pedro até Sorocaba, pelo caminho do Viamão.³ Ainda que se tenham andanças e contatos pela região meridional luso-hispânica desde o século XVI,⁴ e que havia a concessão de sesmarias por aqueles que transpunham os campos do sul desde as décadas finais do XVII, o povoado da Lapa (áreas

³ A historiografia tradicional não tarda em discorrer acerca dos pequenos núcleos que surgiam ao longo dos caminhos que ligavam o Sul, sobretudo no início dos setecentos. Brasil Pinheiro Machado chama atenção para a existência de um "sistema de caminhos", em especial para duas estradas de tropas. "Uma delas, a mais antiga, vinha de Viamão, ligada por outros caminhos à campanha rio-grandense e platina, e subia pela região serrana das Vacarias, atravessava o planalto catarinense por Lages e Curitiba e, depois de vencer com dificuldade as matas ao sul do Rio Negro, se espraiava pelos Campos Gerais, passando pelo Campo do Tenente, pela Lapa donde ia atingir o rio Iguazu a 14 léguas de Curitiba, cujas margens estava instalado o Registro, para cobrança dos direitos 'sobre gados e cavalgaduras'; seguia para o Campo Largo e, atravessando a Serra de S. Luís do Purunã, alcançava a Palmeira e logo depois Ponta-Grossa e Castro, de onde continuando para o norte e passando pelo rio Itararé, por Itapeva, Itapetininga, chegava a Sorocaba, depois a S. Paulo, onde se entrosava com sistemas de caminhos que iam para o Rio e para Minas. A outra estrada das tropas, aberta pelos próprios fazendeiros dos campos paranaenses, vinha da região missioneira do Rio Grande, ligada a Corrientes, na Argentina, atravessava o atual planalto catarinense em Xapécó, cortava o Campo Êre, atingia Palmas, donde seguia para o norte atravessando o rio Iguazu, seguindo pelo vale do rio Jordão, chegava a Guarapuava, daí seguindo Imbituva, alcançava Ponta-Grossa, onde se entrosava com a primeira estrada, a do Viamão. Ainda um terceiro caminho deve ter relevância neste sistema: o que vinha de Paranaguá por cima da Serra, alcançava Curitiba e daí ia se entroncar no caminho que, partindo de Curitiba, cortando os campos de S. José dos Pinhais, alcançava o porto de S. Francisco em S. Catarina. In: MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, 3(3): 8, jun. 1963.

⁴ Ver: MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver numa vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2001; VILARDAGA, José Carlos. **São Paulo na órbita do Império dos Filipines: conexões castelhanas de uma vila na América portuguesa durante a União Ibérica (1580- 1640)**. 2010. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010; Maria Luiza Andrezza, «Andanças e paranças pelos sertões da área de irradiação paulista (1500-1899)», **Caravelle**, 99 | 2012, 15-34.

de influência da seiscentista Vila de Curitiba) se organizou tardiamente, quando comparado a outras fronteiras de expansão Vicentina. Como é o caso das partes norte e central dos Campos Gerais, “alvo da cobiça dos ‘paulistas’ de Santos, Itu, Paranaguá e São Paulo de Piratininga”.⁵

Figura 1 – Mapa representativo do Caminho das Tropas, séculos XVIII e XIX



⁵ ANDREAZZA, Maria Luiza. Elite e caridade nos sertões de Curitiba. In: CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. (Orgs.). **Curitiba e seus homens-bons: espaço e sociedade na vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2011. P. 52.

Fonte: MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, 3(3): 8, jun. 1963. P. 8-9.

Um dos primeiros sesmeiros da Lapa, o Sargento-Mor e Comandante da Praça de Santos Manoel Gonçalves de Aguiar⁶, tem sua trajetória interligada ao Padre João da Silva Reis, uma vez que era seu tio-avô.⁷ Aguiar era natural de São João da Foz da Barra do Porto, em Portugal, filho de Pedro Gonçalves da Cunha e de Maria de Aguiar. Imigrou ao Brasil radicando-se na vila de Santos onde contraiu núpcias com Maria Pinheira (filha de José Pinheiro Machado e Joana Rodrigues França), com quem não teve filhos.

Manoel, dado o que se compulsa na documentação, era um *'homem bom'* e possuía grande fortuna. Residia em Santos, onde atuou em diversos cargos, como Sargento-Mor e Tenente-General. Havia solicitado e recebido inúmeras sesmarias, dos sertões de Goiás aos campos de Curitiba.⁸ Duas

⁶ AHU CU_023-01, Cx. 2, D. 197. [Ant. 1721, junho, 24, s.l.] **REQUERIMENTO** do sargento-mor de Infantaria da praça de Santos, Manuel Gonçalves de Aguiar a (D. João V), pedindo que o nomeie mestre de campo e governador da praça de Santos. Diz que prestou serviços durante dezoito anos no posto de sargento-mor. Além desses serviços prestou outros sob as ordens do governador do Rio de Janeiro, Francisco de Castro Morais, e do governador da praça de Santos, Manuel Gomes Barbosa.

⁷ Ver: Maria Luiza Andrezza, « Andanças e paranças pelos sertões da área de irradiação paulista (1500-1899) », **Caravelle**, 99 | 2012, 15-34.; PEREIRA, Fernando Marcelino. O "Clã da Lapa" na formação da classe dominante Paranaense. In: **Instituições e poder: parentescos e genealogias**. V. 4, N. 1. 2018. p. 73-88; LOPES, José Carlos Veiga. **Informações sobre os bens de Nossa Senhora das Neves no Paraná**. Palmeira: Cidade Clima, Comunicação & Arte, 2000; NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense. 1927. V. IV. Pp. 397-398.

⁸ AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 5, doc. 624. AHU_CU_023-01, Cx. 5, D. 624. [ant. 1727, dezembro, 16]. **REQUERIMENTO** do sargento-mor da praça de Santos, Manuel Gonçalves de Aguiar, e de João de Sousa, a (D. João V), pedindo-lhe confirmação da carta de sesmaria de uma légua de terra, que lhe foi concedida pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo (Rodrigo César de Meneses); AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 6, doc. 660. AHU_CU_023-01, Cx. 6, D. 660. [ant. 1729, março, 18]. **REQUERIMENTO** do sargento-mor da praça de Santos, Manuel Gonçalves de Aguiar, pedindo a (D. João V), a

se encontravam nas proximidades do registro na Lapa; a de três léguas de comprimento e uma de largo, foi obtida em 12 de abril de 1706. Estava situada entre o ribeirão do Rodeio, o rio Grande e o rio das Mortes do Tamanduá. Estes campos, tempos depois, vieram a ser conhecidos como 'os Carlos'.

Em sua geografia, marcada pelas escarpas de São Luiz do Purunã, avistavam-se tanto áreas de matas como campos contíguos, o que possibilitava o plantio de pequenas lavouras e, principalmente, locais para criação e internada de gado⁹. Fato é que, em sessão da câmara de São Paulo de 22 de junho de 1722 "leu-se na dita câmara uma carta de João Pinto Rangel, morador no Alto da Serra, relativa ao trânsito para Santos de dezoito reses curitibanas pertencentes ao sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar."¹⁰ Neste momento, Aguiar encontrava-se em Paranaguá. Antes, porém, em 1710, quando foi "mandado do governador do Rio de Janeiro Francisco de Castro e Moraes, examinar a capacidade da enseada das Garoupas e sondar o porto, e ver a terra e saber as conveniências que

confirmação de uma carta de sesmaria de légua e meia de terra em quadra, situada nos campos de Curitiba, na paragem chamada das Furnas, que principia num ribeiro junto do curral de José Martins, e segue ao longo da estrada que vai de São Paulo para a dita vila de Curitiba. Esta carta foi-lhe dada pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo (Antônio da Silva Caldeira Pimentel); AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 7, doc. 762. AHU_CU_023-01, Cx. 7, D. 762. [ant. 1731, fevereiro, 22, Santos]. **REQUERIMENTO** do sargento-mor da praça de Santos, Manuel Gonçalves de Aguiar, pedindo a (D. João V) que lhe conceda licença, por dois anos, para ir às minas de Goiás cobrar o que lá tem, e reconduzir os seus escravos.; AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 8, doc. 898. AHU_CU_023-01, Cx. 8, D. 898. [ant. 1733, maio, 4, Santos]. **REQUERIMENTO** do (capitão) Teodoro Gonçalves Santiago, "homem pardo", morador na vila de Santos, escravo do sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar, pedindo a (D. João V) que, por alvará, mande o suplicado aceitar um escravo que lhe oferece o requerente em troca da sua liberdade; AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 15, doc. 1468. AHU_CU_023-01, Cx. 15, D. 1468. [ant. 1744, fevereiro, 21, Santos]. **REQUERIMENTO** do tenente-general "emtertenido" na vila e praça de Santos, Manuel Gonçalves de Aguiar a (D. João V) pedindo a confirmação de uma carta de sesmaria pela qual o governador e capitão general da capitania de São Paulo (D. Luís Mascarenhas) lhe concedeu três léguas de terra na paragem chamada os Carlos junto do Ribeiro do Rodeo.

⁹ Ver: MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

¹⁰ **Id.** LOPES, 2000. P.5.

podiam seguir-se de povoar”¹¹, por razão de sua ausência, mandou vir de Portugal seu sobrinho João Pereira Braga (pai de João da Silva Reis) para administrar suas fazendas de Curitiba.

Sabedor das potencialidades que suas redes familiares poderiam lhe proporcionar naquela região de franca expansão e movimentação, Aguiar demonstrava ter ciência dos caminhos necessários para se galgar distinção e reconhecimento régio, tanto na vinculação aos espaços físicos quanto sociais. E, em ambos, precisava de alguns planos de curto, médio e longo prazo para alcançá-los e, em boa medida, cercar-se de personas confiáveis e de senso prático na lida dos novos empreendimentos em áreas fronteiriças se fazia presente. Sobretudo atento aos vínculos familiares. Assim, solicitava mercê pautada no usufruto da terra ainda que, no caso daquelas posses, afirmava-se na localidade enquanto um senhor absenteísta.

Manoel Gonçalves obteve ainda, em 23 de julho de 1726, uns campos de sesmaria chamados '*Tucunduva*', na estrada que ia de São Paulo para Curitiba. No dia 06 de outubro de 1727, adquiriu terras na paragem chamada '*Alegre*', nas furnas perto do rio Tibagi, que partiam com o campo de João Pereira Braga e de outro com Antônio Lopes. Confirmou ainda, no mesmo ano, a sesmaria da fazenda de Furnas, compradas do vizinho Manuel Picam de Carvalho. Por fim, Aguiar solicitou carta ao Rei e foi, por graça e serviços prestados, reformado com a patente de Tenente-General de Infantaria da Praça de Santos, em 31 de março de 1735, com soldo de seis mil e seiscentos réis.¹²

¹¹ **Id.** LOPES, 2000. P.6.

¹² AHU-São Paulo-MGouveia, cx. 10, doc. 1060. AHU_CU_023-01, Cx. 10, D. 1060. 1735, março, 31, Lisboa Ocidental. **CONSULTA** do Conselho Ultramarino, sobre o requerimento do sargento-mor de Infantaria paga da praça de Santos, Manuel Gonçalves de Aguiar, em que este pede a (D. João V) lhe faça mercê de o reformar com patente de tenente general de Infantaria, com o soldo de seis mil e seiscentos réis que tem como sargento. Ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Conde de Sarzedas (Antônio Luís de Távora), parece que o requerente era merecedor de que o monarca o atendesse na questão da sua reforma ou "intertimento" em virtude de ser de maior idade e ter servido a (D. João V), com grande exatidão no seu emprego, mas não achava que se lhe

Em seu testamento, de 30 de novembro de 1745, Manoel cumpriu rigorosamente os passos exigidos para dar legalidade às suas últimas vontades. Declarou bens móveis e de raiz, escrituras e créditos, tudo constando no seu 'livro da razão'¹³. Homem religioso e sem herdeiros legítimos, além de sua consorte, solicitou que se mandasse ao convento de Mochique, em Portugal, 40 mil réis anuais a sua irmã que era religiosa do hábito de São Francisco. Aliás, chama a atenção sua atitude devocional mostrando-se presente em várias de suas solicitações legatárias: instituiu como universal herdeira, a Nossa Senhora das Neves, ficando uma de suas sobrinhas como administradora da dita capela e recebedora de uma pensão anual para realizar a festa contemplativa à Santa. Deixou ainda esmolas avantajadas ao Colégio Jesuíta da vila de Santos; às fragatas dos padres da Companhia; ao Convento Santo Antônio da mesma vila; obras do frontispício de Nossa Senhora do Carmo.

Revelou também em seu testamento que, mesmo sem filhos, foi tutor dos filhos de seu cunhado, Manoel Dias da Costa, e que ambos eram Freis de Nossa Senhora do Carmo.

Por fim, em seu codicilo de 7 de dezembro de 1745, reiterou entre outros bens e determinações, deixar como administrador de suas fazendas de Curitiba o sobrinho João Pereira Braga, pai de João da Silva Reis. A este sobrinho-neto e a outro, filho de seu primo José Gonçalves de Aguiar, indicava que algum deles se ordenasse sacerdote secular, podendo assistir enquanto capelão na Capela de Nossa Senhora das Neves, conforme os bens que houvesse destinado. Indicou-os, portanto, caminho semelhante

concedesse a patente pedida. Ao Conselho parece o mesmo que ao referido governador. Sobre esta consulta recaiu uma Resolução Régia, concorde com o parecer do Conselho.

¹³ Um compêndio escrito de próprio punho no qual anotava a contabilidade e os tratos do cotidiano que deveriam ser lembrados. Nas palavras de um outro capitão, Manoel Ribeiro Lopes (1786) e que serve de título desta tese, são as "*lembranças que faço da minha vida para que não me corra em debalde*". Anotações e breves relatos que mostrariam suas relações familiares, comerciais entre outros, demonstrando que suas memórias e seu viver não foi em vão, tendo em vista as estratégias utilizadas no correr de sua existência.

aos tomados com os filhos do cunhado Manoel. O Tenente-General Manoel Gonçalves de Aguiar faleceu pouco tempo depois de seu codicilo, pois o mesmo foi aberto em 18 de dezembro de 1745.¹⁴

Tal trajetória suscita alguns questionamentos: até que ponto suas determinações visavam buscar representantes familiares, tanto no trato com a posse da terra e da criação de gado; como do aparato religioso era, de fato, uma atitude que evocava para além de um senso prático, uma lógica de pertencimento e composição familiar construído ritualisticamente por um elo parental?¹⁵ Ou ainda, se suas últimas vontades valiam-se do reconhecimento a certa devoção pessoal ou se havia um senso pragmático revelador de uma experiência do tempo, revelando traços de uma consciência histórica?¹⁶

Pelo visto, o encaminhamento estratégico feito a seu jovem sobrinho João, com 12 anos à época, de fato ocorreu. Se por predileção demonstrada pelo então jovem menino, ou por decisões familiares que projetaram sua

¹⁴ **Id.** LOPES, 2000. P.16.

¹⁵ Ver: WOORTMAN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres:** colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo-Brasília: Hucitec-Edunb, 1995; LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba:** um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

¹⁶ Para Jörn Rüsen, de quem se ancora tal discussão, a consciência histórica é "(...) o modo pelo qual a relação dinâmica entre a experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana. (O termo "vida" designa, obviamente, mais do que o mero processo biológico, mas sempre também – no sentido mais amplo da expressão – um processo social.) Para essa forma de consciência, é determinante a operação mental com a qual o homem articula, no processo de sua vida prática, a experiência do tempo com as intenções no tempo e estas com aquelas. Essa operação pode ser descrita como *orientação do agir (e do sofrer) humano no tempo*. Ela consiste na articulação de experiências e intenções com respeito ao tempo (poder-se-ia mesmo falar de tempo externo e tempo interno): o homem organiza as intenções determinantes de seu agir de maneira que elas não sejam levadas ao absurdo no decurso do tempo. A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo. Estas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias dadas da vida.". RÜSEN, JÖRN. **Razão histórica:** teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Edunb, 2001. P.58-59.

entrada nas hostes religiosas, difícil afirmar. Fato é, contudo, que não foi apenas o desejo de seu tio-avô que se fez presente na possível tomada de decisão de João. Sua avó materna, Maria Rodrigues¹⁷, também tivera endereçamento semelhante. Feito seu testamento com certa providência, em outubro de 1750, seis anos antes de seu passamento, Maria foi muito assertiva quanto a feitura legal de suas últimas vontades.

Declarava as posses de fazendas, com rezes e escravarias, deixando como herdeiros a filha com metade do valor da venda de um escravizado; e ao neto, João da Silva Reis, todo o patrimônio declarado desde que este se ordenasse sacerdote secular. Tanto a vó quanto o tio-avô (o Tenente-general Manoel Gonçalves de Aguiar) o proveram de uma parte considerável de seus patrimônios, para seguir carreira eclesiástica. A escolha lhes possibilitaria uma manutenção do *status-quo* local, refletimos. Fato é que quando da abertura do testamento – e na qualidade de testamenteiro da avó – João da Silva Reis não assume tal demanda pois está estudando para

¹⁷ Maria Rodrigues era natural do Couto de São João da Foz, no Porto [NEGRÃO, Francisco. **Op. Cit.** IV. Pp. 397-398; PEREIRA, 2018. **Op. Cit.** P.73-74] e foi casada com o reinol João da Silva Reis (de quem o neto herdou o nome), natural de Lordello. Da união, tiveram a filha Josefa Gonçalves da Silva, também natural de São João da Foz. Tendo emigrado muito jovem, com seus pais, por volta dos dez anos de idade, Josefa se casa em terras americanas com o reinol João Pereira Braga (sobrinho de Aguiar). Era natural da cidade de Braga, filho de José Martins e de sua mulher Esperança Pereira, ambos naturais da freguesia de Santa Maria de Covas, termo da vila de Barca, pertencente ao Arcebispado de Braga. Não temos informação da localidade e data do casamento de João e Josefa, mas do consórcio tiveram 3 filhos: Maria Pereira (da Silva Pacheco) [Casada com José dos Santos Pacheco Lima, natural de Ponte de Lima. 'Homem Bom' da vila de Curitiba, tendo atuado num círculo de vereança nos cargos de Vereador, Presidente da Câmara e Juiz Ordinário. Contudo, foi preso e remetido a São Paulo em 1777, em virtude de não dar conta de enviar tropas e mantimentos a esquadra portuguesa do Sul em expedição contra os espanhóis em Santa Catarina e Rio Grande. Ver: NEGRÃO, Francisco. **Op. Cit.** IV. Pp. 399-411.]; João da Silva Reis (o Padre); e Domingos Pereira da Silva (Tenente) [nascido em 1725, foi casado com Casemira da Costa França, filha do Capitão José da Costa Resende, natural dos Açores; e Maria d'O França, neta do Capitão-mor André Gonçalves de Andrade e bisneta do Capitão-mor de Paranaguá, João Rodrigues França. Ver: NEGRÃO, Francisco. **Op. Cit.** IV. Pp. 441-442.]; chama a atenção que, mesmo enquanto administrador das terras do tio, o chamado "vínculo de Nossa Senhora das Neves" (que compreendia as posses do Capão Redondo, dos Carlos, dos Capados, de São Luiz, das Furnas e do Rio Grande), adquiriu o Capitão João Pereira Braga outras sesmarias e fazendas com gados e cavaladuras.

ser sacerdote em São Paulo. Fora ordenado e recebeu a nomeação de D. Frei Antônio Madre Deus para servir como coadjutor em 1758 na paróquia de Curitiba. "(...) teria então 25 anos e suas funções eram na capela de Nossa Senhora do Tamanduá."¹⁸ Como vimos no início desta introdução, estava ele em 1768 no registro da Lapa recebendo das mãos do Morgado de Mateus, uma sesmaria que serviria como patrimônio da Capela da Lapa. "Assim, o vigário exercia seu ministério na localidade onde estavam não apenas seus pais, mas também seus irmãos e irmãs, integrando o círculo da elite campeira."¹⁹

Porém, permanecem tais inquietações que, neste trabalho, tornam-se peças chave na busca de refletir sobre os sentidos de determinadas ações pelos quais alguns indivíduos tiveram em certos momentos de suas vidas.

Como vimos inicialmente, o momento de testar pode ser identificado como uma ocasião ímpar da vida, qual seja, a perspectiva de sua brevidade. Muitos homens e mulheres que buscaram testar suas últimas vontades na vila de Curitiba e seus sertões, durante o setecentos, o fizeram elaborando pequenos traços de um balanço da própria existência. Desse modo, a manifestação daqueles anseios finais permite que sejam vislumbradas, por um lado, as interações entre as vidas individuais, expectativas familiares e as nuances de mudança social; por outro, narrativas que trazem à tona um escombros de histórias mal contadas. Para além das preocupações religiosas e os cuidados *post-mortem* com parte do patrimônio – tendo em vista a esfera jurídica e o desejo do devir cristão que permeava a feitura do testamento – evidenciam-se diferentes formas de controle simbólico do tempo, em meio a avaliação que o indivíduo fazia de sua trajetória e as estratégias utilizadas para manutenção, ascensão ou que acarretaram o descenso social. Tal périplo incerto da ação revela, ainda, um ambiente

¹⁸ ANDREAZZA, Maria Luiza. **Olhares para a Ordem Social na Freguesia de Santo Antônio da Lapa 1763- 1798**. Associação dos Estudos de População, UFPR. 2016. P.6.

¹⁹ **Id.** P.6.

colonial recheado de negociações, manipulações e escolhas²⁰, engendradas sobretudo no lócus do esteio familiar.

Chegamos num dos pontos fulcrais da análise em questão e buscamos problematizar: seriam as ações tomadas num tempo pretérito, e assumidas num horizonte geracional, ações estratégicas, direcionadas por parte dos membros deste núcleo familiar? O que se poderia dizer sobre a tentativa de dar um certo sentido prático a alguma ação do passado? Quando trabalhamos com tal perspectiva da estratégia enquanto uma categoria analítica, um sem fim de ponderações, dúvidas e suposições se entrelaçam na trama. Se, conforme Pierre Bourdieu, vislumbra-se a estratégia enquanto as formas de saber agir no meio social²¹; ou Giovanni Levi, como uma "racionalidade limitada"²²; ou ainda, como propõe Michel de Certeau, a estratégia como marca representativa da relação de forças e exercício do poder, em oposição à tática²³; por fim, seguindo o debate de Jan Kok e Theo Engelen, como um meio de compreender melhor o comportamento social de indivíduos e grupos na complexificação conceitual das estratégias familiares sob esteio da demografia histórica.²⁴

Utilizando-se dos assentos paroquiais de batismo, casamento e óbito, da reconstituição genealógica, de testamentos e inventários *post-mortem*, das cartas de sesmarias e das atas da câmara municipal, das listas

²⁰ GREENE, Jack P. **Negotiated authorities**: essays in colonial political and constitutional history. Rutgers University Press, 1994, p. 3-4.

²¹ BOURDIEU, Pierre. Da regra às estratégias. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisa Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

²² LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

²³ CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

²⁴ Jan Kok (2002). The Challenge of Strategy: A Comment. **International Review of Social History**, 47, pp 465-485 doi: 10.1017/S0020859002000743. Disponível em: http://journals.cambridge.org/abstract_S0020859002000743. Acesso em 05 jan. 2014.

nominativas de habitantes, recompôs-se as trajetórias individuais e familiares mediante as 'estratégias de bem viver' de paulistas, portugueses e espanhóis partícipes da elevação de Curitiba à vila, dentre aqueles estabelecidos como nobres da terra e de proeminência local em até quatro de suas gerações. Homens e mulheres radicados ou que transitaram por aquelas paragens cujas trajetórias individuais e familiares permitissem apreender percursos políticos e econômicos.

Compreende-se tais estratégias enquanto o conjunto de decisões tomadas ao longo de suas vidas, especialmente aquelas relativas a formação e estabelecimento de laços de parentesco, principalmente por meio do casamento e do compadrio; a posse e aquisição de terras e de outros cativos; e o pertencimento às instâncias administrativas de controle e ordenamento populacional.

O estudo permite, por um lado, entrever as brechas que uma sociedade em processo de formação oferecia para que indivíduos empreendessem trajetória de mobilidade social ascendente; de outro, perceber que demais personagens conheciam o ordenamento que permitia tal acesso, mas mesmo traçando os caminhos semelhantes, eram relegados a um plano periférico dentro daquele corpo social.

Assim, a primeira parte da tese busca refletir "**Sobre Estratégia, Família e um lugar ao Sul**", atento a formação e o estabelecimento de laços parentais nos sertões meridionais paulistas. Com base num estudo de caso, buscamos compulsar e analisar os casamentos e os batizados como alicerce da conquista de um espaço privilegiado de um *lócus* hierárquico naquela pequena localidade. Para aprofundar tais questões as fontes examinadas são aquelas produzidas pela Igreja Católica: os assentos de batizado, casamento e óbito contidos no Arquivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba. Outro *corpus* documental analisado para investigar os vínculos parentais firmados pelos padrinhos nas disposições de 'última vontade', são os testamentos e os autos de contas. Num total de 58 processos estas fontes foram compulsadas no Arquivo Metropolitano Dom Leopoldo Duarte, da Mitra Arquidiocesana de São Paulo.

Caixas: Testamentos 05-01-05 – Processos gerais antigos – 1727-1777; Testamentos 05-01-06 – Processos gerais antigos – 1789-1805. Outra parte da documentação foi recolhida junto ao Arquivo Público do Paraná, nos Processos Judiciários do Juízo de Órfãos de Curitiba, 10ª Vara Cível. E, por fim, nos dicionários diversos de genealogistas, entre eles o *Diccionario Histórico e Geográfico do Paraná*, de Ermelino de Leão; e *Genealogia Paranaenses*, de Francisco Negrão. Tal rol documental possibilitou estabelecer a consolidação dos laços de compadrio aos principais da localidade, entendendo-o enquanto uma das estratégias principais de acesso a prestígio e reconhecimento local.

Ainda sobre as alianças, outra porta de acesso seria por intermédio do contato com o poder local, ou no caso em análise, com a criação das vilas e o pertencimento às câmaras municipais. É possível entrever as possibilidades que surgiam para os indivíduos com a criação deste espaço uma vez que a formação da primeira elite senhorial se dava através do pertencimento as câmaras municipais, e o vindouro círculo camarário familiar. Foi principalmente na formação do corpo eleito, uma vez que este momento se configurava como uma ocasião propícia para as pessoas tentarem uma inserção no núcleo de poder da sociedade, já que ela própria estava em processo de redefinição das posições sociais, ou mesmo da legitimação de quem seriam os 'principais' da localidade, agora legalmente instituídos.²⁵

Na segunda parte intitulada "***Em huns campos que se achara devolutos***", tratamos da posse de terra, vista como um dos caminhos que conferiam distinção aos indivíduos na América portuguesa colonial. Aliado ao domínio de escravizados (indígenas e africanos), e da formação e estabelecimento de laços de parentesco (principalmente por meio do

²⁵ Cf. FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro : Arquivo Nacional e Civilização Brasileira, 1992. FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). IN: **Topoi**. Rio de Janeiro , 2000 , nº 1.

casamento e do compadrio), conferiam-se privilégios dentro de um mundo, em tese, hierárquico e ordenado. Contudo, ao observar tais estratégias torna-se possível verificar que havia impasses entre a posse de terra, prestígio social e formação de cabedal. Grosso modo, é possível depreender o hibridismo existente nos princípios organizadores da sociedade colonial, em que a ênfase para a nobilitação – ser um homem bom – originalmente situada no nascimento, na honra e na etnia coexistia com outra esfera de valores próprios de outra sociedade, pautada no mérito pessoal, na riqueza e na fortuna. As fontes que possibilitam tais questionamentos partem dos requerimentos de cartas de sesmarias compulsados no Arquivo Público do Estado de São Paulo junto as Caixas '*Sesmarias, Patentes e Provisões*'; e no Arquivo Histórico Ultramarino, nos fundos do Projeto Resgate. Os testamentos e auto de contas, inventários *post-mortem* encontrados no Arquivo Público do Paraná e na Mitra Arquidiocesana de São Paulo também tomam corpo no desenvolvimento dos casos. Já a posse de cativos também foi encontrada nos Assentos Paroquiais de Curitiba. Os negócios familiares tiveram como fontes os Livros de Notas do 1º Tabelionato de Notas de Curitiba – Tabelionato Giovanneti. Este rol documental encontra-se digitalizado e arquivado junto ao CEDOPE – Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses – da Universidade Federal do Paraná.

Ainda nesta parte temos uma provocação: "*Mais luzido é manifesto?*". Esta frase é atribuída ao Capitão-Mor da vila Lourenço Ribeiro de Andrade que, na segunda metade do XVIII, declara: "*não posso afirmar que o povo, no tempo presente, com a lavoura, esteja mais rico do que no tempo da mineração. Porém mais luzido, é manifesto.*"²⁶ Qual o significado do luzir-se nos sertões da América portuguesa colonial à luz dos seiscentos para os setecentos? Para tal, investigamos até que ponto as `estratégias do bem

²⁶ MARTINS, Romário. **Terra e gente do Paraná**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1995. p. 271.

viver' funcionaram enquanto projetos que oportunizaram determinados processos de ascensão social.

A terceira parte da tese, intitulada "**Vassallos nas franjas do Império: o poder na câmara municipal**", busca justamente compreender o peso que o pertencimento à câmara municipal daria ao acesso e manutenção do status, sobretudo numa sociedade em que as próprias esferas hierárquicas estavam em processo de formação. Assim, de igual modo, refletir sobre as tensões e construções que tal vínculo no jogo institucional do poder auferia nas redes de relacionamento.

As fontes principais deste estudo são os '*Boletins do Arquivo Municipal de Curitiba: Documentos para História do Paraná*', cujos exemplares estão publicados e disponíveis no site do Arquivo Público do Paraná; e o '*Livro Tombo da Câmara de Curitiba*'. Tratam exclusivamente das Atas da Câmara Municipal desde sua criação, Cartas Régias, Provimentos, Resoluções, Termos de Vereança, Sesmarias, Alvarás de Licenças, Termos de Fiança, entre outros documentos da alçada jurídica local. Priorizou-se, como baliza temporal, os livros até finais do século XVIII, com ênfase especial nas três primeiras décadas da ação camarária. Ainda nesta parte, a investigação tomou dois rumos: primeiro ao desvelar a trama das relações que envolveram os momentos iniciais da criação do Pelouro, das Atas de Elevação de Curitiba à Vila. Ou seja, o momento em que se criam as hierarquias políticas e ordenamento jurídico local. Como veremos, este período demonstra a forma como os camarários se utilizavam e reconheciam-se enquanto vassallos do rei, utilizando-se de práticas personalistas no trato da 'coisa pública'. Vê-se, sobretudo, nas Correições do Ouvidor Pardinho, em 1720, as críticas levantadas e as ponderações ao uso do espaço camarário. Num segundo momento, já para o fim do século XVIII, trata-se da análise de práticas venais na investigação de um caso que envolveu o Ouvidor de Paranaguá e um membro da elite econômica de gado, morador nos Campos Gerais de Curitiba, o Capitão Antônio Gomes Campos.

Por fim, encerramos a investigação com uma quarta parte intitulada **“Escombros de histórias mal contadas”**. A ênfase é dada às desventuras, ou seja, às ações tomadas por determinados atores sociais que, por caminhos tortuosos ou escolhas mal feitas, não alcançaram êxito. Em suma, quando a estratégia existe, mas, por assim dizer, dá errado. O ponto crucial do capítulo são estudos de caso que permitem verificar tais questões por meio dos testamentos, uma vez que reconhecemos na documentação, para além de um artefato construído no universo jurídico, um momento chave de explicitação das 'últimas vontades'. Neste ponto, tencionamos a fonte na busca de interpretá-la enquanto fragmentos de uma memória de si, deixando revelar do indivíduo, certas lembranças para que em sua vida *“não corra em balde”*.

O método da construção de trajetórias de vida, utilizado para a análise, deveu-se em redimensionar a noção do indivíduo deslocado para uma nova subjetividade: a do 'vivido'. E nele, não apenas observar os indivíduos planos, mas sim estando sujeitos a transformação e a interpretação em que suas ações sociais devessem ser analisadas enquanto resultado de suas negociações, manipulações e escolhas. E essas, transportadas ou assumidas através dos laços sociais que conseguissem erguer durante suas vidas com outros indivíduos ou grupos. De acordo com Giovanni Levi

(...) neste tipo de investigação, o historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados, mas antes em definir as ambiguidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais.²⁷

Um dos mecanismos utilizados como artefato metodológico na construção dos cursos de vida entre os signatários da ata de criação das

²⁷ LEVI, Giovanni. **Herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. pp. 136.

justiças em Curitiba, deu-se por intermédio da montagem de genealogias.²⁸ Por fim, reitero a necessidade de verificar um caleidoscópio de pequenas miríades de '*Histórias das Famílias*' na vila e nos sertões de Curitiba, incluindo como artefato teórico-metodológico as inferências da estratégia e do paradigma do curso de vida.

²⁸ O Software que se mostrou estável e de melhor interface dentro da proposta da tese, foi o '**Mac Family Tree 8**' da empresa alemã *Synium Software*, especializada desde 2005 em desenvolver aplicativos e programas específicos para Plataforma Apple. O programa em questão possibilitou que a confecção das fichas de Família pudesse gerar relatórios da pessoa, da família, de parentesco, narrativo, de locais, de eventos, de plausibilidade, de aniversariantes, de listas de pessoas, de lista de casamentos, de antepassados, entre outros. Tais relatórios, ainda podem ser exibidos em mapas estatísticos, árvores em organogramas, gráfico de antepassados, duplo gráfico de antepassados, gráfico de descendentes, organograma de relacionamentos, linha do tempo, entre outras possibilidades. Ainda, o Software exporta seus arquivos no formato GEDCOM, utilizado também nas pesquisas genealógicas que se utilizam do site Family Search (<https://familysearch.org>). Nas exibições das árvores genealógicas, este programa possibilitou ampla margem para crescimento horizontal e vertical de membros, facilitando a compreensão das estruturas e análises geracionais.

PRIMEIRA PARTE – SOBRE ESTRATÉGIA, FAMÍLIA E UM LUGAR AO SUL

Quem se nam quer aventurar, não passe o mar.

(António Delicado. Adágios portugueses reduzidos
a lugares communs, 1651)

1.1 A 'estratégia' enquanto constructo teórico-metodológico

Em História, como problematizou, Reinhart Koselleck, há uma diferença entre a palavra e o conceito.²⁹ É evidente que em todo conceito habita uma palavra, mas, de fato, ela se torna definição quando é suscetível de uma generalização ao mesmo tempo em que adquire sentidos polissêmicos. Assim, "uma palavra se torna conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela."³⁰ Tem-se então que uma palavra passível de dar conta da totalidade das experiências vividas, é um conceito.

Koselleck reitera, contudo, que isso não significa que ele seja fixo, pois pode ter um sentido que muda com o tempo, razão de sua polissemia, e ainda quando conceitos diferentes podem dar conta da mesma situação em foco de análise. Tal seara interpretativa se apresenta no momento da crítica documental, na medida em que não é algo dado *a priori*. Revela o autor que é na observação diacrônica, que se permite revelar o conteúdo, o sentido desse conceito mudando no tempo; conjuntamente, na verificação sincrônica, temos a possibilidade de encontrar seus diferentes usos num determinado momento.

No conjunto dessa perscrutação são permitidos que se percebam as modificações do conceito, posto que se dá junto com a comutação social e política. Estas, por sua vez, de forma concreta, modificam o uso do conceito; e o conceito, ao mesmo tempo, organiza a experiência social e política numa relação dialógica. Possui, então, um sentido reflexivo compartilhado, que é passível de abstração, possibilitando perceber como uma dada sociedade se organiza, constrói sentidos, e se transforma no tempo. Por fim temos o conceito como fato histórico, mas também enquanto um indicador, uma vez

²⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

³⁰ **Id.** P. 109.

que enquanto um fato linguístico, está interpenetrado na realidade. Todo conceito atua num contexto e torna este contexto compreensível.

Os conceitos não nos instruem apenas sobre o caráter singular de significados passados; a par disso, eles contêm possibilidades estruturais, tratam simultaneidades como não-simultaneidades, as quais não podem ser apreendidas por meio da sequência dos acontecimentos na história. Conceitos que abarcam fatos, circunstâncias e processos do passado tornam-se, para o historiador social que deles se serve em sequência, categorias formais, estabelecidas como condição de existência de uma história possível.³¹

Vê-se, então, que a história dos conceitos de Reinhart Koselleck é, primeiramente, um método da crítica das fontes que se preocupa com o emprego dos termos relevantes na perspectiva social e política; da mesma forma e que investiga com particular empenho, expressões essenciais deste conteúdo social e político.

É neste ponto que ensejamos averiguar o conceito de estratégia e a possibilidade de utilização desse arcabouço para que possamos desvelar – por meio do paradigma do curso de vida – os arranjos familiares, as decisões a curto e longo prazo e a antecipação do porvir por parte de indivíduos que tiveram suas escolhas alicerçadas nas franjas meridionais da América portuguesa colonial, na passagem do seiscentos para o setecentos. Seria, em tal caso, o conceito de estratégia apenas uma maneira enfática de fazer referência a motivações pessoais de indivíduos de um tempo pretérito, combinadas com restrições definidas pelo ambiente, talvez econômicas, talvez demográficas? Seria um marco conceitual adequado pra prospectar das vivências pretéritas, as transformações de suas experiências da história em algo com sentido? É possível evidenciar empiricamente que atores sociais traçavam determinados planos, a longo prazo e de forma consciente, e que eram reconhecidos e aceitos por seus pares? O conceito

³¹ **Id.** P.116.

dá conta de distinguir entre os sujeitos que os elabora daqueles que são por eles afetados?

Frequentemente nos deparamos, em História, com o uso da noção de estratégia nas mais variadas aplicabilidades: estratégias militares, políticas, econômicas, familiares... e na área de História da Família, em especial, muitas vezes relacionada às práticas matrimoniais, de reprodução social. O que se propõe, contudo, é a busca de uma reavaliação tanto das potencialidades quanto das limitações da 'estratégia' em estudos que têm as vivências e experiências familiares como foco de estudo. A resultante, é o processo por meio do qual uma 'população, família, indivíduo' consegue perpetuar, numa dada localidade, as estruturas que a constituem. Mas não sem debate.

Se os entraves teóricos não conseguem ser superados em todos seus questionamentos, as dificuldades metodológicas são – em partes – suprimidas quando se utilizam duas perspectivas analíticas: percurso conhecido como abordagem ao longo da vida (ou o paradigma do curso de vida); e o biografismo. Tais investidas – ancorada na demografia histórica – primam por estudar a interação entre as vidas individuais e a mudança social. De modo ambicioso, os estudiosos no curso de vida e do biografismo pretendem que sua abordagem, na medida em que forneça uma estrutura dos percursos sociais, das trajetórias e de uma mudança social, revelem as interações e interseções em diferentes níveis, tanto no micro dos indivíduos quanto no macro da sociedade e dos espaços em conexão.

Nas últimas três décadas, um bom número de historiadores demógrafos e da história da família buscaram na utilização do conceito "estratégias familiares" um meio pelo qual se poderia compreender melhor o comportamento social, tanto na perspectiva dos indivíduos quanto de um *ethos* familiar mais amplo. Tais questões à noção teórico-metodológica da estratégia, em recente debate nos campos das ciências humanas e sociais, vêm rendendo longas críticas acerca das limitações que tal noção se coloca ao passado. Vê-se no historiador Jan Kok um dos principais interlocutores no manifesto de que a pesquisa histórica deva se debruçar e aprofundar

nas potencialidades do conceito de estratégia. Numa de suas argumentações³² busca comprovar que tal conceito, entendido como hipótese sobre a natureza da ação humana, está sustentado na definição emprestada da antropologia de Fredrik Barth como "(...) um plano de procedimento por uma unidade de tomada de decisão"³³. Deste modo, é perfeitamente aplicável tanto na teoria quanto na pesquisa empírica.

Neste artigo, Kok confronta as teses de Theo Engelen, Pier Paolo Viazzo e Katherine A. Lynch (que também foram publicados no formato de artigos na *'International Review of Social History'*³⁴) nas quais elencam os problemas com o conceito. Primeiro, porque ele tenderia a superestimar uma escolha pessoal, racional, contra possíveis comportamentos decorrentes de tradições ou normas sociais. Assim, do ponto de vista metodológico, seria um erro inferir possíveis intenções estratégicas de resultados comportamentais, pois muitas vezes, as ações estariam fora do alcance do planejamento consciente dos sujeitos.

Outra questão estaria relacionada diretamente com a ideia da família como unidade de tomada de decisão em detrimento dos interesses entre os gêneros e as gerações dentro da própria família. Assim, segundo Viazzo e Lynch, as ações no passado seriam mais bem interpretadas enquanto 'táticas', reservando-se a 'estratégia' como mecanismo consciente para o planejamento de longo prazo. Interessante notar que a acepção dos termos "Táticas" e "Estratégias", neste uso de Viazzo e Linch, tangenciam as

³² Jan Kok (2002). The Challenge of Strategy: A Comment. **International Review of Social History**, 47, pp 465-485 doi: 10.1017/S0020859002000743. Disponível em: http://journals.cambridge.org/abstract_S0020859002000743. Acesso em 05 jan. 2014.

³³ BARTH Apud Kok: "plan of procedure by a decision-making unit". P. 467. Tradução nossa.

³⁴ Theo Engelen (2002). Labour Strategies of Families: A Critical Assessment of an Appealing Concept. **International Review of Social History** (Impact Factor: 0.43). 11/2002; 47(03):453 - 464. DOI:10.1017/S0020859002000731; Pier Paolo Viazzo and Katherine A. Lynch (2002). Anthropology, Family History, and the Concept of Strategy. **International Review of Social History**, 47, pp 423-452. doi:10.1017/S002085900200072X.

demandas sugeridas por Michel de Certeau em capítulo homônimo aos termos. Para o autor, as estratégias são,

o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer ou poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (...).³⁵

Já a tática é,

(...) a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão o do outro. (...) Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. (...) É astúcia.³⁶

Ou seja, para Certeau as táticas são norteadas pela ausência de poder enquanto as estratégias são organizadas pelo postulado de um poder. De modo mais específico para o estudo em questão, as 'táticas' podem ser interpretadas ao se apresentarem de modo usual e personalizado por determinados sujeitos ou grupos, talvez suas próprias 'agências' locais de sobrevivência e manutenção de um *status quo*, muitas vezes ressignificando 'estratégias' mais amplas, como com exemplo, direcionadas por uma razão de Estado ao ímpeto migratório.

Pierre Bourdieu também discutiu a questão ao formular um conceito segundo o qual a estratégia é a resultante do saber agir no jogo social. Segundo o autor:

³⁵ CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. P. 93.

³⁶ **Id.** P. 94-95.

[estratégia] é o produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social e particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais. (...) O bom jogador, que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas. O que não garante a obediência mecânica à regra explícita codificada (quando ela existe).³⁷

Não se supõe que todas as "regras do jogo" sejam conhecidas, como bem evidencia Bourdieu. A realidade social é extremamente dinâmica, e a quantidade de informação disponível, assim como a percepção da realidade por cada indivíduo ou grupo, é restrita. Não sabendo que mudanças virão, sempre há atitudes ou possibilidades imprevisíveis que o agente não percebe a princípio. Como as possibilidades de ação são localizadas e sujeitas à realidade de cada indivíduo, as estratégias geradas em grupo não são totalmente conscientes e não levam necessariamente ao sucesso do transcurso familiar. É por isso que essas estratégias são compreendidas no contexto de uma racionalidade limitada dos atores sociais. Segundo Giovanni Levi,

Uma racionalidade seletiva e limitada explica os comportamentos individuais como fruto do compromisso entre um comportamento subjetivamente desejado e aquele socialmente exigido, entre liberdade e constrição.³⁸

Kok argumenta que não se deve separar categorias de intenções, mas sim estudar as estratégias de curto e longo prazo em simultâneo buscando observar como elas interagem, pois isto possibilita identificar aquilo que chama de '*coping repertoires*'. Numa tradução livre, essas estratégias de

³⁷ BOURDIEU, Pierre. Da regra às estratégias. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

³⁸ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

coping ou 'de enfrentamento' permitem examinar o modo como as pessoas, intencionalmente, em determinados momentos específicos de escolhas individuais ou coletivas, são influenciadas tanto por seu próprio ambiente como pela sociedade de modo mais amplo. Na verdade, a grande questão que se coloca é analisar, por um lado, a família como unidade de decisão e, de outro, estratégias familiares. Interessante observar, neste ponto, o questionamento que Theo Engelen levanta ao problematizar o conceito de 'estratégias familiares' quando da indagação do que se observa: "estrutura ou estratégia".

Se alguém aceita as estratégias familiares enquanto uma suposição teórica viável, existem alguns potenciais armadilhas ao usá-las em pesquisas empíricas. Primeiro, o uso do conceito de estratégias traz o perigo de exageros à liberdade das ações humanas. Uma vez que marionetes são substituídas por indivíduos que brincam dentro das estruturas, ainda temos que estar cientes das forças das variações contextuais. Nenhum ator, seja histórico ou contemporâneo, pode tomar decisões completamente autônomas.³⁹

Reitera, portanto, a disponibilidade de outro conceito mais amplo e que também possibilitaria enfrentar a questão, haja vista seu vínculo a aspectos sociais, econômicos e culturais: o de agência⁴⁰. Entretanto, respondendo a tais ponderações, Kok evidencia que existem pesos díspares quando se observam esferas coletivas das estratégias familiares – como o

³⁹ Engelen, Theo. "Labour Strategies of Families: A Critical Assessment of an Appealing Concept." **International Review of Social History**, vol. 47, no. 3, 2002, pp. 453–64. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/44582720>. Accessed 13 Nov. 2017. "If one accepts family strategies as a viable theoretical assumption, there are few potential pitfalls when using it in empirical research. First, the use of the strategy concept carries the danger of exaggerating the freedom of human actions. Once puppets are replaced by individuals playing within the structures, we still have to be aware of strength of contextual variables. No actor, be hisotical or contemporary, can make completely autonomous decisions. P. 456-457. Tradução nossa.

desejo dos pais – e os anseios individuais dos filhos, de um grupo social para outro, em determinados períodos e culturas.

Assim, enquanto aspiração do pesquisador, e conseqüentemente seu desafio, deve ser justamente reconhecer e interpretar as manobras dos filhos contra as vontades dos pais. Ou seja, até que ponto uma decisão ou escolha em desacordo com a lógica do grupo (no caso em questão, a família), desvela outras estratégias passíveis de serem interpretadas como escolhas racionais mesmo 'dando errado'? Por que é possível observar nas trajetórias familiares à luz das genealogias geracionais, que certos planos são destinados exclusivamente a alguns membros da família, sendo que outros 'galhos' da árvore, mesmo reconhecendo a estratégia traçada, não frutificam como os demais?

Responder tais questões, evidentemente, não é tarefa fácil. Mas existe a possibilidade de inferir de modo operacional os (des)caminhos da estratégia. Neste ponto, deve-se buscar superar alguns obstáculos metodológicos e, para tal, alguns pontos podem ser levantados. De início, compreender uma estratégia pessoal implica diretamente em conhecer os motivos que levaram a tais escolhas, e estes motivos, serem de ordem cultural ou movidos por questões econômicas. Assim, deve-se buscar nas entrelinhas documentais possíveis valores pessoais das personagens analisadas.

É evidente que há restrições para se construir as estratégias, e conhecer suas limitações é fundamental para dimensionar sua funcionalidade. Saber que as possibilidades foram colocadas à pessoa por seu espaço de experiência e que haveria outras opções de comportamento disponíveis a qualquer momento, aponta para o entendimento do porquê certas tomadas de decisão foram assumidas por tais atores sociais. Isto pois, não apenas haveria múltiplas opções possíveis, mas sim acesso a determinadas informações que poderiam acarretar num planejamento eficaz a uma escolha, para que ele presumisse riscos e oportunidades. As fontes históricas não permitem que estas demandas sejam atendidas em sua totalidade e, em vista disso, Jan Kok (2002) ressalva:

Dada a escassez de dados sobre os motivos, as restrições, opções e informações, as estratégias tendem a ser deduzidas apenas a partir de resultados comportamentais. Neste sentido, o uso do conceito realmente ameaça obscurecer em vez de elucidar as cadeias humanas de ação e reação.⁴¹

Se estes entraves não conseguem ser superados em todos seus questionamentos, as dificuldades metodológicas são – em partes – suprimidas quando se utiliza outro artifício em busca das trajetórias conhecido ainda como abordagem ao longo da vida, ou o paradigma do curso de vida. Esta investida prima por estudar a interação entre as vidas individuais e a mudança social. Em artigo de 2007 publicado na *Annales de Demographie Historique*, Jan Kok estabelece os "*Principles and prospects of the life course paradigm*" anunciando-o, inclusive, como um novo paradigma capaz de revigorar o estudo das populações. Se, para o autor, a demografia lida (em última instância) com o destino e a escolha dos indivíduos, a reconstituição do curso de vida em nível micro analítico adapta-se para estudar as cadeias de causalidade. Reitera, contudo, que tal método não implica na rejeição da análise quantitativa. Chama a atenção, inclusive, para as novas técnicas estatísticas que são desenvolvidas para permitir que os padrões de vida de um grande número de pessoas sejam analisados. Em definição,

A abordagem do curso de vida é essencialmente um dispositivo heurístico para estudar a interação entre as vidas individuais e a mudança social. É uma forma de conceituar a vida dentro dos contextos da família, da sociedade e do tempo histórico. *O curso de vida* pode ser definido como a sequência de posições de uma pessoa em particular no decorrer do tempo. A posição pode ser tanto o estado civil, paternidade,

⁴¹ KOK, Jan. **Id.** "Given the paucity of data on motives, constraints, options, and information, strategies tend to be inferred only from behavioral *outcomes*. In this sense, use of the concept actually threatens to obscure instead of elucidate the chains of human action and reaction". 2002, p.473. Tradução nossa.

emprego, residência em um determinado local, etc. Uma análise do curso de vida estuda as frequências e o tempo das mudanças de posição, geralmente dos grupos como coortes de nascimento. Estas alterações são chamadas *eventos* ou *transições*. Cada curso de vida é caracterizado por uma sequência e combinação das transições, como sair de casa, encontrar um trabalho, encontrar uma parceira e tornar-se pai. Essas sequências de papéis ou status são nomeadas *trajetórias*, enquanto o tempo entre as transições é conhecida como *duração*.⁴²

De modo ambicioso, os estudiosos no curso de vida pretendem que sua abordagem, na medida em que forneça uma estrutura dos percursos sociais, das trajetórias e de uma mudança social, revelem as interações e interseções em diferentes níveis, tanto no micro dos indivíduos, quanto no macro da cultura, sociedade, economia e política. Para tentar fundamentar esta proposta, Kok propõe cinco passos fundamentais que embasa a análise do curso de vida. De início, o princípio do '*Lifespan development*' afirma que só é possível compreender as escolhas e comportamentos se tomarmos em conta as experiências em estágios anteriores da vida. Isto porque "o curso da vida é um processo cumulativo e deve, portanto, ser estudado como um todo".⁴³

No segundo princípio teríamos a '*Agency*', ou seja, o preceito de que as pessoas determinam sua trajetória de vida em relação a possíveis constrangimentos e oportunidades. O comportamento e a ação tomada

⁴² KOK, Jan. 'Principles and prospects of the life course paradigm'. **Annales de Demographie Historique**, 2007 (1) 203-230. The life course approach is essentially a heuristic device to study the interaction between individual lives and social change. It is a way of conceptualizing lives within the contexts of families, society and historical time. The *life course* can be defined as the sequence of positions of a particular person in the course of time. A position can be either marital status, parenthood, employment, residence in a particular location etcetera. A life course analysis studies the frequencies and the timing of changes in positions, generally of groups such as birth cohorts. These changes are called *events* or *transitions*. Every life course is characterized by a sequence and combination of transitions, such as leaving home, finding work, finding a partner and becoming a parent. Such sequences of roles or statuses are named *trajectories*, where as the time between transitions is known as *duration*. P. 204. Tradução nossa. Grifos do Autor.

⁴³ KOK, Jan. **Id.** The life course is a cumulative process and should therefore be studied as a whole. Tradução nossa. P. 205.

devem levar em conta o intuito, a eficácia e a direção dos planos de vida individuais. “Assim, ao considerar a ‘agency’, é preciso distinguir *planos de vida de longo prazo* (Hareven, 1982), reconsiderações táticas de curto prazo e do tipo de tomada de decisão orientado para a mera sobrevivência.”⁴⁴

A terceira norma seria o ‘*Time and Place*’. Literalmente, o tempo – coortes de nascimento – são fortemente influenciados pela especificidade histórica local. “Devido a mudança histórica, cada coorte de nascimento tem um único conjunto de restrições e oportunidades que moldam os cursos de suas vidas”.⁴⁵ Esta premissa se dedica a dinâmica da trajetória de vida e as mudanças institucionais, demográficas, econômicas que afetam o espaço analisado.

Na quarta regra temos especificamente o ‘*Timing*’ das experiências individuais e dos acontecimentos históricos sobre a trajetória de vida (repassado às subsequentes, dentro do fluxo familiar). Questiona Kok, “em que época específica uma transição especial (ou combinação de transições) ocorre? Muita atenção é dada para a interação de diferentes formas de tempo: o tempo do indivíduo (idade), da família (fases do ciclo familiar) e tempo histórico (ciclos econômicos, mudanças sociais).”⁴⁶

Por fim, o quinto e último princípio aponta para as ‘*Linked lives*’ em que se enfatiza que os cursos de vida são interdependentes dos outros – particularmente relevante no contexto familiar. As ações de um dos membros da família, como se casar, sair de casa, passa a ter influência imediata nos outros. “Em certa medida, as associações temporais entre

⁴⁴ KOK, Jan. **Id.** Thus, in considering agency, we need to distinguish between *long-range life plans* (Hareven, 1982), short-term tactical reconsiderations and the kind of decision making geared at sheer survival. P. 205. Tradução nossa. Grifos do autor.

⁴⁵ KOK, Jan. **Id.** Due to historical change, every birth cohort has a unique set of constraints and opportunities that shapes the courses of its lives. P. 05. Tradução nossa.

⁴⁶ KOK, Jan. **Id.** That is, at what specific age does a particular transition (or combination of transitions) occur? Much attention goes to the interaction of different forms of time: the time of the individual (age), of the family (stage in the family cycle) and historical time (economic cycles, social changes). P.205. Tradução nossa.

transições de membros familiares resultam, e, assim, revelam, a coordenação no seio das famílias ou domicílio.”⁴⁷

Estes cinco princípios necessários para se abordar o curso de vida, evidentemente, são de certa forma holísticos em sua aspiração de compreender o comportamento dos indivíduos dentro de suas redes pessoais, do local de sua vivência e circulação, mediado intrinsecamente pela época em que ocorrem dos acontecimentos. E é esta dependência fundamental do tempo das ações e de sua contextualidade que, para os estudiosos deste novo paradigma, qualificam a abordagem do curso de vida como um método ‘essencialmente’ histórico.

Outro debate historiográfico que auxilia no enfrentamento da questão numa seara de observação micro analítica, parte das inquietações, dilemas e reflexões entre a História e o narrar uma vida, neste caso, perspectivas coloniais de espaço biográfico. Primeiro cabe aqui revisitar a própria subjetividade do nosso ofício enquanto ato de narrar o passado, tendo em vista os limites e as possibilidades de se pensar as escrituras testamentais enquanto viabilidade de nuances testemunhais. Obviamente que as fontes que dispomos não fazem parte de um rol, por assim dizer, clássico dos documentos que se tomam no instrumental do gênero biográfico:

Biografias, autobiografias, confissões, memórias, diários íntimos, correspondências dão conta, há pouco mais de dois séculos, dessa obsessão por deixar impressões, rastros, inscrições, dessa ênfase na singularidade, que é ao mesmo tempo busca da transcendência.⁴⁸

Entretanto, fruto de diversas práticas narrativas, pode-se dizer, grosso modo, que sua produção decorre da seleção, descrição e análise de

⁴⁷ KOK, Jan. **Id.** To some extent, the temporal associations between transitions of family members result from, and thus reveal, coordination within families or households. P. 205. Tradução nossa.

⁴⁸ ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea.** Rio de Janeiro, EdUERJ, 2010. P.15.

uma trajetória individual, ou parte dela. Deste modo, ao nos depararmos com os testamentos, seu discurso moderadamente biográfico se assegura pela capacidade de apreender a vida evanescente, em oposição a um relato que se propunha a demonstrar uma presumida totalidade.

É assim que se toma tal perspectiva analítica dentro de um universo limitado de informações cuja vida e destino se apresentam. Partimos então, dos momentos finais da existência, da escrita do testamento (ou de seu codicilo), retrocedendo as circunstâncias evidenciadas naquele átimo de lembrança individual e percorrendo, numa linha pretérita sinuosa e pulverizada, instantes de seus percursos de vida. Neste ponto, vivenciamos as angústias de Carlo Ginzburg ao relatar as fragilidades da escassez documental quanto aos elementos seguros da biografia de Piero della Francesca:

Nessas condições, o pesquisador se sente como um alpinista diante de um paredão de rocha de dificuldade nível 6, liso e sem agarras. Há apenas um gancho avulso aqui e ali (...) De resto, conjeturas, dados incertos ou indiretos, nos melhores casos, datações *post quem* e *ante quem* que deixam lacunas por décadas.⁴⁹

O passo mais seguro, em especial ao se pesquisar os sertões paulistas entre finais do século XVII e início do XIX, segue sendo o acompanhamento nominativo de fontes junto aos assentos paroquiais de batizado, casamento e óbito; livros de notas; cartas de sesmarias, atas da câmara municipal; auto de contas da testamentária; inventários *post-mortem*; listas nominativas de habitantes e compêndios genealógicos, com vista a revelar os mecanismos de implementação das estratégias de sobrevivência, os planos familiares de alguns habitantes daqueles confins meridionais na América e, em especial, narrar uma vida que parte de um

⁴⁹ GINZBURG, Carlo. Prefácio (1981). **Investigando Piero: O Batismo**, o ciclo de Arezzo, e a *Flagelação* de Urbino. São Paulo: Cosac Naify, 2010. Pp. 9-10

referencial (auto)biográfico, atentos a “compreender os fenômenos sociais e sua historicidade”.⁵⁰

Obviamente que o espectro documental não traduz a realidade das ações daqueles indivíduos, nem ao menos a totalidade de suas participações no ambiente social. Notório dizer que, não veremos, de igual forma, suas presenças em todas as esferas como econômica, jurídica, política, cultural de que se permite vislumbrar na documentação. Mas, ao desvelar um único fio dentro daquele emaranhado nó de ações pontuais, trazemos à luz pequenos traços de suas vívidas trajetórias. Não espere o leitor um rascunho biográfico uniforme e cronologicamente linear. Ao contrário, são as realidades multifacetadas que despertam a narrativa.

Mas qual narrativa? Fruto de um longo debate sobre a História e os dilemas de uma escrita ficcional, num efeito de comparação com o Romance, Paul Veyne é assertivo em afirmar que o historiador, mesmo embasado em documentação, invariavelmente não representará o que ‘de fato’ aconteceu, em virtude da própria natureza parcial das fontes e das percepções do presente. Neste sentido, a História é, pois,

uma narrativa de eventos: todo resto resulta disso. Já que é, à primeira vista, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance; o vivido, o tal como ressaí das mãos do historiador, não é os atores; é uma narração, o que permite evitar certos problemas. (...) a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese narrativa é tão espontânea quanto a da nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos.⁵¹

⁵⁰ AVELAR, Alexandre de Sá. **Traçando destinos: desafios narrativos e éticos da biografia histórica.** Revista do IHGB, a176 (466): 121-150, jan./mar. 2015. P. 123.

⁵¹ VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história.** Brasília: UnB, 1998. P.18.

Quando pensamos nas possibilidades interpretativas do biografismo enquanto grafia de uma vida, primeiramente deve-se ter em conta que o gênero nunca teve fronteiras muito bem delimitadas. Para Wilton C. I. Silva,

Entendo por biografismo as manifestações narrativas que envolvem a seleção, descrição e análise de uma trajetória individual a partir de diversos enfoques e metodologias que permitem sua incorporação através do romance histórico, das narrativas pessoais (autobiografias, memórias e testemunhos), da literatura escolar e das biografias propriamente ditas.⁵²

É neste ponto que observamos a fluidez das abordagens e metodologias quando focadas no indivíduo: da 'História de Vida', hoje com grande recorrência na história oral em que busca reconstruir uma trajetória através do recolhimento de depoimentos; da 'Memória', na qual num texto autoral, um indivíduo busca descrever, de forma central, a época em que viveu e os fatos que, de forma direta ou indireta, presenciou; da 'Biografia', em que busca a reconstrução de partes ou de toda uma trajetória, utilizando-se de diversos tipos de fontes;⁵³ e, por fim, da 'Autobiográfica' onde num texto auto reflexivo o autor apresenta sua existência e personalidade como centrais na narrativa.⁵⁴

A escolha por esta seara interpretativa, que flerta com o relato (auto)biográfico, nos suscita a desafiadora possibilidade de escrever uma história incompleta e não definitiva, mas deveras imbricada nas subjetividades, nos modos de perceber e sentir o outro, nos afetos. Didier Lett, ao examinar as relações emocionais entre indivíduo e família nos finais

⁵² SILVA, Wilton C. L. Espelho de palavras: escritas de si, etnografia e ego-história. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). **Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica**. São Paulo: Letra e Voz, 2012. Pp. 40-41.

⁵³ **Id.** Pp.39-61.

⁵⁴ LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. P.48.

da Idade Média, postula que aquela era uma comunidade repleta de emoções. Podemos transpor indubitavelmente tais valores à sociedade colonial luso-americana, haja visto o que nos deparamos nos escritos testamentários.

Aí as pessoas ficam tristes, enraivecidas, com medo, manifestam desgosto ou surpresa. Essas manifestações variam em função do contexto documentário e relacional, do lugar ocupado por cada um ou por cada uma no sistema de parentesco, idade ou gênero. (...) O "regime emocional" próprio às famílias medievais não tem nada de "pueril" nem mesmo de "violento". Ao contrário, é regrado e regulado por uma gramática muito específica que, apoiando-se em modelos bíblicos, é aprendido desde a mais tenra idade no seio do grupo doméstico. Ele permite que cada um de seus membros experimente a vergonha, aprenda a defender a honra parental, exprima o amor e a raiva, e grite a dor quando a morte, tão presente, vem ceifar um próximo.⁵⁵

Partimos então a busca de analisar homens e mulheres comuns e sua multiplicidade, suas incoerências e conflitos como forma de esgueirar-se de uma concepção cerceadora das vontades individuais. Ou, como se posiciona Jaques Revel ao tratar da 'experiência biográfica', como um

(...) conjunto de tentativas, de escolhas, de tomadas de posição diante da incerteza. Ela não é mais pensável apenas sob a forma da necessidade – esta vida existiu e a morte a transformou em destino –, mas como um campo de possibilidades entre as quais o ator histórico teve de escolher.⁵⁶

⁵⁵ LETT, Didier. Família e relações emocionais. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (Dir.) **História das emoções:** da Antiguidade às Luzes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. P.264.

⁵⁶ REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas:** e experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 38.

Ainda é necessário insistir que os testamentos (como quase todo conjunto dos documentos aqui compulsados) não foram, muitas vezes, escritos por seus autores. Havia sim um universo de iletrados que dispunham seu testemunho à pena alheia, muitas vezes sendo-lhe colocado naquele ato religioso ou administrativo, por exemplo. Todavia, entendemos que, mesmo à margem, nas entrelinhas, ali está o sujeito, fossem em diferentes níveis de hierarquização social. A prática do iletramento, ou das formas jurídicas específicas para a feitura de um tomo documental de uma ação, permite então nos aproximar da 'experiência biográfica' apresentada por Revel.

Ademais, no que tange ao escopo de personagens observados, a possibilidade de pinçar algumas 'memórias de si' nos testamentos, por óbvio revela aqueles que deixaram formalmente tal documento, o que não correspondeu a experiência da maior parte da população dos sertões de Curitiba, uma vez que sua feitura não era algo 'obrigatório', fosse pela burocracia jurídica em face do parco cabedal, ou ainda, por não ter ocorrido a tempo de seu traspasse.⁵⁷ Entretanto, vale notar no limite da assertiva de Philippe Lejeune, quanto à narrativa confessional, em que verifica ter sido "um privilégio reservado aos membros das classes dominantes (...) [para quem] a autobiografia não faz parte da cultura dos pobres".⁵⁸, nossa reflexão, frente ao obstáculo da ausência de fontes documentais tradicionais do espectro biográfico de produção 'de uma casta dominante',

⁵⁷ Para a vila de Curitiba e seus sertões entre 1673 e 1802, foram compulsados 57 testamentos junto ao **Arquivo Metropolitano Dom Leopoldo Duarte, da Mitra Arquidiocesana de São Paulo**. Caixas: Testamentos 05-01-05 Processos Gerais Antigos (1727-1777); Testamentos 05-01-06 Processos Gerais Antigos (1789-1805) [29 Processos de Auto de Contas]; e ao **Arquivo Público do Paraná. Processos Judiciários do Juízo de Órfãos de Curitiba, 10ª Vara Cível**. Caixas PJI-01, PJI-02, PJI-03, Processos Avulsos. [28 testamentos trasladados em Inventários *post-mortem*]

⁵⁸ **Op. Cit.** 2008, p.114.

tende a ser revisionista⁵⁹. Vemos em nossos casos, homens e mulheres de um significativo espectro social. Capitães e donas assim como lavradores e tropeiros. Livres e libertos. Legítimos, legitimados e bastardos. Jovens e Idosos. Com ou sem filiação. Solteiros, casados e viúvos resgatando memórias de outros tempos de suas existências.⁶⁰

Por fim, para redimensionar tais questões e dar complexidade ao arcabouço conceitual da estratégia, tendo como percursos teórico-metodológico as proposições do biografismo e e do curso de vida, conjuntamente direcionamos o olhar especificamente para as perspectivas da trajetória, numa reflexão proposta por Lilia Moritz Schwarz que nos auxilia a investigação ao afirmar,

assim, sem descurar das especificidades do indivíduo analisado, é preciso situar o agente em seu grupo e no contexto social em que se encontra inserido. Nessa direção, valeria quem saber trocar a noção de biografia pelo conceito de trajetória: trajetória de relações - do indivíduo em relação

⁵⁹ Contraponto interessante a questão também se verifica em Margareth Rago. Ver: RAGO, Margareth. Autobiografia, gênero e escrita de si. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito. (Orgs.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz , 2018. Pp.205-222.

⁶⁰ Por fim, uma investigação que enumera alguns pressupostos e convenções do gênero biográfico e autobiográfico, de como as vidas são contadas, vem das discussões de Norman Denzin (1989). Ainda com ressalvas, e não servindo de uma chave de leitura hermética, por assim dizer, seus pontos servem de aproximação à sequência do capítulo, quais sejam: 1) o reconhecimento da existência de 'outros' textos biográficos ao se buscar narrar a vida de outrem. (Neste quesito, dedicamos atenção às genealogias e estudos coevos que tratem dos mesmo indivíduos); 2) a influência e importância de gênero e de classe; 3) tomar como ponto fulcral as origens familiares; 4) estabelecer quais os passos iniciais, os momentos fundadores da narrativa; 5) o autor deve interpretar a história narrada da pessoa; 6) demarcar etapas, circunstâncias e acontecimentos que obtenham coerência; 7) pessoas são reais e possuem vidas reais que podem ser mapeadas e significadas; 8) a incidência de experiências decisivas e; 9) o cuidado quanto as declarações, se 'verdadeiras' ou ficcionais. Ver: DENZIN, Norman. **Interpretive biography**. Newbury Park: SAGE Publications, Inc., 1989. P.6-7. Ver também discussão semelhante em: VILAS-BOAS, Sergio. **Biografismo**: reflexões sobre as escritas da vida. São Paulo: Editora da Unesp , 2006. P.21.

ao grupo em seus diversos campos sociais -, mas também trajetória de gerações.⁶¹

À luz de tais proposições, reiteramos aqui o argumento indicado na introdução acerca das estratégias e que guiam nossa investigação. Ao buscar compreender como numa localidade meridional paulista, fronteira e em expansão, entre os seiscentos e os setecentos – qual seja, a vila de Curitiba e seus sertões – a sociedade resolvia os impasses de um constructo nobiliárquico em formação, pautado no prestígio social, na posse de terra e de escravizados somando-se a formação de cabedal tanto simbólico quanto material. Que escolhas são utilizadas de modo individual e/ou familiar que demonstra as experiências (ou suas tentativas) de indivíduos e gerações?

O que chama a atenção é que, para além do prisma das estratégias, vislumbrou-se diferentes estratos de tempo daqueles sujeitos, uma vez que há constância em referências passadas, assertivas ou derrotas em suas narrativas do presente e encaminhamentos futuros. Ou seja, suas experiências e memórias que o constituem em suas ações.

Um único ser humano não consegue processar tudo. Reside aí a determinação individual de cada geração, que pode ser facilmente estendida a todos os que vivem em um mesmo tempo e cujas condições sociais ou experiências políticas se assemelham. Formam-se assim unidades geracionais, mesmo que mortes e nascimentos as alterem continuamente. (...) Existem tempos históricos que transcendem a experiência de indivíduos e de gerações. Nesse caso, trata-se de experiências que já estavam disponíveis antes das gerações contemporâneas e que provavelmente continuarão a atuar depois do desaparecimento delas. (...) Trata-se aqui daquele ciclo recorrente de concepção, nascimento e morte, que

⁶¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. **História Social**. Rio de Janeiro, n. 24, 2013. p.6.

acolhe todas as histórias de amor e de ódio, todos os conflitos geracionais.⁶²

1.2 *Família, espaço e poder numa fronteira meridional*

A pequena trajetória que ensejou a introdução desta investigação doutoral, reforça o que a historiografia vem demonstrando, sob os mais variados enfoques,⁶³ que a família exerceu importância fundamental no funcionamento e na montagem das atividades econômicas, nas relações sociais e políticas dos indivíduos, assim como em suas trajetórias de vida. Conforme nos apresenta Sheila de Castro Faria, “da ou para a família, não necessariamente a consanguínea, que todos os aspectos da vida cotidiana ou pública se originavam ou convergiam.”⁶⁴ O termo família, dentro do período de colonização lusa na América, não pode ser restringido às relações consanguíneas, mas também:

à coabitação e às relações rituais, podendo ser tudo ao mesmo tempo [...]. Ao invés de demarcar a família como um objeto em si mesmo, deve-se levar em conta a sociedade a sua volta, incorporando estudos que incluam: rede social; as relações de

⁶² KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. P.24.

⁶³ VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**: populações rurais do centro-sul. Belo Horizonte: Itatiaia/Niterói, 1987. ALMEIDA, Ângela Mendes. Notas sobre a família no Brasil. IN: ALMEIDA, Ângela Mendes et al. **Pensando família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. pp.53-66. CORREA, Marisa. Repensando família patriarcal brasileira. IN: ARANTES, Antonio Augusto et al. **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra**: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1997.

⁶⁴ FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. P.256.

parentesco; residência e vizinhança; estratégias matrimoniais e sistemas de herança; o papel dos vínculos de amizade e solidariedade; e em definitivo, todo o universo de sociabilidade em que se insere o indivíduo.⁶⁵

Foi justamente a ligação de Manoel Gonçalves de Aguiar com o sobrinho João Pereira Braga, sobretudo na institucionalização do usufruto da terra numa área de expansão de fronteiras físicas e que estava, no início do século XVIII, constituindo suas próprias hierarquias, que legou aos 'Pereira Braga' o título de uma das famílias tronco do Paraná.⁶⁶ Migrar, seja por movimentação espontânea ou dirigida, modificou o curso de vida daquela família.

A descoberta das novas terras na América despontou, especialmente para portugueses e espanhóis, como local privilegiado da expansão política e mercantil dos potentados Ibéricos, e principalmente, enquanto um espaço fronteiriço a ser construído por uma população em diáspora pelo Atlântico. Tais indivíduos carregavam consigo o *habitus* de suas vivências e experiências edificadas ao longo da Península (com as diferenças entre norte e sul), nas costas da África, nas ilhas dos Açores e Cabo Verde, nos mares do Oriente entre outros.⁶⁷

Estes experimentos foram fundamentais para constituir as populações 'americanas': o desejo da conquista do novo, das hierarquias e distinções sociais – principais metas que as famílias almejavam durante o Antigo Regime português. Mesmo nos mais longínquos rincões da América lusa, não se pouparam esforços para alçar ou manter posições dentro da sociedade em que se cobiçava prestígio e diferenciação. A nobilitação era um ideal disseminado e, no novo mundo, havia brechas para alcançá-la,

⁶⁵ FARIA, Sheila de Castro. **Op. Cit.**, 1998, p.43.

⁶⁶ NEGRÃO, Francisco. **Op. Cit.** IV. Pp. 397-558.

⁶⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul.** São Paulo: Cia das Letras, 2000.

especialmente em locais em que as próprias fronteiras físicas e sociais estavam em processo de formação.⁶⁸ Com essa finalidade, muitos dos homens e mulheres que se aventuraram pelos sertões de Curitiba em finais do século XVII e início do XVIII, desenvolveram estratégias com vistas a conquistar sua própria distinção.

Contudo, antes de adentrar nas especificidades das estratégias neste espaço fronteiriço, voltemos a tratar da unidade, por excelência, de tomada de decisão: *a Família*. Em História, é possível afirmar que cada escrito sobre o passado é, acima de tudo, uma narrativa, uma interpretação daquele período pretérito. Assim, ao longo do processo histórico observamos que alguns termos comumente reconhecidos, tinham, muitas vezes, outro significado em determinados momentos e locais. Esse preâmbulo serve de guia para evocarmos o significado e o peso destinado à família no ultramar lusitano na América: o que se reconhecia como família e quais eram seus membros? Antes de buscar responder estas questões, cabe apontar que a historiografia concedeu à família o *status* de principal célula formadora do Brasil colônia, em que se observam “a importância da família como instituição que moldou os padrões de colonização e as relações desde o período colonial.”⁶⁹

Ricardo Cicerchia, ao discorrer sobre a historiografia das formas familiares, revela um itinerário de estudos científicos que tem na família seu objeto de análise, apontando para os desafios que são encontrados em suas interpretações, questionando principalmente a validade de se tomar a família europeia como modelo clássico de observação. Para o autor, enquanto conceito,

⁶⁸ Ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.; RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial**. Brasil c.1530-c.1630. São Paulo: Alameda, 2009.; RAMINELLI, Ronald. **Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

⁶⁹ KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). **Família e grupos de convívio**, São Paulo, n. 17, pp.37-63, set. 1988/ fev. 1989. p.37.

A família (sujeito histórico) é um acontecimento demográfico, econômico, jurídico e, fundamentalmente, um conjunto de vínculos humanos, ou seja, cultural. É justamente esta diversidade que determina a posição estratégica da história dentro das ciências sociais. A família é uma organização social que contém intrinsecamente mudanças e tradição, novidade e hábito, estratégia e norma. Tal tensão, sempre histórica, não somente alterou a textura dos papéis intrafamiliares, mas também a funcionalidade das relações entre a razão doméstica e as necessidades estruturais de mudança social.⁷⁰

No Brasil, a historiadora Sheila de Castro Faria apresentou alguns pontos que foram trazidos de empréstimo da demografia histórica, e que forneceram novos olhares para a família moderna⁷¹. Foi, sobretudo, nas pesquisas nos amplos fundos documentais de cunho religioso e político que foi possível dar amplitude ao conceito de família. Tais fontes foram produzidas de modo que permitiram ao investigador serializá-las, razão pela qual se desenvolveu uma gama ímpar de abordagens à população, seja desde aspectos de sua estrutura até informações sobre seu comportamento ao longo do tempo.

Iraci Del Nero da Costa, observando certo cuidado em relação às questões relativas à demografia histórica, sugere uma definição tendo em vista a necessidade de um 'transbordamento' no que tange sua delimitação. Para o autor,

A demografia histórica, que tem como objeto de estudo as populações humanas no período pré-censitário (o qual engloba os períodos pré e proto-estatísticos), é o campo da Ciência Social que, estabelecendo *in totum* ou parcialmente, o estado e os movimentos daquelas populações, procura

⁷⁰ CICERCHIA, Ricardo. Historiografia das formas familiares: dilemas e encruzilhadas. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 103-123, jan/jun. 2009. p.104-105.

⁷¹ FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion ; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro : Campus , 1997.

identificar as causas e as consequências dos mesmos, bem como explicitar as inter-relações destes com outros elementos da vida em sociedade. Para tanto, lança mão, também, das técnicas e dos conhecimentos das demais ciências e desenvolve técnicas e modelos próprios utilizando, além dos dados tradicionalmente considerados pela demografia, todas e quaisquer fontes que possam servir a seu escopo. Presentes estas fontes e aquelas técnicas e modelos, a demografia histórica estende-se ao período censitário. Cumpre observar, ademais, que os resultados propiciados pela demografia histórica não se limitam ao campo estrito dos fenômenos tidos como puramente demográficos, pois também dizem respeito aos demais campos da Ciência Social.⁷²

Este novo olhar para a demografia histórica, em que se ampliam suas fronteiras, é fundamental para adentrar em outras possibilidades de objetos a serem analisados ou reinterpretados pela historiografia. Não se pretende, obviamente, generalizar o próprio conceito da demografia histórica, mas sim valorizar a multiplicidade de enfoques que a disciplina fornece ao pesquisador enquanto artefato metodológico.

Voltemos, contudo, nossa atenção à Família do passado brasileiro. No Antigo Regime, a referência social ao indivíduo era frágil, sendo sua identificação social quase sempre associada ao seu pertencimento a um grupo mais amplo. Diversos autores que se dedicam ao tema da História da Família apontam para o papel do casamento e da organização parental como mecanismos aglutinadores para a manutenção do *status* na sociedade. De imediato, vale destacar a importância que a família teve no processo de formação dessas redes parentais, ainda que múltiplas explicações fossem apresentadas pela historiografia.

⁷² COSTA, Iraci Del Nero da. Por uma definição de demografia histórica. **Boletim de História Demográfica** (on-line). São Paulo : Núcleo de Estudos em Demografia Histórica, Universidade de São Paulo, ano I, n.2, jul. 1994. p.3-4. Sobre os 'transbordamentos', ver também: MOTTA, José Flavio; COSTA, Iraci Del Nero. Demografia histórica: da sementeira à colheita. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Brasília, n. 14(1/2), 1997. p.151-158.

Se, grosso modo, *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre (na década de 1930) trouxe para a discussão a importância da família enquanto a base da estruturação e dos arranjos da sociedade colonial, pautava-se o autor em analisar o domínio e o prestígio social dos senhores escravistas reconhecidos por meio do poder local, entendendo a família de elite nas mãos do patriarca, como um modelo explicativo padrão. A partir da década de 1980, com pesquisas embasadas em séries demográficas, foi possível ampliar o campo de observação acerca da vida e da organização familiar não só dos grupos de elite, mas também dos intermediários sociais e dos escravos. De posse deste novo campo de estudos, o que se tomou como ponto de partida no que diz respeito ao patriarcalismo ao se estudar o período colonial brasileiro, é que família extensa e patriarcalismo não são sinônimos e nem patriarcalismo e família conjugal se excluem. As investigações têm apontado para a atuação de inúmeros outros grupos no conjunto social, na tentativa de entender a lógica de suas condutas.

Uma das concepções de família utilizada neste texto, ampara-se em aportes estruturais da antropologia de Claude Lévi-Strauss. Em tal abordagem, entende-se família como um arranjo horizontal entre parentes, ou seja:

cada familia proviene de la unión de otras dos familias, lo cual quiere decir también que proviene de su fragmentación: para que se funde una familia es necesario que dos se vean amputadas de sus miembros [...] Este perpetuo movimiento de vaivén, que desagrega las familias biológicas, transporta sus elementos a distancia y los agrega a otros elementos para formar nuevas familias, teje redes transversales de alianza en la que los fieles de la iglesia 'horizontal' ven las líneas de fuerzas que sirven de base e incluso engendran toda organización social.⁷³

⁷³ “[...] cada família provém da união de outras duas famílias, o que quer dizer também que provém de sua fragmentação: para que se funde uma família é necessário que duas se vejam desprovidas de seus membros [...] Este perpétuo movimento de vai-vem, que desagrega as famílias biológicas, transporta seus elementos a distância e os agrega a outros elementos para formar novas famílias, tece redes transversais de aliança nas quais

Este conceito seria apropriado para fundamentar estudos que focalizam a América portuguesa, pois ao consultarmos dicionários de época lusitanos, encontramos: na descrição do verbete 'Família', de Raphael Bluteau (1717), a referência a "*As pessoas que de que se compõe uma casa, pais, filhos e domésticos*". Deste termo, decorrem os similares verbetes 'Familiar' e 'Casa', definidos como "*Familiar da casa. Doméstico. Ser um dos familiares da casa ou pessoa de alguém*" e "Geração. Família".⁷⁴ Já no dicionário de Antônio de Moraes Silva, de 1813, encontramos a família definida como "*as pessoas, de que se compõe a casa, e mais propriamente as subordinadas aos chefes, ou pais de família. Os parentes e aliados.*"⁷⁵ Percebe-se que o termo família aparece nos verbetes junto a elementos que extrapolavam os limites da consanguinidade, entremeando-se à coabitação e à parentela, incluindo relações rituais e alianças políticas. Vê-se que os aspectos da vida cotidiana, tanto 'portas adentro' quanto 'portas a fora', tinham suas origens ou convergiam-se a partir da 'Família'.⁷⁶ Para Leila Mezan Algranti,

os fiéis da igreja 'horizontal' veem as linhas de forças que servem de base e inclusive engendram toda organização social." (tradução nossa).

⁷⁴ Rafael BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez e Latino [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos*, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus (vols. 1-4); Lisboa, Pascoal da Sylva (vols. 6-8); Lisboa Occidental, Joseph Antonio da Sylva (v. 9); Lisboa Occidental, Patriarcal Officina da Musica (v. 10), 1712-1728 (v. 1 [A], 1712; v. 2 [B.C], 1712; v. 3 [D.E], 1713; v. 4 [F.G.H.I], 1713; v. 5 [K.L.M.N], 1716; v. 6 [O.P], 1720; v. 7 [Q.R.S], 1720; v. 8 [T.U.V.X.Y.Z], 1721; v. 9 [«Supplemento ao vocabulario: Parte primeira»], 1727; v. 10 [«Supplemento ao vocabulario: Parte segunda»], 1728). Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em: 17/08/2010

⁷⁵ DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, SILVA, Antonio de Moraes. Facsimile da 2ª ed. De 1813. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1922.

⁷⁶ Cf. FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: **Op. Cit.** 1997. p.256.

tratar, pois, da vida doméstica na Colônia, no seu sentido mais estrito, implica penetrar no âmbito do domicílio, pois ele foi de fato o espaço da convivência da intimidade. [...] É o espaço do domicílio que reúne, assim, em certos casos, apenas pessoas de uma mesma família nuclear e um ou dois escravos; em outros, somavam-se a essa composição agregados e parentes próximos, como mães viúvas ou irmãs solteiras. Por vezes encontramos domicílios de padres com suas escravas, concubinas e afilhadas, ou então comerciantes com seus caixeiros. Em alguns domicílios verificamos a presença de mulheres com seus filhos, porém sem maridos; também nos deparamos com situações em que um casal de cônjuges e a concubina do marido viviam sob o mesmo teto. Isso sem falar nos filhos naturais e ilegítimos que muitas vezes eram criados como os legítimos. Tantas foram as formas que a família colonial assumiu, que a historiografia recente tem explorado em detalhe suas origens e o caráter das uniões, enfatizando-lhe a multiplicidade e especificidades em função das características regionais da colonização e da estratificação social dos indivíduos.⁷⁷

Observa-se que a família exerceu importância fundamental no funcionamento e na montagem das atividades econômicas, nas relações sociais e políticas dos indivíduos, assim como em suas trajetórias de vida. Conforme Sheila de Castro Faria, “da ou para a família, não necessariamente a consanguínea, que todos os aspectos da vida cotidiana ou pública se originavam ou convergiam.”⁷⁸ O termo família, dentro do período de colonização lusa na América, não pode ser restringido às relações consanguíneas, mas também:

à coabitação e às relações rituais, podendo ser tudo ao mesmo tempo [...]. Ao invés de demarcar a família como um objeto em si mesmo, deve-se levar em conta a sociedade a sua volta,

⁷⁷ ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). **História da vida privada**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp.86-87.

⁷⁸ FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: **Op. Cit.** 1997. p.256.

incorporando estudos que incluam: rede social; as relações de parentesco; residência e vizinhança; estratégias matrimoniais e sistemas de herança; o papel dos vínculos de amizade e solidariedade; e em definitivo, todo o universo de sociabilidade em que se insere o indivíduo.⁷⁹

Diante disso, a família a que pertencesse o indivíduo determinava sua condição social. Mas, se o escravismo situava dois polos opostos naquela sociedade, colocando livres e escravos em esferas distintas, esta clivagem jurídica não exauria toda a vasta gama de atores sociais que interagiram no palco da colônia. Estudos vêm mostrando que os negros e mestiços de toda ordem buscavam 'alçar condição', porque entendiam o sistema de classificação que ordenava a posição das pessoas naquela sociedade⁸⁰. A liberdade e a posse de outros homens, conforme Laima Mesgravis, não era suficiente para o exercício do poder ou gozo da estima social. "Para tal era preciso ser 'homem bom'; 'um dos principais da terra'; 'andar na

⁷⁹ FARIA, Sheila de Castro. **Op. Cit**, 1998, p.43.

⁸⁰ LEWCOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. In: **Família e grupos de convívio**, São Paulo, n. 17, p.101-114, set. 1988/ fev. 1989; EISENBERG, Peter Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. **Estudos Econômicos**, v. 17, nº. 2, p. 175-216, maio/ago. 1987; PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995; SOARES, M. de S. **A remissão do cativo**: a dívida da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacazes, c. 1750-c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009; SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; MACHADO, Maria Helena. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. **Revista Brasileira de História** 8 (16): 143-160, mar./ago. 1988. GUEDES, Roberto **Egressos do cativo**: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2008, CASTRO, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, MOTTA, José Flavio. **Corpos escravos, vontades livres**: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP / Annablume, 1999.

governança'; 'viver à lei da nobreza'; 'tratar-se nobremente'; 'ser limpo de sangue'; 'não padecer de acidentes de mecanismo'."81

Como se sabe, a ideia de "homem bom" refletia uma atitude mental aos moldes da hierarquização típica do Antigo Regime. Era incapaz de considerar os indivíduos, nascidos iguais e portadores dos mesmos direitos. Eram o sangue, a linhagem, a ocupação e os privilégios que estabeleciam as diferenças.

Na sociedade de Antigo Regime, o mais aparente é a divisão em estados ou ordens – clero, nobreza, braço popular. É uma divisão jurídica, por um lado, é por outro, uma divisão de valores e de comportamentos que estão estereotipados, fixados de uma vez para sempre, salvo raras exceções. Cada qual ocupa uma posição numa hierarquia rígida, segundo tem, ou não, título e tem, ou não direito a certas formas de tratamento.⁸²

A historiografia brasileira e lusitana não tardou em reconhecer que tais ideias de Antigo Regime foram dispersas ao longo do além-mar português, inclusive em suas posses na América, ainda que revisitando tal inflexibilidade entre as chamadas ordens. Mesmo ocupando os centros ou as periferias, inúmeros indivíduos compreenderam a lógica que os distinguiu e buscaram alçar ou manter posições dentro da sociedade a fim de serem reconhecidos como portadores de prestígio, confiança e honradez.

Os indivíduos traziam consigo a sua experiência de vida no reino, e em suas percepções de mundo, a sociedade era hierarquizada e as pessoas desfrutavam de posições distintas e desiguais, em função de suas

⁸¹ MESGRAVIS, Laima. Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil colônia. In: **Estudos econômicos**. IPE/USP v.13, 1983. p.799.

⁸² GODINHO, Vitorino Magalhães. **Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa**. Lisboa: Arcádia, 1975. p. 72.

'qualidades'.⁸³ Contudo, observaram também que justamente nas posses ultramarinas do Império, tal hierarquização ganhava novas matizes.

A partir de uma concepção de sociedade que seria imóvel, mas estava em constante transformação, engendrava-se, no limite, toda uma nova ordem social do outro lado do Atlântico. Neste processo, cabia à justiça real arbitrar os conflitos e dar solução às situações imprevistas que constantemente surgiam entre seus súditos no mundo colonial. Nesse contexto, abriam-se exceções e consolidavam-se novas possibilidades sociais.⁸⁴

O "homem bom" era aquele então, que reunia condições para pertencer a um estrato social distinto o bastante para manifestar a sua opinião e exercer determinados cargos. No Brasil Colônia, associava-se em particular àqueles que podiam participar da "governança" municipal, elegendo e sendo eleitos para os cargos públicos que estavam reunidos nas Câmaras, principais instâncias da representação local da monarquia.⁸⁵

⁸³ Ver: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.). **Op. Cit.**, 2001.

⁸⁴ **Idem.** p.155.

⁸⁵ **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. VAINFAS, Ronaldo. (org.) Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000. p. 284. Ver também: FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. 4ª ed. Porto Alegre: Globo, 1977. v. 1. MONTEIRO, Nuno G. Os poderes locais no antigo regime (coord.). **História dos municípios e do poder local** [dos finais da idade média à união europeia]. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. SALGADO, Graça. (org.) **Fiscais e Meirinhos**; a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. VIDIGAL, Luís. **O municipalismo em Portugal no século XVIII** – elementos para a caracterização da sociedade e instituições locais, no fim do "Antigo Regime". Lisboa: Livros Horizonte, 1989. SANTOS, Antonio César de Almeida; PEREIRA, Magnus R. M. de. Para o bom regime da república; ouvidores e câmaras municipais no Brasil Colonial. Monumenta (Provimentos do ouvidor Pardino para Curitiba e Paranaguá – 1721). Curitiba, v. 3, n. 10, 2000.

MONTEIRO, Nuno G. Poderes municipais e elites locais (séculos XVII-XIX): estado de uma questão. **O município no mundo português**. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

Neste ponto, observa-se que a distinção era uma das principais metas que grande parte das famílias almejava dispor. Mesmo nos mais longínquos rincões da América lusa, não se pouparam esforços para alçar ou para manter posições dentro da sociedade em que se cobiçava prestígio e diferenciação social. A ideia do 'ser nobre' atuava no sentido de conformar oposições distintas, que acabava criando uma miríade de pequenos traços distintivos entre as pessoas, que eram zelosamente cultivados por quem os conquistava, independente da maneira pela qual foi conquistado. Afinal era uma sociedade multirracial e desde o primeiro momento, conforme destaca muito bem Gilberto Freyre, os portugueses não tiveram o menor pudor em atuar no sentido de criar uma sociedade mestiça.

Vê-se que nobre, no dicionário de Antônio de Moraes Silva, está definido como "conhecido e distinto pela distinção, que a lei lhe dá dos populares, e plebeus, ou mecânicos, e entre os fidalgos por grandes avoengos, ou ilustres méritos."⁸⁶ Remete, portanto, para a existência de dois tipos de nobreza: uma calcada no sangue, na linhagem, que passava de pai para filho, formada pela alta aristocracia; e outra que estava assentada em serviços prestados à Coroa, fosse pelo bom exercício de funções públicas ou, particularmente após a expansão marítima, aos feitos prestados à monarquia lusa na própria construção do Império português.⁸⁷ Como aponta Maria Beatriz Nizza da Silva, em conformidade com o tratadista luso Luís da Silva Pereira Oliveira, uma seria a 'nobreza natural' e a outra a 'nobreza civil ou política'.⁸⁸

Muito embora se perceba que o ideal de nobilitação estivesse presente na sociedade luso-americana, é possível compreender que havia caminhos bem delimitados que levariam as famílias a conquistar sua distinção. A

⁸⁶ SILVA, Antonio de Moraes. **Op.cit** , 1922.

⁸⁷ FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (org.). **Op. Cit.** 2001.

⁸⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Op. Cit**, 2005. p.16.

busca de reconhecer tais percursos, dentro desta lógica alicerçada nos ideais nobiliárquicos é o que denominamos de “bem viver”. Como vimos na epígrafe da introdução, segundo Moraes Silva, define-se bem viver enquanto ‘*a norma do procedimento, da conducta*’ e, dentro daquilo que vem se discutindo, deveriam ser almejadas metas, e por consequência estratégias, para se obter o reconhecimento local. Um dos caminhos mais recorrentes para o enobrecimento, apontado pela historiografia, foi percorrido por aqueles que se empenharam em associar-se a grupos de elite, particularmente pela via matrimonial.

Segundo François Lebrun, em seu estudo sobre o significado do casamento e do amor para as sociedades tradicionais,

(...) em todos os meios, o casamento é considerado primeiramente como um negócio de interesses, no sentido amplo do termo, e muito secundariamente como um negócio de sentimentos.⁸⁹

Ainda que subordinado à jurisdição da Igreja, o casamento permaneceu como um negócio familiar, um contrato que construía redes de aliança e solidariedade, econômica, política ou social entre famílias. Outro importante significado do matrimônio localizava-se no fato deste ter sido um contrato reconhecido pela legislação civil de transmissão de herança, bem como um acordo legalizado entre famílias, mais do que indivíduos.⁹⁰

Se observarmos que na maior parte do ultramar lusitano, sob a égide econômica, eram escassos os recursos e as populações possuíam somente bens e produtos de consumo básicos para a sobrevivência⁹¹, verifica-se que

⁸⁹ LEBRUN, François. **A vida conjugal no Antigo Regime**. Lisboa: Edições Rolim, 1980.p. 175.

⁹⁰ Ver: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Op. Cit.** 1997.

⁹¹ **Cf.** LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981; SCHWARTZ, Stuart B. Roceiros e escravidão: alimentando o Brasil nos fins do período

era fundamental instituir relações de afinidade para melhor se estabelecer, sobretudo em regiões periféricas. Segundo análise de Elizabeth Kuznesof nos territórios meridionais do Brasil, entre os séculos XVI e XVII,

O que era importante para os paulistas era a proximidade do grupo social no qual eles se baseavam para obter ajuda e realizar a troca – o clã familiar. A precária economia de subsistência, a agricultura, apoiava-se e protegia-se através de um sistema de troca de grupo e ajuda mútua. Essas não eram relações de mercado, nem relações baseadas em um sistema de reciprocidade específico, mas sim, um sistema de apoio generalizado para todos os membros do grupo.⁹²

O caminho mais eficaz para suprir esta carência e solidariedade era justamente a instituição do casamento, que, pela união de duas famílias, permitia a configuração de um relacionamento de assistência mútua. Além disso, era uma relação de dependência entre os cônjuges e os membros das duas linhagens, visto que se desejava que esta aliança não somente garantisse a subsistência das famílias, mas também ampliasse os domínios territoriais. Tais interesses eram acompanhados ainda pelo de adquirir, com o tempo, maior representação social e política na sua localidade. Desse modo, era importante escolher os cônjuges que favorecessem os interesses pessoais de ambos os noivos e suas respectivas famílias.

O casamento, então, não envolvia apenas os nubentes, mas, também, o grupo social que os cercava, colocando todos num jogo de interesses tanto morais quanto econômicos determinados pela sociedade. Os sistemas de casamento do período colonial apresentam-se, de acordo com Philippe Ariès, muito semelhantes aos de Paris do século XVIII, envolvendo, além dos

colonial. In: SCHWARTZ, S. B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001. Capítulo 3, p. 123-170.

⁹² KUZNESOF, Elizabeth. **Op. Cit.** 1988/1989, p.40.

noivos, a família, parentela e a vizinhança. A escolha do cônjuge era submetida ao olhar da vizinhança que passava a analisar a conduta deste indivíduo.⁹³

As doutrinas da Igreja determinavam que o casamento fosse indissolúvel, razão esta que justificava a preocupação e os cuidados na hora de escolher o cônjuge. Maria Beatriz Nizza da Silva, ao se dedicar ao *Sistema de casamento no Brasil Colonial*, (1984), reafirmou que: "Na visão da Igreja, não era por amor que os cônjuges deviam se unir, mas sim por dever; para pagar o débito conjugal, procriar e, finalmente, lutar contra a tentação do adultério."⁹⁴ A autora ainda apresenta, através da citação de Azeredo Coutinho, a observação que intitulava o casamento como um contrato regido por três leis:

O matrimônio é um contrato estabelecido: 1º pela lei da natureza. Dependente só da vontade dos contraentes; 2º pelas leis de cada uma das grandes sociedades, ou nações debaixo de certas regras, e solenidades para o bem não só particular dos mesmos contraentes, más (sic) também do público, e geral das mesmas sociedades, ou Estado; 3º foi levado a sacramento por Nosso Senhor Jesus Cristo fundador da nossa salvação dos homens.⁹⁵

O princípio da igualdade, outro fator analisado por Silva, influenciava o momento de escolher o cônjuge, uma vez que ambos almejavam, de certa forma, uma equidade social, etária, física e moral. É possível apreender tais ideais quando se observa a *Carta de Guia dos Casados* de D. Francisco Manuel de Melo: "Uma das cousas que mais podem assegurar a futura felicidade dos casados, é a proporção do casamento. A desigualdade no

⁹³ ARIÈS, Philippe. **História da Vida Privada 3:** Da Renascença ao Século das luzes. São Paulo. Ed. Companhia de Letras. 1991

⁹⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial.** São Paulo: EDUSP, 1984. p.28.

⁹⁵ COUTINHO, Azeredo. **Apud.** SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Idem.** p.29.

sangue, nas idades, na fazenda, causa contradição; a contradição a discórdia.”⁹⁶ Contudo, em se tratando de ascender socialmente, muitos foram os casos em que a igualdade etária não foi a tônica exigida e, em alguns casos, tal disparidade era até desejada, haja vista a falta de homens ou mulheres disponíveis no mercado matrimonial. Alguns adágios portugueses do século XVII evidenciam: “Seja marido cão, e tenha pão” [...] “Antes velha com dinheiro, que moça com cabelo.”⁹⁷

Outra questão que influenciava a busca do matrimônio amparado em níveis sociais entre iguais era a questão do dote, pois este definia o futuro das filhas e a manutenção ou a ascensão social mediante conveniência. Um dos estudos pioneiros acerca da dotação foi o de Muriel Nazzari, demonstrando, numa perspectiva de ampla duração, o quanto os jovens portugueses recém-chegados no ultramar se valeram de seu capital simbólico, branco e reinol, para enobrecer e conferir honorabilidade social à descendência das filhas e netas dos principais sertanistas paulistas. Focalizando o espaço social paulistano, Nazzari mostrou os vultosos dotes conferidos aos genros e seu papel capital na organização da hierarquia local.⁹⁸ A forte influência da família na escolha do cônjuge determinava-se pelo ‘pacto matrimonial’ que, com o oferecimento de grandes dotes, estimulava os homens a se casarem.

Em se tratando desse princípio de igualdade exigido entre os dois indivíduos que pretendiam unir-se em matrimônio, quando este não se fazia presente, no intuito de manter clandestinamente esses relacionamentos, muitos viviam em concubinato, geralmente nas relações que envolviam indivíduos de classes desiguais, fossem naquelas mantidas com mulheres ‘inferiores’ e/ou com aquelas que viviam de ‘portas a fora’, que tinham fama;

⁹⁶ MELO, Francisco. **Apud.** SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Idem.** p.66.

⁹⁷ Maria Beatriz Nizza da. **Idem.** p. 66.

⁹⁸ NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote:** mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 69-73

ainda com homens casados em fraqueza do 'pecado da carne'. Como afirma Fernando Torres-Londoño: “Assim o *concupinat* caracterizava um casamento impossível, quer pela desigualdade dos envolvidos, quer pelas circunstâncias específicas em que as pessoas se encontravam.”⁹⁹ Questões como as ilicitudes de uma união que não cumprisse com o Concílio Tridentino (1545), deveriam ser coibidas pela Igreja, “para evitar os abusos e indecências dentro da Casa do Senhor”¹⁰⁰ foi publicada em 1707 um conjunto de normas que regulamentaram toda a esfera sagrada da colônia: as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que valeriam para toda América lusitana. Como uma das instituições fundamentais, a Igreja Católica moldou a forma como os indivíduos vivenciavam suas experiências cotidianas. Desde o nascimento até o último suspiro, ela marcava importantes momentos da vida dos fiéis, principalmente através dos sacramentos (Batismo, Confirmação, Eucaristia, Penitência, Unção dos Enfermos, Ordem e Matrimônio). Vê-se que as relações com o sagrado desempenhavam um papel fundamental na própria articulação social, isso se analisadas enquanto desenvolvimento de suas estruturas mentais.

Mesmo salientando esta importância exercida na vida dos indivíduos nos domínios portugueses do ultramar, cabe ressaltar que, do ponto de vista das práticas religiosas, algumas lacunas faziam-se presentes. De acordo com Luiz Mott,

aqui, muitos e muitos moradores passavam anos sem ver um sacerdote, sem participar de rituais nos templos ou de frequentar os sacramentos. Tal carência estrutural levou de um lado à maior indiferença e apatia de nossos antepassados ante as práticas religiosas comunitárias, do outro, ao incremento da vida religiosa privada, que, na falta do controle

⁹⁹ TORRES LONDOÑO, Fernando. **A outra família:** concubinato, Igreja e escândalo na colônia. São Paulo: Loyola, 1999. p.21. grifo do autor.

¹⁰⁰ MOTT, Luiz. Cotidiano e Vivência Religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. Coleção História da Vida Privada no Brasil.** São Paulo. Cia das Letras, 1999. p.162.

dos párocos, abria maior espaço para desvios e heterodoxias.¹⁰¹

Por fim, para além de um encaminhamento ideal ou desviante, alguns indivíduos não recorreram ao casamento enquanto ato sacramental. Dos testadores e testadoras de Curitiba, dos 58 processos de auto de contas compulsados, 7 homens e 2 mulheres identificaram-se, na narrativa de suas últimas vontades, que não havia se casado.

Tabela 1: Testamentos encontrados para Curitiba e seus sertões (1673-1802)

	Homem	Mulher	Total
	Nº Abs	Nº Abs	Nº Abs
Solteiro(a)	7	2	9
Casado(a)	20	4	24*
Casado(a) em 2ª Núpcias	5	5	10
Viúvo(a)	4	9	12
Não Identificado	2	0	2
	38	20	58

* O Processo de Auto de Contas de Clara Pereira Paes (1773), apresenta que seu testamento fora redigido em conjunto ao marido, Manoel Fernandes Sardinha, em (1765).

Fonte: Arquivo Metropolitano Dom Leopoldo Duarte, da Mitra Arquidiocesana de São Paulo. Caixas: Testamentos 05-01-05 Processos Gerais Antigos (1727-1777); Testamentos 05-01-06 Processos Gerais Antigos (1789-1805) [29 Processos de Auto de Contas]; Arquivo Público do Paraná. Processos Judiciários do Juízo de Órfãos de Curitiba, 10ª Vara Cível. Caixas PJI-01, PJI-02, PJI-03, Processos Avulsos. [28 testamentos trasladados em Inventários post-mortem].

Uma ponderação inicial que deve ser feita diz respeito aos números diminutos da amostra encontrada, seja dos testamentos ou dos inventários (32 compulsados para o período correspondente a 1697 a 1798). Entre os solteiros, apenas 4 homens sendo um deles, o pároco local.

¹⁰¹ **Id.** p.163.

Tabela 2: Inventários encontrados para Curitiba e seus sertões (1697-1798)

	Homem	Mulher
Solteiro(a)	4	0
Casado(a)	11	7
Casado(a), segundas núpcias	2	2
Viúvo(a)	5	1
Total	22	10

Fonte: Arquivo Público do Paraná. Processos Judiciários do Juízo de Órfãos de Curitiba, 10ª Vara Cível

Se, por um lado, a perspectiva serial e quantitativa da demografia histórica seja, nesses casos, imprecisa, a densidade analítica se dá pelo estudo de caso ao nos debruçarmos sobre o curso da vida de tais indivíduos.

Ainda assim a questão permanece: havia uma alternativa do não se casar numa sociedade engendrada pelo elo familiar nas relações? "(...) e perguntará aos noivos se querem casar de suas livres vontades, e dizendo eles que sim, os receberá, ajuntando-lhes a mão direita (...) Por estas se exprime o mútuo consentimento, e fica verdadeiramente contraído matrimônio de presente". Deste modo trata o Título LXVIII das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707, acerca do casamento.

O "sim", enquanto resposta afirmativa recíproca na hora da celebração do enlace matrimonial, reforçava a importância do consentimento dos noivos num dos atos sacramentais que influenciaria sobremaneira o percurso de suas vidas. Subordinado à jurisdição eclesiástica, como vimos, o casamento permaneceu como um negócio familiar, um contrato que construía redes de aliança e solidariedade econômica, política e social entre grupos. O casamento, então, reforçado pela aceitação das partes, não envolvia apenas os nubentes, mas também o escopo social que os cercava, colocando todos num jogo de interesses tanto morais quanto pecuniários determinados por dada sociedade. Contudo, ao largo das uniões oficiais, a historiografia afeita em estudar as

Histórias das Famílias reitera a importância de que outros laços consensuais e não sacramentados também coexistiram, assim como escolhas celibatárias (com peso para as religiosas) e outras de uma vida inupta. Buscando contribuir nesta seara, vemos ao longo da investigação, as estratégias utilizadas por solteiros e solteiras que não se casaram formalmente e que, em princípio, posicionavam-se à margem tanto social quanto geográfica.¹⁰² Assim, não se casar pode ser considerado uma escolha ou um 'acaso do destino', tendo em vista o mercado matrimonial que se apresentava aqueles sujeitos? Qual o peso que tal alternativa poderia legar a seu curso de vida?

Observando a tabela 5, em que cruzamos os dados de estado civil e descendência com o cabedal potencial amealhado nos inventários, verificamos que os casados eram em sua maioria aqueles de quem se abriram os processos de herança. A historiografia não tarda em afirmar que tais ações eram fundamentais para dar seguimento na partilha dos herdeiros, principalmente entre aqueles que atinham filhos menores e/ou daqueles que inventariantes que precisavam dar conta das doações em vida as filhas, principalmente na questão do dote. Muito embora os processos tenham sido abertos por indivíduos que vivenciaram a experiência marital, o acúmulo de bens não refletiu que, entre casados e viúvos, tenham logrado maior êxito em função de terem se ancorado num esteio de ajuda mútua. Se, por um lado, os filhos e filhas serviam para aumentar os laços parentais com outros grupos, havia a tensão da divisão do cabedal familiar.

Entretanto, entre os solteiros sem filiação, vê-se que incorporaram durante suas vidas um patrimônio considerável, ainda que, como veremos, buscando outros mecanismos de pertença local, acionando diversas estruturas parentais de apoio.

¹⁰² Caso específico será trabalhado na Parte II e no Epílogo da tese.

Tabela 3: Relação entre o estado civil, descendência e dívidas com o espólio bruto, 1697-1805

Ano	Inventariados(as)	Estado Civil / Descendência	Espólio bruto	Dívidas	% das dívidas em relação ao espólio bruto	Espólio Líquido
1697	Baltazar Carrasco dos Reis	Viúvo com filhos	176\$689	22\$820	13%	153\$869
1798	João Leme da Silva	Viúvo com filhos	1:442\$000	89\$010	6%	1:352\$990
1711	Manoel Alves Pedroso	Casado sem filhos	1:464\$600	111\$610	8%	1:352\$990
1720	Joseph Palhano de Vasconcellos	Casado com filhos	348\$240	130\$220	37%	218\$020
1729	Maria Bicudo Camacha	Casada com filhos	417\$660	28\$200	7%	389\$460
1729	Luiz Rozado	Casada com filhos	391\$720	34\$560	9%	375\$740
1769	Pedro Ribeiro de Andrade	Casado com filhos	1:307\$309*	796\$105	61%	511\$204
1781	Anna Pereira da Silva	2 núpcias (ambas com filhos)	792\$460	84\$805	11%	707\$655
1781	João Cordeiro Matoso	Viúvo com filhos	139\$150	45\$830	33%	93\$320
1782	Pedro de Siqueira Cortes	Casada com filhos	185\$660	53\$340	29%	132\$320
1783	Arcangela Maria dos Santos	Casada com filhos	159\$980	14\$200	9%	147\$780
1783	Simão Gonçalves de Andrade	Viúvo com filhos	5:869\$815	291\$565	5%	5:578\$250
1784	Manoel Ignacio da Fonseca	Casada com filhos	125\$580	17\$960	14%	107\$610
1785	Pe. José Cardoso	Solteiro sem filhos	4:167\$130	436\$511	11%	3:730\$619
1785	Pedro Antonio Moreira	Viúvo com filhos	2:445\$149	604\$032	25%	1:841\$117
1785	Maria Thereza de Jesus	2 núpcias (ambas com filhos)	789\$875	Não possuía	-	789\$875
1786	Izabel da Costa	Casado com filhos	848\$207	88\$144	10%	721\$063
1786	Ígnes Chaves das Neves	Casada com filhos	429\$906	112\$926	26%	316\$980
1786	Manoel Ribeiro Lopes	Viúva com filhos	139\$100	35\$760	26%	103\$340
1786	Maria José de Jesus	Casada com filhos	157\$480	19\$400	12%	138\$080
1787	Maria Antonia Ayres	Casada com filhos	177\$940	73\$472	41%	104\$468
1787	Maria Pires de Camargo	Viúva com filhos	830\$770	325\$433	39%	505\$337
1787	Sebastião Teixeira de Azevedo	Viúva com filhos	144\$470	71\$728	50%	72\$742
1787	Sebastião Fernandes Pinto	Casada com filhos	220\$000	6\$380	3%	213\$620
1788	Izabel Maria de Andrade	Casada com filhos	541\$900	256\$795	47%	285\$105
1788	Manoel de Oliveira de Assumpção	Casada com filhos	432\$369	126\$000	29%	306\$369
1789	Alexandre da Costa	Casada com filhos	34\$600	8\$220	24%	26\$380

1792	Diogo Gonçalves Ribeiro	Casada com filhos	329\$000	22\$386	7%	306\$614
1795	Antônio Rodrigues Seixas	Casado com filhos	1:015\$392	40\$000	4%	975\$392
1797	Antônio Gomes de Campos	Solteiro sem filhos	11:409\$985	Não possuía	-	11:409\$985
1798	Francisco Dias de Carvalho	2 núpcias (1ª com filhos; 2ª sem filhos)	3:739\$150	941\$440	25,18%	2:797\$710

Fonte: Arquivo Público do Paraná. Inventários *post-mortem*. Processos Judiciários do Juízo de Órfãos de Curitiba, 10ª Vara Cível. Caixas PJI-01, PJI-02, PJI-03, Processos Avulsos.

Já entre os testadores, os casados também superavam os solteiros na escrita de suas últimas vontades. Entretanto, 9 dos solteiros estimaram revelar suas trajetórias de vida e que o levaram a uma vida inupta. Suas escolhas a sobrinhos e afilhados também se faziam presente, como veremos mais adiante.

Tabela 4: Relação entre o ano, estado civil e descendência dos testadores(as), 1673-1802

Ano do Testamento	Ano do Auto de Contas / Inventário	Testador(a)	Estado Civil / Descendência
1673	1720	Antonio da Fonseca	Casado com filhos
1711	1711	Manoel Alves Pedroso	Casado com filhos
1725	1727	Izabel Fernandes da Rocha	Casada com filhos
1733	1736	Antonio Rodrigues Seixas	Casado com filhos
1737	1740	Paula Luiza Tigre	Viúva com filhos
1745	1752	Jerônimo da Veiga Cunha	Casado com filhos
1746	1773	Izabel Ferreira	2 Núpcias (ambas sem filhos)
1750	1750-1756	Maria Rodrigues	Viúva com filhos
1751	1753	Felipe de Souza Amaral	Casado com filhos
1754	1754-1756	Josefa Rodrigues Bicuda	Viúva sem filhos
1755	1757	Felício Vieira	Solteiro com filhos
1755	1757	Manoel Pereira do Valle	2 Núpcias (ambas sem filhos)
1755	1773	Catherina de Senê Colaço	Casada com filhos
1756	1773	Antonio de Amaral Vasconcellos	Casado com filhos
1759	1773	Antonio de Moraes Cardozo	2 Núpcias (ambas sem filhos)
1760	1773	Maria da Silva	Casada com filhos
1761	1773	Margarida Guedes	2 núpcias (1ª sem filhos; 2ª com filhos)
1761	1762	Isabel Soares	Viúva com filhos
1762	1773	Thereza das Neves	Viúva sem filhos
1763	1763	Miguel Gonçalves Lima	Casado com filhos
1763	1773	Luiz de Souza de Menezes	Casado com filhos
1763	1773	Maria de Lemos Conde	2 núpcias (1ª com filhos; 2ª sem filhos)

1763	1773	Catharina de Senne	2 Núpcias (ambas sem filhos)
1764	1764	Francisco Lopes dos Santos	Casado com filhos
1764	1773	Antonio Ferreira de Faria	Casado com filhos
1765	1773	Bento de Magalhães Peixoto	Casado sem filhos
1765	1773	Clara Pereira Paes e Manoel Fernandes Sardinha*	Casados sem filhos
1766	1768	Catarina da Costa Rosa	Solteira sem filhos
1766	1773	Caetano da Costa	Solteiro sem filhos
1767	1773	Francisco dos Reis	Casado sem filhos
1767	1797	Miguel Ribeiro Lima	Casado com filhos
1767	Dúvida	Francisco de Linhares	Solteiro sem filhos
1767	1773	José Dias Cortes	2 Núpcias (ambas sem filhos)
1768	1772	José Rodrigues Diniz	Casado com filhos
1768	1773	Joana Rodrigues	Viúva sem filhos
1769	1773	Tomas Leme do Prado	Casado sem filhos
1771	1774	Antonia Rodrigues de Assunção	Casada sem filhos
1771	1787	Simão Gonçalves de Andrade	Casado com filhos
1771	1783	Simão Gonçalves de Andrade	Viúvo com filhos
1774	1777	Brás Domingues Velozo	2 núpcias (ambas com filhos)
1774	1774	Anna de Mello Coutinha	Viúva com filhos
1776	1785	José Rodrigues	N.I. com filhos
S.D.	1786	Manoel Ribeiro Lopes	N.I.
1784	1795	Antonio Pires Leme	Solteiro sem filhos
1787	1788	José Luiz da Silva	Viúvo sem filhos
1789	1795	Sebastião Cardoso Serpa	Solteiro com filhos
1792	1792	Domingas de Siqueira Cortes	2 Núpcias (ambas sem filhos)
1793	1798	Francisco Dias de Carvalho	2 núpcias (1ª com filhos; 2ª sem filhos)
1794	1805	Margarida Fernandes dos Reis	Viúva sem filhos
1795	1797	Patrício Ribeiro do Vale	Solteiro sem filhos
1797	1797	Antonio Gomes Campos	Solteiro sem filhos
1799	1799	Ângelo Gonçalves Padilha	Casado com filhos
1799	1800	Izabel Fernandes Bueno	Solteira com filhos
1801	1802	Manoel Simões	Viúvo com filhos
1801	1803	Joachim Vicente	Casado sem filhos
1801	1804	Maria do Nascimento de Jesus	Viúva sem filhos
1802	1802	Francisco Borges de Andrade	Casado com filhos

Fonte: Arquivo Metropolitano Dom Leopoldo e Silva, da Mitra Arquidiocesana de São Paulo. Caixas 05-01-05 e 05-01-06 – Processos Gerais Antigos – Processos de Auto de Contas; Arquivo Público do Paraná – Juízo de Órfãos de Curitiba, 10ª Vara Cível. Caixas PJI-01; PJI-02; PJI-03; PJI-04; Processos Avulsos de Inventários. Auto de Contas e Inventários; Arquivo Público do Paraná – Juízo de Órfãos de Curitiba, 10ª Vara Cível. Processos de Auto de Contas – Avulsos.

Outra possibilidade estratégica dar-se-ia no ato do batismo. O compadrio tornou-se a forma corrente de se referir ao estabelecimento do parentesco espiritual no momento do batismo cristão. Sheila de Castro Faria¹⁰³ lembra que o termo comumente usado no século XVIII era *compadrado*, derivado de *compradazgo* do castelhano. Segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707, retomando as normativas indicadas no Concílio de Trento, o batismo, como primeiro dos sacramentos, libertava a alma da criança do pecado original, tornando-a membro da Igreja Católica e da possibilidade de alcançar a salvação. Por outro lado, a *práxis* de 'batizar e por os santos óleos' envolvia diretamente a figura dos padrinhos pois estes, enquanto "fiadores para com Deus pela perseverança do batizado na fé"¹⁰⁴, tornavam-se responsáveis e obrigados – enquanto pais espirituais de seus afilhados e afilhadas – "de lhes ensinar a doutrina cristã e os bons costumes"¹⁰⁵. Ainda de acordo com as Constituições Primeiras,

*mandamos, que no Baptismo não haja mais que um só padrinho e uma madrinha e que se não admittão jutamente dous padrinhos e duas madrinhas; os quaes padrinhos serão nomeados pelo pai ou mãe, ou pessoa, a cujo cargo estiver a criança; e sendo adulto, os que elle escolher.*¹⁰⁶

Entretanto, a acepção do compadrio muitas vezes ultrapassava o significado religioso. No verbete 'Compadre' de Moraes Silva vê-se definido como

¹⁰³ Ver: DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL. Verbetes. Compadrio. Pp.126-127.

¹⁰⁴ DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707. Título XVIII, pg. 153.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Idem.

O padrinho em relação a madrinha e aos paes do afilhado; o pae da criança em relação ao padrinho. (...) § É muito de seu compadre; muito de sua familiaridade, etc. § é negócio de compadres; feito por mancomunação entre duas ou mais pessoas. § Estar compadre com alguém; estar em boa amizade. § Adag. "Quem bem me fez, este é meu compadre.

Aliás, o termo 'Compadrice' é ainda mais evidente dessas amplas relações: *"Amizade, correspondência, beneficio, ou arranjo entre compadres: "perdoou-lh'ó e sofreu-lh'ó por" –"essas – , e familiaridades não são para casos tão sérios".§ (fig.) Protecção exagerada contra a justiça; favoritismo.*

Se por um lado, os padrinhos tornavam-se fiadores para com Deus pela perseverança do batizado na fé, por outro, no momento de encaminhar o encerramento de seus ciclos sacramentais, dispunham como credor de parte de seu patrimônio em prol de alguns de seus afilhados. Entre aqueles que não tiveram descendência, afilhados e afilhadas, assim como sobrinhos e sobrinhas (que em alguns casos eram também afilhados) tiveram preferência nos legados da terça parte dos bens de seus padrinhos e madrinhas.

Tabela 5 - Preferência dentre os beneficiários(as) dos(as) testadores(as) que não tiveram descendência. (Nº Abs) (1634-1801)

<i>Testador(a)</i>		Cônjuge	Pais	Irmão(a)	Sobrinho(a)	Afilhado(a)	Pobre	Igreja	Outros	Não Identificado
Solteiro(a)	Homem	-	3	3	5	4	3	4	5	-
	Mulher	-	-	2	6	4	3	3	1	-
Casado(a)	Homem	5	-	-	11	8	5	3	1	-
	Mulher	1	-	1	1	-		1	1	1
Casado(a) 2ª Núpcias	Homem	3	1	2	5	6	3	4		-
	Mulher	3	2	3	7	5	4	5	1	1
Viúvo(a)	Homem	-	1	1	5	4	2	3		1
	Mulher	-	1	2	9	5	3	4	5	-

Fonte: Arquivo Metropolitano Dom Leopoldo Duarte, da Mitra Arquidiocesana de São Paulo. Caixas: Testamentos 05-01-05 Processos Gerais Antigos (1727-1777); Testamentos 05-01-06 Processos Gerais Antigos (1789-1805) [29 Processos de Auto de Contas]; Arquivo Público do Paraná. Processos Judiciários do Juízo de Órfãos de Curitiba, 10ª Vara Cível. Caixas PJI-01, PJI-02, PJI-03, Processos Avulsos. [28 testamentos trasladados em Inventários post-mortem]

Entretanto, algo já questionado pela historiografia, há que se revisitar esta lógica do compadrio no que se refere a proximidade entre padrinhos e afilhados, assim como entre compadres e/ou comadres. O indivíduo poderia ser um ótimo padrinho, presente, dispondo de auxílio a seu afilhado, mas um compadre ausente e/ou com querelas com seu 'parente'.¹⁰⁷

Um caso interessante é o do Capitão Antônio Gomes Campos que, em testamento de 1797, ordena que se dê "*cem mil reis a huma minha afilhada chamada Maria, casada que seja, esta é filha de José de Lima Pacheco e de sua falecida mulher Romana Rodrigues França*". Fica evidente a

¹⁰⁷ Ver: BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal**: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX). São Paulo: Anna Blume, 2007.; HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.; MARQUES, Rachel dos Santos. Para além dos extremos: homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776-c. 18000). Curitiba. Tese de doutorado, 2016.

proximidade que tinha (talvez não física naquele momento) com seu compadre, comadre e afilhada. José de Lima Pacheco era, tal qual Campos, ligado diretamente ao comércio de gado e, provavelmente, parceiros nas tropas o que revelaria o cuidado que teria dispendido com a filha do compadre. Mas esta não foi a tônica em outros casos do testamento. Antônio ordenou ainda que *“aquele que se mostrar ser meu afilhado ou afilhada por certidão de seu batismo, se lhe dê a cada hum deles oito mil reis”*.¹⁰⁸ Ou seja, enquanto Campos era distinto, com alto cabedal e de circulação nos caminhos do Sul, deve ter apadrinhado diversas crianças com as quais não demonstra ter contato, nem como bom padrinho, muito menos compadre.

Por fim, é possível notar a relação existente entre o indivíduo que recebia seu quinhão como um parente fictício e que, dentro de uma sociedade relacional nas fronteiras da América lusa do setecentos, representava e fortalecia um laço familiar mais amplo. Ou como se apresentava nos adágios de António Delicado, *“Do pam de meu compadre, grande pedaço a meu afilhado”*.

Portanto a consolidação de laços de compadrio era extremamente importante, podendo funcionar como estratégia de manutenção de poder e bens para as classes mais abastadas, ou como um instrumento eficiente de burlar a falta de mobilidade social e econômica pelas classes mais pobres, incluindo os escravos.

1.3 Primeiros bandos e o matrimônio no caminho de certos sertanistas

Quando da instigante questão de dimensionar histórias que se estabeleceram nos espaços fronteiriços e meridionais da América portuguesa colonial - posteriormente construído e representado como

¹⁰⁸ Testamento de Antônio Gomes Campos (1797) incluso em inventário *post-mortem*. **Arquivo Público do Paraná**. Inventários *post-mortem*. Processos Judiciários do Juízo de Órfãos de Curitiba, 10ª Vara Cível. Caixas PJI-03.

Paraná¹⁰⁹ - por meio das trajetórias de vida, um verdadeiro mosaico de possibilidades se fez presente. Mas não sem inúmeras indagações quanto às escolhas e as necessárias delimitações que aprofundem a perspectiva analítica. Neste ponto, as primeiras definições se estabelecem em relação a um quadro teórico-metodológico que permita articular as dinâmicas globais do contexto da imigração transnacional antes de 1900¹¹⁰ (em especial que envolveu a península ibérica em deslocamento para o ambiente americano) e as lógicas personalistas e/ou familiares de tal assento populacional em novo território observáveis em pequenas micro-biografias. Vale dizer que tal proposta de investigação busca revisitar duas searas da disciplina histórica que, se não antagônicas, precisam de certa criticidade em razão das lentes direcionadas ao passado e da acuidade visual que cada uma permite abranger.

O recorte micro analítico direcionado a partir de pontos de observação busca revelar, da trama social, a partir de possíveis cadeias de causalidade,

¹⁰⁹ Para os aportes teórico-epistemológicos que norteiam a construção de 'região' enquanto materialidade e representação, ver: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval M. de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Revista Fronteiras**, Dourados: UFGD, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

¹¹⁰ Tal baliza temporal é apresentada por David Eltis em "Migração e estratégia na História Global". In: FLORENTINO Manolo & MACHADO Cacilda. **Ensaio sobre a escravidão** (1). Belo Horizonte: Editora da UFGD, 2003. Pp 13-35. Para o Eltis, um exame minucioso das relações entre migração e estratégia poderia "revelar alguns padrões surpreendentes". Pata tal, delimita que tais padrões fossem agrupados ao redor de três temas, a saber: "O primeiro diz respeito à rápida expansão da migração de longa distância em massa ocorrida nos quatro séculos anteriores a 1900, no contexto mais amplo da história da migração. O segundo de relaciona à notável variedade de regimes migratórios - escravos, servos, prisioneiros, trabalhadores temporários ou por contrato e migrantes livres - vigente nesse século. O terceiro tem a ver com as semelhanças entre as variadas formas de migrações. Grande parte da literatura sobre migração organizada de acordo com as linhas nacionais ou étnicas, enfatizando o fluxo transatlântico em direção ao oeste, mas novas percepções aparecem quando se rompem com essas divisões nacionais, assim como ao se tentar reavaliar a aceleração dos fluxos africanos, europeus e asiáticos, tanto para o leste quanto para o oeste. As semelhanças entre os deslocamentos dos povos a partir do Velho Mundo para o oriente, ocidente e sul, desde o início do período moderno, são aqui abordadas, embora sem a pretensão de igualar as explicações globalizantes de Immanuel Wallerstein e seus seguidores". P.15.

o comportamento dos indivíduos dentro de suas redes pessoais, do local de sua vivência e circulação, mediado intrinsecamente pela época em que ocorrem tais acontecimentos. Enquanto fio condutor para se estudar a interação entre as vidas individuais e mudança social, deve-se deixar claro que não se pretende inserir os personagens dentro de um dado contexto unificado, homogêneo, mas sim, de modo oposto, "construir a pluralidade dos contextos que são necessários à compreensão dos comportamentos observados."¹¹¹

Mas como construir a pluralidade dos contextos? O contraponto que se deve estabelecer acerca das trajetórias de vida, estratégias individuais e coletivas e suas escolhas e negociações que, em muito casos, são interpretadas em estreita relação com seus contextos, dizem respeito de que não podem ser reduzidas a eles. William Sewell Jr apresenta um profícuo debate ao situar os limites da abordagem micro-históricográfica, revelando que, se entre seus estudos foram possíveis superar muitas vezes uma abordagem sistêmica de matriz sociológica (em grande medida abstrata e lógica), talvez hoje não sejam mais suficientes, uma vez que o contexto surgia de modo superficial carecendo de análises mais abrangentes. Assim, para o autor, faz-se necessário que se retorne a proposições investigativas mais amplas, para as conexões e seus nexos já que suas contradições formam os objetos enquanto totalidades estruturadas, tanto produzidas pelas ações humanas quanto condicionadas por elas.¹¹²

Dale W. Tomich, adicionando tempero ao debate, vai além ao indicar que a prática da micro-história "implica uma intensa experimentação metodológica e historiográfica com o curto prazo, com o local e com o

¹¹¹ REVEL, Jacques. Microanálise e a construção do social. In: REVEL, Jacques. (Org). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: FGV, 1998. P. 27-28

¹¹² SEWELL JR, William. **Logics of history: social theory and social transformation.** Chicago : The University of Chicago Press Ltda , 2005.

particular."¹¹³ Para o autor, os micro-historiadores olham intencionalmente pelo lado errado do telescópio uma vez que não são encontrados organismos automáticos por meio do qual os personagens se ordenem com as mudanças e transformações estruturais. Para além da crítica, propõe que

os resultados da pesquisa micro-histórica podem ser vistos como o indivíduo histórico-mundial. Cada lugar ou instância micro-histórica é necessariamente distinto de outro e nenhum pode ser reduzido às condições gerais. Essas instâncias são espacial e temporalmente densas e complexas, multifacetados pontos de convergência, confluência e concentração de temporalidades múltiplas. Aqui, podemos, talvez, ver a razão de Braudel em querer encapsular o acontecimento na estrutura complexa e volátil do curto prazo. Os micro-historiadores conduziram-nos para muito além da compreensão do acontecimento como uma estrutura simplesmente temporal com um início e um final distintos, e interpretada pela narração. Em vez disso, podemos ver no trabalho dos micro-historiadores o que Reinhardt Koselleck chama de contemporaneidade do não-contemporâneo. Essa perspectiva leva a uma radical redefinição do "contexto". Em vez de serem o "pano de fundo" externo contra o qual o curto prazo se desdobra, a *longue durée* e a *conjuncture* estão ativamente presentes como agências estruturadoras, moldando limitações e possibilidades.¹¹⁴

A partir dessa observação é que se intensifica a necessidade de ampliação no plano analítico que dê conta de inserir, no objeto de estudo, suas permanências estruturais e sistêmicas, tanto dentro do processo migratório quanto das estratégias de sobrevivência em novos assentos populacionais. O diálogo com a 'Global History' se mostra fundamental para buscar complexificar as relações 'ao rés do chão'. Porém, se é notório que a história global se apresenta como campo relevante da historiografia

¹¹³ TOMICH, Dale W. A Ordem do Tempo Histórico: a Longue Durée e a Micro-História. **Almanack**. Guarulhos, n.02, p.38-51, 2o semestre de 2011. P. 48

¹¹⁴ **Id.** P.48-49

contemporânea, tendo em vista a profusão de livros, artigos e periódicos (nacionais e internacionais) que tratam da temática e/ou a utilizam de sua abordagem; porém, por sua vez, delimitá-la não é tarefa fácil, assim como subscrevê-la ou conceituá-la. Um dos melhores trabalhos que busca abarcar desde um balanço do debate historiográfico da questão até suas possíveis definições e dinâmicas dos estudos na seara global, foi proposta por Sebastian Conrad. Não deixando de lado os desafios e limitações a que os estudiosos se impõem a tal metodologia, o autor revisita abordagens anteriormente existentes para problematizar o que agora é chamado de 'História Global'. Em perspectiva semelhante a Dale Tomich, Conrad apresenta que

A história global nasceu da convicção de que as ferramentas que os historiadores estavam usando para analisar o passado já não eram suficientes. A globalização representou um desafio fundamental às ciências sociais e às narrativas dominantes da mudança social. Enquetes e redes caracterizam o momento presente, que emergiu de sistemas de interação e troca. Mas em muitos aspectos, as ciências sociais já não são adequadamente capazes de colocar as questões certas e gerar respostas que ajudem a explicar as realidades de um mundo em rede e globalizado.¹¹⁵

Assim, história comparada, história transnacional, estudos pós-coloniais, múltiplas modernidades e a teoria dos sistemas mundo são revisitadas para que se apreenda os caminhos que influenciaram as vindouras narrativas globais. Ao que tange esta tese, vale dizer que Conrad evidencia a questão do tempo na história global, ou ainda, da dialética dos

¹¹⁵ CONRAD, Sebastian. **What is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2016. P. 3. Global history was born out of a conviction that the tools historians had been using to analyze the past were no longer sufficient. Globalization has posed a fundamental challenge to the social sciences and to the dominant narratives of social change. Entanglements and networks characterize the present moment, which has itself emerged from systems of interaction and exchange. But in many respects, the social sciences are no longer adequately able to pose the right questions and generate answers that help to explain the realities of a networked and globalized world. (tradução nossa).

tempos históricos, uma vez que a chama atenção para uma visão sistêmica auto relacionada em comparação, integração e conexão que se estabelece no sistema. Deste modo, ao ponderar as escalas colocadas pela micro-história, reitera a necessidade das pluralidades de abordagens espaciais.

Ancorados de modo prévio no debate "micro vs macro", chegamos, pois, a outra chave de leitura deste trabalho: a perspectiva entre "mobilidade vs estrutura". Até que ponto é possível articular os processos de migração atlântica dos seiscentos e setecentos, em trânsito da península ibérica para as franjas meridionais da América lusa, engendrados pelos artefatos políticos, econômicos e sociais que conectavam a península à América, e muito além, na lógica de um Império português, nos outros três continentes? E, refletindo sobre a 'agência' dos portugueses (no caso dos migrantes à São Paulo, Santos, Cananéia, São Vicente, Paranaguá e Curitiba, homens e mulheres, em sua maioria livres pobres ou empobrecidos) que estratégias tomaram para seu estabelecimento local, mas consciente que seus atos podem ser compreendidos numa esfera bem mais ampla? Muitas questões, admito. Mas se a teoria é o ponto de partida, não de chegada, nada melhor que ancorar o debate em indagações, em especial nas "estratégias" e nos apontamentos indicados por Jan Kok.

Assim, tendo como base as estratégias de sobrevivência e as trajetórias de vida de membros da família Rodrigues Seixas, considerada uma das "famílias tronco" pelos genealogistas paranaenses, busca-se compreender como nesta região a sociedade resolvia os impasses entre os novos imigrantes do reino e outros reinóis portugueses, fossem nobres da terra, ou espanhóis, além da 'arraia miúda' da população (livre ou cativa). Por outro lado, compreender a posse de terra, prestígio social e formação de cabedal, atentando, neste processo, para o papel das alianças familiares nos mecanismos de inclusão e exclusão social.

Sob certo prisma, as terras lusitanas na América podem ser compreendidas como um espaço por onde os indivíduos se movimentam. Se, por um lado, o ato de migrar está associado à procura de algo melhor, mais adiante, é possível observar que o processo de expansionismo

marítimo do Império português, tangenciado por uma lógica mercantilista, abarcou tal busca a partir do *quatrocentos*. Fosse às ilhas atlânticas, à costa ocidental africana, ao extremo oriente ou ao ultramar, a colonização fez-se por meio desses movimentos populacionais: às vezes articulada à cata de riqueza fácil e rápida, o triunfo da busca da aventura, outras à procura de uma dificuldade a vencer. Para Sérgio Buarque de Holanda, classificam-se “homens de grandes vôos” como indivíduos do tipo *aventureiro* em que “o objeto final, a mira de todo esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários. Seu ideal será colher o fruto sem plantar árvore.”¹¹⁶ Em contraposição, o indivíduo do tipo *trabalhador* seria “aquele que enxerga primeiro a dificuldade de vencer, não o triunfo a alcançar. [Empreendedor de] esforço lento, persistente, pouco compensador, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito de insignificante, tem sentido bem nítido para ele.”¹¹⁷

Buarque de Holanda chama atenção para a existência, então, de duas éticas que combatem e regulam a diversidade dos homens, sendo uma a ética do trabalho, outra a ética da aventura. Se, para aqueles envoltos em percepções do trabalho, sentem ânimo em empreender atividades que visem a estabilidade, paz e segurança pessoal, os aventureiros embrenham-se por qualidades da audácia, imprevidência, irresponsabilidade e instabilidade. Contudo, ratifica o autor,

Entre esses dois tipos não há, em verdade, tanto uma oposição absoluta como uma incompreensão radical. Ambos participam, em maior ou menor grau, de múltiplas combinações e é claro que, em estado puro, nem aventureiro nem trabalhador possuem existência real fora do mundo das ideias. Mas também não há dúvida que os dois conceitos nos

¹¹⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.44.

¹¹⁷ **Id.** p. 44

ajudam a situar e a melhor ordenar nosso conhecimento dos homens e dos conjuntos sociais. E é precisamente nessa extensão superindividual que eles assumem importância inestimável para o estudo da formação e da evolução das sociedades.¹¹⁸

Para a porção meridional do Brasil “o ponto de partida deverá se traduzir na polêmica relacionada ao significado da ocupação e povoamento de um território que, de forma nenhuma, caracterizava-se por um ‘vazio demográfico’. Tratava-se de uma ocupação realizada por meio de um tipo de migrações – ‘espontâneas’ e/ou ‘dirigidas’”¹¹⁹ que atendiam, de uma forma ou de outra, os desígnios e interesses da metrópole portuguesa.

Dentro deste contexto está inserida a vila de Nossa Senhora da Lux dos Pinhais de Curitiba, fundada em 29 de março de 1693. Entretanto, essa data não corresponde à chegada dos primeiros povoadores, pois podemos considerar que o primeiro ato de sua fundação aconteceu com a construção de uma capela, provavelmente na década de 1650. Esse fato pode ser observado em antigos mapas, entre os quais um da Baía e da vila de Paranaguá, no qual aparece assinalada, acima da serra, a indicação de uma cruz e um pelourinho já apontando a existência de uma povoação denominada de “Campos de Queraytiba”, como era genericamente conhecida essa região¹²⁰.

¹¹⁸ **Id.** p. 44-45.

¹¹⁹ NADALIN, Sérgio Odilon. **História do Paraná: ocupação do território, população.** Curitiba: Seed, 2001. p.10.

¹²⁰ MARCONDES, M. **Documentos para a história do Paraná** - 1ª. série. Rio de Janeiro: Typ. Do Anuario do Brasil, 1923.

Figura 2 – Mapa da Província do Paraná, Santa Catharina e de São Pedro do Rio Grande do Sul. 1863. [Seleção]



Fonte: Gallica. [Division 40 du portefeuille 1 QUATER du Service hydrographique de la marine consacrée au Brésil, Paraguay et Uruguay] [Document cartographique]. <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb45498460m>.

Os primeiros indivíduos a chegarem na região sul do Brasil foram atraídos pela notícia da descoberta de ouro em Paranaguá, tendo-se informação de sua exploração por Gabriel de Lara, tido como o descobridor do ouro de Paranaguá.¹²¹ Estas informações acerca da situação das minas recém-descobertas já davam conta da existência dos campos de Curitiba.

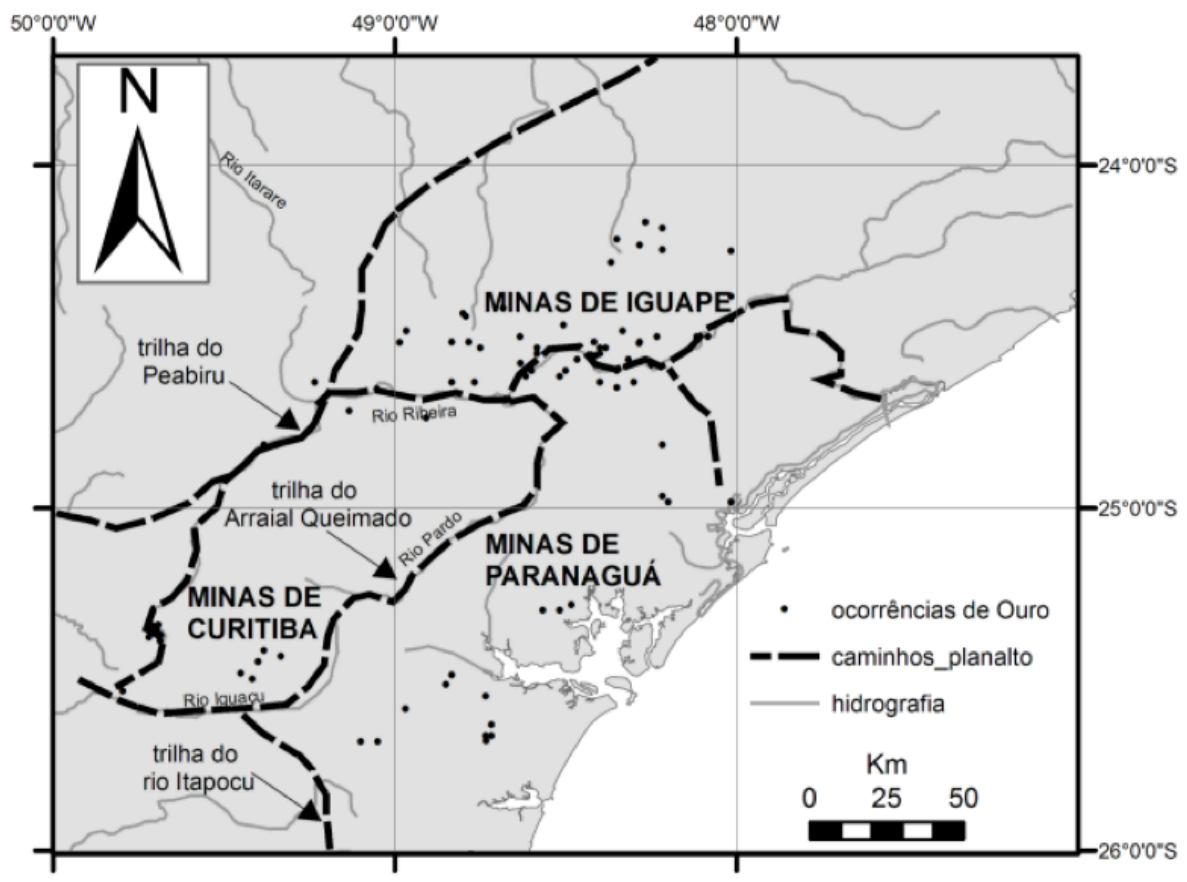
Nos campos de Curitiba, sertão desta baía, se descobriram outros ribeiros de lavagem, onda já estive e fiz experiência haverá 12 anos, vindo em visitas destas capitânicas, por ordem do Governador Salvador Correa de Sá e Benevides, de que lhes enviei amostras, e ora tenho mandado rever os ditos ribeiros e minas. Espera-se haverem (minas) da serra para o sertão, como as há da serra para o mar desta costa¹²².

¹²¹ Conforme atesta a ata de vereança, de 27 de novembro de 1649, da Câmara de São Paulo BALHANA, A.; MACHADO, B. P. & WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, v. 1, 1969. p. 31.

¹²² Museu do Arquivo Ultramarino Português – Cópia fotostática do I.H.G.E.P. – doc. nº. 01. **Apud.** Idem, p. 32.

Esse relatório, feito por Heliodoro Ébano sobre as minas de ouro foi requerido pelo governador da capitania do Rio de Janeiro, à qual estava subordinada Paranaguá. Desta forma, é perceptível que a povoação do litoral e do primeiro planalto paranaense esteve ligada ao descobrimento e exploração do ouro.

Figura 3 – Mapa com os caminhos do planalto curitibano e sua ligação com as regiões mineradoras



Fonte: MAACK, 1968. Para comparação, estão localizadas as atuais ocorrências de ouro conhecidas na região (CPRM, 1994).

Todavia, se por um lado a povoação envolvida com a exploração das minas de ouro avançava nos campos de Curitiba sob a proteção dos governadores do Rio de Janeiro, por outro lado existiam também os paulistas que estavam mais interessados na captura de índios do que na

mineração. Para Brasil Pinheiro Machado, a ocupação da região de Curitiba, já na primeira metade do século XVII, seria consequência da constante procura de metais e da escravização de indígenas pelos bandeirantes. Aliava-se a esse panorama as dificuldades de transporte do ouro, feito nas costas dos índios, desde os campos de Curitiba até São Paulo: “obrigava-se os que procuravam ouro a se fixar com residência nos Campos de Curitiba e no litoral de Paranaguá. Assim, antes da fundação das vilas, já existiam povoados nesses lugares”¹²³.

Com a então criação da vila fez-se necessário demarcar seus extensos limites que iam “[...] ao norte por Sorocaba e a leste por Paranaguá. Ao Sul e a Oeste, o sertão de ninguém (do ponto de vista do colonizador)”.¹²⁴ Assim, a vila de Curitiba foi composta por inúmeros e pequenos arraiais e freguesias povoados pelos intrépidos mineradores, mesmo que grande parte deles já tivessem abandonado os campos de Curitiba no começo do século XVIII, ante a escassez da sua produção e a descoberta de novas minas na Capitania de São Paulo.

Desta forma, grande parte desta população que morava pelos arredores abandonou suas antigas atividades de mineração e fixou residência em sítios e fazendas, nos quais passaram a dedicar-se, sobretudo, a duas atividades: a criação de gado e a agricultura de subsistência. O comércio de gado viria a tornar-se a principal atividade econômica na região, e foi o que determinou a ocupação e o contorno do território pertencente ao termo da vila de Curitiba. A pecuária em seus campos e o início da exportação de seus produtos para São Paulo e outros centros consumidores antecedem, entretanto, a produção das fazendas dos Campos Gerais. Em 1720, o Ouvidor Raphael Pires Pardini já observava os currais sendo situados nos arredores de Curitiba.

¹²³ BALHANA, A.; MACHADO, B. P. & WESTPHALEN, C. M. **Op. cit.** p. 30.

¹²⁴ PEREIRA, M. R. de M.; SANTOS, A. C. de A. **O poder local e a cidade.** A Câmara Municipal de Curitiba, século XVII a XX. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. p. 28.

Com o estabelecimento de novos sítios e a aquisição crescente de sesmarias, o povoamento se expande aos campos contíguos dos primitivos campos de Curitiba e conseqüentemente, novos caminhos se definem¹²⁵. São esses os denominados sertões de Curitiba, entendido como “[...] o interior, o coração das terras”.¹²⁶

Durante os anos seguintes muitos outros povoados foram aparecendo e, posteriormente, intensificando o tropeirismo na região, como no caso da freguesia de Santa Ana do Iapó e de Santo Antônio da Lapa, regiões estratégicas no transporte de gado para São Paulo. Brasil Pinheiro Machado afirma ainda que esta

fazenda de criar nos Campos de Curitiba e nos Campos Gerais, se tornou a ‘empresa’ fundamentalmente da economia da comunidade paranaense, durante todo o século XVIII e grande parte do seguinte concomitantemente a família

¹²⁵ Ao sul da vila de Curitiba, atravessando o rio Iguaçu, cresce a povoação de São José dos Pinhais, em torno da Capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões, edificada em 1690, em antiga zona de mineração. Desta povoação parte para leste o caminho do Arraial e para sudeste, o dos Ambrósios, ambos rumo às regiões litorâneas. O caminho do Arraial levava ao Arraial Grande, antigo centro de mineração na serra do mar. Já o Caminho dos Ambrósios era a estrada de comunicação entre Curitiba e São Francisco do Sul, em Santa Catarina. Para o oeste da vila de Curitiba, os currais estabelecidos nas redondezas do rio Barigui estendem-se para a região de Campo Largo até atingir a serra de São Luis do Purunã, limite natural entre os campos de Curitiba e os Campos Gerais de Curitiba, conhecido também como o 2º. Planalto Paranaense. Na região da Borda do Campo, para leste da vila, havia o Caminho da Graciosa, usado até hoje ligando Curitiba a Antonina, este um antigo porto marítimo paranaense. E finalmente, para o sul e sudoeste, iniciava-se o sertão de Curitiba. Ao longo deste caminho foram crescendo muitas freguesias e povoados, e essas diversas localidades aparecem registradas em alguns documentos camarários, mas principalmente nas listas de ordenanças. No registro de 1766, por exemplo, estavam sujeitas a jurisdição da vila de Curitiba as seguintes localidades: Atuba, Barigui, Piaçúna, Boa Vista, Tatuquara, Botietatuba, Palmital, Arraial Queimado, Borda do Campo, Campo Largo, rio Verde, freguesias de São José, Minas do Itambé, Descoberto da Conceição, Registro e Campos Gerais. RODERJAN, R. V. **Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional**. (Séculos XVI-XIX). Curitiba: Works Informática – Editoração Eletrônica, 1992. p. 79.

¹²⁶ SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. Facsimile da 2ª ed. De 1813. Lisboa : Typographia Lacérdina, 1922. p.803.

fazendeira adquiriu e mais alto status na sociedade.¹²⁷

Além disso, houve a expansão tanto geográfica quanto populacional nos campos de Curitiba. Somente a vila na segunda metade do século XVIII já contava com aproximadamente 1.939 habitantes¹²⁸ que moravam principalmente na área rural. Fixados à terra, essas pessoas encaminhavam suas vidas e de seus familiares, acumulando muitas vezes patrimônio. Por fim, tem-se um território propício para vislumbrar o trabalho dentro da aventura. Ou seja, um espaço em formação que, ao contrário da lógica da dispersão paulista seiscentista, retrata um espaço de experiência de fixação espacial em conjunto com a possibilidade de mobilidade social. Mas afinal, quem são aqueles que singraram rotas marítimas e terrestres em busca de 'fazer-se' um estabelecido?

Nas sociedades do Antigo Regime, as ocupações profissionais dos indivíduos definiam, em larga medida, o lugar social que estes ocupavam. As atividades ditas 'mecânicas', ou seja, aquelas que demandavam o esforço das mãos, eram desprezíveis e os oficiais que delas se ocupavam tendiam a ser desqualificados. Por outro lado, havia ofícios que enobreciam os indivíduos a eles dedicados, emprestando-lhes prestígio e despertando o reconhecimento social da comunidade na qual estes transitavam. A sociedade colonial luso-americana tendeu a absorver esses valores e atualizar seus significados. De partida, nos territórios coloniais, ser oriundo do reino já constituía 'patrimônio simbólico' importante para a inserção social do emigrado e conferir-lhe distinção e honra. Outros atributos, pela escassez, podiam também ser notáveis em terras da colônia.

Entre os reinóis que se aventuravam para estas terras, havia os que traziam na bagagem um cabedal de grande valor: as letras. Certos 'saberes', como o domínio da leitura e da escrita, possuíam um 'valor

¹²⁷ BALHANA, A.; MACHADO, B. P. & WESTPHALEN, C. M. **Op. cit.** p. 30.

¹²⁸ A vila de Curitiba no ano de 1772 possuía: 907 homens, 928 mulheres e 104 escravos. **Ibid.** p.117.

simbólico' e podiam servir para integrar o letrado em esferas de poder dificilmente acessíveis para a maioria dos colonos analfabetos. O capital simbólico representado pelo domínio das letras podia facilitar ou mesmo franquear ao seu detentor o acesso às mais cobiçadas funções no âmbito das vilas coloniais. Entre estas, estavam os cargos administrativos, via de regra reservados à 'nobreza da terra' e seus descendentes.

Tratando-se de uma sociedade de ordens, o ofício [cargo público/administrativo] era visto como uma dignidade atribuída pelo monarca a que correspondiam prestígio, honras e privilégios, não apenas ao nível mundano, mas com resultados sociais práticos. O exercício do cargo público dava ao indivíduo uma concreta preeminência na sua comunidade e perante os órgãos públicos. Assim, a ocupação pelo pai ou avô de um ofício real, mesmo modesto, era considerado fator favorável ao ingresso em vários cargos. Constituíam-se, desta forma, num elemento de ascensão social.¹²⁹

O emigrado João Rodrigues Seixas, talvez não imaginasse que sua familiaridade com as letras fosse redundar nos benefícios que veio a aferir nas terras da colônia, exatamente por dominar este 'saber'.

Ainda bastante jovem João aportou em terras luso-americanas em meados do século XVII, época em que os poucos núcleos de povoação existentes não ultrapassavam as faixas litorâneas das zonas canavieiras. Por motivos pouco claros, nossa personagem não se fixou em nenhuma das regiões mais dinâmicas da colônia. Preferiu dirigir-se para uma zona periférica, vindo a fixar-se em Cananéia, praticamente nas franjas da ocupação sul da capitania de São Vicente. Nesse período, como vimos, um pouco mais ao sul da vila mais meridional de São Vicente havia sido descoberto ouro de aluvião na baía de Paranaguá, particularmente no rio Cubatão e seus afluentes.

¹²⁹ WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. **Direito e justiça no Brasil colonial: O tribunal da relação do Rio De Janeiro. (1751-1808)** Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 143.

Atribui-se a D. Francisco de Souza o projeto de intensificar as incursões na parte sul da colônia com vistas a encontrar metais e pedras preciosas na América Portuguesa. Governando o Brasil na passagem do século XVI para o XVII, ele acentuou o apoio oficial aos sertanistas paulistas. Armou inúmeras expedições, as quais deram mostras das possibilidades concretas de se encontrar tais riquezas. Em muito colaborou para seus planos, o fato de, em 1608, alçar à condição de governador do Sul e Superintendente das Minas. Seu projeto, “[...] propunha articular os setores de mineração, agricultura e indústria, todos sustentados por uma sólida base de trabalhadores indígenas”.¹³⁰ É nessa fase que foram encontradas as pepitas de ouro nas águas do rio Cubatão.

Nada na trajetória de vida de João Rodrigues Seixas leva a crer que ele tivesse sido o tipo de aventureiro que se deslocara do Reino em busca do Eldorado para fazer fortuna em território luso-americano. O fato é que ele veio a se estabelecer numa região onde muitas pessoas estavam acreditando nessa possibilidade.

Tentar descobrir os motivos que levaram Seixas a emigrar sem para isso ter sólido suporte documental é muito difícil, podendo resvalar para o incerto terreno das especulações. Mesmo em tempos mais próximos, como é o caso de imigrantes do século XIX que deixaram memórias e diários, as razões por eles indicadas como propulsoras de suas emigrações mostraram-se filtradas pelas experiências posteriores.¹³¹ Nesse caso, todo o esforço da investigação se deu no sentido de recompor a história de vida de um reinol, que aportou no Brasil na metade do século XVII e verificar como esse imigrante comum estruturou sua vida na América Portuguesa.

João Rodrigues Seixas chegou ao Brasil em idade que não foi possível precisar, mas certamente ao iniciar sua juventude. Ele veio por vontade própria e, ao que tudo indica, radicou-se na Colônia, sem contar com uma

¹³⁰ WEHLING & WEHLING, **op. cit.**, p.143.

¹³¹ MACHADO, Cacilda. **De uma família imigrante**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

rede de parentesco e sem as vantagens iniciais dos que vinham no âmbito da “economia política de privilégios”. Veio jovem, sem cargos, sem funções pré-definidas. Mesmo assim, como veremos a seguir, ele conseguiu uma mobilidade social notável.

Seixas nasceu no Reino, na pequena vila medieval de Viana do Castelo, situada à margem da foz do Rio Lima, na região do Alto-Minho. João era filho legítimo do Capitão Antônio Rodrigues Seixas e de Catarina Martins. A documentação compulsada não permitiu saber se ele veio para os domínios ultramarinos acompanhado de familiares ou não. Sabe-se apenas que emigrou muito jovem.

Aqui chegando, estabeleceu morada inicialmente em Cananéia, no litoral da capitania de São Vicente. Essa localidade já agrupava população desde o início da chegada dos portugueses na América e era um centro razoavelmente importante no contexto regional. A linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, que estabelecia os limites entre as terras portuguesas e espanholas da América, passava próximo a Cananéia. Os portugueses se ocupavam de promover a fixação populacional nessa região, bem como incentivar que ela se irradiasse pelo litoral sul, com vistas a expandir e garantir seu domínio territorial. Desde o século XVI navios portugueses e espanhóis, mas também franceses, ingleses e holandeses, circulavam por esses mares do litoral sul, muitas vezes chegando até seus portos, onde alguns homens se deixavam ficar. Nessa região, alguns náufragos encontraram um modo de vida entre os nativos. Homens banidos do reino também buscaram aí uma nova vida. A interação com a população ameríndia foi produzindo uma população mestiça, que é a marca do caçara paulista.

Até onde avançou a investigação, João Rodrigues Seixas residiu em Cananéia por aproximadamente 30 anos e, nesse período, conheceu e casou-se com Maria Maciel Barbosa. Como tantos outros portugueses, João casou-se com uma moça da terra e, pouco depois, esta deu à luz um menino, o primogênito Antônio Rodrigues Seixas, que recebeu o nome do avô paterno. Talvez em busca de melhores condições de vida e novas

oportunidades, João partiu de Cananéia e rumou com sua família mais para o sul, transpondo a serra do mar e se fixando na região do planalto. Estabeleceu morada nos campos de Curitiba por volta de 1689. Vale notar que é possível que ele partilhasse expectativas próprias dos inúmeros reinóis que tentavam a vida em alguma parte dos domínios portugueses no além-mar.

João Rodrigues Seixas, como qualquer outro emigrante voluntário que vinha para a América, integrava a gama dos indivíduos que vinham tentar a sorte. Contudo, há indicadores de que sua família de origem pertencesse à pequena e empobrecida fidalguia do Reino, haja vista que seu pai, Antônio Rodrigues Seixas, era Capitão na vila de Viana do Castelo. Mesmo não sendo possível aferir se esse título se referia a seu pertencimento ao oficialato das tropas auxiliares ou das tropas pagas, ele indica que sua família, e ele por extensão, não pertencia à aludida “ralé lusitana”.

A região para a qual ele se dirigiu, os campos de Curitiba, já vinha sendo ocupada desde o início do século XVII, por uma população luso-hispânica-paulista oriunda de São Vicente, São Paulo de Piratininga, Santos e Cananéia. Os diversos estudos que se dedicaram ao movimento de ocupação do atual Estado do Paraná convergem ao indicar essas vilas e povoados como locais de irradiação da população que se radicou no planalto curitibano.¹³² Nesse sentido, o deslocamento geográfico de João Rodrigues Seixas não configurava nenhuma exceção no conjunto dos movimentos migratórios que ocorreram no século XVII. É nesse período e em função desses pequenos fluxos migratórios que se constituiu a sociedade nos campos curitibanos, formada originalmente por faiscadores e mineradores de ouro que vieram tentar a sorte no planalto. Esses habitantes, morando provisoriamente em choças cobertas com folhas de palmeira, “[...] vasculhavam os cascalhos dos riachos à procura de pequenas pepitas de

¹³² BALHANA, Altiva P. et al. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969. NADALIN, Sergio O. **História e Demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004. WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

ouro, tão avaramente cobiçadas".¹³³

Alguns estudos sugerem, contudo, que por volta de 1639 iniciou-se o povoado de Nossa Senhora da Luz, com vistas à exploração agro-pastoril. Mas era uma região pobre, afastada das atividades econômicas ligadas à exportação, e foi com a agricultura de subsistência que essa gente sobreviveu, em condições de vida descritas como sendo "miseráveis e primitivas".¹³⁴ Curitiba teve, então, sua população formada por portugueses, espanhóis, paulistas e seus descendentes que possuíam alguns escravos, poucos índios e que conviviam com aqueles primeiros povoadores que vieram à cata de ouro e, não o encontrando, se fixaram na região. Vale dizer que "à época, Curitiba era o extremo meridional da ocupação portuguesa na América".¹³⁵

Seixas estabeleceu-se com sua família no povoado de Nossa Senhora da Luz, e aí nasceu sua filha, Isabel Rodrigues. Radicou-se num momento em que os povoadores requeriam de Portugal a institucionalização do povoado. Embora o Pelourinho já estivesse levantado desde 1668, somente vinte e cinco anos depois é que o povoado de Curitiba foi elevado à categoria de vila. Os moradores requeriam a criação das justiças, "[...] paz quietação e bem comum deste povo, e por ser já hoje mui crescido por passarem de noventa homes".¹³⁶ O Capitão-mor de Paranaguá Francisco da Silva Magalhães, sabendo que Gabriel de Lara¹³⁷ já havia autorizado esse ato em

¹³³ WACHOWICZ, Ruy. **op. cit.**, p.69.

¹³⁴ MACHADO, Brasil Pinheiro. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. BOLETIM DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ. Departamento de História, n.3, jun. 1963. p. 4.

¹³⁵ PEREIRA, Magnus R. de Mello & SANTOS, Antonio Cesar A. **300 anos: Câmara Municipal de Curitiba. 1693-1993.** Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba, 1993. p.19.

¹³⁶ Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba (BAMC). v.1, p.4. Fundação da Villa de Curytiba.

¹³⁷ "Capitão-mor, ouvidor e alcaide mor da capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá e das quarenta léguas da costa do sul, loco-tenente perpétuo do donatário

1668, concordou e deu ordens para o Capitão-povoador Mateus Leme deferir o pedido. Aos 29 de março de 1693, na pequena capela de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, reuniram-se os 'homens bons' para escolherem seus eleitores. Estes indicaram os membros da Câmara Municipal, os juízes, o procurador da Câmara e o escrivão, organizando assim, politicamente a vila de Curitiba.

Dadas essas condições, é possível entrever as possibilidades que surgiam para os indivíduos com a criação de uma vila. Esse momento configurava-se como ocasião propícia para as pessoas tentarem uma inserção no núcleo de poder da sociedade, já que ela própria estava em processo de redefinição das posições sociais. O reirol João Rodrigues Seixas era aceito e transitava nesse espaço, pois detinha um saber precioso para essa localidade (como para toda a América seiscentista): sabia ler e escrever. Possuía assim uma competência que não era comum na população das vilas coloniais, repletas de homens analfabetos.¹³⁸

Certamente ciente do valor de seu saber, João Rodrigues Seixas deve ter tratado de transmitir esse patrimônio para o filho. Seu primogênito Antônio também se beneficiou desse saber. A ele coube, na falta de escrivão, redigir a ata da sessão solene em que os 'homens bons' da vila reunidos na matriz manifestaram sua vontade de elevar o povoado de Curitiba à condição de vila. Por seu lado, nesse mesmo dia, quando se instalava a primeira Câmara da vila, João Rodrigues Seixas foi convocado pelos seis eleitores Agostinho de Figueiredo, Luiz de Góis, Garcia Rodrigues Velho, João Leme da Silva, Gaspar Carrasco do Reis e Paulo da Costa Leme, para compor o oficialato da primeira legislatura da Câmara de Curitiba, na qualidade de escrivão. Função esta que João exerceria até a sua morte.

Marquês de Cascais" In: LEÃO, Ermelino de. **Dicionário histórico e geográfico do Paraná**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1994. p.729.

¹³⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria e D. João V**. Lisboa: Editorial estampa, 1993.

Quadro 1 - Composição da Câmara Municipal de Curitiba (século XVII e XVIII). "Família" Rodrigues Seixas.

CAMARISTAS	CARGOS				
Nomes	Procurador	Vereador	Juiz	Sem Informação	Outros
Antônio (Roiz) Rodrigues Seixas	1716, 1717, 1726	1713	1710, 1720	1698, 1701, 1703, 1705	
João Roiz (Rodrigues) Seixas		1728, 1735			
Manoel Rodrigues Seixas	1743				
Manoel Roiz (Rodrigues) Seixas		1739			
Matheus Leme		1695		1699, 1703	
Lourenço de Andrade		1706, 1707, 1708, 1712		1701, 1704, 1710, 1714	
Lourenço Ribr ^o . (Ribeiro) de Andrade			1750, 1754		1756, 1780
João Ribeiro do Vale	1725,	1709, 1720	1713, 1731	1711, 1718, 1719	
Miguel Ribeiro Ribas		1748,	1755, 1774, 1779, 1783, 1784, 1787		
Miguel Rodrigues Ribas			1729, 1741, 1743, 1747, 1749, 1773		1753
M ^{el} . (Manoel) Martins Valença	1723			1719, 1720	
Manuel Soares	1701, 1704	1700, 1703	1693	1694, 1696, 1697	
Garcia Rodrigues Velho		1693, 1696		1697, 1699	
Luís Roiz (Rodrigues) Velho				1696, 1700	

Fonte: Atas da Câmara Municipal de Curitiba (1693-1780). Levantamento realizado no CEDOPE através do projeto: Formação da sociedade paranaense: "população, administração e espaços de sociabilidade" – módulo "Pelouros e Barretes; juizes e vereadores da Câmara Municipal de Curitiba – século XVIII.

Os ofícios de escrivão, tabelião, contador, inquiridor, porteiro, carcereiro, integravam a estrutura do oficialato da justiça local. Esses cargos compunham o quadro dos funcionários menores, contratados pela administração local. Além de escrivão da Câmara, João acumulava as funções de tabelião de notas e escrivão de órfãos, recebendo o ordenado anual de 6\$000 réis.¹³⁹

Note-se que, em Portugal, o cargo de escrivão parece ter sido reservado para nobres de poucos recursos, ou empobrecidos, pois permitia

¹³⁹ LEÃO, **op. cit.**, p. 996.

algum enriquecimento. Fosse pela remuneração anual recebida, fosse pelos ganhos advindos do pagamento dos custos para a elaboração dos diversos tipos de registros, bem como pelo encaminhamento de processos diversos ou de inventários. A importância dos oficiais de justiça (notários, tabelião e escrivães) pode ser avaliada não somente pelos rendimentos que estes auferiam, mas pela centralidade dos seus ofícios no conjunto da estrutura administrativa do poder local. Embora menores na hierarquia, eram postos estratégicos, pois esses oficiais detinham em suas mãos os documentos principais da sociedade. Como esclareceu António Manuel Hespanha:

Os documentos escritos eram decisivos para certificar matérias decisivas, desde o estatuto pessoal aos direitos e deveres patrimoniais. As cartas régias de doação (v.g., de capitãias) ou de foral, as concessões de sesmaria, a constituição e tomo dos morgados, as vendas e partilhas de propriedades, os requerimentos de graças régias, a concessão de mercês, autorizações diversas (desde a de desmembrar morgados até à de exercer ofícios civis), processos e decisões judiciais, tudo isto devia constar de documento escrito, arquivado em cartórios que se tornavam os repositórios da memória jurídica, social e política (...) De fato, parece que muitas compras se destinavam justamente à remuneração de favores ou a atos de proteção; com que, além do mais, se recebia em troca a garantia de que os papéis, cômodos ou incômodos, estavam em boas mãos.¹⁴⁰

Dado que a estrutura administrativa da América Portuguesa se fazia nos moldes das existentes no Reino ¹⁴¹, é possível transpor essas

¹⁴⁰ HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, BICALHO & GOUVÊA, op. cit., p.186. HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan:** instituições e poder político – Portugal, século XVII. Coimbra: Almedina, 1994. p.160-230.

¹⁴¹ De fato, o funcionamento administrativo do amplo império português, se fez, com a duplicação e devidas adaptações das instituições portuguesas pelas diversas partes mantidas sob o domínio lusitano. Dentre os estudos que pioneiramente destacaram esse fator de unidade do império português situam-se os de Boxer. Ver, em especial, BOXER,

observações para a realidade colonial. Nos domínios americanos, 'os saberes' das letras conferiam a seu possuidor um signo de distinção social. À época da instalação da vila, quando Curitiba institui suas justiças e os trâmites burocráticos da administração municipal, grande parte dos seus 'homens-bons' eram ainda iletrados. Nesse contexto, pode ser avaliado o 'patrimônio simbólico' dos 'saberes' de João Rodrigues Seixas. Além de letrado, por ser reinol é possível que tivesse alguma noção do que fosse ordenamento jurídico, representação que devia ser incomum para grande parte da população curitibana. De qualquer forma, os 30 anos de vivência em Cananéia, que era vila desde meados do século XVI, também devem ter contribuído para que ele criasse alguma familiaridade com a dinâmica da administração pública e seus instrumentos de regulação.

Assim, mesmo não sendo da nobreza da terra, não possuindo fortuna pessoal e nem pertencendo à corporação da milícia, João Rodrigues Seixas conseguiu alinhar-se aos homens-bons do lugar, tornando-se um deles, por ter sabido aproveitar-se da condição de ser reinol e pelos seus 'saberes' no domínio das letras.

É então no espaço da Câmara Municipal e, sobretudo pelo exercício dos ofícios de escrivão e de tabelião, que podemos tentar recompor traços e analisar aspectos da trajetória de vida de João Rodrigues Seixas. Um primeiro ponto a ser destacado é o fato de que, desde a criação da vila, João esteve muito próximo dos círculos de poder da administração municipal. Apesar de ser uma das funções menores da administração pública, o ofício de escrivão consistia no posto mais alto de sua categoria. A possibilidade que a função dava a seu ocupante de inteirar-se de todas as tramas políticas e processos econômicos da vila e constituía, sem dúvida, um valioso capital de 'saberes'. Pela mão de João Rodrigues Seixas passaram muitos dos papéis que conformavam a dinâmica da vida administrativa que se iniciava na vila. O cargo colocava Seixas numa

posição privilegiada para observar e se inteirar dos jogos de interesse que movimentavam as elites locais, para tomar ciência das alianças que se formavam e quando se rompiam. Tanta informação seguramente tinha um valor, quando menos, servia para indicar ao escrivão seus melhores aliados e seus piores opositores. Para um reinol com pretensões de sedimentar posição de prestígio junto à 'nobreza da terra', bem como organizar seus vínculos sociais na comunidade na qual estava inserido, o ofício camarário tornava-se especialmente estratégico.

No período colonial a atuação da Câmara era bastante abrangente, englobando os poderes administrativo, judiciário e de polícia. "Obviamente havia pouca coisa na vida colonial que a câmara não considerasse atribuição sua (...) seria natural que a câmara definisse bem comum como aquilo que beneficiaria os grupos econômicos dominantes aos quais pertenciam os conselheiros"¹⁴². Assim, as Câmaras coloniais se configuraram como espaços onde as elites locais se faziam representar para fazer valer seus interesses econômicos e exercer o mando político. Em Curitiba não aconteceu diferente. Nesse espaço de acordos e de intrigas João Rodrigues Seixas atuou desde a constituição da primeira legislatura, em 1693, até a sua morte em 1700.

Numa 'sociedade rústica', com escassez de bens de consumo como a dos primeiros tempos da vila de Curitiba, havia poucos recursos de ostentação aparente que permitissem distinguir ricos de pobres. Nesse tipo de sociedade, onde as representações simbólicas adquiriam grande função operativa, era fundamental instituir relações de afinidade com grupos ou pessoas de prestígio como forma de melhor se estabelecer no quadro social.

Como vimos, um caminho eficaz para estabelecer laços de solidariedade e proteção mútuos eram as alianças que se instituíam através do casamento, que promovia a união formal e simbólica entre duas famílias. A ideia era que as alianças familiares propiciadas pelas uniões conjugais

¹⁴² LOCKHART, James & SCHWARTZ, Stuart. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.287-288.

promovessem a manutenção dos bens dentro do clã e garantissem, assim, a estabilidade de todos os seus membros. Desse modo, era importante escolher os cônjuges que favorecessem os interesses das famílias de ambos os noivos.¹⁴³

Nem sempre as coisas ocorriam a contento, mas, naquele contexto, o matrimônio definia em muito a posição e os ganhos sociais, materiais e simbólicos advindos da escolha correta. Como vimos, o casamento religioso era a condição fundamental para a busca de status, ascensão social e obtenção, em muitos casos, de cargos administrativos. A união conjugal, então, se configurava muito mais como um assunto de família do que uma questão de foro íntimo entre duas pessoas. O casamento de um filho propiciava à sua família uma aliança com a família da noiva. Muitas vezes o dote da noiva vinha acrescentar ao patrimônio familiar uma nova unidade produtiva. O casamento de uma filha podia significar para sua família como que a chegada de um novo 'sócio' nos negócios, que podia colaborar para a expansão do empreendimento familiar.

Um indicador de que o cargo na Câmara Municipal favoreceria a mobilidade social de uma família pode ser exemplificado pelas alianças que João Rodrigues Seixas obteve ao casar seus filhos, Antônio Rodrigues Seixas e Isabel Rodrigues. Ambos fizeram casamentos hipergâmicos, e é lícito pensar que isso decorreu das relações de solidariedade e afinidade que João Rodrigues Seixas construiu com as pessoas de melhor qualidade na vila de Curitiba. Também não se pode desdenhar do capital simbólico que ele detinha por ser homem branco, reinol e letrado. O fato é que os matrimônios de seus filhos foram celebrados com pessoas de posição social e econômica superiores às suas. Assim, ao casar os filhos, João Rodrigues Seixas empreendeu uma negociação que garantiu a todos os seus, mobilidade social ascendente.

¹⁴³ INSSA, Maria Helena Cordeiro. **Os Louros de Lourenço**: genealogia e vida do Dr. Lourenço Ribeiro de Andrade (1724-1799). Curitiba: UFPR, 2000. Monografia de conclusão do Curso de História. p.22.

No caso em questão, há indícios de que um fator muito específico teria contribuído para a mobilidade ascendente do reinol que migrou jovem para a colônia. Para além das qualidades que ele trazia consigo, deve ter pesado a seu favor o fato de ele ter decidido fixar-se numa localidade no momento em que esta dava os primeiros passos de sua institucionalização. Naquele momento, os 'saberes' (dominar a leitura e a escrita) e 'qualidades' (ser português, sem 'vício de ofício') de João Rodrigues Seixas se configuraram como atributos preciosos e decisivos para sua inserção nos quadros da administração municipal.

A trajetória de Rodrigues Seixas em Curitiba sugere que ele tenha se valido deste capital simbólico para empreender os movimentos e alianças que possibilitaram sua ascensão social bem como os arranjos necessários para os 'bons' casamentos de seus filhos. João não possuía terras e, ao morrer, deixou pouco em bens materiais. Porém, legou para a mulher e para o casal de filhos algo precioso nas representações do Antigo Regime: respeito e honorabilidade.

A descendência de João Rodrigues Seixas tomou dois rumos distintos, configurando duas famílias que, embora o parentesco, identificavam-se de forma desigual. Assim, Antônio Rodrigues Seixas deu prosseguimento ao sobrenome que herdou do pai, desdobrando-o em sua filiação. Já sua irmã Isabel Rodrigues, no entanto, gerou descendência que adotava tanto a nomeação recebida paternalmente, quanto maternalmente.

Antônio Rodrigues Seixas nasceu em Cananéia por volta de 1670 e vem com a família para região de Curitiba. Assim como seu pai, Antônio sabe ler e escrever, o que já o situa numa posição diferenciada na sociedade. Ao que tudo indica, por essa diferença, casa-se com Maria Soares Paes, filha de Manoel Soares e Maria Paes.¹⁴⁴ Podemos notar que, nas primeiras

¹⁴⁴ Manoel Soares, lisboeta que emigrou ao Brasil vindo estabelecer-se em Curitiba no último quartel do século XVII, obteve em 1686, do Capitão-mor governador Thomaz Fernandes de Oliveira, a sesmaria de Butiatuba, sendo vizinha a de seu sogro na Campina D. Rodrigo e o rio Passaúna. Seu sogro era o capitão Baltazar Carrasco dos Reis, um dos povoadores dos campos de Curitiba, que se instalou aqui pouco antes de 1661, ano em que pede ao Capitão-mor governador do Rio de Janeiro Salvador Correa de Sá e Benevides

descendências dos Rodrigues Seixas, a inserção no poder público facilitou para que houvesse alianças matrimoniais principalmente com os homens de posse da vila, os primeiros povoadores. Essa integração constituiu-se, além de um ciclo de vereação no qual uma relação de parentesco fazia-se presente, num relacionamento de troca de favores e colaboração contínua além de uma aliança política vantajosa para ambas as famílias. O capitão Antônio Rodrigues Seixas exerceu os cargos de vereador nos anos de 1701, 1703, 1705, 1710, foi também almotacé no ano de 1704 e foi procurador do concelho nos anos de 1716 e 1717.

De seu casamento com Maria Soares Paes tiveram, ao que se sabe, quatro filhos: João Rodrigues Seixas, Manoel Rodrigues Seixas, Ignez Rodrigues Seixas e Juliana Rodrigues. Caso interessante ocorre com Manoel e João, pois os dois irmãos se casam com duas irmãs, Izabel Martins Valença e Francisca Maciel de Sampaio, respectivamente. Filhas de Manoel Martins Valença e Joana Maciel de Sampaio, ao que tudo indica, moravam nos Campos Gerais. Contudo, Valença foi mercador em Curitiba e procurador da câmara. Foi para Goiás abandonando sua mulher e cinco filhos, para tentar fazer fortuna pois o negócio ia cada vez mais ruinoso. Entretanto, ao que indica Ermelino de Leão, viveu penosamente em Goiás por mais de vinte anos, mas a sorte não lhe sorriu. Joana requer em 1752, uma procuração para chamá-lo de volta ou arrecadar seus bens caso tivesse morrido. Dizia que o marido estava carregado de anos e de moléstias e desejava que Deus dispusesse da sua vida na sua presença e por isso

uma sesmaria pois "[...] *nam tem therras para laurar e agasalhar seu gado tanto vacuum como cavalar nem choins para edificar sua morada de casa...*". Sertanista, Carrasco dos Reis em 1645 já havia feito entradas no sertão à busca de índios. Antes de vir para os Campos de Curitiba, morou na vila de S. Anna de Parnahyba, onde exerceu o cargo de juiz de órfãos. Teve três filhos homens e cinco mulheres e faleceu entre março e abril de 1697 sendo seu inventário um dos mais antigos documentos existentes no cartório de órfãos de Curitiba. Seu genro Manoel Soares (que será sogro de Antonio Rodrigues Seixas) exerceu também vários cargos públicos, sendo um dos primeiros juizes escolhidos para a eleição da câmara em 1694, vereador em 1696, 1697, 1700, 1703 e procurador em 1704. Ver: V. III, p. 122; NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**, Curitiba : Impressora Paranaense. 1927. V.I p. 308-309.

solicitava licença para continuar ausente do lar. Observamos que na lista nominativa de 1775, Manoel continua ausente de casa, e suas filhas, nessa época, já se encontravam casadas.

Tanto Manoel quanto João participavam do círculo camarário. João, designado Alferes em 1728, exerceu o cargo de vereador em 1735. Já seu irmão mais moço o Tenente Manoel, foi eleito almotacé em 1737 e 1742 e procurador do concelho em 1743.

Participantes da elite camarária, João morava no rocio da vila e Manoel no bairro do Passaúna, nas proximidades onde viviam os antigos povoadores. Ao que pesquisamos, não eram sesmeiros, mas possuíam terras e bens de valor para a época, como por exemplo Manoel que em 1765, na primeira lista nominativa da vila de Curitiba, apresenta que possui 2 armas, 1 pique e 11 escravos. No decorrer de sua vida, percebemos que sobrevivia de suas lavouras e sempre contava com a força do braço escravo, alternando entre 4 e 13 escravos.

Sobre João, sabemos que já está falecido em 1741 e sua esposa Francisca Maciel Sampaio casa em segundas núpcias com João Denis Pinheiro. Entretanto, verificamos que uma união familiar se mantém mesmo após o falecimento do irmão mais velho de Manoel Rodrigues Seixas. João teve com Francisca, ao que se sabe, uma filha de nome Joanna, nascida em 07 de março de 1737. O casal entregou sua filha para ser batizada ao tio Manoel Rodrigues Seixas e a avó materna Maria Soares Paes. O batismo pode ser entendido como uma instituição social constituída principalmente a partir dos ritos católicos, definido como compadrio. Sua função primordial é criar vínculos de solidariedade entre seus participantes, os quais se expressam, principalmente, através da cooperação econômica e da lealdade política¹⁴⁵.

¹⁴⁵ ARANTES, Antônio Augusto. Pais, Padrinhos e o espírito Santo: um reestudo do compadrio. In: CORRÊA, Mariza. (org.). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.196.

Como o batismo representa um rito de passagem, um renascimento da criança que se torna um verdadeiro cristão, há a necessidade de 'novos pais', os pais espirituais, que se encarregariam da instrução da criança na fé católica. Além de cuidar da vida religiosa teriam também a função de cuidar da vida terrena desta criança, caso lhe faltassem os pais, "[...] o compadrio surgiu, a partir de então, como uma relação de caráter puramente social baseada no rito católico"¹⁴⁶, pois era um laço estabelecido dentro da Igreja e que era levado para a vida secular de todos os envolvidos (padrinho, madrinha, pai, mãe e batizando).

No caso dos batizados da família Rodrigues Seixas, notamos que é comum os padrinhos e madrinhas serem parentes. Vemos isso no caso de Escolástica, filha de Manoel Rodrigues Seixas e de Izabel Martins Valença, que se torna afilhada de João Denis Pinheiro e de Francisca Maciel Sampaio. Numa situação posterior, inverte-se a ordem do compadrio, mas mantém-se parentes na relação.

Antônio Rodrigues Seixas, último filho acompanhado nesse estudo, também entrega seus filhos para serem apadrinhados por parentes próximos. No caso de João, seus padrinhos são Miguel Rodrigues Seixas – tio paterno – e Joanna, filha de Manoel Manso de Avellar – tia materna. Já seu irmão Ricardo, tem como padrinhos seus avós maternos, Manoel Manso de Avellar e Anna Barbosa. De acordo com Arantes,

No plano das representações religiosas, ao se superpor a relação de "geração espiritual" do filho de ego à sua própria filiação sociológica, através do convite a um dos avós para se tornar padrinho de um neto, trazem-se os vínculos de transmissão de essência mística para dentro da família, produzindo-se uma síntese entre *pater* e *genitor* (espiritual) em que se integram incorporação social e transmissão de

¹⁴⁶ BRUGGER, Silvia Maria Jardim e KJERVE, T. M.N. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). **Estudos Afro-Asiáticos**, 1991, n. 20, pp 226.

essência mística, como constitutivos do princípio mais geral da descendência.¹⁴⁷

Afere-se, portanto, que a Família Rodrigues Seixas buscava uma solidariedade interna dentro dos laços familiares uma vez que, a partir da segunda geração, o reconhecimento local já estava bem sedimentado não sendo necessário que o compadrio servisse como ampliação de vínculos parentais, mas sim o fortalecimento das relações dentro da própria Família. Nesta pequena trajetória, buscou-se, ancorado nas letras de Dale Tomich,

(...) evitar a reificação das unidades mundiais, nacionais ou regionais e, conseqüentemente, tanto na construção de uma falsa necessidade quanto ênfase prematura na agência ou particularidade local. Em vez disso, as relações são vistas como sendo ao mesmo tempo necessárias e contingentes: necessárias em razão da unidade sistêmica imposta pela interdependência das formas de produção e troca de mercadorias e poder político; e contingentes porque o caráter particular dessas formas é sempre o produto de processos históricos específicos, complexos e desiguais dentro da rede relacional.¹⁴⁸

Vale apontar, mesmo que sumariamente, os desdobramentos ocorridos na vida da viúva e de cada um dos seus filhos, após a morte de nosso personagem. Maria Maciel Barbosa, a viúva de João Rodrigues Seixas, escapou do destino de tantas viúvas e retomou a vida conjugal após a morte do marido. Casou-se com Luiz Rodrigues Velho, que pertencia a uma das mais tradicionais famílias da nobreza da terra. Luiz Rodrigues Velho e o irmão Garcia Rodrigues Velho, juntamente com o pai Domingos Rodrigues da Cunha haviam obtido, em 1668, uma das doze sesmarias doadas no

¹⁴⁷ **Ibid**, p. 202.

¹⁴⁸ TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. P. 78.

século XVII nos campos de Curitiba. De fato, as segundas núpcias da viúva Maria Maciel Barbosa vinham estreitar os laços entre famílias que se conheciam de longa data. Garcia Rodrigues Velho, um dos principais da terra, foi um dos seis eleitores que no ato solene de instalação da Câmara de Curitiba nomeara João Rodrigues Seixas como escrivão do Concelho. O casamento vinha consolidar interesses das duas famílias. Os Rodrigues Seixas traziam para o consórcio o sangue reinol e o conhecimento das letras, enquanto os Rodrigues Velho entravam com bens materiais e o capital simbólico de pertencerem à nobreza da terra.¹⁴⁹

O filho de João Rodrigues Seixas teve longa carreira junto à Câmara onde foi almotacé, vereador e procurador. O capitão Antônio Rodrigues Seixas, primogênito de João Rodrigues Seixas, ao casar-se com Maria Soares Paes, consorciou-se com duas das mais antigas famílias de reinóis instaladas na região dos campos de Curitiba. Seu sogro era um lisboeta instalado com sesmaria na região desde 1683. Sua sogra era filha do capitão povoador Baltazar Carrasco dos Reis, sesmeiro dos campos de Curitiba desde 1661. Os filhos de Antônio também fizeram parte da elite política da vila, consolidando a tradição familiar.

Isabel Rodrigues, a filha de João, casou-se com o reinol Lourenço de Andrade, que se instalara na região de Curitiba no mesmo período em que os Rodrigues Seixas. Lourenço de Andrade ocupou o cargo de vereador por vários anos, em gestões alternadas com seu cunhado Antônio, configurando, assim, um longo ciclo de vereação no qual as relações de parentesco se fizeram presentes. O casal Isabel e Lourenço teve três filhos, que, por sua vez, deram continuidade, através de laços matrimoniais entre membros da elite local em uma grande linhagem de 'homens-bons'. Um dos netos de Isabel, Lourenço Ribeiro de Andrade viria a ser o primeiro curitibano a formar-se pela Universidade de Coimbra.

Ao longo de mais de cem anos, os 'saberes' da linhagem iniciada com

¹⁴⁹ Para informações mais detalhadas sobre a união dessas famílias e suas descendências, ver: INSSA. op. cit.

João Rodrigues Seixas, transmitidos a seus descendentes, garantiram alianças cada vez mais estáveis, assegurando a proeminência da família entre as principais da terra.¹⁵⁰

¹⁵⁰ [Informação pra banca: do ponto de vista de visualização da trama genealógica, haverão figuras representativas da Família Rodrigues Seixas.]

**SEGUNDA PARTE – “EM HUNS CAMPOS QUE SE ACHARA
DEVOLUTOS”**

Casa de pay, vinha de avó.

*(António Delicado. Adágios portugueses reduzidos
a lugares communs, 1651)*

2.1 *Chãos coloniais: as sesmarias e a posse da terra e escravizados como estratégia de consolidação familiar*

A posse da terra é uma das linhas mestras nos estudos que se dedicam a pensar os processos de ocupação na América colonial portuguesa. A verdadeira 'nobreza da terra' era aquela que obtinha porções agrárias (tanto com os vastos latifúndios quanto aqueles assentados sob a égide da lavoura de subsistência) como foi o caso de tantos senhores de engenho ao longo da área litorânea nordestina, ou ainda, os pecuaristas instalados em áreas centrais dessa região. Nas porções meridionais, na esfera de influência paulista, com o advento da cana-de-açúcar e, posteriormente, com a cafeicultura, a ideia da distinção tinha como acepção o usufruto da terra no Antigo Regime nos trópicos.¹⁵¹ As áreas paulistas, de fato, não se comparavam às riquezas semelhantes do Nordeste açucareiro, bem como demonstrava diminuta economia. "Mas já um celeiro a abastecer o entorno desde o

¹⁵¹ BARICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. SCHWARTZ, S. B. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Bauru, SP: EDUSC, 2001. BACELLAR, C. de A. P. **Os senhores da terra - família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855.** Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997; ANDRADE, M. F. de. **Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008; MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829).** São Paulo: FAPESP / Annablume, 1999; SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.** São Paulo: Cia. das Letras, 1988; FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manoel. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia – Rio de Janeiro, c.1790 - c.1840.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

século XVII.”¹⁵² Apresentava-se como uma zona de fronteira marcada pelo apresamento dos habitantes originários, por aventureiros a busca de faíscas de ouro, por um inicial comércio de gado e com acesso restrito ao mercado atlântico. Era, para Bacellar, o “autêntico extremo do espaço colonial”.¹⁵³

Sob a força do ímpeto expansionista ibérico, houve um processo de “interiorização da colonização”¹⁵⁴ Fosse ao homem livre e pobre que arrendava uma pequena roça ou mesmo aqueles que adquirisse sua propriedade via concessão de sesmarias de tamanho regular, era concedido um diferencial social significativo, unicamente por possuir ‘seu chão’¹⁵⁵. Detinha, no processo de expansão das fronteiras, certa condição melhor do que muitos outros, mas ainda, sendo um lavrador, um dentre tantos outros que ‘plantava para comer’, mantinha-se em situação de certa rusticidade material.

Além das porções doadas pela Coroa a determinadas famílias lusitanas, muitos dos que já estavam radicados na América entenderam o princípio nobilitante conferido pela posse de áreas

¹⁵² BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **As famílias de povoadores em áreas de fronteira da Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, 2017. P.3.

¹⁵³ **Id.** P.3.

¹⁵⁴ Ver; ABREU, Capistrano. **Capítulos de história colonial**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976; HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

¹⁵⁵ **Cf.** MOTTA, Márcia Maria Mendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. 2ª Ed. Niterói: EdUFF, 2008; MOTTA, Márcia Maria Mendes. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795-1824**. São Paulo: Alameda, 2009; SILVA, Ligia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. 2ª Ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2008; RITTER, Marina Lourdes. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**. Curitiba: IHGB, 1980; GLEZER, Raquel. **Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2007; LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

maiores e desenvolveram estratégias para, conjugando-se requerimentos de sesmarias, angariar um patrimônio familiar considerável. Casos dessa natureza podem ser ilustrados com as sesmarias concedidas à família Taques nos Campos Gerais que formaram um enorme latifúndio, envolvendo os atuais municípios de Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro e parte de Ponta Grossa¹⁵⁶. Porém, dada a vastidão das terras a serem ocupadas, já houve época em que se asseverou que elas teriam pouco valor na colônia. Alcântara Machado observou, nessa linha, que até boa parte do século XVII, no momento da partilha, nos montes sequer se avaliava seu valor.¹⁵⁷

Todavia, neste caminho vale recuperar uma síntese efetuada por Simonsen, ao afirmar que,

[...] é porém a propriedade rural que classifica e desclassifica o homem; sem ela não há poder definido, autoridade real, prestígio estável. Fora das grandes famílias arraigadas ao chão, o que se encontra é a classe de funcionários, é uma rédua de aventureiros, é a arraia miúda dos mestiços, é o rebanho dos escravos. Em tal ambiente, a figura central que domina realmente, pela fora irreprimível das coisas, e a do senhor de engenho, do fazendeiro, do dono da terra. Conforme observação de Oliveira Viana, os que não possuem sesmarias ou não conseguem assegurar terras se acham deslocados na própria sociedade em que vivem ¹⁵⁸.

Essa percepção da importância extra econômica da terra já pela historiografia tradicional é indicadora da alteridade dos signos de

¹⁵⁶ Ver: **Quadro 6: Sesmarias no "Paraná", séculos XVII-XVIII**, no Apêndice A.

¹⁵⁷ MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Martins, 1972

¹⁵⁸ SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil (1500-1820)**. (8ª. edição) São Paulo: Companhia editora nacional, 1978, p. 221

diferenciação social numa sociedade monetizada, em que nas relações econômicas concorriam fortemente fatores não econômicos. Isto não significa dizer que a América portuguesa estivesse alheia às relações de mercado e que inúmeros homens bons detivessem admirável cabedal. Na verdade, o que se observa é um jogo complexo de equilíbrio, onde se interpenetravam estratégias diversas para alçar a condição privilegiada. Os historiadores que enfatizam em seus estudos as relações sociais apontam, como vimos na primeira parte da tese, para a aliança matrimonial como uma porta de acesso à mobilidade social ascendente¹⁵⁹. Já aqueles que abordam o fenômeno sob a perspectiva econômica, agregam em seus estudos uma reflexão que considera, neste jogo, o aparente paradoxo de uma “economia imperfeita”, expressão esta trazida por Witold Kula para designar uma relação de mercado em que

los precios no asumen una función reguladora em relación com la producción. El carácter local del mercado y la pobreza de sus existencias crean las condiciones propicias al control monopolista de sus diferentes sectores, lo cual a su vez hace aún más profunda su imperfección.¹⁶⁰

João Fragoso, em seus estudos, agrega a esse conceito de “economia imperfeita” valores próprios do ‘Antigo Regime nos Trópicos’. “Num mercado que não fosse totalmente regulado pela oferta e procura, a ação dos indivíduos não dependeria apenas de seus recurso

¹⁵⁹ Ver FARIA, Sheila de Castro. **Op cit.**, 1998. NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900.** São Paulo: Cia. Das Letras, 2001. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial.** São Paulo: EDUSP, 1984.

¹⁶⁰ KULA, Witold. **Problemas y métodos de la historia económica.** Barcelona: Península, 1974. p. 465

econômicos.”¹⁶¹ Seriam os mecanismos de acumulação que, mesmo realizados no mercado estariam mediados pela política, gerando assim oportunidades econômicas diferentes entre os indivíduos coloniais, motivados pelo acesso aos cargos na administração local.

Giovanni Levi, ao analisar a comercialização de terras na América colonial, observa que seu preço variava de acordo com o relacionamento de parentesco entre as partes contratuais¹⁶². Ou seja, o que dava prestígio, poder e nobilitação ao indivíduo não era somente a posse da terra, mas sim o reconhecimento dentro de um círculo de relacionamentos, aliado à posse de outros homens. Este seria o caminho da ‘nobreza da terra’, ou seja, daqueles que assentavam os esteios de seu prestígio a terra, muitas vezes pelas sesmarias e do número de escravos possuídos.

Na região paulista, constata-se que muitos habitantes ligados a esse estrato social mantiveram a atividade de preação, colocando os ameríndios como seus administrados¹⁶³. Para Ilana Blaj,

[...] o primeiro sinal de distinção social era o estatuto de homem livre e, em seguida, o de proprietário de terras e de escravos. Se a monopolização desses dois últimos caracteriza o grande senhor, a elite colonial, por outro lado, possuir dois ou três escravos e uma pequena propriedade não era tarefa impossível para os demais. Mentalmente, a posse de uma faixa de terra e de alguns

¹⁶¹ FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). IN: **Topoi**. Rio de Janeiro , 2000 , nº 1. p 72.

¹⁶² LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992. pp. 133-161. p.141.

¹⁶³ Ver: MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Em especial o capítulo 4 intitulado “A administração particular”. pp.129-153.

escravos (mesmo que fossem indígenas) permitia o sonho da ascensão para as demais camadas de homens livres do mundo colonial¹⁶⁴

Tal aprisionamento indígena é manifestado como “[...] elemento básico na formação e reprodução da sociedade colonial e sua manutenção garantiu e legitimou a continuidade de escravização dos povos indígenas”.¹⁶⁵ Em São Paulo e no Rio de Janeiro no seiscentos, ao menos, a montagem das fortunas das famílias mais poderosas da região dependeu da guerra contra o gentio em prol de conquistas de novos espaços e de mão-de-obra para as atividades agrícolas ou extrativistas que eram desenvolvidas. Desse modo, a posse de indígenas tornou-se um dos mecanismos fundamentais na formação do processo produtivo colonial.¹⁶⁶

[...] os índios constituíam também o principal recurso da capitania. Os portugueses de São Paulo mediam sua riqueza pelo número de escravos e partidários a que podiam recorrer. ‘Ricos em flecheiros’ era uma descrição comum dos cidadãos mais proeminentes do planalto. ¹⁶⁷

¹⁶⁴ BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002. P.326-327

¹⁶⁵ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Considerações sobre a presença indígena na economia do Rio de Janeiro colonial. In: **Cativeiro & Liberdade**. Rio de Janeiro, v. 4, p. 46-58, jul. / dez. 1996.

¹⁶⁶ MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

¹⁶⁷ LOCKARDT, James; SCHWARTZ, Stuart B. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 313

Segundo João Fragoso, o patrimônio agrário carioca – que posteriormente teve nos escravos africanos a mão-de-obra principal – num primeiro momento,

[...] constituiu-se e reproduziu-se pela doação de sesmarias, índios e créditos, aos quais [as famílias mais poderosas] tinham acesso exatamente por suas estreitas relações com o poder, o que lhes conferia a possibilidade de ocupar importantes cargos de comando na colônia.¹⁶⁸

Contudo, aqui devemos ressaltar: para a colônia, não é raro a historiografia explicitar que:

[...] ser economicamente poderoso não significava a certeza de ser considerado um 'homem bom' ou de família principal'. Dentro do que se estabelecia como status social de um indivíduo, inseriam-se normas de conduta e de representação social que, muitas vezes, não refletiam a situação econômica dos envolvidos. Pobreza e prestígio podiam, muitas vezes, andar juntos.¹⁶⁹

Especialmente em áreas mais distantes, nas franjas da colônia portuguesa, a pobreza e o prestígio muitas vezes caminhavam lado a lado. De outro modo, muitos dos sujeitos que acumularam cabedal, o fizeram ao largo das formas nobilitantes, mas, ao mesmo tempo, eram essas as pessoas que formavam o conjunto dos homens bons na localidade. É nesse momento que se percebe que as oportunidades, apresentadas à boa parte da população, imprimiam muita flexibilidade

¹⁶⁸ FRAGOSO, João. **A nobreza da República**: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). IN: Topoi. Rio de Janeiro, 2000, nº 1.p. 54.

¹⁶⁹ FARIA, Sheila. **Op. Cit.** 1995, p. 82.

aos critérios de nobilitação. “Nem todos os homens bons cumpriam todos os requisitos, mas contavam com o beneplácito e com o testemunho dos demais membros da elite para serem aceitos pela mesma.”¹⁷⁰

É neste momento que nos debruçamos sobre a trajetória de vida de um dos sesmeiros dos sertões de Curitiba, atentos as estratégias de mobilidade espacial. O **Quadro 2**, que consta no anexo deste trabalho, serve de guia documental das narrativas a seguir, e revelam o escopo da análise. Os registros de sesmaria foram dispostos seguindo a baliza temporal crescente, tendo em vista os diversos fundos levantados. O esforço da amostra permite revelar as dinâmicas espaciais da população, assim como perceber as redes familiares e clientelares com as quais os indivíduos se deparavam em momentos específicos da existência.

2.2 Dimensões do tempo na conquista: perspectivas sobre a vida de mineiros, agricultores e tropeiros

Nas cercanias da vila de Nossa Senhora da Lux dos Pinhais de Curitiba, distante por volta de 8 léguas da Igreja Matriz nos caminhos que levam ao poente, encontrava-se a Capela de Nossa Senhora da Conceição do Pilar de Tamanduá. Aquela pequenina e singela edificação, inicialmente fora construída em madeira pelos padres carmelitas por volta de 1709. Anos mais tarde, erigiu-se nova capela em alvenaria e pedra argamassada, coberta em duas águas divididas entre nave central e sacristia lateral e encimada por cruz de ferro. Esta

¹⁷⁰ BLAJ, Ilana. **A trama das tensões:** o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002. p. 328.

nova construção realizou-se por mando do Capitão Antônio Luiz Lamin, vulgo o Tigre. Capitão-Mor da vila no alvorecer do setecentos, Antônio Luiz Tigre recebeu duas sesmarias por seus serviços prestados a Dom Rodrigo de Castelo Branco, em ordens da Coroa, quando de sua entrada ao sertão dos Campos Gerais de Curitiba em busca de ouro. A primeira, conhecida como Sesmaria do Itaqui, fora recebida em 12 de abril de 1706 e localizava-se no Rio Verde, entre a paragem do Capão da Índia, de leste para oeste até o Rio Grande (Iguaçu). Em 12 de novembro de 1712, obteve sua segunda sesmaria, localizada na paragem do Campo Largo, "até entestar com as terras de Manoel Soares, por estarem devolutas." Foi da primeira que Luiz Tigre doou meia légua de suas terras para a construção da capela, como também mandara trazer de Portugal a imagem de Nossa Senhora da Conceição.

As sesmarias nas áreas de influência paulista nos sertões meridionais do litoral e áreas serra acima nos campos de Curitiba, remontam os finais do século XVII. Segundo o **Quadro 3: Sesmarias no "Paraná", séculos XVII-XVIII**, no século XVII foram doadas 8 sesmarias em áreas litorâneas na região de Paranaguá, e 25 adentrando o século XVIII. Já para a região de Curitiba, foram 12 no século XVII e 119 ao longo dos setecentos.

Quadro 3 - Sesmarias "Paraná", por localidade e período

Século XVII		
Litoral		8
Campos de Curitiba		12
		20

Sesmarias Litorâneas ("Paraná", século XVIII)		
Litoral	Paranaguá	10
	Antonina	3
	Porto de Cima	3
	Morretes	7
	Guaratuba	1
	Caiobá	1

		25
Curitiba e seus sertões, século XVIII		
Campos de Curitiba		18
Campos de São José		8
Campos da Lapa		7
Campo Largo		4
Campos de Piraquara		6
Campos de Palmeira		12
Campos de Ponta Grossa		13
Campos de Castro		21
Campos de Tibagi		20
Campos de Jaguariaíva		9
Campos de Itararé		1

Fonte: Quadro 2: Sesmarias no "Paraná", séculos XVII-XVIII.

Já existente em Portugal a 'Lei de Sesmarias' desde 1375, foi apenas em carta régia de 1612, no então reinado de Felipe II, que surge pela primeira vez a palavra sesmeiro designando o beneficiário da doação. Entretanto, principalmente nos primeiros séculos da colonização, as datas de terras precisariam da avaliação que indicassem a possibilidade de aproveitamento da terra, assim como a condição do solicitante. Segundo Sheila de Castro Faria,

Fixava-se, também, certo tempo para iniciar a produção (o máximo de cinco anos). Com exceção da restrição feita aos donatários de que somente poderiam tomar para si dez léguas de terras em quadra do reguengo (terras de conquistas do patrimônio régio), vetando-lhes distribuir terras para a mulher e o filho herdeiro, nada havia na legislação que restringisse a quantidade de terras doadas aos colonos e filhos não herdeiros dos donatários.¹⁷¹

¹⁷¹ FARIA, Sheila. DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL. **Op. Cit.** Verbetes "Sesmaria", P. 530.

Chama a atenção na observação dos dados compulsados nos quadros, para além do volume de datações de terra, um sentido geográfico de expansão populacional naquelas paragens colônias e seus solicitantes: predominantemente reinóis, vinculados aos aparatos administrativos e militares, percorrendo áreas inicialmente ligadas aos caminhos das minas, onde a catação das primeiras lavras deu o sentido da ação expansionista. Na mesma toada, o adentrar do setecentos os moveu para o sertão oeste, serra acima de Paranaguá e em direção da serra de São Luiz do Purunã, já na interface da mescla das atividades agropastoris do comércio das tropas.

Neste ponto, o trabalho de Tamar Herzog oferece uma percepção ímpar ao ligar os processos de formação das fronteiras da península ibérica com o movimento de expansão da América. Em sua abordagem, a expansão não foi resultante do desejo dos vassalos régios em busca da consolidação territorial dos impérios, ou mesmo, de acordos firmados entre os interesses locais e a coroa. A autora considera que a ampliação das fronteiras teria sido "o resultado de procedimentos muito mais multifacetados que permitiram aos actores definir-se, e ao mesmo tempo, reclamar o território".¹⁷² Deste modo, as divisões territoriais que se deram na Península e na América foi o resultado de complexo de indivíduos em "milhares de interações diárias"¹⁷³.

Dentre essas interações, seguimos com a trajetória de Antônio Luiz Tigre. Natural da Parnaíba, filho legítimo de Antônio da Motta Maris e de sua mulher Maria da Piña; neto da parte paterna do conhecido sertanista Matheus Luiz Grou e de sua mulher Izabel de Piña Cortes.

¹⁷² HERZOG, Tamar. **Fronteiras da posse:** Portugal e Espanha na Europa e na América. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018. P. 26

¹⁷³ **Id.** P. 26.

Tigre foi casado com Ana Rodrigues de França, filha do Capitão-Mor de Paranaguá João Rodrigues França e de Maria da Conceição. Seu sogro, aliás, era detentor de outras duas sesmarias na região dos campos de Piraquara, uma recebida em 1703, outra em 1704.

Segundo informações do genealogista Francisco Negrão, João Rodrigues França casou-se no litoral com Francisca Pinheiro sendo que ela sobreviveu ao marido, tornando-se inventariante de seus bens. Negrão coloca dúvidas se ele fora casado com Maria da Conceição em primeiras núpcias (onde tiveram 3 filhos) ou se viveu maritalmente antes de seu consórcio com Francisca (com quem teve 9 filhos) mas que, seja como for "o certo é que gozaram do maior conceito de toda a família e seus filhos tinham em geral por padrinhos as suas irmãs e cunhados".¹⁷⁴

Descendente de ilustre família paulista e de abastados bens, João Rodrigues França morou também em Santos, onde era estabelecido. Contudo, possuía várias fazendas de criação nos Campos de Curitiba e de São José, onde minerava ouro nas minas de Araçatuba. Inclusive, dizem os genealogistas, que França enviou um frasco cheio deste metal ao Rei Dom João V.¹⁷⁵ Como era detentor de voluptuoso cabedal, "procurou educar e instruir seus filhos, dos quaes um era formado pela Universidade de Coimbra."¹⁷⁶ Por fim, vale informar que o Capitão-Mor foi nomeado a 22 de julho de 1711, conjuntamente com o Capitão Manoel Picam de Carvalho e o Capitão Antônio Luiz Tigre (seu genro) um dos testamenteiros do Capitão-Mor e ex-Administrador e

¹⁷⁴ NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**, Curitiba: Imprensa Paranaense. 1927. vol. III. Pg. 567.

¹⁷⁵ NEGRÃO, Vol.III, pg.4.

¹⁷⁶ NEGRÃO, Vol.III, pg.4.

descobridor das minas do sul e ex-governador militar da Praça de Santos, Agostinho de Figueiredo.

Quando do falecimento de seu pai, Anna Rodrigues França e seu marido Antônio Luiz Tigre desistiram da parte que lhes tocava da herança em benefício dos outros herdeiros, uma vez que possuíam afortunados bens móveis e semoventes. Contudo, este casal não deixou descendentes forçados, como indicando em testamento. Porém, ao recorrer aos registros de casamento, vemos que Antônio Luiz Tigre apresenta ao altar uma filha natural, Maria Luiza, fruto da 'fragilidade da carne' com a administrada Rosa.¹⁷⁷ No momento de legar suas últimas vontades, esta filha bastarda não é nem ao menos citada no documento, elegendo o Capitão algumas partes de seu patrimônio a sobrinhas e afilhadas. Por fim Tigre nomeou como sua universal herdeira "a Nossa Senhora da Conceição do Tamanduá, onde residia e tinha fazendas de criação."¹⁷⁸

Antônio Luiz Tigre tinha como vizinhos, além de Manoel Soares, Pantaleão Rodrigues e Manoel Gonçalves de Aguiar, todos homens bons e personagens reconhecidos da vila. Quando dimensionamos a figura do Capitão com os assentos de batismo, vemos que Tigre encontrava-se como padrinho em 18 ocasiões, sendo 3 delas cativas administradas; e em outras 5 ocasiões, firmando o laço do compadrio na companhia de sua esposa, Ana Rodrigues de França.¹⁷⁹

¹⁷⁷ No assento de casamento de Thomé Ribeiro da Silva com Marcelina, realizado dia 1º de março de 1740, o padre menciona que todas as testemunhas e os demais presentes eram moradores da freguesia de Curitiba. Livro 01 de Casamentos da paróquia de Nossa Senhora da Lux dos Pinhais, nº01, folha 39v.

¹⁷⁸ NEGRÃO, vol.III, p.650.

¹⁷⁹ Ver: CHAGAS, Paula Roberta. **Usos cotidianos do parentesco espiritual:** Curitiba na transição do Séc. XVII para o XVIII. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. (Dissertação de mestrado), 2011.

Dando sequência na narrativa de outras personagens, vemos que, em 1787, declarava o então Capitão-Mor da vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, Lourenço Ribeiro de Andrade: “não posso afirmar que o povo, no tempo presente, com a lavoura, esteja mais rico do que no tempo da mineração. Porém mais luzido, é manifesto.” Sua descrição, ao que propõe a historiografia tradicional, fazia clara referência à suspensão do recrutamento militar ocorrida no ano de 1768, uma vez que a inspeção aos jovens pela Companhia de Auxiliares estava incompatibilizando grande parte da população com a ocupação na agricultura, causando-lhe “decadência”. Mas não só: também aos trabalhos na mineração (ainda remanescentes), criação e transporte de gado. Ao comparar a década pretérita, fazia o Capitão um balanço das transformações daquela comunidade e sua forma de viver. Mas qual o significado de luzir-se nos sertões da América colonial portuguesa dos setecentos, no interior de uma vila agrária voltada basicamente ao mercado de abastecimento? Seria possível separar as atividades de modo tão estanque entre seus moradores? Do ponto de vista material da existência, que diferença havia dos bens acumulados nos arraiais de mineradores e as posses agropastoris.

2.3 *Mais luzido é manifesto*

“Meu avô temia e devia; meu pai devia; eu não temo nem devo”. Esta frase, atribuída a D. João V durante seu longo reinado de 1706 a 1750, revela o quanto a exploração dos recursos minerais de ouro e diamantes das terras do além-mar lusitano na América (após suas descobertas advindas das andanças paulistas pelo interior) serviu para equalizar o déficit econômico que a Coroa havia contraído com

outros reinos europeus.¹⁸⁰ A historiografia que centra seus estudos na mineração afirma que esta atividade tardou em resultar numa forma específica de colonização, passível de ser diferenciada de qualquer outra conhecida entre o setecentos e oitocentos, principalmente se contrastada à ocupação litorânea dos primeiros séculos.

Do ponto de vista da descoberta dos metais e pedras preciosas, tal busca era marcada pela intencionalidade das entradas no sertão, porém, cabe lembrar que a este objetivo os paulistas agregaram a preação indígena como força motriz de suas bandeiras. O que vale apresentar é que, anterior a abertura das grandes lavras das Minas Gerais no século XVIII, “certamente, fora encontrado ouro em São Vicente na década de 1560, e nos anos de 1570 os paulistas haviam achado ouro de aluvião em Paranaguá.”¹⁸¹ Tais jazidas eram de pouca monta e na maioria das vezes necessitavam ser faiscadas¹⁸² em bateias retiradas de pequenos rios, o que as caracterizou como ouro de aluvião.¹⁸³ Contudo, o acontecimento que localiza o eldorado

¹⁸⁰ BOXER, Charles. **A idade de ouro no Brasil**: dores do crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 171

¹⁸¹ RUSSEL-WOOD, A. J. R. O Brasil Colonial: o ciclo do ouro. In: BETHEL, Leslie. (Org.). **História da América Latina**. América Latina Colonial. Vol. II. São Paulo: Edusp, 2004, p. 471.

¹⁸² “Havia dois tipos de extrações auríferas: a das lavras (jazidas organizadas em grande escala e com aparelhamento para lavagem do ouro) e a dos faiscadores, que empregavam somente a bateia, o cotumbê e ferramentas toscas, reunidos num ponto franqueado a todos, cada qual trabalhando por si. Os faiscadores, muito comuns na mineração, eram homens livres e pobres, havendo mesmo escravos entre eles, que entregavam quantia fixa ao senhor e guardavam o eventual excedente.” (VAINFAS, 2000, p. 397-398)

¹⁸³ Sobre as descobertas de outras jazidas, revela-nos Russel-Wood: “Em torno de 1695, o governador do Rio de Janeiro recebeu relatos substanciosos de importantes jazidas de ouro em sua jurisdição, em Rio das Velhas, na região que a correspondência oficial chamou inicialmente ‘minas de São Paulo’. Logo se seguiram relatos da capitania da Bahia sobre depósitos em Jacobina, e em 1702 o governador-geral notificou ao rei a existência de novas descobertas em Serro do Rio, Itocambiras,

lusitano foi a descoberta da riqueza mineral nas Gerais. A data e o local exatos da retirada de ouro dos primeiros veios são, de acordo com a historiografia, incertos. Sheila de Castro Faria indica no verbete 'Mineração', do *Dicionário do Brasil Colonial*, que:

alguns historiadores mencionam as descobertas de Antonio Rodrigues Arzão (1663), outros as de Bartolomeu Bueno da Siqueira (1696), e há os que ressaltam as de Borba Gato, em Sabará. Mas é certo que a descoberta dos veios auríferos resultou das expedições dos paulistas, que por isso se tornaram, ao mesmo tempo, figuras de interesse e de reprovação por parte da Coroa.¹⁸⁴

Geograficamente, eram várias as rotas que levavam à região mineira. Inicialmente, o caminho mais popular partia de São Paulo e seguia o rio Paraíba, numa viagem de aproximadamente dois meses. Outra rota acessível, porém, mais longa, era feita a partir da Bahia, pelo rio São Francisco. Finalmente, uma terceira estrada foi aberta, partindo do litoral do Rio de Janeiro, cruzando as montanhas, rumo às Gerais. Esta era, segundo James Lockhart e Stuart Schwartz, uma rota difícil, porém mais curta, que veio a se tornar o principal acesso, e o caminho por excelência, da exportação do ouro. "A ascensão do Rio de

e no sertão. Mais tarde confirmaram-se os achados de Rio das Contas. Ao mesmo tempo, em 1701-1702 surgiram relatos de descoberta na capitania vizinha do Espírito Santo. Entre 1726 e 1734 iria ocorrer uma exploração bem sucedida em Rio das Contas, Rio Pardo e Rio Verde, assim como no sertão, em Araçuaí, Fanado e Águasuaçu. Em 1739, apareceram relatos de descoberta de ouro na serra da Baituração, em Ilhéus, mas essa região não foi explorada. Esses achados tornaram-se insignificantes diante dos acontecimentos que estavam ocorrendo na região que hoje se chama 'minas gerais'. RUSSEL-WOOD, **Op. Cit.** . 2004, p. 471-472

¹⁸⁴ VAINFAS, **Op. Cit.** 2000, p. 397.

Janeiro a uma posição predominante no litoral brasileiro foi em grande parte consequência de sua proximidade das minas.”¹⁸⁵

As repercussões que a descoberta e a exploração do ouro causaram foram várias, tanto na metrópole quanto na América. A coroa, ao mesmo tempo em que não quis desencorajar as atividades mineradoras, atuou para proteger os setores da sociedade colonial que poderiam ser afetados, fator que diminuiu o otimismo dos portugueses diante das descobertas. Esta atuação consistiu em proibições da exploração dos veios, observadas quando, “[...] em 1703, o rei ordenou ao governador-geral que interrompesse a exploração em Jacobina, Itocambiras e Serro do frio”¹⁸⁶, uma vez que carecia de avaliações, no que diz respeito à vulnerabilidade territorial tão logo outras nações estrangeiras soubessem das minas.

Tais proibições feitas pela coroa estavam fundamentadas na ideia de que as pessoas seriam induzidas a abandonar importantes regiões da economia colonial. O impacto econômico e demográfico, diante dessas novas descobertas, seria uma ameaça às regiões costeiras do Nordeste. Conforme citação de um observador do período, “Das cidades, vilas, fazendas e florestas do Brasil partem brancos, pardos e negros’ quando um mar de gente à procura de ouro partiu da costa para as minas.”¹⁸⁷ Aliado a este movimento populacional interno,

logo se juntou a eles uma onda anual de cerca de quatro mil imigrantes de Portugal; a maioria era formada de jovens solteiros da superpovoada província nortista do

¹⁸⁵ LOCKHART; James; SCHWARTZ, Stuart. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 427

¹⁸⁶ RUSSEL-WOOD, **Op. Cit.** 2004, p. 474-475.

¹⁸⁷ LOCKHART; James; SCHWARTZ, Stuart. **Op. Cit.** 2002, p. 426.

Minho, fato que teria profundo impacto no desenvolvimento arquitetônico, religioso e social da zona mineira. Esta grande onda de homens (o número de mulheres era pequeno), embora fossem de todas as camadas e condições, pedia acentuadamente para o lado de camponeses e outros de *status* inferior.¹⁸⁸

O luzir das minas impactou também na escravidão, pois o braço cativo foi utilizado como mão-de-obra nas lavras, no mesmo período em que os fazendeiros envolvidos no cultivo da cana-de-açúcar, do tabaco e da mandioca, precisavam igualmente dos escravos para arar seus campos. Nesse sentido, para não prejudicar as capitanias do nordeste, o rei proibiu, em 1703, que as exportações de escravos dos portos da Bahia às Minas Gerais fossem realizadas pelos paulistas. Tal alvará foi modificado com a retirada de qualquer restrição feita ao comércio de escravos, se esse fosse realizado no Rio de Janeiro, o que favorecia a livre comercialização com as minas.

Outras capitanias contestaram tais atos, pois afirmavam a existência de um monopólio injusto garantido ao Rio de Janeiro. O rei decidiu, em 1710, abolir as restrições feitas com relação à condução de escravos, apenas condicionando o livre comércio a uma prova de que os cativos enviados às minas não haviam sido retirados da plantação. Intencionava, assim, tanto impulsionar o tráfico negreiro quanto manter e assegurar a produção das *plantations*. O resultado foi a escassez de escravos de melhor categoria – ou de primeiro lote, como se chamavam – nas lavouras, uma vez que aos comerciantes do tráfico

os mineiros ofereciam duas vantagens: em primeiro lugar podiam pagar preços mais altos por seus escravos; em segundo lugar, em vez de comprarem a crédito,

¹⁸⁸ LOCKHART; James; SCHWARTZ, Stuart. **Op. Cit.** 2002, p. 426-427.

oferecendo em garantia da próxima colheita, pagavam a dinheiro.¹⁸⁹

Outro aspecto que sofreu alteração foi o das linhas tradicionais de oferta e procura de gêneros alimentícios, devido ao aumento repentino da demanda das regiões mineiras, tanto dos produtos internos quanto dos importados. Várias medidas que visavam proteger a agricultura foram tomadas pela coroa, cuidando, ao mesmo tempo, para não desencorajar as atividades mineiras. Porém, a insuficiência de funcionários foi fator predominante para impedir a eficácia de tais ordens.

A turbulência era típica da fase inicial de uma região mineira, e foram necessárias uma década e uma guerra civil para que algum tipo de ordem pudesse ser imposto nas Minas. A população era móvel e volátil, as vilas eram pouco mais que grupos de barracas de mineiros e não havia praticamente nenhuma autoridade governamental. Nesta atmosfera difícil, era inevitável que os desentendimentos fossem resolvidos pela força. Os paulistas, embora em menor número, ainda consideravam toda a região como domínio seu, e tratavam com arrogância os *pés-rapados* ou *emboabas* vindos de Portugal, chegando a chamá-los apenas por vós, forma de tratamento usada por senhores com seus escravos. A guerra civil não tardou. Na Guerra dos Emboabas (1708-9), os imigrantes portugueses e seus aliados das capitâneas do nordeste finalmente acabaram com as pretensões dos paulistas. As baixas não foram muitas, mas os sentimentos se inflamaram. No final, a coroa se aproveitou de sua posição de mediadora para conseguir a paz e impor uma estrutura burocrática e administrativa.¹⁹⁰

¹⁸⁹ RUSSEL-WOOD, **Op. Cit.** 2004, p. 475.

¹⁹⁰ LOCKHART; James; SCHWARTZ, Stuart. **Op. Cit.** 2002, p. 426-427. Grifo no original.

A principal preocupação da coroa era a taxaço da extraço do ouro, pois, em tese, ela permitia a particulares que extraíssem os minérios em nome do Rei. Para tal, uma lei exigia o recolhimento do quinto real sobre todo o ouro retirado nas minas e este era levado às Casas de Fundição, local específico onde se transformaria o pó de ouro em barra, para que o metal pudesse circular livremente. Outros postos fiscais foram criados em locais onde era necessário que se fizesse o registro dos produtos originários do reino ou de outras capitanias que entravam nas minas, carecendo para tal que fosse recebido seu direito de entrada. Ambas as instâncias estavam subordinadas, a partir de 1734, às Intendências, principalmente após as descobertas de áreas de extraço de diamantes em 1729.

Como o valor das pedras era muito vulnerável, a coroa tentou limitar a extraço, mas por causa da facilidade com que se podia esconder e contrabandear diamantes, foram necessárias medidas ainda mais duras.¹⁹¹

As Intendências eram administradas diretamente pela metrópole e não pelas autoridades coloniais. Entre outras medidas que a coroa tomou, estabeleceu-se a proibição da abertura de novas estradas para as minas e, com o intuito de assegurar que o Nordeste recebesse seus escravos regularmente, limitou à África os navios que viajavam diretamente do Rio de Janeiro ou de Santos – fator que não deteve o tráfico às minas. As corridas de ouro, durante o século XVIII, foram em menor número. No início dos setecentos, a coroa introduziu uma série de medidas administrativas para deter o caos nas zonas de mineração e instaurar uma relativa estabilidade. Para isso, no final do

¹⁹¹ LOCKHART; James; SCHWARTZ, Stuart. **Op. Cit.** 2002, p. 426.

século XVII, a coroa permitiu que o governador-real fundasse vilas no interior do Brasil, que serviam, também, de pontos de partida para novos desbravamentos. Com a crescente importância da região montanhosa e do planalto, a coroa foi impelida a criar novas capitanias, como a capitania de São Paulo e Minas de Ouro (1709), de Goiás e de Mato Grosso, que foram separadas da de São Paulo em 1744 e 1748, respectivamente.¹⁹²

Em 1763, a coroa decidiu transferir a capital do vice-reinado de Salvador para o Rio de Janeiro e, para limitar a corrupção, o rei criou comarcas nas novas capitanias e nas já existentes. As dificuldades relacionadas à justiça eram muitas e estavam relacionadas, entre outros fatores, à qualidade e ao número dos magistrados. Houve a limitação da ação dos frades, devido ao medo de que estes praticassem o contrabando de ouro, prejudicando assim as manifestações católicas.

Quanto à sociedade, uma das características mais evidentes de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, era sua natureza instável.

Em 1695, a população da região montanhosa do Brasil compreendia grupos sortidos de bandeirantes, ocasionais fazendeiros de gado, um punhado de missionários, alguns especuladores e os índios. Em menos de duas décadas, municípios completos haviam sido instalados e a máquina burocrática do governo começara a funcionar.¹⁹³

Como vimos, a descoberta do ouro possibilitou a mobilidade de um número elevado de aventureiros tanto das terras do além-mar

¹⁹² RUSSEL-WOOD, **Op. Cit.** 2004, p. 476.

¹⁹³ RUSSEL-WOOD, **Op. Cit.** 2004, p. 476.

lusitano na América, quanto do próprio reino. Do ponto de vista demográfico, para ter uma ideia do crescimento populacional das regiões auríferas, apenas observando o número de escravos, é possível aferir que sua presença passou de zero a cerca de trinta mil.¹⁹⁴ Era um espaço que sugeria a mobilidade de seus habitantes e que impulsionava o desenvolvimento de áreas de abastecimento que supriam as carências alimentícias. Tal desenvolvimento seria observado pelas proibições da coroa para que se formassem lavouras agrícolas, uma vez que tais searas da economia poderiam concorrer com a extração mineradora na utilização dos escravos. Obviamente, em face da inoperância da administração lusitana em todas as esferas das minas, a agricultura se expandiu. Este dado é apresentado por Sergio Buarque de Holanda, para quem, em meados do século XVIII, no apogeu da atividade aurífera, os negócios com gemas e metais preciosos ocupavam somente 1/3 da população local.¹⁹⁵ Somem nesta proporção as atividades ligadas à criação de gado no sul e no nordeste do Brasil, em franco desenvolvimento motivado pela necessidade de reses para a alimentação e para o transporte nas Minas Gerais.

Esta mobilidade espacial motivada pela economia lançou as bases de um mercado interno amplo, resultando na proliferação “[...] de mercadores, negociantes, artesãos, boticários, prestamistas, taberneiros, estalajadeiros, advogados, cirurgiões-barbeiros, burocratas, mestres-escolas, tropeiros.”¹⁹⁶ Toda essa mescla populacional, segundo Sheila de Castro Faria, foi um modelo *sui*

¹⁹⁴ RUSSEL-WOOD, **Op. Cit.** 2004, p. 494-495.

¹⁹⁵ HOLANDA, Sergio Buarque de. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira.** A época colonial: administração, economia e sociedade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. P. 280.

¹⁹⁶ VAINFAS, **Op. Cit.** 2000, p. 399.

generis de povoamento na América portuguesa, marcado pela atipicidade de sua formação urbana, distinta, ainda, pela mobilidade social que se possibilitava na localidade, compreendendo um mosaico diversificado de grupos e de raças, formador de uma sociedade de pouca sedimentação social e de hierarquia fluida.

Por outro lado, a ausência de mulheres, em particular de brancas, teria estimulado, mais que noutras partes, uma sociedade miscigenada, com muitos pardos e mulatos enriquecidos alcançando cargos administrativos, para desgosto dos portugueses recém-chegados.¹⁹⁷

¹⁹⁷ VAINFAS, **Op. Cit.** 2000, p. 397.

**TERCEIRA PARTE – VASSALOS NAS FRANJAS DO IMPÉRIO: O
PODER NA CÂMARA MUNICIPAL**

Farei primeiro aos meus, então aos alheos.

*(António Delicado. Adágios portugueses reduzidos
a lugares communs, 1651)*

3.1 Estratégias personalistas e práticas administrativas nas malhas do poder

REUNIÃO DO POVO E A ESCOLHA DOS ELEITORES

Aos vinte e nove dias do mez de Março da era de 1693 anos, nesta Igreja de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais por despacho desta petição se ajuntou o povo desta Villa e pello Capam. Della lhe foi pruguntado o que todos lhe responderam a voz alta lhe quiriasse justisa para com isso, ver se ivitavam os muitos desaforos que nella se fazião, o que vendo o dito capitão hera justo o que pedião-lhe respondeu que nomeassem seis omens de Sam comsiensa para fazerem os ofisiaes que aviam de servir, o que logo nomearão para com o dito Capitam povoador fazerem emlisão, e como assim ouverão todos por bem se asinaram com migo Antonio Rodrigues Seixas em falta do escrivão, que o escrevi.

*Matheus Martins Leme,
Antonio da Costa Veloso,
Antonio Martins Leme,
Manuel Soares,
Domingos Rodrigues Soares,
José Pereira Quevedo,
João Leme da Silva,
João Pereira Avellar,
André Rodrigues da Silva,
Miguel Delgado,
Diogo da Costa,
Manoel Picam de Carvalho,
Manoel da Silva Bayão,
Agostinho de Figueiredo,
Gaspar Carrasco dos Reis,
Nicolau de Miranda Franco,
Antonio de Siqueira Leme,
João Alvares Martins,
Miguel Fernandes de Siqueira,
Braz Leme de Siqueira,
Francisco de Mello,*

*Jeronimo Roiz Side,
Manoel Alvares Pedroso,
Manoel Dias Cortes,
Antonio Rodrigues Cid,
Salvador Rodrigues,
Amador Nunes de Bulhões,
Salvador Martins,
Antonio Luiz Tigre Leme,
Paulo da Costa Leme,
João Leme,
Matheus Martins,
Luiz Rodrigues,
Antonio do Couto,
José Martins Leme,
Pedro Gonçalves Martins,
Miguel Rodrigues,
Caetano Leme Cabral,
José Rodrigues Cid,
Antonio dos Reis Cavaleiro,
Fructuoso da Costa,
João da Siqueira,*

*Gonçalo Pires,
Lourenço Pinto,
Pedro de Moraes de Monforte,
Bertolomeo Nunes,
Domingos André,
Pedro Rodrigues,
Balthazar Carrasco dos Reis,
Luiz Leme da Silva,
Antonio da Costa,
João Velloso da Costa,
Garcia Rodrigues,
Innocencio de Medina,
Roque Fernandes,
Vicente de Góes,
Placido de Ramos,
Luiz de Siqueira,
Antonio Garcia da Costa,
Domingos Ribeiro de Abreu,
José de Góes,
Luiz de Góes,
João Felix Cavalgante.*

Nos idos de 1906, mais especificamente no dia 29 de março, teve início as 13 horas no Paço Municipal de Curitiba, um ato festivo e solene. Na presença ilustre do presidente do Estado do Paraná, Dr. Vicente Machado, do presidente da câmara, Cel. Joaquim Macedo e demais insignes personalidades políticas, militares e religiosas, tal "*selecto auditorio*"¹⁹⁸ deu vivas ao recém criado natalício da capital. Aliás, acontecimento este que veio ratificar a lei de nº 169, decretada e sancionada pela câmara no dia anterior e que oficializava a "*feira Municipal o dia - 29 de Março, - aniversario da criação do município em 1693*"¹⁹⁹. Vale dizer que tal celebração não constava nos anuários publicados até aquela data, razão dada ao efusivo evento que fora noticiado nas capas de dois importantes jornais da localidade. Mas o que levou a municipalidade a afiançar, 213 anos depois, que aquele era o momento de se precisar a "*phase aurea da nossa vida de povo autonomo*"²⁰⁰?

A tarefa havia ficado a cargo de Alfredo Romário Martins, figura icônica dentre os intelectuais paranaenses do período. De importante e controversa produção, Romário Martins circulava entre os mais importantes espaços sociais e políticos, galgando reconhecimento por seus escritos acerca dos estudos que dispendeu sobre a 'História do Paraná'. "Influenciado pelo pensamento positivista que promoveu a República, porém fortemente modulado pela presença do movimento

¹⁹⁸ Cf. Jornal **A Notícia**. Anno II, número 122. Curitiba, 29 de março de 1906. Fls. 1e 2. Jornal **A Republica**: Orgão do partido Republicano Federal. Ano XXI, número 73. Curitiba, 29 de março de 1906. Fls 1 e 2.

¹⁹⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Leis, Decreto e Actos, 1902 a 1906. Curitiba : Oficinas de Artes Graphicas de Adolpho Guimaães. P.144.

²⁰⁰ Jornal **A Notícia**. Anno II, número 122. Curitiba, 29 de março de 1906. P.2.

simbolista"²⁰¹ um dos maiores esforços de Martins, no campo intelectual, esteve voltado à busca de criação de uma identidade tanto para o território do Estado (que ainda se encontrava em fase de reconhecimento de suas fronteiras) como do próprio 'paranaense' (proposta intensificada pelo 'movimento paranista')²⁰². De fato, segundo o historiador Décio Svarça, foi de sua iniciativa a reunião que originou o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense uma vez que estava envolto a remexer, procurar e coletar "documentos em arquivos, inclusive de outros Estados e países sobre a questão de limites"²⁰³ o que acabou por despertar-lhe a veia de historiador. Estava dada a necessidade de forjar uma história regional que auxiliaria a alicerçar uma história nacional de recém matriz republicana.

O que chama a atenção em 29 de março de 1906 é que o discurso legitimador de Romário Martins - enquanto camarista à época - argumentava e defendia a promulgação da lei, tanto que sua fala já se encontrava presente e transcrita integralmente em ambos os jornais

²⁰¹ SVARÇA, Décio. **O forjador:** ruínas de um mito. Romário Martins, 1893-1944. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 4.

²⁰² O termo 'paranista' ganhou popularidade a partir de um manifesto datado de 1927. Contudo, sua discussão é anterior, na esteira da construção identitária do Paraná ocorrida com a emancipação política do Estado frente à São Paulo, em 1853. Ver: MARTINS, Romário. **Paranismo:** Mensagem ao Centro Paranista. Curitiba: Centro Paranista, não datado, c. 1927; PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo:** o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.; CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. **Paranismo:** arte, ideologia e relações sociais no Paraná (1853-1953). Tese (Doutorado em História). Curitiba: UFPR, 2007; IURKIV, José Erondy. **Romário Martins e a historiografia paranaense.** Educere, Toledo, UNIPAR, v. 2, n. 2, jul./dez., 2002.

²⁰³ **Id.** P.6.

*A Notícia e A República*²⁰⁴. Há que se perceber a circulação que Martins detinha, inclusive, como ex redator no jornal *Dezenove de Dezembro* e de extensa atividade jornalística em outros periódicos tais como o *Diário do Paraná*, *Diário do Comércio*, *A Tribuna*. Sua expressão sobre o passado forjava ideais de verdades sobre a História do Paraná.

Entretanto, outro pequeno texto de Romário Martins enseja nova mirada de interesse, chamado de: "*O primeiro dia da vila*". Escrito de forma literária e que pode ser interpretado com resquícios de alegoria, foi publicado pelo Arquivo Público do Paraná em 1986, junto à edição comemorativa das "*Peças do inventário do capitão povoador Baltazar Carrasco dos Reis - 1697*".²⁰⁵ Nele, exalta as presenças dos 'homens bons' que elevarão Curitiba à condição de vila, seus trajetos pela localidade, suas andanças à cavalo, a exaltação do 'povo'. Os capitães povoadores, Mateus Martins Leme e Baltazar Carrasco dos Reis são laureados enquanto pioneiros do grande feito. Há toda um desenrolar dos acontecimentos que acabam por construir um ideal de civilização do ato de criação: ali surgia o curitibano. Contudo, não são todos os requerentes das justiças, nem os signatários da ata de elevação, nem mesmo todos os eleitores e os eleitos para a primeira constituição camarária que figuram em seus escritos. Neste ponto, paira uma questão: quem são os esquecidos por Romário Martins? Por que era necessário forjar um ideal de indivíduo, de certa elite política, à luz do cenário inicial do século XX?

²⁰⁴ Seu aclamado discurso teve como base um de seus escritos recém publicado "*História do Paraná*" 1555-1583, publicado em 1899 e reeditado com anos mais tarde (1937).

²⁰⁵ Peças do Inventário do Capitão Povoador Baltazar Carrasco dos Reis - 1697. Edição do Arquivo Público do Paraná, 1986. **Catálogo de Documentos Históricos respeitantes à Vila de Curitiba - 1697-1799**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1993.

Estudos clássicos da ciência política paranaense trouxeram à tona a longa tradição de inúmeras famílias ditas tradicionais, dentro dos espaços de poder e da administração no Estado, voltando suas linhagens - em vários casos - ao ambiente colonial.²⁰⁶ Neste sentido, referendar em 1906 um campo de ação política de determinados sujeitos, legitimaria aquela elite; ou ainda, buscar os fastos de outrora enquanto constructo do presente.

Este capítulo tem como interesse revisitar aquele momento ímpar da criação das justiças em Curitiba, justamente com a intenção de redimensionar as experiências daqueles indivíduos, atento às formas de assentamento e mobilidade social que tiveram (ou não) acesso, numa busca de adentrar na trama dos 'principais' da localidade, observando, dentro do cenário administrativo, os 'esquecidos' da prática política, ou seja, demonstramos tais tensões e construções nas redes de relacionamento. Para tal, circunscrevemos aquelas ações ao constructo teórico-metodológico da trajetória de vida, utilizando como ponto fulcral da investigação, a lógica das estratégias, com ênfase especial aos estágios anteriores da vida dos indivíduos que figuraram na primeira formação eletiva da câmara municipal. Isto porque "o curso da vida é um processo cumulativo e deve, portanto, ser estudado como um todo"²⁰⁷, e suas experiências jurídico-administrativa-militares advindas do Reino ou mesmo de andanças pelo ultramar atlântico meridional, é fundamental para nos balizar e analisar suas escolhas e comportamentos.

De posse de tal reconstrução de fragmentos pretéritos que a documentação permite desvelar, seguimos na interpretação de suas agências, ou seja, o preceito de que as pessoas determinam sua

²⁰⁶ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos Vencedores:** genealogia, classe dominante e Estado do Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001

²⁰⁷ KOK, Jan. **Id.** The life course is a cumulative process and should therefore be studied as a whole. Tradução nossa. P. 205.

trajetória de vida em relação a possíveis constrangimentos e oportunidades. O comportamento e a ação tomada devem levar em conta o intuito, a eficácia e a direção dos planos de vida individuais. "Assim, ao considerar a 'agency', é preciso distinguir *planos de vida de longo prazo* (Hareven, 1982), reconsiderações táticas de curto prazo e do tipo de tomada de decisão orientado para a mera sobrevivência."²⁰⁸ A partir de tal ancoragem, é possível transpor às prosopografias, pois agrupam, em torno de cada indivíduo – e assim a grupos de indivíduos –, elementos que indiquem a respeito de sua trajetória pessoal e profissional. Se a "prosopografia cuida de reunir biografias individuais, passagens da trajetória profissional, e outros elementos dinâmicos e estáticos de um grupo de indivíduos pertencentes à mesma corporação",²⁰⁹ dá-se a conhecer tanto os contornos gerais de determinados fenômenos quanto suas características em diferentes segmentos sociais.

Para Stuart Schwartz, os estudos prosopográficos apresentam-se como método importante para se conhecer de modo mais profundo as sociedades coloniais.²¹⁰ Contudo atentos, neste processo, que correlação não é causalidade.

As fontes principais deste capítulo são o '*Livro Tombo da Câmara da Vila de Curitiba (1668-1697)*' e as '*Atas da Câmara Municipal de Curitiba*', arquivados no site do Arquivo da Câmara Municipal de

²⁰⁸ KOK, Jan. **Id.** Thus, in considering agency, we need to distinguish between *long-range life plans* (Hareven, 1982), short-term tactical reconsiderations and the kind of decision making geared at sheer survival. P. 205. Tradução nossa. Grifos do autor.

²⁰⁹ FIGUEIREDO, Luciano, História e informática: o uso do computador. IN: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997., p. 426.

²¹⁰ SCHWARTZ, Stuart. State an society in Colonial Spanish America: an opportunity for prosopography. In: GRAHAM, R., SMITH, P. H. (Eds.). **New approaches to Latin American history.** Austin: University of Texas Press, 1974. Pp.3-35.

Curitiba; os '*Boletins do Archivo Municipal de Curityba: Documentos para História do Paraná*', cujos exemplares estão publicados e disponíveis no site do Arquivo Público do Paraná. Todos tratam exclusivamente das Atas da Câmara Municipal desde sua criação, Cartas Régias, Provimentos, Resoluções, Termos de Vereança, Sesmarias, Alvarás de Licenças, Termos de Fiança, entre outros documentos da alçada jurídica local. Priorizou-se, como baliza temporal, os livros do século XVIII, de modo mais pormenorizados até meados da década de 1720, após a vinda do Ouvidor Raphael Pires Pardino e a publicação de seus '*Provimentos*'.

No primeiro capítulo da tese, reconstituímos as redes parentais e os laços familiares de alguns dos primeiros signatários da ata de elevação de Curitiba à vila para reconhecer os 'principais' daquela pequena localidade. Vimos, para além da história e historiografia sobre o povoamento, possivelmente a partir da década de 1650, que naquele espaço fronteiriço constituído por uma mescla populacional nativa, sertanista e em diáspora pelo Atlântico, a união matrimonial e o compadrio tanto consolidou quanto demarcou o lugar dos primeiros bandos e, principalmente, delimitou os grupos subalternos, ou aqueles que não foram acolhidos entre seus pares. Justamente, reinóis, paulistas e espanhóis moldaram trajetórias de vida de forma diversa e desigual, sobretudo a partir das mudanças institucionais que afetaram aquela região serra acima de Paranaguá.

Neste momento, damos atenção à constituição da câmara municipal e aos próprios agentes camarários recém instituídos em primeira legislatura, analisando suas práticas no trato com a 'coisa pública' e o entendimento de suas ações administrativas enquanto *lócus* estratégico do estabelecer-se. É na separação frente ao outro, enquanto distintivo social, legitimado pelo aparato régio, que são marcadas as táticas personalistas ampliadas para um grupo maior.

Ainda que diminuto, mas fundamental no intrincado escopo daqueles indivíduos.

Este período demonstra a forma como os camarários utilizavam daquele espaço e reconheciam-se enquanto vassalos do rei, utilizando-se de práticas personalistas no trato da 'coisa pública'. Vê-se, sobretudo, nas Correições do Ouvidor Pardinho, em 1720, as críticas levantadas e as ponderações ao uso do espaço camarário. Ou seja, é com a criação da câmara o momento em que se criam (ou reafirmam-se) as hierarquias políticas e ordenamento jurídico local e, sobretudo, como aquela elite em processo de formação acaba por se estabelecer na localidade. Fato é que, além das críticas do Ouvidor, ao longo da primeira metade dos setecentos alguns camarários entraram em confronto com o pároco local, Manoel Domingues Leitão, tendo em vista sua ação política na região, sobretudo manifestando-se favorável aos novos moradores da vila em face dos já estabelecidos. É papel de se reconhecer, a partir de então, um certo organograma do aparato administrativo do Império português na América, seus usos de governança e as lógicas da instituição das justiças pelo viés das câmaras municipais.

Num segundo momento, já para o fim do século XVIII, tratamos da análise de práticas corruptivas na investigação de um caso que envolveu o Ouvidor de Paranaguá e um membro da elite econômica de gado, morador nos Campos Gerais de Curitiba. O objeto da tensão é o voluptuoso patrimônio deixado pelo Capitão Antônio Gomes Campos. Afortunado, bastardo e sem descendentes. Está posta a questão.

3.2 Ordens e desordens na escala do poder: instituições e práticas administrativas

Ao delimitar como baliza espaço-temporal a Curitiba dos seiscentos e setecentos para desvelar a vida social em processo de

formação, é necessário partir do aparato jurídico-administrativo e, de igual modo, faz-se necessário revisitar um vasto arcabouço documental e historiográfico que possibilitasse problematizar o *lócus* de dominação, organização e construção de uma Coroa, tendo como ênfase o cenário luso-espanhol. Partindo das perspectivas da História Social das Ideias, ancorada na História dos Conceitos, refletiu-se acerca de suas estruturas políticas de unificação (fossem sob a égide do rei, das cortes, ou de esferas coevas da administração da coroa); da cultura política (a formação dos agentes, a organização e dominação régia - seus limites e possibilidades - as práticas e os espaços de representação, os discursos políticos), encadeando, por fim, certos equilíbrios - ou tensões - sociais do poder.

Árdua tarefa, mas fundamental para a ampliação de novos horizontes investigativos, sobretudo atento a observar o 'fazer-se' da monarquia pelos poderes locais: quem seriam os vassallos do rei nas franjas meridionais americanas mais longínquas? Como incorporar o papel das elites e suas práticas personalistas do espaço público, coadunando às práticas administrativas suas estratégias de mobilidade social? A que estrutura política/jurídica a administração do Império português pode ser delineada naquele momento ímpar da expansão em territórios austrais da América? De modo investigativo pretende-se esboçar alguns desses traços.

Mas a que Coroa nos referimos? Haja vista tal sobejado debate, inicialmente os condicionantes que José Antonio Maravall nos propõe pode servir de guia para o debate, ainda que se trate do contexto espanhol. Para o autor,

una organización jurídicamente establecida, objetiva y duradera, con un poder supremo independiente en su esfera de cualquier otro, ejerciéndose sobre un grupo humano determinado y diferenciando de los demás, para la consecución de unos fines de orden natural. Esto es

que del largo proceso histórico de la Edad Media viene a resultar frente al viejo sistema del Pontificado y el Imperio. Y eso es ya, aunque teóricamente no esté elaborado de manera total y precisa, el Estado.²¹¹

Reiterando os apontamentos de Maravall, principalmente no que tange ao aparecimento das formas políticas com os fenômenos de natureza demográfica, António Manuel Hespanha, ao tentar definir os quadros estruturais da distribuição do poder político em Portugal na época moderna, apresenta que

(...) não sendo (...) algo que se opere por mera força de ideias ou das vontades, ela é condicionada por circunstâncias, as mais das vezes ligadas às condições materiais da produção do poder. Circunstâncias que limitam objectivamente o jogo político ou definem *molduras* ou *cenários* para a acção política.²¹²

Neste ponto, entende-se a expansão ultramarina arraigada pela questão populacional enquanto condicionante da distribuição do poder político no seu interior, uma vez que tal população tinha, para Hespanha, poder político e "nem tudo era plano da ideologia ou da representação mental".²¹³

Partindo de tais balizas, cabe adentrar em algumas representações da esfera de ação que podem visitar aqueles quadros, sejam pelo espaço público ou privado. Grosso modo, no que se direciona à primeira, a vida 'portas a fora' – que poderia ser

²¹¹ MARAVALL, José Antonio. **Teoría española del Estado en el siglo XVII**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997. p. 91

²¹² HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan: instituições e poder político**. Portugal, século XVII. Coimbra: Almedina, 1994. P. 61.

²¹³ **Id.** p.63

influenciada pelas ações familiares, ou seja, o lugar privilegiado e, por excelência, passível de verificação da trama que envolvia a vida social 'portas adentro', o domicílio e conseqüentemente a família – pode ser observada através das instâncias da administração régia. Tendo em vista a amplitude do debate em torno da constituição dos poderes, da formação e desenvolvimento de um Estado, toma-se como ponto de partida a referência à gama de ações localizadas na instituição de um Império português. A introdução deste conceito, que compreende as relações das conquistas na América, na África e no Oriente, tem como centro a monarquia em Portugal, reconhecendo, porém, que todas as posses ultramarinas se conectavam umas às outras.

Esse fato gerou a percepção de que a análise única das relações entre metrópole e colônia não era suficiente para explicar a multiplicidade das experiências de conquista e de colonização na Época Moderna.²¹⁴

A partir dessa perspectiva analítica pretende-se expor, ainda que de maneira pontual, a forma complexa e contraditória pela qual a sociedade colonial brasileira se constituiu, amparada pelos desígnios reais promulgados através de leis (as Ordenações) e tecidos pelas redes locais de poder que permitiram nuances significativas entre os interesses particulares e o exercício do poder público.²¹⁵

De certa forma, é possível aferir, como tendência, um predomínio do poder local a partir do século XVI até finais do XVII,

²¹⁴ BICALHO, Maria Fernanda. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.). **Modos de governar:** idéias e práticas políticas no império português. São Paulo : Alameda, 2005. p.14

²¹⁵ Para melhor compreensão da importância do direito nas origens da comunidade e da não separação entre justiça e soberania, ver: FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. **Fragmentos de Monarquía:** trabajos de historia política. Madrid: Alianza Editorial , 1992.

sendo que, ao longo do século XVIII a coroa reagiu de forma a restaurar sua centralização, muitas vezes amparada em ideais iluministas trazidos à tona pelo Marquês de Pombal. Obviamente, houve ações que denotavam a presença do Estado português principalmente se analisados os grandes centros irradiadores da autoridade metropolitana, como Rio de Janeiro e Salvador. Ao adentrar as periferias, esses poderes tendiam a ser mais fragmentados. O Império ultramarino português reproduzia, por assim dizer, suas características metropolitanas, amparadas num modo de viver tido como de uma sociedade de Antigo Regime.

Até pelo menos o advento das reformas pombalinas, a expansão do Império português se fez com base numa concepção predominantemente corporativa da sociedade e do poder. Pensava-se a sociedade como um corpo articulado, naturalmente ordenado e hierarquizado por vontade divina. Ao rei, como cabeça deste corpo, caberia fundamentalmente distribuir mercês conforme as funções, direitos e privilégios de cada um de seus membros, exercendo a justiça em nome do bem comum.²¹⁶

A Coroa não era separada da sociedade, e tinha ela própria, aspectos e valores de seus estamentos muito bem distintos, tanto na venalidade de alguns cargos quanto no enobrecimento dado por determinados ofícios que exigiam comprovações de 'limpeza de sangue' para ascender a tais ocupações.

De fato, a contínua expansão e transformação da sociedade portuguesa na época moderna tendeu a criar uma miríade de subdivisões e classificações no interior

²¹⁶ FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 144

da tradicional representação das três ordens medievais (clero, nobreza e povo), expandindo a nobreza e seus privilégios, redefinindo funções, subdividindo o 'povo' entre estados 'limpos' ou 'vis' (ofícios mecânicos).²¹⁷

Ao longo do período colonial alguns instrumentos institucionais foram utilizados pelo Império português para fazer valer seu poderio no processo de ocupação das terras além-mar. Nos mais diversos rincões sob o domínio luso, em tese, ainda que pesem diferenças locais, a instalação de povoações se deu por caminhos semelhantes, em função do olhar que a coroa tinha para suas regiões, destacando-se além disso a importância da legislação que regia todas essas localidades.

O processo que levou ao fortalecimento administrativo da monarquia lusitana foi iniciado na segunda metade do século XIV, pois a partir de então, houve a necessidade de codificar a legislação do reino. Com isso, surgiram as Ordenações Afonsinas (1446) e, depois, as Manuelinas (1521), que reuniram as diversas leis e regulamentos administrativos e judiciais do reino.²¹⁸ Em 1603, foram editadas as Ordenações Filipinas, em substituição às Ordenações Manuelinas, uma vez que no século XVII, no contexto da União Ibérica, foi necessária uma revisão na legislação. Isto porque o universo colonial despontava no âmbito da administração e justiça régia, o que necessitou de uma ampliação nos códigos civis, fiscais, administrativos, militares e penais portugueses. Dispostos em cinco livros, o primeiro versava acerca das atribuições, direitos e deveres dos magistrados e oficias da justiça; o

²¹⁷ XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José. (Dir.). **História de Portugal**. Vol 4. O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, Pp. 121-156.

²¹⁸ SALGADO, Graça. (Org.). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985. p. 15

segundo definia as relações entre Estado e Igreja, assim como os privilégios, direitos e isenções dos eclesiásticos e da nobreza; o terceiro livro tratava das ações cíveis e criminais; o quarto era destinado ao direito privado e individual, ou seja, das 'coisas e pessoas' onde se estabelecia regras para tutelas, formas de distribuição e aforamento de terras, de contratos e testamentos; o quinto era dedicado ao direito penal, tipificando os crimes e suas respectivas penas.²¹⁹

Vale indicar que a discussão acerca das formas de apreensão do poder, para uma historiografia tradicional, visualizava de forma marcante o papel central do Estado e sua capacidade de moldar "o estamento burocrático", as Ordenações Filipinas. Nas palavras de Raymundo Faoro,

são basicamente e principalmente, o estatuto da organização político-administrativa do reino, com a minudente especificação das atribuições dos delegados do rei, não apenas daqueles devotados à justiça, senão dos ligados à corte e à estrutura municipal. Elas respiram, em todos os poros, a intervenção do Estado na economia, nos negócios, no comércio marítimo, nas compras e vendas internas, no tabelamento de preços, no embargo de exportação aos países mouros e à Índia. [...] expressa, além do predomínio incontestável e absoluto do soberano, a centralização política e administrativa.²²⁰

Guardadas as devidas proporções da interpretação de Faoro segundo a qual o sistema administrativo português foi transposto para suas coloniais em virtude de adiantada centralização e que, mesmo sabendo cooptar as elites, inclusive as locais, deixava por vezes imóvel

²¹⁹ ORDENAÇÕES FILIPINAS. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

²²⁰ FAORO, Raymundo **Os donos do poder**. Rio de Janeiro: Globo. 1977, v.1, p. 64-65.

as ações dos funcionários régios, ressaltou o papel do Estado. Contudo, novos olhares revisionistas se atentaram que a vontade ou a necessidade não era de forma alguma uma via de mão única. Maria Fernanda Bicalho, ao refletir sobre a questão indica que,

(...) nem sempre correspondendo a uma iniciativa exclusivamente do governo central, partindo muitas vezes das próprias autoridades locais. Isso decoraria do crescente prestígio da justiça real e da visão de mundo acerca da função arbitral da Coroa, a que se recorria para resolver conflitos domésticos entre facções rivais no seio da comunidade, ou entre seus representantes e os próprios agentes do poder central. Polêmicos e abundantemente tratados pela historiografia são os inúmeros conflitos de jurisdição na administração colonial, dando azo a que muitas vezes os historiadores os interpretem como reflexo da falta de regra e de norma da política portuguesa transplantada para os trópicos. Um deslocamento deste olhar, de forma mais atenta aos valores e às normas do Antigo Regime, poderia levar-nos a concluir que, disputando jurisdições má definidas, os administradores no ultramar eram obrigados a recorrer à arbitragem régia, legitimando e tornando diurnamente presente o poder real naqueles longínquos domínios.²²¹

Refletindo sobre a questão, Laura de Mello e Souza afirma que,

o papel da dinâmica social e das contratações viu-se, assim, minimizado: não houve lugar, em sua análise, para as tensas e complexas relações entre os

²²¹ BICALHO, Maria Fernanda. **Crime e castigo em Portugal e seu Império**. TOPOI - Revista de História do Programa de Pós Graduação em História Social da UFRJ, 2000, Rio de Janeiro, n. 1, pp. 227.

administradores coloniais e as oligarquias, amiúde documentadas nas fontes coevas.²²²

Ainda assim pode-se perceber que, no campo do poder, havia certa diferenciação entre as atribuições executivas, legislativas e judiciárias. Maria de Fátima Gouvêa apresenta, enquanto cenário, cinco principais esferas da ação administrativa do Império: civil, militar, judiciária, fazendária e eclesiástica.²²³

O *lócus* da ação civil constituía-se de três níveis principais, sendo o primeiro regido pelos governadores-gerais ou capitães-gerais, seguidos dos governadores de capitanias, finalizando com as câmaras municipais.

Denominados como 'elos' por Faoro, eram os níveis capazes de articular o conjunto administrativo colonial, marcados por grande versatilidade de atribuições. Tanto os capitães-donatários (1532) quanto o governador-geral (1548) – e posteriormente os vice-reis –, concentravam atribuições ligadas à defesa do território e à manutenção da ordem social. Várias eram as obrigações que abrangiam os três níveis da administração, enfatizando-se especialmente aquelas ligadas às condições de abastecimento.²²⁴

Outras medidas que se caracterizavam por um foro mais amplo de ação foram ativadas pela Coroa em relação às jurisdições das divisões territoriais, tendo em vista a definição de limites, sejam eles

²²² SOUZA, Laura de Mello e. Política e administração colonial: problemas e perspectivas. In: SOUZA, L., FURTADO, J.; BICALHO, M. (Orgs.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009. Pp.67.

²²³ DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL (1500-1808). VAINFAS, Ronaldo. (Org.) Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

²²⁴ **Id.** p. 17

entre as capitanias, ou numa maior amplitude versando sobre a divisão do Brasil em dois governos (com sede na Bahia e no Rio de Janeiro, 1572-77 e 1608-12, respectivamente) e, finalmente, na divisão do território entre os Estados do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará (1621-1774). A esfera militar, segunda ação administrativa e considerada o ponto central do poder régio, era liderada pelo governador-geral (mais tarde vice-rei) e pelos capitães-donatários. Abaixo, vinham as tropas de linha, as milícias e os corpos de ordenança. "Além das tarefas militares, prestavam inúmeros serviços à Coroa, desde cobrança de impostos até a manutenção de caminhos."²²⁵

A seara judiciária estava definida a partir da figura do rei como fonte de justiça, longe de uma perspectiva absoluta, e esta apresentava-se como concessão administrativa do soberano. Tais ações se manifestavam

[...] primeiro pelas cartas de doação aos *capitães-donatários*, que lhes garantiam plena autonomia nessa esfera até 1548, quando ficaram subordinados à autoridade do *governo-geral*, através do *ouvidor-geral*, cuja jurisdição passou a incluir as comarcas, divisões judiciais das capitanias. Havia também os *juízes de vintena*, os *juízes de órfãos*, os *juízes ordinários*, os *juízes de fora*. Foi estabelecido ainda o Tribunal da Relação da Bahia (1609-26, recriado em 1654), instância superior sobreposta às ouvidorias-mores. Surgiram, depois, o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1752) e as Juntas de Justiça em todo o Brasil (1765). Essa ampliação da malha judiciária objetivou fortalecer a autoridade da Coroa, através do alargamento dos canais de provimento de justiça régia. Todo esse aparato judicial encontrava-se subordinado à Casa da Suplicação

²²⁵ **Id.** p. 17

e ao Desembargo do Paço, sediados em Lisboa, sendo esta a última instância recursiva.²²⁶

A ação fazendária, delimitada como quarta esfera administrativa, centrava-se sobre o controle fiscal das atividades mercantis e transferências de rendas coloniais para a metrópole.

A primeira grande figura administrativa nesse campo foi a do *provedor-mor* da Fazenda real do Estado do Brasil (1548), no âmbito da *Provedoria-mor*, à qual estavam subordinados os provedores das capitanias. Em fins do século XVII, surgiu o *Conselho da Fazenda*, o procurador da Fazenda e dois desembargadores dos Agravos da Relação da Bahia. Com a criação do *Erário Régio*, em 1761, órgão central da Fazenda em Lisboa, as provedorias foram gradualmente transformadas nas *Juntas da Fazenda*, diretamente subordinadas ao Erário português. Seria com a organização fiscal instituída nas Minas Gerais que se imprimiu maior complexidade na organização fazendária colonial. Por ocasião das primeiras e modestas descobertas auríferas na década de 1610, e sob forte inspiração da experiência administrativa hispano-americana, foi criado o posto de *provedor das minas* – conhecido também como *administrador-geral* –, título alterado, em 1720, para o de superintendente das minas. E, 1736, essa organização foi substituída pelas *Intendências do Ouro*, estabelecidas nas comarcas com a incumbência de arrecadar tributos e controlar a atividade mineradora. Dois anos antes, havia sido criada a *Intendência dos Diamantes*, encarregada da fiscalização do Distrito Diamantino, com sede no Arraial do Tejuco. Foi ainda criado o cargo de *intendente-geral do ouro* (1751-52), com alçada sobre os demais.²²⁷

²²⁶ **Id.** p. 18, grifo no original.

²²⁷ **Id.** p. 18, grifos no original.

Finalmente, na esfera de ação eclesiástica dividiam-se juridicamente as freguesias de menor jurisdição, cujos termos seriam as paróquias. Existentes no Brasil desde 1530, em Olinda e São Vicente, eram mantidas pelos cômputos conforme determinação do padroado: "Posteriormente, foram criados os bispados da Bahia (1551), do Rio de Janeiro (1676) – prelazia desde 1757 – e de Olinda (1676), ficando estes dois subordinados ao Bispado da Bahia."²²⁸

Apresentado este modelo, cabe observar que uma característica da administração de Portugal no Antigo Regime era a tentativa de sua uniformidade institucional. De acordo com o historiador Nuno Gonçalo Monteiro,

todo o território continental da monarquia portuguesa estava coberto por concelhos, designados oficialmente como cidades, vilas, coutos e honras sem que dessas distintas designações resultassem significativas diferenças.²²⁹

Estas unidades administrativas eram, por excelência, organizadas e dirigidas pelas câmaras municipais, principais locais de congregação do poder local. Conforme observarmos anteriormente, há de se levar em consideração que ainda que existisse um mesmo estatuto legislativo referente à administração dos municípios portugueses, é preciso se pensar também nas especificidades da colônia.

Em relação às câmaras municipais, as Ordenações Filipinas indicavam que a elas eram atribuídas "funções administrativas, judiciais, fazendárias e de polícia, sendo formadas por dois juízes

²²⁸ **Id.** p. 18

²²⁹ MONTEIRO, Nuno. **Elites e poder**: entre o Antigo Regime e o Liberalismo. Lisboa : Imprensa Ciências Sociais : 1993, p. 304.

ordinários, um deles com a função de presidente, três, ou quatro, vereadores, um procurador ou tesoureiro.”²³⁰ Figuravam ainda, dependendo da localidade: juiz de fora, procurador, tesoureiro e funcionários de menor importância como almotacés, escrivão, porteiro, meirinho, entre outros. Os cargos que compunham o quadro dos funcionários da administração, em cujo ápice estavam os juízes e os vereadores, seguidos do ofício de escrivão, de tabelião, contador, inquiridor, porteiro, carcereiro, integravam a estrutura do oficialato da justiça local.²³¹

Com base nos estudos de Antonio Manuel Hespanha, atenta-se para a importância dos oficiais de justiça, não somente pelos rendimentos que eram recebidos, mas pela centralidade dos seus ofícios no conjunto da estrutura administrativa do poder local. Eram postos estratégicos, pois esses oficiais detinham em suas mãos os documentos principais da sociedade, como visto na trajetória de João Rodrigues Seixas.

A sociedade colonial tinha como marca a distinção, e uma das principais metas disponíveis para a ascensão social seria o contato com o poder local, ou no caso das zonas fronteiriças do além-mar lusitano, a criação das vilas e o pertencimento às câmaras municipais.

Circulavam então, no espaço da câmara municipal, os indivíduos que organizavam o espaço público.

Obviamente havia pouca coisa na vida colonial que a câmara não considerasse atribuição sua [...] seria natural que a câmara definisse bem comum como aquilo

²³⁰ SANTOS, A. C de A; PEREIRA, M. R. de M. **O poder local e a cidade**. A Câmara Municipal de Curitiba, século XVII a XX. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. p. 8

²³¹ SALGADO, **Op. cit.** Pp. 47-72.

que beneficiaria os grupos econômicos dominantes aos quais pertenciam os conselheiros.²³²

Exercer um ofício ou cargo público concedido pelo Rei na administração colonial, dentro de uma sociedade de ordens era, dessa forma, uma das dignificações que mais traziam “[...] prestígio, honras e privilégios, não apenas no nível mundano, mas com resultados sociais práticos.”²³³, constituindo um fator de enobrecimento para seu ocupante e seus descendentes. Ou seja, os estudos – sobretudo a partir da década de 1980 - partem por reconhecer o espaço da câmara municipal como ambiente propício de um ambiente formativo de uma elite, de suas ações particulares e a observação de quais indivíduos poderiam figurar em seus quadros.²³⁴

Em termos administrativos, pode-se dizer que não havia concelhos subordinados a outros e que a autoridade camarária era idêntica em todo o reino português. As estruturas políticas eram dominadas pela pulverização das jurisdições e a centralização política só foi possível com a disseminação prática do poder. Desta forma, as câmaras municipais agiam em nome do monarca, mesmo quando não

²³² LOCKHART; SCHWARTZ, 2002, p. 287-288.

²³³ WEHLING; WEHLING, 2000, **Op. cit.** p. 143.

²³⁴ Ver: MELLO E SOUZA. Laura. Política e Administração colonial. In: **O Governo dos povos**. REF; BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Camaristas, provedores e confrades: os agentes comerciais nos órgãos de poder (São Paulo, século XVIII). In: **O Governo dos Povos**. REF.; SOUSA, Avanete Pereira. Poder local e autonomia camarária no Antigo Regime: o Senado da Câmara da Bahia (século XVIII). In: **Modos de governar** REF; BICALHO, Maria Fernanda. A cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.; SOUZA, George F. Cabral de. **Elites e exercício de poder no Brasil Colonial: a Câmara Municipal do Recife, 1710-1822**. Recife: Ed. UFPE, 2015. KRAUSE, Thiago. Ordens militares e poder local: elites coloniais, Câmaras Municipais e fiscalidade no Brasil seiscentista. In: **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso**.

acatavam as determinações régias. Neste ponto, seguimos a observação e análise das ações dos 'vassalos do Rei' na Câmara da vila de Curitiba, em especial na sua formação em 1693 e início do século XVIII, atentos a perceber a rede política e familiar dos agentes do poder local enquanto fronteira do direito letrado e do mundo infra-letrado. Assim, revisitar a própria lógica da constituição das hierarquias sociais na América lusa e suas estratégias de enobrecimento.

3.3 Moralidades fronteiriças: escalas de poder e negociações corruptivas

Em 6 de maio de 1805, o então Capitão General de São Paulo, Antônio José de França e Horta, enviava para a *Secretaria dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos*, "um completo conhecimento das pessoas que lhe são submetidas"²³⁵. Tal expediente fora solicitado por Vossa Alteza Real, o Príncipe Regente D. João VI, em 1º de dezembro de 1803, para que todos os Governadores e Capitães Gerais do Ultramar pudessem informar, logo que tomassem posse de seus cargos, as ações de seus ministros, declarando "a qualidade de sua literatura, prudência, préstimo, *limpeza de mãos*, acolhimento das partes, e mais requisitos de que fossem adornados, ou destituídos"²³⁶. Assim, a Secretaria poderia dar prosseguimento em suas carreiras, caso suas ações fossem beneméritas; "ou dar as providências que lhe parecessem justas nos casos que as exigirem".²³⁷

²³⁵ DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E OS COSTUMES DE SÃO PAULO, 1895, Volume XV, Pg. 131

²³⁶ **Id.** Pg. 131.

²³⁷ **Id.** Pg. 131.

No terceiro ano de seu distinto cargo na Capitania, Horta elaborou os conceitos dos quatro únicos magistrados letrados que havia sob sua tutela: o Ouvidor da Comarca de Paranaguá, Antônio de Carvalho Fontes Henrique Pereira; o Ouvidor da Comarca de São Paulo, Joaquim Procópio Picão Salgado; o Juiz de Fora da Villa e Praça de Santos, Luiz Joaquim Duque Estrada; e o Juiz da Alfândega da mesma Vila, João de Souza Pereira Bueno. Ao tratar dos desempenhos dos dois Juízes, o Capitão General os descreve, em dois parágrafos, como bons ministros e de excelentes qualidades.

Já aos sobreditos Ouvidores, Horta não economizou 'a tinta de sua pena' ao narrar, no seu entendimento, as diversas falhas cometidas por aqueles oficiais: "venalidades", "desobediência e desatenção", "por ignorar os limites de sua jurisdição", "irregular conduta", "condescendência", "cego de interesse", "desconhecimento das leis de Vossa Alteza", "nenhum desinteresse e limpeza de mãos", "pelo espírito partidário que o domina", "altivez e insubordinação", "pelo traje indecoroso que se apresentava no Tribunal", "enunciar seu voto de forma ininteligível", "agregar a si pessoas de péssima qualidade", "que nenhum outro fim tem mais do que vistas particulares e a satisfação de suas paixões", "conduta bem escandalosa", "se arrojou a temeridade de solicitar uma mulher casada (...) só procurou perturbar a paz, e a união destes consortes pelo seu descomedido apetite", "para fazer mais lucroso o ofício do seu escrivão, em lugar de simples mandados, cujos emolumentos são diminutos, manda passar Cartas de Ordens, que pagando-se pela rasa, avultam a grandes quantias", "interesse pecuniário", "ambicioso de uma jurisdição sem limites, e querendo meter-se em tudo, e que tudo lhe seja subordinado, se abalança a usurpar a autoridade confiada por V.A a outras repartições", "pedir aos Oficiais da Câmara para que se unam contra o General, pois aqueles só dependem dele", "decisivas provas de sua ignorância, e insuficiência para o importante cargo que exerce",

foram algumas das assertivas utilizadas para demonstrar os caminhos - ilícitos e corruptíveis - pelos quais percorreram.

Observando este cenário percebe-se, por um lado, a esfera personalista das ações dos funcionários régios na América portuguesa colonial. De outro, a possibilidade de vislumbrar um caleidoscópio político que envolvia uma rede política e econômica reconhecidamente corruptiva. Contudo, ao observar os termos utilizados por Antônio José de França e Horta, há uma clara simbiose entre valores morais com práticas de dominação patrimonial. Num ambiente colonial onde os limites do espaço público e privado eram tênues, foi possível perceber claramente que as atividades econômicas de uma determinada 'elite' podiam, muitas vezes, ser inconcessas. Mas como a sociedade gerenciava tais situações? Havia o entendimento dos cargos como 'coisa' privada que permitia aos funcionários agirem de forma autoritária? A utilização dos canais burocráticos e da integração em redes familiares, serviam como elementos determinantes da integração e ascenso social?

Uma boa saída que auxilia a responder tais questionamentos podem ser buscadas na recente historiografia que tem como objeto a corrupção nas Américas hispana e portuguesa. De imediato, cabe salientar que a noção de corrupção há muito vem sendo discutida na História, desde a Antiguidades até os dias atuais, sob diferentes miradas de avaliação do conceito. Neste ponto, frisa-se, o revisionismo ao termo dialoga diretamente com os estudos da corrupção no ambiente Ibérico. Em recente estudo, Adriana Romeiro é assertiva ao apresentar que "há mais de cinco séculos a corrupção tem atraído a atenção dos que refletiram sobre a natureza dos valores políticos

presentes no mundo colonial".²³⁸ Mas quais seriam tais valores? De imediato, vale apontar que definimos corrupção na proposição de Horst Pietschmann, qual seja, "trasngresión de preceptos legales y normativos con fines propios o de grupos".²³⁹

Contudo, é mister observar que a aplicação do conceito impele uma nova complexificação de questões teórico-metodológicas, sobretudo ao se debruçar sobre as sociedades do Antigo Regime, a fim de evitar os riscos de anacronismo. Michel Bertand evidencia, não somente as acepções do termo corrupção, mas seu uso, ao se debruçar, por meio da prosopografia, nas redes econômicas dos tesoueiros da arrecadação régia na Nova Espanha. Para entender a estrutura do poder verificou-se a necessidade de reconstruir os sistemas de relação da elite social colonial. Enfatiza, ainda, a aplicabilidade do conceito de corrupção na medida em que o coloca como força motriz para o funcionamento do próprio sistema mercantil.²⁴⁰ Para esta pesquisa, entende-se a lógica do conceito, mas buscamos direcioná-lo para o domínio da 'astúcia', da artimanha suscitada pelos espaços de ação dos indivíduos coloniais. Neste ponto, é possível relacionar diretamente que, muitas vezes, política e economia caminhavam juntas e, de fato, nas mãos dos mesmos sujeitos.²⁴¹

²³⁸ ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder no Brasil:** uma história, séculos XVI a XVIII. Belo Horizonte : Autêntica Editora , 2017. Pg. 11.

²³⁹ PIETSCHMANN, Horst. Burocracia y corrupción en Hispanoamérica colonial. Una aproximación tentativa. In: **Nova Americana**, Turín, n. 5, 1982. Pg. 16

²⁴⁰ BERTRAND, Michel. **Grandeza y miseria del oficio:** los oficiales de la Real Hacienda de la Nueva España, siglos XVII y XVIII. México: TCE , 2011.

²⁴¹ Ver: HAMNETT, Brian. **Politics and trade in Southern Mexico 1750-1821.** Cambridge University Press, 1971.

Mas quais seriam as ações destes personagens que se reconhecem, ou são reconhecidos, por uma 'elite colonial'? De que grupo estamos nos referindo enquanto tratamos de 'elite colonial'? Questão hercúlea, pode-se dizer, ao tentar responder tais indagações. Entretanto, parte-se, neste momento, dos estudos que vinculam formulações de corpos de Estado e redes sociais - não apenas centrando a abordagem nas estruturas administrativas, mas sim nos indivíduos que ocupam determinados cargos burocráticos e suas redes familiares - sejam eles unidos tanto por fortes laços quanto débeis. Para Zacarias Moutoukias, dependendo das regras em jogo, as 'elites', assim reconhecidas, se autotransformavam modificando suas estratégias de ação na medida em que as práticas comerciais (fossem legais ou ilegais) fortaleciam o conjunto de suas relações, pois formavam parte de um mesmo fenômeno, qual seja, o contrabando, a corrupção. Nesse sentido, tais atividades derivariam de uma conduta econômica da 'elite dominante', em que se imbricavam interesses das oligarquias locais e da administração colonial. Conforme Moutoukias,

los altos funcionarios eran rapidamente incorporados, por alianza o cooptacion, a una estructura informal de relaciones personales, cuya coexistencia con la estructura formal del poder imperial creaba las condiciones de una doble lealtat: hacia las autoridades metropolitanas y hacia los grupos de intereses locales. Dicha red de relaciones personales es presentada como la base del fenómeno de corrupción, el cual - a su vez - era fuente de influencia política y flexibilizaba las estructuras administrativas.²⁴²

No momento em que se situa a corrupção no centro da realidade colonial, é possível considerá-la enquanto 'estrutural' ou

²⁴² MOUTOUKIAS, Zacarias. **Burocracia, contrabando y autotransformación de las elites**. Buenos Aires a fines del siglo XVII", *AIHS* 3 (1988). Pg. 217.

como parte do sistema. Tal proposição, uma das contribuições de Horst Pietschmann ao refletir sobre a burocracia e a corrupção na hispano-americana colonial, deriva do fato de que, em seu entendimento, a corrupção não se limitou somente aos funcionários régios. Houve sua extensão a uma parte da sociedade e, nesse prisma,

la corrupción en América ha tenido carácter de sistema y habrá que explicarla en términos de una tensión más o menos permanente entre el estado español, la burocracia colonial y la sociedad colonial.²⁴³

Ao apresentar a ideia de que havia uma imoralidade generalizada nas colônias, norma e prática poderiam se entrelaçar ou permanecer diametralmente opostas. Haveria, entre grupos distintos, uma moralidade a parte que muitas vezes não era congruente com a presença das leis que refletiria a autoridade estatal, em nível local, sumariamente precária e frágil. Tal situação ensejaria a predisposição de certos grupos a manipular parte das leis, redefinindo sua *práxis*. Os funcionários da coroa deveriam, então, negociar favores com a elite local para que suas estratégias de ascensão social e econômica fossem levadas a cabo o que, de fato, inseria a corrupção na trama das relações e do aparato burocrático.

Ainda que seja questionável a proposição de Pietschmann ao associar moralidade e corrupção, a máxima de John Leddy Phelan de que a autoridade é flexível e se 'autotransformam' permanece válida.²⁴⁴ Seguindo por este ângulo, e voltando ao ambiente luso-brasileiro, Stuart Schwartz redimensiona a força dos interesses régios

²⁴³ PIETSCHMANN, Horst. **Op. Cit.** Pg. 31.

²⁴⁴ PHELAN, John Leddy. Authority and Flexibility in the Spanish Imperial Bureaucracy. **Administrative Science Quarterly** 5, no. 1 (1960): 47-65

ao se dedicar a investigar o Tribunal da Relação da Bahia. Aquele espaço, que teria o arbítrio do poder, também se rendeu às pressões da elite local uma vez que estava enraizada em seu interior. Assim, na medida em que os magistrados atuavam no sentido de conciliar diferentes interesses, e não se privaram de ampliar laços com os 'homens bons', acabaram por subverter e modificar a própria representação da administração colonial.²⁴⁵

De certa forma, voltando ao caso indicado no início do texto, esta foi a tônica observada por Antônio José de França e Horta a dois de seus subordinados: alianças locais influenciando diretamente ações estratégicas corruptivas com vistas a benefícios próprios. Contudo, qual a trama que está enredada? Vejamos, ainda que brevemente, um pouco mais sobre o Ouvidor de Paranaguá, Antônio de Carvalho Fontes Henrique Pereira.

Tendo sido Juiz de Fora no reino antes de seu destacamento para a Comarca de Paranaguá, Pereira percorreu carreira jurídica-administrativa como tantos outros que o precederam.²⁴⁶ Segundo Jonas Pegoraro, não se tem o Registro de Bacharel que pudesse revelar sua trajetória profissional, origem geográfica e ascendência. O que se afirma é sua Chancela régia recebida em 28 de março de 1803, o que

²⁴⁵ SCHWARTZ, Stuart. **Sovereignty and Society in Colonial Brazil: the High Court of Bahia and its judges, 1609-1751.** Berkeley: University of California Press, 1973.

²⁴⁶ Sobre a Comarca de Paranaguá e seus Ouvidores, Ver: Jonas Wilson. Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América Portuguesa: a comarca de Paranaguá (1723-1812). Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná; PEGORARO, Jonas Wilson. Zelo pelo serviço real: ações de ouvidores régios nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá (primeira metade do século XVIII). Curitiba, 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná.

demonstra ter ficado na ouvidoria no período de 1804 a 1807. Ao que demonstram outros estudos, o Ouvidor realizou correição em sua jurisdição, procedeu lista de provimentos, devassas e outras tratativas do ofício. Nada que, em princípio, o desabonasse.²⁴⁷ Ainda, Anibal Ribeiro Filho o declara como tendo exercido seu cargo "com muita probidade e critério".²⁴⁸ Das outras relações que o Ouvidor firmou em sua área de circulação, não pudemos compulsar.

Vendo este cenário, parecem contraditórias as oito críticas levantadas por Horta acerca desse magistrado. Aprofundando nos meandros da trama, um dos pontos dizia respeito a um problema no provimento junto ao Livro de Testamentos, quando em correição à vila de Curitiba. Desta ação, o Capitão General declarou,

em que houve por nulo o testamento do falecido Antônio Gomes de Campos, e por incorporada a sua herança na Real Coroa de V.A., sem citação, ou audiência do respectivo testamenteiro, e tendo assim julgado contra as Leis de V.A., determinou no mesmo Provimento, que fosse notificado o referido testamenteiro para o ver julgar, quando além de ser antinômica semelhante determinação, devera lembra-se em observância do seu Regimento de Provedor dos Defuntos, e Ausentes.²⁴⁹

Horta afirmou ainda que só se poderia proceder com aquela arrecadação da herança se houvesse fundamento jurídico para tal, e depois de ser verificado pelos meios legais e competentes se o dito

²⁴⁷ SILVA, Maria Beatriz (org.) [et. al.]. **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. Pp. 246-250.

²⁴⁸ RIBEIRO FILHO, Anibal. **Paranaguá na História de Portugal**: suas relações com a monarquia portuguesa. Paranaguá: IHGP, 1967. Pg. 141

²⁴⁹ DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E OS COSTUMES DE SÃO PAULO, 1895, Pg. 133

falecido teria ou não herdeiros ausentes. O Governador continuou: "Este fato é por ele mesmo atestado no Ofício copia nº 4 que me dirigiu, implorando-me o auxiliasse para por em sequestro os bens da herança daquele testador, ao que me deneguei pelas razões acima ponderadas".²⁵⁰ Mas quem seria aquele desventurado indivíduo que, depois de sua morte, teve seu patrimônio em litígio com a Cora?

2.4.1 As desventuras do Capitão: trajetórias e escolhas em descompasso?

Corria o dia 13º dia daquele outubro de 1797. Era meado de primavera e o frescor da serra de São Luiz do Purunã já se mostrava cada dia mais longe. O sol brilhava e ao largo se via cintilando num ritmo sincopado, um conjunto de cavalo e cavaleiro conhecido na região: as esporas de prata, os dourados no chapéu e na farda de dragona, juntamente com seus punhos de prata, anunciavam que se dirigia-se à capela do Tamanduá o Capitão Antônio Gomes de Campos, um dos maiores tropeiros da região.²⁵¹ Naquele dia em especial, seguia para encontrar o tabelião Antônio Antunes Rodrigues, justamente para apresentar-lhe seu testamento, escrito de próprio punho. Lá estavam ainda o Tenente Coronel José dos Santos Rosa, o Tenente Veríssimo José Gomes, os Alferes João Batista Ramalho e Brás Domingues Veloso, e ainda Domingos Pereira Porto que serviriam para testemunhar e dar legalidade a tal ato derradeiro.

²⁵⁰ **Id.** p. 134

²⁵¹ Esta narrativa tem por base o testamento e inventário do Capitão. **Ver: Arquivo Público do Paraná – Juízo de Órfãos de Curitiba, 10ª Vara Cível - 138 – 1797 – Auto de Inventário do Cap. Antônio Gomes de Campos. Testamento em anexo de 1797.**

Com o passar dos anos, às portas dos Campos Gerais de Curitiba, este espaço fluido da região do Tamanduá que se confrontava entre a vila e o sertão foi ganhando importância muito em função de seus intrépidos moradores e do comércio de gado. Já a capela do Tamanduá continuou a figurar como local propício para que os vínculos religiosos pudessem satisfazer a necessidade de seus habitantes. O nascer, o casar e o morrer eram anotados pelos vigários em seus ofícios sacramentais, o que permitia observar nos ciclos vitais as trajetórias de mobilidade ou estabilidade que envolviam os indivíduos daquele espaço. Viu-se possibilidade de reconhecer na região do Tamanduá algumas miradas: por um lado, forte ligação de seus habitantes com o poder das justiças do Reino, uma vez que alguns figuravam como membros da câmara municipal; na seara religiosa, detinham acesso a suas práticas uma vez que a capela acabava por congregar os fiéis da localidade, ainda mais que os clérigos pertenciam às famílias locais (Rodrigues França e Pereira Braga). E, por fim, mas não menos importante, a região era um lugar de conexão com o sertão – a oeste; com a vila – a leste; com as franjas meridionais que desembocavam no Rio Grande de São Pedro, ao sul; e com São Paulo – ao norte – pelos caminhos que se desenvolveram do comércio *vacum*.

Para que fossem efetivamente “feitas às últimas vontades”, o indivíduo necessitava das garantias estipuladas na legislação. Mas, ao que tudo indica, era também primordial fazê-lo assegurando-se que suas determinações seriam levadas a cabo. Assim, a elaboração de um testamento parece ter sido acompanhada por uma avaliação da rede de relacionamentos familiares e sociais. De um lado, essa avaliação destinava-se a refletir a respeito da possibilidade, necessidade ou vantagem de estabelecer beneficiários de partes diferenciadas do patrimônio. De outro, era a ocasião de efetuar uma estimativa, no interior de própria rede de relacionamentos, com vistas em calcular os

indivíduos que apresentavam qualidades e condições de o executar quando se apresentasse o momento.

Com esse quadro, pode-se pensar que a formalização do testamento exigia uma série de ponderações por parte do testador. Dadas suas implicações, acabava acionando um verdadeiro *sistema de garantias* entre os indivíduos. Um compromisso de ordem moral nas sociedades relacionais e que, na hora da morte, refletia

uma atitude mental que passa pelo crivo de um conjunto de relações sociais imperativas que são, de fato, muito mais importantes do que o morto que se foi e dos vivos que ficaram e com ele mantinham elos indissolúveis.²⁵²

Fato é que Gomes Campos elegeu como testamenteiros, representantes de semelhante status social: Guarda-mor João Antônio da Costa; o Alferes Brás Domingues Veloso; o Alferes Thomas Gonçalves de Oliveira; o Alferes Antônio Xavier Ferreira, em Sorocaba; o Capitão Bento Gonçalves de Oliveira; O Capitão Domingos Ignácio de Araújo e José Pedro de Almeida, na cidade de São Paulo; o Capitão Antônio Caetano Ferrão; o Tenente José Rodrigues da Silva; e o Tenente Coronel José Manuel de Saqueirão.

Um primeiro componente desse sistema residia na formalização do testamento seguindo rigorosamente as formas previstas nas Ordenações Filipinas. Porém, ressalta-se que, para além da instrução correta nos termos jurídicos, o testador incluía na formalização testamentária outras garantias de 'caráter sociológico'. Isso se verifica na escolha das testemunhas que o assinavam, dando-lhe o aval de legalidade e, sobretudo, na indicação dos testamenteiros. Principalmente esses eram pessoas do rol mais próximo dos

²⁵² MATTA, Roberto da. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 137.

relacionamentos do testador, não necessariamente familiares consanguíneos. Os testamenteiros eram personagens centrais no sistema de garantias acionado pelo testador, pois a eles cabia a responsabilidade de, com correção e lisura, levar a termo as disposições testamentárias. Eram eles que executariam, a mando do juiz de órfãos, as instruções testamentárias, e assim essa escolha exigia muita ponderação do testador para ter a certeza de que seus bens seriam passados para quem lhe conviesse, ou seja, que fossem reconhecidos quem eram seus beneficiários. De igual modo, a preocupação quanto ao acerto de suas dívidas e quanto aos cuidados devocionais reiteram essas garantias, que assegurassem, no final de sua vida, seus anseios póstumos, assim como o cumprimento de seus desígnios.

Todavia, parte-se da premissa em que os testamentos, *pari e passu* sua natureza legal, permitem observar aspirações pessoais e laços sociais que os indivíduos construíram ao longo de sua vida. De fato, o momento de testar pode ser equiparado a um balanço da própria existência. Não apenas no que se refere aos aspectos materiais, em torno do qual é construído o documento testamentário, mas, no período setecentista, seria uma ocasião estratégica de acionar mecanismos com vistas na implementação de determinados planos para certos membros da família. Planos estes voltados a aplicar partes do patrimônio na aquisição ou manutenção da honorabilidade para as gerações posteriores. Em conformidade com as proposições de Silvia Rachi, “mais do que disposições respeitantes aos legados e encomendação da alma, deparamo-nos com memórias do vivido, interpretações de ocorrências ou meros discursos que do oral se estendem e se cristalizam no papel”.²⁵³ Ademais, vale notar também

²⁵³ RACHI, Silvia. A vida em folhas de papel: escrita mediada na América Portuguesa. **Revista de História**, [S. l.], n. 174, p. 267-298, 2016. DOI:

que os manuais lusitanos da 'boa morte', de acordo com Claudia Rodrigues, orientavam que os fiéis tratassem da elaboração de seus testamentos enquanto ainda gozassem de 'boa saúde'.²⁵⁴

este ponto, nas memórias de si que buscou retratar, Gomes Campos afirmou:

Declaro que fui morador na freguesia de Nossa Senhora da Cachoeira, Continente do Rio Grande, e natural da cidade do Rio de Janeiro, batizado na freguesia de Nossa Senhora da Candelária. Filho natural de Anna Maria da Conceição, solteira, já falecida, e segundo me dizia, [filho] de João Gomes de Campos, o qual nunca me reconheceu nem tratou por filho. Declaro que sou solteiro e nunca fui casado, e não tenho herdeiros necessários e por isso me fica livre a disposição de meus bens.

Conta também que foi morador na freguesia de Nossa Senhora da Cachoeira, continente do Rio Grande, onde possuía duas fazendas "de animais vacuns e cavalares, burros e burras, bestas e escravos",

10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.115375. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/115375>. Acesso em: 30 nov. 2020.

²⁵⁴ Ver: RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além:** a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVII e XVIII). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 63. Vale dizer que tomamos, neste trabalho, tais concepções das *artes moriendi* tendo em vista que, para Sheila de Castro Faria e Eduardo França Paiva, a feitura do testamento e o prévio passamento eram uma constante. Ver: PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII:** estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995, p. 33.; FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento:** fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 268.

as quais pedia a seu procurador Salvador Gomes Lisboa (que assistia em suas fazendas havia 11 anos) para as vender (com exceção do escravo José Antônio, o crioulo Thomaz e o mulato Antônio cozinheiro, os quais os deixava libertos). Solicitava também que as bestas de suas fazendas não fossem vendidas, mas enviadas “para cá” (Tamanduá).

Dos escravos que o acompanhavam, deu carta de liberdade a Manuel de Ramos (reconhecida no tabelionato de Curitiba) e ao mulato José Cardoso (em Porto Alegre, com procuração do Alferes Domingos Martins Pereira). Libertou ainda Domingos e Faustino pelos bons serviços prestados, e deixou o escravo Prudêncio por tempo de dez anos a Manuel da Silva Lira ou sua mulher Maria Rodrigues das Neves.

Uma das maiores preocupações dos testadores era quanto às possíveis dívidas que viessem a ter com outros indivíduos. Envolto num ritual de ‘bem morrer’, a prática testamentária servia para firmar no momento final da vida do sujeito, que ele estava em débito com alguém a quem ‘temia ter prejudicado’ e com o qual deveria quitar suas pendências para ‘se estar em paz com a consciência’. Sheila de Castro Faria enfatiza que “o reconhecimento de dívidas se tornava mais importante do que estabelecer sufrágios pela alma”.²⁵⁵ Ao que tudo indica, acreditava-se que o reconhecimento dos débitos, na hora da morte, e a tentativa de reparação do erro contavam a favor do testador no julgamento final. Nos testamentos dos sertões de Curitiba, esta inquietação mostrou-se presente, quer quanto às dívidas, quer quanto aos créditos que lhe deviam.²⁵⁶

²⁵⁵ FARIA, Sheila de Castro. **Op. Cit.** p. 269.

²⁵⁶ STANCZYK FILHO, Milton. **À luz do cabedal:** acumular e transmitir bens nos sertões de Curitiba (1695-1805). 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Capítulo II.

Por outro lado, a tônica acerca do pagamento e/ou da cobrança das dívidas, mostra que isso fazia parte dos relacionamentos dos indivíduos numa sociedade cujos contratos ainda eram feitos com base nos relacionamentos pessoais, ou seja, na confiança. Novamente é possível entrever dentro de um sistema de garantias o comprometimento moral dessa sociedade relacional. No caso do Capitão Antônio Gomes Campos, declara em seu testamento que havia de prestar contas ao Capitão Manuel Gonçalves Guimarães, ao Capitão Bento Gonçalves de Oliveira e ao também Capitão Antônio Caetano Ferrão. Não foi possível compulsar as localidades que permeavam a área de ação de Antônio Gomes Campos em suas demandas creditícias, mas, como notamos, circundava o comércio de gado.

Contudo, a condição de que suas contas devessem ser acertadas, conferiu ao Capitão o cuidado de reiterar que certas pendências haviam sido cumpridas, não devendo ele prestar contas que outros lhe imputavam. Advertia que,

(...) indo eu ao Rio de Janeiro no ano de 1755, naquela cidade me integrou o Capitão Antônio Lopes da Costa e Cia uma receita de fazendas de 2:135\$465 para entregar no Rio Grande a Francisco Pereira e Silveira com carta

Por esta razão desconsiderava a cobrança posterior que lhe fizeram (foi comprovado tal repasse nos Autos de Contas). Somente em créditos que tinha nas mãos de Antônio Teixeira de Sampaio, consta em inventário a venda de 12 escravizados, no valor de 1:293\$600.

Vale dizer que seu inventário o colocou como proprietário do maior cabedal encontrado para a região do planalto curitibano em finais do setecentos, no qual é possível verificar que dentre suas atividades, o comércio de gado apresentava-se como a mais rentável. O espólio bruto do Capitão é de 11:409\$985. No inventário, o avaliador

dá conta que Gomes Campos tinha nas mãos de um de seus condutores, 685 bestas, 55 cavalos e 95 rezes nos caminhos para Sorocaba.

O que se revela nesses casos iniciais é que são os homens de negócio, junto com as instituições coloniais que eram um dos acessos da liquidez da economia colonial. Ao controlar o crédito, os homens de negócio definem as novas feições das relações econômicas. E isso porque ele é estratégico numa sociedade com baixa liquidez, como era a colonial. Nessa situação, aquilo que se denomina de cadeia de adiantamento/endividamento possui um papel evidentemente crucial para o estabelecimento da hierarquia nas relações entre os diversos grupos sociais.²⁵⁷

Voltando a seu testamento, somados os créditos e as vendas das fazendas, o Capitão Antônio Gomes Campos deixou um montante considerável a obras pias e de caridade como seu legado. Tal cuidado, como vimos em outros casos de indivíduos que não deixaram descendentes e atribuíam boa parte de seu patrimônio às obras pias, não estava em desacordo com as práticas que envolviam a feitura do testamento pois uma outra garantia que o indivíduo buscava através das últimas vontades seria a de que sua alma alcançasse a salvação.

²⁵⁷ Ver: PEREIRA, Magnus R. de M.; BORGES, Joacir Navarro. Tudo consiste em dívidas, em créditos e em contas: relações de crédito no Brasil colônia; Curitiba na primeira metade do século XVIII. **Revista de História**, [S. l.], n. 162, p. 105-129, 2010. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i162p105-129. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19153>. Acesso em: 14 mai. 2015.; GIL, Tiago Luís. **Coisas do Caminho**: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009; GIL, Tiago Luís. **O crédito numa comunidade de fronteira**: problemas, algumas experiências metodológicas e alguns resultados (Rio Grande, 1780-1810). Sevilha: Universidad Pablo de Olavide, 2006.; FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo G. 1993. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico**: sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. pp. 89-100.

Nos estudos que centram foco nos testamentos, um dos pontos em que há maior preocupação é quanto aos cuidados *post-mortem*. Isto porque, para os homens e mulheres do setecentos, a morte representava uma passagem para o outro mundo. Contudo, a alma tida como imortal, após o fim da vida, partiria para outro local, o Além, onde poderia ser alocada em diferentes instâncias.²⁵⁸

Nessa perspectiva, a hora da morte implica um acerto de contas e uma relação direta com o sagrado ou ainda mais diretamente com Deus. No momento de trespasse para o outro mundo, ocorreria o julgamento individual e seria este que condenaria ou exaltaria a alma do defunto, demarcando também o local onde ela ficaria encerrada, se no inferno, no paraíso ou no purgatório. O que o fiel buscava era a 'boa morte' que "significava que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo, sem que ele prestasse contas aos que ficavam e também os instrísse sobre como dispor de seu cadáver, sua alma e de seus bens terrenos".²⁵⁹

Deixar previamente organizados e garantidos os sufrágios para após a morte eram medidas que davam segurança. Os cuidados *post-mortem* e a preocupação com os bens da alma, como salienta Ana Silvia Volpi Scott ao analisar comunidades do norte português setecentista e oitocentista, não ocupavam um lugar importante somente no nível religioso. Fortes traços de distinção social e econômica poderiam ser observados, pois

(...) ao falecer, não era só necessário garantir a passagem para a vida eterna com o 'apoio de toda corte

²⁵⁸ LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. Lisboa: Editorial Estampa, 1981.

²⁵⁹ REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.92.

do céu e de todos os santos', como também cumprir, diante da comunidade, no mínimo, os usos e os costumes da esfera social em que estavam integrados.²⁶⁰

Desta forma, mirando o possível 'sistema de garantias', o Capitão Antônio Gomes Campos destinou: a obras na Matriz de Curitiba: 400\$000; reparo na Igreja de Nossa Senhora do Terço (Curitiba): 200\$000; obras na Igreja de São Francisco de Paula (Curitiba): 100\$000. Aos pobres na freguesia onde fosse falecer: 800\$000 (máximo de 4\$000 em dinheiro pra cada); Terra Santa: 400\$000.

Algumas igrejas e capelas receberam atenção especial do Capitão: destinou a Igreja Santo Antônio da Lapa: 100\$000; a Igreja do Termo de São José: 200\$000; Capela do Tamanduá: 50\$000; a Igreja Matriz de Castro: 200\$000; a Matriz de Itapeva da Faxina: 200\$000. Pode-se aferir que Gomes Campos circulava e conhecia tais centros religiosos, o que conferia certa proximidade e sabedoria do motivo pelos quais seus proventos seriam úteis a tais espaços.

Ordenou ainda o Capitão: 1) Aquele que se mostrar ser meu afilhado ou afilhada por certidão de seu batismo se lhe dê a cada um 8\$000; 2) Deva-se eleger das moças pobres honestas e viúvas órfãs da mesma qualidade, porções para seus melhores casamentos, ficando entendido as eleitas no distrito onde falecer; 3) Dar a Maria Anna e Catharina, filhas do Alferes Manoel Narciso Belo e de sua mulher Maria do Nascimento, ajuda de 50\$000 ao casamento de cada uma; 4) Dar 100\$000 a uma afilhada chamada Maria (casada que fosse), filha de José de Lima Pacheco e de sua falecida mulher Romana Rodrigues França; 5) Dar 400\$000 de esmola a Benedita Roza, parda casada com Manuel Joaquim de Castro para compra de alguns campos.

²⁶⁰ SCOTT, Ana Sílvia Volpi. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)**. Guimarães : NEPS , 1999. p.328.

Por fim, indicou seus testamenteiros. Ao focalizar as estratégias acionadas pelo testador com vistas na plena execução de suas vontades, há que destacar que uma das indicações mais relevantes do testamento, quanto à garantia de execução, situava-se na escolha do testamenteiro. Este seria o encarregado de dar cumprimento às vontades, assim que recebia do falecido “todo o poder que em direito posso”.²⁶¹ Seria uma incumbência considerável ser testamenteiro, haja vista que a ele caberia abrir o processo de auto de contas do testamento. Ao dar cabo das últimas disposições, deveria anexar neste processo os recibos confirmando que as vontades do testador foram cumpridas, o que, dependendo da complexidade dos pedidos, estendia-se por muitos anos e tornava o processo bem volumoso.

A escolha desse sujeito que deteria o poder sobre os bens do falecido, parece indicar para algumas regras da ação social pautadas principalmente na confiança, na segurança e na honra. É principalmente esta última que dava primazia a uma hierarquia social baseada na reputação e induzia a procura da ‘boa identidade’. Segundo Pitt-Rivers, é a honra que os outros lhe concedem: “o valor que uma pessoa tem aos seus próprios olhos, mas também aos olhos da sociedade. É a sua apreciação de quanto vale, da sua pretensão ao orgulho, mas é também o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade da sua excelência, do seu direito ao orgulho”.²⁶²

O sistema de garantias estava pautado numa representação das relações sociais que impunha e pressupunha obrigações mútuas. Além

²⁶¹ Arquivo Metropolitano Dom Leopoldo Duarte, da Mitra Arquidiocesana de São Paulo. Caixas: Testamentos 05-01-05 – Processos gerais antigos – 1727-1777. 1754-1756 – Auto de Contas de Josefa Rodrigues Bicuda. Testamento em anexo de 1754.

²⁶² Pitt-Rivers, J. (1965). Honra e posição social. In: J. G. Peristiany (Org.), **Honra e vergonha**. Lisboa: Fundação Capouste Gulbenkian. pp. 11-60, p.13.

do mais, o testador assumia um compromisso social que só iria ser cumprido quando uma das partes que estabeleceu o pacto já estava em outra dimensão, não mais a terrena, mas a transcendente.²⁶³ Logo, numa sociedade que acatava a interferência do transcendente no cotidiano esse compromisso adquiria uma faceta de sacralidade. Assim, num dado momento

pode desaparecer a relação pessoal entre um determinado morto e os sobreviventes e relações, mas não desaparece a relação complementar e compensatória entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos como dois planos fundamentais da existência.²⁶⁴

O que se verifica para os sertões de Curitiba é que, assim como observado, por exemplo, para os campos dos Goitacazes²⁶⁵, norte fluminense, as funções de cumprimento das determinações testamentárias eram, em princípio, familiares. Contudo, no caso da escolha de Antônio Gomes Campos, por não ser casado, não ter filhos e, até onde conseguimos verificar das Listas Nominativas de Habitantes que entre 1791 e 1793, habitava em seu domicílio no estado de solteiro com 2 e 4 escravos, respectivamente. Por esta razão, seu vínculo profissional mais uma vez torna-se o elo que amarra sua teia de relações.

Podemos perceber então que exercer um ofício ou cargo público na administração colonial concedidos pelo Rei, dentro de uma sociedade de ordens, era uma das dignificações que mais traziam “prestígio, honras e privilégios, não apenas no nível mundano, mas

²⁶³ MATTA, **Op. cit.** 1997, p. 154

²⁶⁴ MATTA, **Op. cit.** 1997, p. 155.

²⁶⁵ FARIA, **Op. cit.** 1998, p. 276.

com resultados sociais práticos”,²⁶⁶ constituindo um fator de enobrecimento para seu ocupante e seus descendentes. Um dos cargos que mais nobilitavam eram aqueles ligados às funções de guerra, compreendidas nos militares profissionais organizados nos terços, nos regimentos, nas milícias e nas ordenanças.

Ademais, Gomes Campos indica inúmeros responsáveis por dar conta de suas vontades acionando para tanto uma ampla rede de relacionamentos. Menciona no mínimo dois nomes para cada uma das vilas em que tinha alguma dívida a quitar, algum afilhado a reconhecer, algum crédito e mesmo algum donativo a conceder. A relação de inúmeros testamenteiros, então, não era algo incomum; porém, mais presente nos testamentos de homens de posses como era de Antônio Gomes Campos, que assim os enunciou.

O Capitão Antônio Gomes Campos faleceu em 23 de novembro de 1797, com todos os sacramentos, sendo sepultado na Capela do Tamanduá. Chama a atenção que o pároco treslada todas as indicações legatárias e obras pias, uma vez que o recém falecido não foi casado, não reconhecia seu pai, sua mãe já era falecida e não gerou descendência. Seu patrimônio estava destinado, assim, na totalidade a caridade e a Igreja – em privilégio à Capela do Tamanduá. Além disso, é interessante notar que o padre não menciona o fato de que o Capitão fosse um filho bastardo, informação esta revelada no testamento. Talvez porque no momento final da trajetória de Gomes Campos, seus afazeres profissionais no local social e econômico ocupado desde suas peripécias no Sul, assim com seu desejo de viver no Tamanduá, acarretou que ele contasse com o beneplácito dos demais. Ao que a

²⁶⁶ WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. O funcionário colonial entre a sociedade e o Rei. In: DEL PRIORE, Mary. **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história.** Rio de Janeiro : Campus , 2000. pp. 139-159. p.143.

historiografia recente demonstra²⁶⁷, há maleabilidade nos processos de ascensão social por parte de certos grupos de pessoas. Seria o caso de Antônio Gomes Campos que, mesmo ilegítimo, levava o sobrenome de seu pai?

Chama a atenção a “agilidade processual” do inventário logo após o passamento de Gomes Campos, pois o mesmo foi aberto dia 29 de novembro de 1797 pelo Guarda-Mor João Antônio da Costa. Este, indica como inventariante, o Alferes Brás Domingues Veloso e, como avaliador “dos bens que tinha em Viamão”, Antônio José Pinto Bandeira – do já conhecido bando de negociantes de gado do Sul.²⁶⁸ Este avalia os bens do Capitão e envia para Tamanduá seus bens semoventes, que são posteriormente arrematadas em praça pública.

A triste sina *post-mortem* do Capitão teve seu ápice nos descaminhos de seu patrimônio: primeiramente perdeu seu testamenteiro pois este alegou que “(...) o testador lhe deixou ‘um diminuto prêmio’ pelo seu trabalho já que a testamentária é grande e laboriosa e quer protestar a ‘vintena’.

Por fim o processo de inventário é alçado ao Juízo Superior e, em 1804, o Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de Paranaguá, Antônio de Carvalho declara: “(...) visto que não havia herdeiros habilitados nem os há antes pretendendo-se habilitar há três anos a esta parte uns sujeitos do Rio de Janeiro, e outros do Viamão, não puderam mostrar nem plenamente provar o parentesco, por este meio anular o testamento do mesmo Capitão no qual dispôs a sua herança para missas, esmolos, e legados pios e profanos e deste modo instituiu a

²⁶⁷ GUEDES, Roberto. Egressos do cativoiro.

²⁶⁸ Ver: GIL, Tiago; HAMEISTER, Martha. In: FRAGOSO, João (org.) Conquistadores e Negociantes.

alma por herdeiro. Instituição esta nula (...) e incorpora-se por isso os restos da herança no Patrimônio da Coroa”.

Ora, indaga-nos ainda mais a demonstração de certo interesse dos potentados locais, sobretudo daqueles com assentos no poder jurídico-administrativo, tanto de Curitiba quanto de Paranaguá, acerca das posses do Capitão Gomes Campos. Quais seriam os motivos que ambicionava o Ouvidor a não aceitar as últimas vontades do luzido Capitão? Talvez a 'mancha' da bastardia o sinalizava junto ao descenso social? Ou o benefício pecuniário advindo de uma ação corruptiva revelaria, neste caso, uma tríade cercada de vantagens-moralidade-estratégias? Se é certo que, ao que demonstra a historiografia acerca do prestígio e pobreza, seu inverso também poderia ser retratado? Até que ponto, então, o Capitão Antônio Gomes Campos, um "vencedor do sertão" ao que vislumbra seu poderio econômico, fosse, perante os olhos daquela sociedade, alguém ainda com o prestígio à prova? Obviamente, são perguntas sem respostas.

Entretanto, por mais que Gomes Campos tivesse excelentes ligações entre suas redes político-econômicas, com toda a certeza ele saberia da importância das vinculações familiares, sobretudo por meio do casamento, com o qual poderia alçar condição. Esta também era a tônica para o Capitão?

Ao que os dados empíricos demonstram, até o momento, não foi possível encontrar novo desfecho para a história dos bens do Capitão Antônio Gomes Campos. Assim, se a interposição de Antônio José de França e Horta valeu, de fato, não sabemos. Ou se, o famoso princípio "se acata y no se cumple"²⁶⁹ foi utilizado pelo Ouvidor. De fato, como constam nos adágios de Antonio Delicado, "*Na arca aberta, o justo*

²⁶⁹ ANNINO, Antonio. Some Reflections on Spanish American Constitutional and Political History, en **Itinerario**, 19: 2 (1995). Pg. 36

peca". O que se coloca em evidência são as ações astutas que primavam na prerrogativa do cargo e na circulação de informações que visavam ações personalistas enquanto expressão de autonomia e estratégia entre magistrados e elite local. De certa forma, questões econômicas, posse de privilégios e disputas familiares também estavam reiteradas nas áreas fronteiriças da América lusa, e foram reverberadas pelo Ouvidor Henrique Pereira e seus interlocutores. Ainda que tratando de momentos e locais distintos, a reflexão de José Manuel Santos Pérez nos parece prudente: "El interés de grupo, la actuación de esos "actores sociales" que se conectaban por medio de instituciones políticas, quedaba fuertemente condicionado por la cohesión del grupo familiar". Numa situação ímpar, no momento em que o Capitão Antônio Gomes Campos não deixou descendência e que o elemento familiar reconhecidamente mais amplo fora suprimido, poderia seu patrimônio ser vilipendiado dentro das disputas de uma esfera política do poder local?

Por fim, podemos perceber então que exercer um ofício ou cargo público na administração colonial, concedidos pelo Rei, dentro de uma sociedade de ordens, poderia ser uma das dignificações que mais traziam "prestígio, honras e privilégios, não apenas no nível mundano, mas com resultados sociais práticos",²⁷⁰ constituindo um fator de enobrecimento para seu ocupante e seus descendentes. Entretanto, a argumentação de Adriana Romeiro ao enfatizar que é justamente a partir da problemática da venalidade - ou das práticas ilícitas - que surge um campo analítico capaz de evidenciar não apenas as 'dignificações', mas, sobretudo, as conexões, redes e fluxos de natureza diversa "nas quais atuavam os poderes locais e se forjava a

²⁷⁰ WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. O funcionário colonial entre a sociedade e o Rei. In: DEL PRIORE, Mary. **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro : Campus , 2000. pp. 139-159. p.143.

autonomia dos funcionários régios" ²⁷¹ , dimensiona, assim, a abordagem para as práticas cotidianas dentro de um ambiente em frequente disputa.

²⁷¹ ROMEIRO, Adriana. **Op. Cit.** Pg. 44.

QUARTA PARTE - ESCOMBROS DE HISTÓRIAS MAL CONTADAS

Quem dà o seu antes de morrer, aparelhesse a bem sofrer.

(António Delicado. Adágios portugueses reduzidos
a lugares communs, 1651)

Protopoema

Do novelo emaranhado da memória, da escuridão dos
 nós cegos, puxo um fio que me aparece solto.
 Devagar o liberto, de medo que se desfaça entre os
 dedos.
 É um fio longo, verde e azul, com cheiro de limos,
 e tem a macieza quente do lodo vivo.
 É um rio.
 Corre-me nas mãos, agora molhadas.
 Toda a água me passa entre as palmas abertas, e de
 repente não sei se as águas nascem de mim, ou para
 mim fluem.
 Continuo a puxar, não já memória apenas, mas o
 próprio corpo do rio.
 Sobre a minha pele navegam barcos, e sou também os
 barcos e o céu que os cobre e os altos choupos que
 vagarosamente deslizam sobre a película luminosa
 dos olhos.
 Nadam-me peixes no sangue e oscilam entre duas
 águas como os apelos imprecisos da memória.
 Sinto a força dos braços e a vara que os prolonga.
 Ao fundo do rio e de mim, desce como um lento e
 firme pulsar do coração.
 Agora o céu está mais perto e mudou de cor.
 É todo ele verde e sonoro porque de ramo em ramo
 acorda o canto das aves.
 E quando num largo espaço o barco se detém, o meu
 corpo despido brilha debaixo do sol, entre o
 esplendor maior que acende a superfície das águas.
 Aí se fundem numa só verdade as lembranças confusas
 da memória e o vulto subitamente anunciado do
 futuro.
 Uma ave sem nome desce donde não sei e vai pousar
 calada sobre a proa rigorosa do barco.
 Imóvel, espero que toda a água se banhe de azul e que
 as aves digam nos ramos por que são altos os
 choupos e rumorosas as suas folhas.
 Então, corpo de barco e de rio na dimensão do homem,
 sigo adiante para o fulvo remanso que as espadas
 verticais circundam.
 Aí, três palmos enterrarei a minha vara até à pedra
 viva.
 Haverá o grande silêncio primordial quando as mãos se
 juntarem às mãos.
 Depois saberei tudo.

(José Saramago. **Provavelmente Alegria**, 1985)

4.1 *Uma escrita para a morte: o testamento setecentista enquanto 'memórias de si'*

"No dia seguinte ninguém morreu." Assim inicia o romance "As intermitências da morte", de José Saramago.²⁷² Naquele universo contemporâneo e fantástico, um fato inexplicável e profundamente modificador acabou por tornar incompreensível a existência: 'a morte' – figura feminina e presente fisicamente naquela realidade (mas escrita em letra minúscula) – sentiu-se injustiçada pela frequente culpabilidade humana atribuída a seu ofício. Sua resposta a tais julgamentos frente a algo inevitável, foi simplesmente não mais traspasar os viventes a outro plano. Imortalidade e finitude, então, adentram de modo intenso no debate prático e teórico daquela sociedade. Com este pressuposto de enredo, questiona o literato sobre o que representava o processo de morrer, suas bases morais, jurídicas, políticas, religiosas, econômicas, culturais e, de tal modo, como sua presença ou ausência redefiniria as formas de experiência da vida. Se, para o filósofo existencialista Soren Kiekegaard, a morte é a forma de tornar tudo mais intenso, haveria uma necessária reflexão acerca do paradoxo da vida na medida em que se deveria enfrentar a concretude da morte (ou o medo dela).

De uma crítica desafiadora reforçada pela intensa ironia, o autor lusitano apresenta na trama o momento em que 'a morte', ciente de que aqueles homens e mulheres haviam refletido sobre sua infortuna necessidade, decide retomar sua obra laboral. Contudo, para fins de diminuir a angústia de um exício inesperado, coube 'a morte' informar àqueles que haveriam de encontrá-la em breve, e preparar-se para tal. Logo, enviaria correspondências individuais anunciando de seu expediente, fornecendo um prazo em que concretizaria seu ato derradeiro.

²⁷² SARAMAGO, José. **As intermitências da morte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Na narrativa, novos problemas surgem com tal método, fosse pela burocracia exigida com o envio das cartas aos infaustos destinatários; ou pela intensa busca destes últimos à sina das lembranças da vida e a necessidade de resolver assuntos inacabados. Entretanto, a frequente devolução de uma dessas comunicações acabou por desconfiar 'a morte' e tornar 'física' sua demanda epistolar. Mas deixo ao leitor a averiguação de tal desassossego e suas demandas... o que chama atenção na obra é a questão cotidiana e a presença frequente do morrer num dado corpo social, e as preocupações em vida com aquele momento chave e certeza da existência.

Vimos, na parte anterior, as (des)venturas pelas quais passou o capitão Antônio Gomes Campos no momento de testar suas últimas vontades. Dentro do universo mental daquele ambiente colonial setecentista, 'a morte' também se fazia presente no imaginário coletivo²⁷³, sendo que a ocasião de sua chegada permitiria equiparar o modo do 'bem morrer'²⁷⁴ (e o vislumbre cristão do caminho da alma após o findar da existência terrena), com as práticas de seu 'bem viver' (cujas estratégias, ainda que sob a égide de uma racionalidade limitada ou parcial²⁷⁵,

²⁷³ **Ver:** REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além:** a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005; SANTOS, Clara Braz dos. **O exercício moral de memória da morte nos escritos religiosos do Brasil colonial (séculos XVII e XVIII).** 2016. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Programa de Pós-Graduação em História, Franca, 2016; ÁVILA, Affonso. **Uma encenação Barroca da morte – as solenes exéquias de D. João V em São João Del-Rei, Barroco.** Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, UFMG, n. 3, pp. 41-47, 1971.

²⁷⁴ CHARTIER, Roger. Normas e condutas: as artes de bem morrer (1450-1600). In: _____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime.** 2. ed. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 2004, pp. 131-173.

²⁷⁵ **Id.** LEVI, Giovanni. Un problema de escala. **Relaciones: Revista de El Colegio de Michoacán**, v. 24, n. 95, 2003.; REVEL, Jacques. Máquinas, estratégias e condutas: o que entendem os historiadores. In: _____. **História e historiografia:** exercícios críticos. Pp. 155-175.

apresentou-se de maneira objetiva na trama de suas escolhas e/ou na astuta disputa por seu patrimônio).

Acompanhamos que a feitura do testamento permitiu um 'balanço da existência', validado a partir de um quadro que definimos como um 'sistema de garantias'. Tal sistema evidenciava que aquela coletividade de testadores se pautava no artefato jurídico para demonstrar os cuidados *post-mortem*, tanto consigo no caminho da salvação, quanto com seus legatários (familiares ou não). Novamente, vimos escolhas cujos reflexos enquadram-se nas lógicas de suas estratégias, fossem assertivas ou desacertadas.

A morte, então, tornava sim o fim da vida ainda mais intenso: nos permitiu revelar as garantias religiosas com a alma; as práticas de transmissão patrimonial e escolhas de certos membros ao cabedal amealhado; a noção de honra e boa convivência quanto aos débitos e créditos que negociava em suas mãos; e, como chave interpretativa deste capítulo, as lembranças e pequenas menções que aqueles homens e mulheres acharam importantes de exteriorizar no acerto de suas contas. Ainda que, muitas vezes, histórias fragmentadas, incertas e mal explicadas.

Ao contrário da ação tomada pela 'morte' de Saramago, até que ponto – ainda que no limite da intencionalidade da fonte – os testamentos setecentistas nos permitem trazer à tona as descrições de pequenas memórias reveladoras de sensações, sentimentos, afeições, momentos específicos da vida que mereceriam ser lembrados e narrados à beira do etéreo? Seria então o testamento, não somente algo prático da esfera legal, mas talvez, a possibilidade daqueles indivíduos de escrever 'à morte' as narrativas de sua escrita de si, apresentando pequenas singularidades intrínsecas de representações (auto)biográficas, reafirmando nuances de sua consciência histórica? Tal artefato reforça a compreensão do constructo conceitual da estratégia quando visto que tais memórias levariam aqueles indivíduos a não correr para '*uma vida em balde*'?

Tal temática acerca da morte, para além da Literatura, sempre esteve presente nos debates de diversas áreas, como a Filosofia, Sociologia,

Antropologia, Psicologia, Medicina, Biologia, com reflexões plurais e em diversas balizas temporais. Partícipe das análises dos significados do morrer, coube também à História tomar parte na observação humana da finitude da vida. Philippe Ariès tem lugar de destaque dentre os estudiosos que apresentaram a questão enquanto uma criadora de cultura, dentro de um debate interdisciplinar nos âmbitos da história das mentalidades.

Tomando como ponto de partida de suas investigações o período “da primeira Idade Média” (e como consequência de uma obra ocidental-cristã e suas implicações na Modernidade, ainda que retorne em diversas argumentações à Antiguidade Clássica), o autor faz uma ressalva evidenciando que a morte “*é acrónica dos longos períodos da mais antiga história, talvez da pré-história*”.²⁷⁶ Reitera que,

encontrar de Homero a Tolstoi a expressão constante de uma mesma atitude global perante a morte não significa que se lhe reconheça uma permanência estrutural estranha às variações propriamente históricas. Muitos outros elementos sobrecarregaram este fundo elementar e imemorial. Mas resistiu aos avanços evolutivos durante cerca de dois milénios. Num mundo sujeito à mudança, a atitude tradicional perante a morte aparece como um embrião de inércia e de continuidade.²⁷⁷

Seria esta referência entre a proximidade e a presença do morrer que tornou a perspectiva do devir nos costumes pretéritos enquanto algo familiar, cotidiano e muitas vezes, para Ariès, insensibilizada. Ainda, uma atitude que a tornava “domada” mas não significando que antes fosse selvagem; que se opunha ao medo que se lhe conferiam os contemporâneos que já não ousam “*pronunciar seu nome*”.²⁷⁸ Talvez seja esta clivagem que

²⁷⁶ ARIÈS, Philippe. **O homem perante a morte. Vol. I.** Publicações Europa-América, 1977. P.13.

²⁷⁷ **Id.** P. 40.

²⁷⁸ **Id.** P.40. Um necessário, mas infeliz contraponto que se deve fazer a esta referência de Ariès se preconiza nos momentos incertos da escrita deste trabalho doutoral. A pandemia global do SARS-CoV-2 (COVID-19) trouxe para realidade premente, para dentro

a mantém instigante, ou nas palavras de Michel Vovelle, que torna a história da morte tão fascinante.

Partindo da morte e das atitudes coletivas que a acolhem, a história quer reencontrar os homens [e mulheres] e surpreendê-los na reação diante de uma travessia que não permite trapaça. (...) A história da morte conserva, nessa rede complexa, um valor exemplar e específico. Na aventura dos homens [e mulheres] eis uma invariável ideal e essencial. É uma invariável muito relativa, aliás, porque a relação dos homens [e mulheres] com a morte mudou, o modo como ela os atinge também; mas a conclusão permanece a mesma: é a morte.²⁷⁹

Diferentemente de Ariès, Vovelle não concebe a morte sendo acrônica – e, por isso, que escapa ao tempo. Para ele, a morte sempre foi histórica pois ela se inscreve num movimento que é, propriamente, o da história. E é sobretudo na sua observação que se contempla um conjunto de estratificações que remetem a diferentes modelos, em especial aqueles que indicam a "*coexistência de diferentes atitudes*"²⁸⁰, cuja multiplicidade de leituras podem (e devem) concorrer.

dos lares, a morte como perspectiva e não mais como expectativa. Intronizamos um misto de sentimentos de pesar, agonia e naturalização do morrer, assistindo-a cotidianamente e tornando-nos cada vez mais sensibilizados. Um universo de enlutados. Sua materialidade racionalmente concebida e esperada acabou por fazer-se presente, sentida e visualizada nos milhões de casos contabilizados. De certa forma, ainda que sob outra premissa, ressignifica-se o que Ariès identificou enquanto a presença de uma 'morte selvagem' e o 'viver com o pensamento na morte', agora nos tempos pandêmicos. Retrospecto seja feito ao melhor entendimento de "Morte Sofrida" apresentado por Michel Vovelle. Reitero aqui meus mais profundos sentimentos a tod@s aquel@s que perderam seus amores, familiares, amig@s, companheir@s e confidentes, nominalmente em número muito superior a que estas linhas poderiam tomar, em virtude, sobretudo, da ausência e morosidade do Estado nas políticas e práticas sanitárias.

²⁷⁹ VOVELLE, Michel. A História dos Homens no Espelho da Morte. In: BRAET, Herman & VERBEKE, Werner (eds.). **A morte na Idade Média**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo , 1996. P.12.

²⁸⁰ **Id.** P.16.

Outro ponto de impacto nas obras acerca do imaginário medieval, proposto por Ariès, foi a reflexão do lento processo de individualização frente às atitudes diante da morte a partir do que concebe enquanto 'morte de si'. Ainda que se reconheçam as fragilidades e a imprecisão do que se manifestaria enquanto a emergência do indivíduo, sobretudo a ideia de que seria um postulado uniforme e vivido por todos, entende-se "*que a morte (como iniciação ou aliança), inscreve-se sempre no interior de redes de relações e de trocas hierarquizadas, de estruturas de autoridade e poder, de sistemas simbólicos cuja coerência e lógica convém reencontrar.*"²⁸¹

Destarte, buscamos aprofundar a proposição de Vovelle quanto a coexistência de diferentes atitudes para a coexistência e interpretação de múltiplas racionalidades. O propósito é de que as análises dos testamentos nos permitam perceber um pequeno espaço (auto)biográfico de estratégias equivocadas, sentimentos inauditos, escombros de vidas mal contadas, suas dores, seus momentos de tensão. A coragem reflexiva de narrar suas escolhas imperfeitas quando, naquele momento chave da existência, os indivíduos contam para si mesmo - e para aqueles que o reconhecerão por suas últimas palavras - de uma história que muitas vezes não conseguem mais ver. Pequenas ações que nos permitem refletir o porquê de tais lembranças estarem no testamento, e assim possibilitar-nos recuperar tais descrições e buscar-lhe um sentido. Uma vida pode ser feita de várias vidas e, quando se deixa indicado num documento formal em vistas à morte a lembrança e/ou o desejo de certos encaminhamentos, passamos a conjecturar no que diz respeito a consciência histórica que tal memória trazia àqueles sujeitos.

²⁸¹ Acerca de uma apreciação das fragilidades de uma historiografia tradicional da morte, ver: LAWERS, Michel. Morte e Mortos. In: DICIONÁRIO TEMÁTICO DO OCIDENTE MEDIEVAL. LE GOFF, Jacques; SCMITT, Jean-Claude (Coord.). Bauru : Editora da Universidade do Sagrado Coração – EDUSC , 2006. Pp. 243-261. No excerto, P. 244. ; DOSSE, François. Histoire des Mentalités. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas. (Dir.). **Historiographies: concepts et débats**. Vol. I. Paris : Gallimard , 2010. Pp. 220-231.

4.2 *Marias, Josés, Anas e Antônios: movimentos em vida e morte e suas pequenas lembranças*

Recém inciava o ano do Senhor de 1799 e, naquele segundo dia do mês de janeiro, na vila de Curitiba, Isabel Fernandes Buena escolheu para fazer seu testamento²⁸². Tal ato não parece ter ocorrido de última hora, uma vez que dizia se encontrar com saúde e juízo perfeito. O local escolhido foi a casa de Manoel da Costa Rosa, morada onde sucedeu a formalidade do documento. Lá estavam Augusto Gonçalves Guimarães, Antônio Pereira de Almeida, Manoel de Lima e José da Rocha Dantas, testemunhas escolhidas por Isabel e reconhecidas na localidade, assim como o escrivão Francisco da Silva Leiria e o tabelião judicial Antônio Antunes Rodrigues.

Ao buscar reconstruir este momento, vem a reflexão sobre quais escolhas estavam envolvidas na diligência do ato, fosse o preparo do casal Manoel da Costa e Lucácia para receber tais autoridades em sua habitação, ou as conversas antecipadas com os assistentes que iriam acompanhar e dar validade formal ao testamento. Quando observamos a Lista Nominativa de Habitantes de 1793, ou seja, 6 anos antes, podemos verificar que Manoel, Lucácia e Isabel eram moradores na mesma região da freguesia de São José, a sudoeste da vila de Curitiba.²⁸³ Poderiam muito bem encontrar-se aos domingos nas missas na capela do Senhor Bom Jesus do Perdão, ou ainda nos trânsitos à vila. Era uma comunidade diminuta e a noção do 'conhecer-se', ou do 'ouvi dizer', era uma prática comum exemplificada com frequência em outros documentos. Contudo, um acontecimento como a

²⁸² Testamento e auto de contas da testamentária de Isabel Fernandes Buena (1799). **Arquivo Metropolitano Dom Leopoldo Duarte, da Mitra Arquidiocesana de São Paulo**. Caixa: Testamentos 05-01-06 Processos Gerais Antigos (1789-1805).

²⁸³ Neste ano, o casal Manoel e Lucácia, ele então com 40 anos e ela com 32, se encontravam no domicílio 66 junto com seus 4 filhos: Escolástica (10 anos), Bento (8), Manoel (5) e Antônio (de 3 anos). Já Isabel, estava domiciliada no fogo 141, na condição de chefe e com Antônia, agregada de 6 anos. Ver: **Lista Nominativa de Habitantes**. 1ª Cia, de Ordenança da vila de Curitiba, 1793.

feitura do testamento, e as memórias narradas ao tabelião frente aquelas testemunhas, parece denotar uma proximidade maior entre os escolhidos de Isabel. Até certo ponto, ainda que esticando as fronteiras da subjetividade, poderiam ser seus parentes, confidentes, amigos. Como nos indica Anne Vincent-Buffault,

A escolha de um amigo põe em jogo uma forma de verdade social em que desvela o valor intrínseco da pessoa, da qual o amigo prestaria testemunho. A amizade é a ocasião de fornecer uma representação lisonjeira de si mesmo: ela não pode subtrair ao olhar de uma boa sociedade sempre em busca de indivíduos que a compõem. É na relação complexa entre o público e o particular, entre o que se esconde e o que se mostra, entre o visível e o legível, que se formulam os problemas da amizade.²⁸⁴

Mas então, o que saberiam (ou não) sobre o passado de Isabel que, no fim de sua vida, revelaria à público? Chamá-los reestabeleceria suas redes de influência ou laços de resistência? Que 'memórias de si' aquela mulher procurou resgatar?

Isabel Fernandes Buena, como outros testamenteiros e testamenteiras, iniciou suas últimas vontades com os cuidados pios. Ciente da necessidade de requerer às deidades do Evangelho as diligências com sua alma, reconheceu-se primeiramente como verdadeira cristã católica. Pediu encomendas à Santíssima Trindade e solicitou à Nossa Senhora, a Santa de seu nome, aos Arcanjos Miguel e Gabriel, ao seu Anjo da Guarda e a todos os santos e santas da corte celeste, que intercedessem quando deste mundo partisse. Tinha plena consciência da necessidade e esperança de salvar sua alma.

Ancorada num universo cujo estilo barroco poderia ser observado na pompa que acompanhava todas as etapas do morrer,²⁸⁵ Isabel desejou que

²⁸⁴ VINCENT-BUFFAULD, Anne. **Da amizade:** uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. P. 63.

²⁸⁵ Sobre o estilo barroco e suas influências na sociedade colonial, ver: MARAVALL, José Antonio. **A cultura do Barroco:** análise de uma estrutura histórica. São Paulo: Edusp,

seu corpo fosse conduzido para a vila de Curitiba para ser sepultada na capela da 'Venerável Ordem Terceira' de São Francisco, assim como amortalhada no mesmo hábito, seguida de missas de corpo presente e assistida pelos mais sacerdotes que se achassem. Seguiu assim, ao que a historiografia apresenta, as premissas do testamento tendo em vista dificuldades de salvar a alma:

Ter uma 'boa morte', encaminhando bem o destino da alma, demandava trabalho, tanto do próprio quanto de outros, com diversos mecanismos de salvação: redação de testamento, sacramentos ministrados em vida, mortalhas específicas, cortejos, lugares do enterramento e, após 'a alma sair deste mundo', missas de corpo presente e outras, distribuídas conforme as posses da família do falecido e fiscalizadas por testadores e juízes competentes.²⁸⁶

Para além das perspectivas religiosas, seguiu Isabel a narrar sua fórmula notarial, mas demonstrando argumentos de ato individual: declarava ser moradora do bairro do Campo Largo, freguesia de São José, distrito da vila de Curitiba, e filha legítima do capitão Amador Bueno da Rocha e de sua mulher Maria Leme da Costa, ambos já falecidos.²⁸⁷ Tanto a linhagem paterna quanto materna, ancoravam-se dentre as chamadas "Famílias Tronco" do Paraná, enraizados enquanto sertanistas paulistas, signatários da ata de elevação de Curitiba à vila, diretamente ligados às

1997. ; JANCSÓ, István; KANTOR, Íris. (Orgs.). **Festa:** cultura e sociabilidade na América portuguesa. Volumes I e II. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2001.

²⁸⁶ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento:** fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Pp. 265-266.

²⁸⁷ Segundo o genealogista Francisco Negrão, todos "*moradores de São José dos Pinhais. Elle falleceu a 20 de Agosto de 1772 e ella em 9 de Maio de 1750*". Cf. NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. Vol. IV. Título Matheus Leme. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná. Versão fac-similar de 1929. P. 217. Em conformidade com os **Assentos Paroquiais de Casamento de Curitiba**, casaram-se no 26 de novembro de 1744, na Capela de Bom Jesus do Perdão, pela manhã. Tiveram como testemunhas Paulo da Rocha Dantas e Domingos Ribeiro da Silva. Cf.: Livro 1, folha 81 verso.

justiças locais pois circulavam em cargos na câmara; eram sesmeiros e possuidores de escravaria tanto africana quanto indígena administrada; intrépidos faiscadores de ouro da região.²⁸⁸

Seu pai, o capitão Amador, reconhecido 'homem bom', foi figura frequente na câmara de Curitiba, tendo sido indicado três vezes como eleitor, entre 1735-1765, sendo eleito em todas as vezes da consulta pública. Ademais, atuou como juiz ordinário em cinco oportunidades (em 1728, 1736, 1750, 1754 e 1757).²⁸⁹ De seu matrimônio com Maria Leme, tiveram 4 filhos: Antonio Bueno da Rocha, nascido em 1745²⁹⁰; Maria Bueno da Rocha (casada com Paulo da Rocha Dantas)²⁹¹; nossa Isabel Fernandes Bueno, batizada a 20 de maio de 1750; e Manoel Bueno da Rocha (casado

²⁸⁸ **Id.** Capitão Amador Bueno da Rocha: "*Filho do Capitão Antonio Bueno da Veiga, natural de S. Paulo, e de sua mulher Izabel Fernandes da Rocha, falecida com testamento em Curityba em 1717; neto pela parte materna de Antonio Bicudo Camacho e de sua mulher Maria da Rocha.*" Já Maria Leme da Costa (ou de Jesus), era filha de Dionísia Leme da Silva, neta materna de Maria Leme da Silva casada em Curitiba com o Capitão Manoel Picam de Carvalho, aos 27 de julho de 1683. Por parte de pai, Maria descendia do Capitão Povoador de Curitiba, Matheus Martins Leme e de sua mulher Antonia de Góes. Segundo Negrão, Carvalho "*foi um dos povoadores de Curityba, homem de valor, filho do Capitão Manoel Picam de Carvalho e de sua mulher Anna Maria Bicudo; por esta, neto do Capitão Garcia Rodrigues Velho, descobridor de ouro em Curityba, e de sua mulher Izabel Bicudo de Mendonça; estes foram moradores em Paranaguá, depois passaram para Curityba.*" Pp. 204-210.

²⁸⁹ SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos. Os homens-bons vão às urnas. In: CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello Pereira. (Orgs.) **Curitiba e seus homens-bons**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2011. Pp. 32-45.

²⁹⁰ Vale notar que Antonio Bueno da Rocha aparece domiciliado no fogo 44 na Lista Nominativa de Habitantes de São Jose, bairro de Campo Largo, no ano de 1783, com 37 anos. Não há a indicação de esposa, mas Veríssima da Veiga, de 28 anos, está presente assim como o filho João (13 anos) e Maria (de 2 anos). Há ainda dois escravos naquele espaço habitacional. Cf.: **Lista Nominativa de Habitantes**. 1ª Cia, de Ordenança da vila de Curitiba, 1783.

²⁹¹ Ambos também estão domiciliados, em 1783, no bairro de Campo Largo. Com 36 anos cada, o casal já tem 4 de seus 6 filhos vindouros, assim como a presença de 5 escravos no fogo de número 47. Já no ano de 1793, o casal está habitando o domicílio de número 40, no bairro do Bromado, com seus 6 filhos. Esta lista não contempla o número de escravizados no plantel. Cf.: **Lista Nominativa de Habitantes**. 1ª Cia, de Ordenança da vila de Curitiba, 83 e 1793.

em primeiras núpcias com Gertrudes Antônia Moreira, e em segundas com Luiza Ignacia de Jesus)^{292,293}

Isabel não era a caçula e, a exceção do primogênito Antônio que não conseguimos precisar, seus outros irmãos valeram-se do esteio familiar para casarem-se entre iguais, sobretudo com reinóis ou descendentes de portugueses.

Entretanto, no momento de testar suas últimas vontades, declarou que era solteira e que nunca foi casada. Ao que demonstra a documentação levantada, aqueles indivíduos que não se casaram, fosse por opção ou pelos desígnios do infortunado mercado matrimonial, também tomavam parte entre os testadores.

Obviamente que a maioria eram aqueles que tinham passado pelo menos uma vez junto ao altar, recebendo às bênçãos sacerdotais ao sagrado sacramento que permitia a união formal de casais. Nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707, o matrimônio enquanto matéria sacramental de domínio dos corpos era ordenado para se cumprir três finalidades, além de servir como "*remédio da concupiscência*": "*propagação humana*", "*fé e lealdade*" entre os cônjuges e a "*inseparabilidade*" do casal.²⁹⁴ Como vimos no primeiro capítulo desta investigação doutoral, amplamente discutido pela historiografia, o casamento permaneceu como um negócio familiar, um contrato que construía redes de aliança e solidariedade econômica, política e social entre grupos. Nesse sentido, gerar descendência promovia o elo que encadearia outras uniões e, por consequência, o curso genealógico que ordenaria diversas trajetórias familiares e múltiplas estratégias de sobrevivência.

²⁹² Manoel encontra-se, em 1783, junto ao domicílio 14, no bairro do Areal, em São José. Na qualidade de viúvo, vivendo com suas filhas Francisca e Coleta (de 8 e 5 anos), juntamente com 7 escravizados. Cf.: **Lista Nominativa de Habitantes**. 1ª Cia, de Ordenança da vila de Curitiba, 1783.

²⁹³ **Op. Cit.** Negrão. Pp. 217-218.

²⁹⁴ CPAB. Título LXVIII.

Entretanto, alguns dos testadores não tiveram progenitura; outros, a tiveram ao largo da sacramentalização do casamento e/ou, ainda, junto a uniões consensuais. E isso, obviamente, acarretou escolhas quanto aos beneficiários de parte do patrimônio.

Interessante notar que, no caso de Isabel Fernandes Bueno, ainda que declarando-se solteira, revelou que

no estado [que] me acho solteira, ter três filhos e uma filha, a saber que ocultamente foram expostos. Que por nomes são: Francisco, este foi exposto em casa de Maria das Neves, e lá se criou aonde se acha; Fellisberto, foi exposto em casa de Escolástica Maria, e lá se acha; e Manoel, exposto em casa de Jozé da Rocha Dantas, e onde se criou e lá se acha; e Antonia, exposta em casa de Bento de Freitas, que depois de passados tempos, procurei por meios ocultos e a recebi para minha companhia aonde se acha.²⁹⁵

Vivendo como chefe de domicílio até onde pudemos cotejar, Isabel Fernandes expôs 3 filhos e 1 filha, indicando inclusive os domicílios receptores. Ainda, conseguiu buscar a filha para viver consigo, o que é possível verificar na Lista Nominativa de 1793, onde Antonia aparece como agregada, com 6 anos. Sua mãe, agora declarada, tinha à época 40 anos. Ao reconhecer sua prole, os instituiu como legítimos e universais herdeiros, reiterando que todos tinham menos de 25 anos.

A preocupação com o reconhecimento de filhos e filhas naturais também foi a tônica de outros testadores e testadoras dos sertões curitibanos. Dentre os fragmentos de seus testemunhos de si, o sargento-mór Jerônimo Veiga da Cunha, em 1745, declarava ser casado com Ana da Cunha de Abreu, na forma do Sagrado Concílio Tridentino, tendo o casal 6 filhos: 1 homem e 5 mulheres. Reconhecendo-os como seus legatários necessários, reservou a terça parte de seus bens, após a meação,

²⁹⁵ Testamento e auto de contas da testamentária de Isabel Fernandes Buena (1799). **Arquivo Metropolitano Dom Leopoldo Duarte, da Mitra Arquidiocesana de São Paulo**. Caixa: Testamentos 05-01-06 Processos Gerais Antigos (1789-1805).

de esmola a meus filhos naturais a saber José, Veríssimo e Antonio, que será por três entre todos [os] três a minha terça que ficar, pagos meus legados e as minhas dividas. Declaro que lhe tenho dado a cada um deles sua espingarda pelos seus bons serviços que me tem feito; Declaro que deixo ao Cirilo forro com obrigação do [serviço] a meu filho Veríssimo e andar em sua companhia. A Ventura também deixo forro mas com obrigação de andar na companhia de meu filho Antonio, ou Veríssimo, ou José, qual deles ele quiser, já sem administrador. Os mais todos ficam na administração de minha mulher que os ajuntará [...] como os mais que possui nesta Vila de Curitiba.²⁹⁶

Fica claro, e neste caso distinto de Isabel, que havia uma interação entre os filhos naturais e o pai – talvez maior em função da faixa etária da filiação –, uma vez que a lembrança de suas presenças no ato do testamento, talvez não se tornasse um embaraço quanto à moralidade frente a ilegitimidade. Naquela sociedade em que os signos da bastardia se faziam presente, como bem aponta a historiografia,²⁹⁷ aquele sargento-mór poderia almejar, por um lado, reiterar suas fragilidades da carne ao ter sob si os cuidados com seu traspasse; mas ainda, de modo prático, prover aqueles filhos com os quais tinha proximidade e ações de reciprocidade.

²⁹⁶ Testamento e auto de contas da testamentária de Jerônimo da Veiga Cunha (1745). **Arquivo Metropolitano Dom Leopoldo Duarte, da Mitra Arquidiocesana de São Paulo**. Caixa: Testamentos 05-01-06 Processos Gerais Antigos (1789-1805).

²⁹⁷ Ver: NADALIN, Sergio Odilon. Mães solteiras e categorias de ilegitimidade na sociedade colonial dos séculos XVIII e XIX. In: I Congresso Internacional de História: território, culturas e poderes, Universidade do Minho, Braga, 2005.; CAVAZZANI, André Luiz M. UM ESTUDO SOBRE A EXPOSIÇÃO E OS EXPOSTOS NA VILA DE NOSSA SENHORA DA LUZ DOS PINHAIS DE CURITIBA (Segunda metade do século XVIII). Dissertação de Mestrado. Programa de pós graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba : UFPR,2005.; GALVÃO, Rafael; Relações amorosas e ilegitimidade: formas de concubinato na sociedade curitibana (segunda metade do século XVIII). Dissertação de Mestrado. Programa de pós graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba : UFPR,2005.

PORTELA, Bruna Marina. **Gentio da terra, gentio da Guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana**. (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Curitiba, PR, 2014.

Armas e escravarias lhes serviriam de usufruto ao ofício e a própria distinção. Fato é que, quando do casamento de José da Veiga de Godoi, aos 19 de fevereiro de 1744, o padre Manoel Domingues Leitão não tarda em afirmar como pai, Jerônimo Veiga da Cunha. Interessante notar também a presença da mãe de José, a "*solteira bastarda*" Arcângela, natural da freguesia de Curitiba. Tal inserção não parece ter sido a marca de algo escandaloso naquela localidade, uma vez que o próprio padre aponta que ambos os pais dos noivos eram moradores reconhecidos da freguesia.²⁹⁸

Quando observamos o lado da noiva, notamos que a marca da ilegitimidade talvez não tenha marcado a trajetória de José da Veiga, ao menos para aquele enlace. Sua consorte, Sebastiana Rodrigues da Silva, era filha de Pantalião Rodrigues e sua esposa Ana Cardoso. Ele, 'homem-bom', atuou na câmara municipal enquanto vereador no ano de 1738.²⁹⁹ Era ainda proprietário de uma sesmaria de meia légua quadrada em Campo Largo, desde 1728, localizada entre as terras do sargento-mór Manoel Gonçalves de Aguiar (fazenda dos Carlos) e as terras de Eusébio Simões, fazendo divisa pelo rio Grande (Iguaçu) junto ao rio Itaqui.³⁰⁰ Por fim, é digno de nota ainda que, no assento de casamento, constam como testemunhas o capitão Amador Bueno da Rocha (pai de Isabel) e Manoel Soares da Silva.

Outra perspectiva que segue linha semelhante se dá no testamento do tenente-coronel Brás Domingues Veloso³⁰¹, um dos indivíduos de grande trânsito na localidade. Homem-bom, camarista de longo círculo de atuação política, teve o tenente-coronel o cargo de juiz nos anos de 1735,

²⁹⁸ Assentos Paroquiais de Casamento de Curitiba. Livro 01. Folhas 67 frente e 67 verso.

²⁹⁹ **Op. Cit.** FERREIRA, Rosângela. P. 44.

³⁰⁰ Sesmarias do AESP - Publicação, livro 18, folha 35.

³⁰¹ Testamento e auto de contas da testamentária de Brás Domingues Veloso (1774). **Arquivo Metropolitano Dom Leopoldo Duarte, da Mitra Arquidiocesana de São Paulo**. Caixa: Testamentos 05-01-06 Processos Gerais Antigos (1789-1805).

1743, 1748 e 1750.³⁰² Apresentava em suas declarações derradeiras que fora casado duas vezes, a primeira com Catarina Gonçalves Coutinha, tendo o casal 5 filhos; e a segunda união com Maria Paes de Jesus, em que tiveram apenas uma filha. Brás é extremamente cauteloso quanto as questões que envolveram suas bodas e partilhas de seus filhos, filhas e genros, resgatando pontualmente em testemunho, o que legou a cada um. Por exemplo,

Declaro que o dito meo genro Antonio Jose Teixeira dei em dote as terras aonde mora por que no rol se não declara os limites. São do aterrado que vai do Campo Largo para o seu sítio, até a encruzilhada do caminho de Pedro de Sousa que vai para Manoel Gonçalves; e da parte da Estrada Geral até sua capoeira da parte de João da Luz, servir-lhes de divisa o meio das terras =

Declaro que no rol de dote do dito meu genro Mathias Leite, lhe dava as terras do Rio Verde. Porque senão agradou delas, lhe dey em [ileg.] as terras do Itaqui que principiam do Capão da Areia até a Ilha Grande =

Declaro que dois de meus filhos, João [e] Francisco também estão inteirados às suas legítimas maternas. E o João, além da sua legítima, está morando nas terras do Itaqui com as quais deve entrar com a colação para iguais partilhas entre os mais =³⁰³

Entre outras proposições, vemos que o memorial do tenente-coronel serve muito de amparo para as questões práticas que se fizeram, ou precisaram ser feitas, com a distribuição e acerto de contas do cabedal, aliás, de grande monta. Em outros momentos da vida, novos trajetos são delineados: nota-se a ponderada solicitação a seus filhos legítimos em detrimento de sua filha natural, Maria. Ao relatar esta exposição, no último

³⁰² **Op. Cit.** FERREIRA, Rosângela. P. 43.

³⁰³ **Op. Cit.** Testamento e auto de contas da testamentária de Brás Domingues Veloso (1774).

parágrafo do testamento, Veloso chama a atenção para tal lembrança mas a apresenta em tons meramente processuais. Vejamos:

Declaro que casei uma engeitada por nome Maria de José, que criei em casa com Plácido de Góes Bonete. Lhe dei por esmola um lugar para [ileg.] sítio no Rio Verde. Rogo a meus herdeiros que por coisa de tão pouca entidade não movam contendas destes, hajam esta esmola por bem [que] sirva.³⁰⁴

Esta é outra marca da intencionalidade da fonte ao se reconhecer suas 'escritas de si': a alternância entre o formalismo do documento com as memórias das negociações entre os descendentes. Algo que revela meandros de sua 'consciência histórica', de sua historicidade, de sua condição humana, variando nas formas de apreensão de sentido à experiência temporal. De acordo com Jörn Rüsen, um fenômeno cuja prática pode ser entendida como

(...) a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.³⁰⁵

Ou seja, é o sentido da experiência do tempo que constitui tal consciência, a multiplicidade de pontos de vista e as possibilidades de decisões e encaminhamentos sobre determinados objetivos. Mas ao mesmo tempo, que assegurem refletir sobre fenômenos que também "*não são intencionais, que não são subjetivos, mas que são naturais e portanto sofridos, sendo a morte o exemplo mais significativo.*"³⁰⁶

³⁰⁴ **Id.**

³⁰⁵ RUSEN, Jörn. **Razão histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2001, p. 57.

³⁰⁶ CERRI, Luis Fernando. **Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História**. Revista de História Regional. Goiânia/GO, v. 6, n.2, Pp. 93-112, 2001. P. 101

Dois exemplos podem ser bem representativos quanto a esta questão, que tangenciam tanto a experiência do reconhecimento de descendentes, quanto momentos específicos de vivências que deveriam ser narradas ao final da vida. O primeiro é de Paranaguá, o que alarga um pouco nossas balizas espaciais, mas aponta para uma perspicaz narrativa. Nela, Inácia Maria Botelha revela em seu testamento, escrito em 1803, que era natural da cidade de São Paulo e filha legítima de Domingos Botelho Mosqueira e de sua mulher 'Dona' Mariana do Rosário. Declarou, todavia, que foi nulamente casada com o capitão Antônio Francisco de Oliveira, tratando,

por conselho do Confessor de divorciar-me, correndo sobre essa matéria pleito e foi julgada na Cidade de São Paulo pelo Reverendo Vigário Geral. Nulo o meu matrimônio, mandando que cada um de nós podem tomar o estado que lhe parecesse, saindo cada um com o que havia entrado.³⁰⁷

Este seria um fato que, se não incomum, também não era a tônica daquele corpo social. Maria Beatriz Nizza da Silva apresentava um volume de 221 processos conservados no Arquivo da Cúria de São Paulo que apresentavam casos de dissolução da união matrimonial, entre 1700 a 1822.³⁰⁸ Entre algumas possibilidades que poderia fazer com que houvesse a separação dos consortes, preconizada pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, as queixas mais frequentes das mulheres quanto a seus maridos referiam-se a sevícias e adultério.

No caso de Inácia, alguns sinais apontam para uma convivência permeada de dissabores, quando da coabitação. Declarou que o então marido, *"no tempo do predito divórcio consumiu tudo quanto havia em casa,*

³⁰⁷ Testamento e auto de contas da testamentária de Inácia Maria Botelha (1803). **Arquivo Metropolitano Dom Leopoldo Duarte, da Mitra Arquidiocesana de São Paulo.** Paranaguá. Processos Gerais Antigos (1725-1818).

³⁰⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistemas de casamento no Brasil colônia.** Paulo : TA Queiroz/Edusp , 1984. P. 211

assim de trastes como casas e escravos, ficando eu sem coisa alguma. E jamais recebi o que levei da casa de meus pais".³⁰⁹ Mas seu testemunho vai além ao apresentar diferentes temporalidades em sua narrativa. Se o "antes" foi definido pela anulação do casamento e a ruína do cabedal, o "hoje" retrata uma racionalidade positiva: "*Declaro que hoje possuo alguns bens que a minha agência tem adquirido, de cujos bens disponho na forma seguinte*".³¹⁰ Dentre o patrimônio que dispõem está uma escravizada de nome Eugênia que, por ter cuidado de Inácia quando esta se encontrava com moléstias, a libertava do cativo.

Outro longo destaque que faz a testadora em suas últimas vontades diz respeito ao reconhecimento de que um moço que morava consigo, era de fato seu filho.

*Declaro que tenho em minha companhia um moço chamado Manoel de Jesus, o qual por desencargo da minha consciência declaro que sempre foi meu filho [cor.] Digo que exposto [cor. + - 4 pal.] em casa de Maria [cor. + - 3 pal.] foi por que assim era preciso a minha honra, mas hoje declaro a verdade por que venho dar contas a Deus e reconheço que ele [é] meu único e verdadeiro herdeiro. E como tal o constituo de todos os meus bens que possuo por não ter mais filhos do que o dito acima declarado. Declaro que [desde] dezessete de maio do presente ano por [ileg.] de algumas pessoas [ileg.] uma escritura nos ritos em que for do [cor.] ao dito meu filho de todos os meus bens exceto a rapariga. E por ser esta escritura passada em presença de várias pessoas, declarei ao dito meu filho por exposto sem dizer que era verdadeiro filho. E quero que aquela declaração lhe não possa em tempo algum fazer-lhe mal, ao verdadeiro domínio que tem e deve ter nos meus bens, por que agora neste meu testamento é que declaro.*³¹¹

³⁰⁹ **Op. Cit.** Testamento e auto de contas da testamentária de Inácia Maria Botelha (1803).

³¹⁰ **Id.**

³¹¹ **Id.**

Quais os dramas existiram nesta relação entre mãe e filho? Em que conjunções a noção de honra teve que ser colocada em princípio uma vez que suas memórias denotam uma preocupação que revelam não somente aspectos da trama social, mas também as brechas utilizadas por Inácia para ter seu filho, sob sua guarda? São estas perspectivas relacionais que dão ênfase ao processo das escritas de si, uma vez que podemos reformular a o elo que conecta as normas e os comportamentos. Como expressa Simona Cerutti, há uma certa imagem da vida social regulada por normas exteriores que suscitam a compreensão de um comportamento individual enquanto expressão de adesão ou de recusa dessas normas. Não obstante, opõem-se

uma concepção muito menos linear mas bem mais rica da relação existente entre indivíduo e o mundo circundante. O indivíduo [com isso] pode ser visto como um ser racional e social que persegue objetivos; as regras e os limites impostos às suas próprias capacidades de escolha estão essencialmente inscritos nas relações sociais que ele mantém. Eles se situam portanto na rede de obrigações, de expectativas, de reciprocidades, que caracteriza a vida social. Numa tal perspectiva, o centro da análise será constituído pelo próprio processo social – e portanto pelas interações individuais nos diferentes contextos sociais – e não apenas pelas instituições. Das estruturas e das instituições, a atenção se desloca [assim] para os processos e as interações.³¹²

O segundo caso que reitera este esforço interpretativo se verifica no testamento do português Sebastião Cardoso Serpa, de 1789. Natural da Freguesia de Santo Antonio da Ilha do Pico, era filho legítimo de Francisco Dutra Serpa e de sua mulher Catharina Graça (ambos falecidos). Por suas dívidas, vemos possivelmente que ele era um tropeiro ou pequeno negociante de gado. Tinha ainda um 'negócio de solas' com Antônio Teixeira

³¹² CERUTTI, Simona. Processos e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVIII. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. P. 189.

Alvares e seus vínculos profissionais denotam relações profissionais com intermediários sociais do comércio de circulação de rezes.

Ao declarar em suas derradeiras vontades que nunca fora casado, fez questão de reiterar:

porém morando eu a mais de vinte anos no Rio Grande de Minas Comarca do Rio das Mortes, Antonia Pereira, que vivia de uma venda ou casa de pasto, tendo vários filhos, um chamado Manoel Cardoso e outra chamada Felícia Pereira, disse ela serem meus filhos, o que poderia ser mas eu ignoro [que] sejam por que ela moraria em sua casa com liberdade da sua comum vida: E eu andava de viagens, sem assistência confinada no mesmo Arraial; e nesta villa tive um filho por nome João, havido de Maria, solteira, escrava do capitão Manoel Gonçalves Guimarães. E por estar capacitado de que é meo filho, tinha pedido ao capitão-mór desta Vila, negociasse a alforria dele com seu Senhor, o qual lhe sigilou estar forro. E que no [refere] não havia ter dúvida comigo. E por ter andado ausente não concluímos esse [cor.] porém, e caso eu morra antes disso, confio [que] ele fará como tinha prometido. E este caso sobre alguma coisa dos meus poucos bens é [de] meu herdeiro como serão os outros se mostrarem por direito que devem ser.³¹³

Todos estes pequenos fragmentos narrados em testamento não têm como ambição revelar uma essência única dos modos de vida daquele ambiente colonial. Sua força está, justamente, na permanência particular e fragmentada de suas interpretações.

Por fim, este cenário multifacetado nos permite agora buscar compreender a trajetória de Isabel Fernandes Buena que ensejou este capítulo. Retomemos. Cabe enquanto questionamento: por que Isabel não se casou? Seu local social permitia um acesso distinto dentro da esfera da 'arraia miúda' daquela pequena localidade, assim como ocorreu com seus irmãos, haja vista sua ascendência formada em grande medida por

³¹³ Testamento e auto de contas da testamentária de Sebastião Cardoso Serpa (1789).

membros distintos e reconhecidos da vila. Contudo, como vimos, manter-se solteira não a impediu de viver sua vida, de fazer suas escolhas.

Enquanto excerto de uma memória de si, temos uma percepção do horizonte social dos atores com os quais convivia e onde interagia. Isabel nos relatou que era participante da Irmandade da Ordem Terceira de Curitiba; indicou ainda, entre suas posses, ser a 'Dona' de 13 escravizados, número que a denotava como de alto cabedal para a localidade do Bairro de Campo Largo, Freguesia de São José, distrito onde morava. Tendo nascida em maio de 1750, indicação do mesmo ano de falecimento de sua mãe, Isabel viveu com o pai até 1772, quando este então morreu. Logo, constitui sua vida adulta ao largo dos irmãos e irmãs, embora a irmã e genros também morassem no mesmo bairro. Há que se aventurar a supor que os anos que se seguiram, além de possivelmente chefiar o domicílio com sua escravaria, foram aqueles em que constituiu suas relações que lhe promoveram a prole reconhecida apenas em suas últimas vontades.

Se sob a égide do escândalo ou quiçá de uma aceitação local, difícil saber. Mas questiona-se até que ponto é possível identificar um desejo pelo não casamento, fosse por força individual ou parte familiar. Recordando três alguns adágios portugueses de época, vislumbramos possibilidades do estabelecimento (ou não) dos laços matrimoniais:

“Casa o filho quando quiseres, & a filha quando puderes”;

“Mãy, que cousa he casar? Filha, fiar, parir, & chorar.”;

Ou, por fim, “*Tiue fermosura, & nam tiue ventura*”.

Com relação às mulheres testadoras, novos estudos demonstram que, se os modelos ideias de conduta feminina – cristalizados na Idade Média – antes construíram na América portuguesa colonial a imagem monolítica da mulher enclausurada, submissa e religiosa, nossos casos – em consonância com a historiografia – indicam que o universo feminino foi mais complexo do que os estudos demonstravam. Os testamentos possibilitaram reconhecer os espaços de ação e a sociabilidade da mulher

nos sertões de Curitiba, uma vez que seus desígnios implementam ações na Família, na Igreja, nos negócios tanto 'portas adentro' quanto 'portas a fora'.

Revisitamos, por fim, as inquietações de Giovanni Levi ao afirmar que

nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação, ou de interpretação das regras, de negociação. (...) A importância da biografia é permitir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, sendo este considerado não mais o resultado exclusivo de um desacordo entre regras e práticas, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis entre as próprias normas, incoerências que autorizam a multiplicação e a diversificação das práticas.³¹⁴

³¹⁴ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral.** - 8a edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, Pp. 179-180.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso que tratamos acima tenta servir de perspectiva do que se almejou nesta tese: observar que uma vida pode ser feita de várias outras vidas. Havia sim estratégias individuais e familiares que puderam ser acompanhadas nas múltiplas possibilidades que um lugar ao Sul poderia oferecer. Fosse nos caminhos ideais de nobilitação pautados nos bons acessos a casamentos hipergâmicos; nas redes parentais que ampliavam ou continham os laços necessários de *status* e pertença local; ou ainda nas lógicas patrimonialistas que se cercavam no esteio fundiário em momentos chave da expansão nas fronteiras meridionais, lá estavam os caminhos (em tese) a se galgar.

Contudo, ao olhar as pequenas trajetórias elencadas, viu-se que ra uma vivência que possibilitava uma expectativa futura, que demonstrava não apenas uma consciência limitada das ações, mas práticas pensadas, almejadas e assumidas no percurso da vida. E, ademais, não eram escolhas assertivas ou que delineasse um caminho ideal do viver. Fossem nas demandas individuais, nas pequenas reflexões do dia a dia, nas escolhas e projetos familiares aos filhos, netos, sobrinhos e afilhados, havia no fundo – como observamos nos testamentos – o reconhecimento que evocava uma coragem de ser imperfeito. De errar, de refletir sobre os caminhos traçados, de (tentar) voltar atrás.

Ao largo das escolhas nobilitantes, homens e mulheres tinham motivações que definiam momentaneamente (as vezes para toda a vida), os percursos de suas trajetórias. O próprio balanço da existência, na hora de deparar-se com a finitude da caminhada, reitera que os indivíduos têm diferentes visões do passado e do futuro, em momentos chave das etapas da vida: um casamento não realizado, um litígio em família, uma ida ao sertão em busca de algo melhor e que, pelas agruras da existência, não teve retorno. Uma singela pincelada num propósito que indicamos como o

fazer-se da consciência histórica daquelas personagens. Suas experiências transformadas pela ação.

Por óbvio, temos apenas pequenos cacos coloridos de um mosaico maior do espaço vivido. Mensurar a distância dos fatos observáveis, à luz de quadros teórico metodológicos, permite que pincemos da malha da social as trajetórias de homens e mulheres naqueles sertões de Curitiba. Num primeiro momento, visualizamos os meandros de uma sociedade que, à primeira vista, pautava-se nos traços distintivos e descortinava uma sociedade tanto hierárquica e ordenada, quanto com inúmeras brechas para galgar mobilidade social. Tantos mecanismos de acumulação, mediados ou não pelo elo político, mas que gerava diferentes oportunidades entre os indivíduos coloniais. E aqueles homens e mulheres refletiam sobre suas possibilidades que aquele ambiente oportunizava, não somente para si, mas para gerações. De acordo com Giovanni Levi,

o discurso sobre a estratificação social não pode, portanto, ficar limitado às dimensões das propriedades e nos conduz à compreensão de estratégias familiares complexas, sobre as quais funcionavam mecanismos fatais, que filtravam o sucesso e o insucesso, a sobrevivência e o desaparecimento.³¹⁵

E foi possível, a partir de uma informação aqui, outra acolá, observar as sociabilidades desenvolvidas pelos indivíduos e perceber, como a historiografia revisita, que havia um jogo complexo de (des)equilíbrio, na qual se interpenetravam diferentes estratégias para alçar notoriedade no seio da sociedade.

Ainda que metodologicamente pensada em termos de 'um caminho ideal', só reafirmou a não existência de uma formação social única nos trópicos. Por mais que os os ideais de nobilitação estivessem presentes,

³¹⁵ LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, p. 96.

vários por sinal, pequenas localidades em fase de construção de suas hierarquias conferiam novas tonalidades aos esteios distintivos.

Viu-se que uma sociedade de pequena monta como a vila de Curitiba, onde as relações (políticas, religiosas, econômicas) deveriam se dar no face a face, revelava ainda um viver rústico, característico da área paulista, em que vislumbravam o passado das minas em relação ao maior requinte material com as possibilidades agro pastoris.

Enfim, reconstruímos a partir de um arcabouço (auto)biográfico, cenas de experiências vividas: uma avó projetando encaminhar um neto no noviçado; casamentos e expectativas realizadas; um tio necessitando de familiares para projetar-se nas fímbrias da hierarquia; bastardos luzidos em confronto com astutos funcionários régio; vassallos do rei agindo de forma personalista no trato da coisa pública; mães que choraram, pais que não voltaram, manobras de filhos contra pais, pais contra filhos, decisões em desacordo com a lógica do grupo, todas trazendo a tona outras estratégias passíveis de serem interpretadas como escolhas racionais mesmo 'dando errado'. Enfim, não há ninguém sem dor.

Entre os mais diversos percursos teórico metodológicos pelos quais as narrativas do passado foram trazidas à tona, por muito preocupou-se mais sobre as necessidades dos indivíduos e menos sobre suas possibilidades na agência dos cenários de suas experiências. Mas entre tristezas e alegrias, captadas no limite da intencionalidade das fontes, temos a vida: repleta de desafios, (re)definindo comportamentos, e impulsionando um mosaico sem fim de perspectivas analíticas.

ANEXOS

Quadro 2 - Sesmarias no "Paraná", séculos XVII-XVIII

Nome	Data	Localidade	Localização e Vizinhança	Tamanho (Léguas)
Diogo de Unhate	09/07/1614	Litoral - Paranaguá	Entre as barras do Ararapira e do Superagui	1 x 2
Mateus Luiz Grou	12/12/1639	Campos de Curitiba - Almirante Tamandaré	Nas proximidades do ribeiro Jurugui-mirim	1/2 X 1/2
Bartolomeu de Torales	01/01/1648	Litoral	Barra do Itaipava (Jacareí)	1/2 X 1/2
Antonio de Leão	01/01/1649	Litoral	À margem do rio Nhundiaquara defronte a ilha de Guarapirocabá (Teixeira)	1/2 X 1/2
Manoel Duarte	03/10/1649	Litoral	Em frente à ilha de Guarapirocabá (Teixeira)	1/2 X 1/2
Pedro de Uzeda	03/11/1649	Litoral	Em frente à ilha de Guarapirocabá (Teixeira), partindo com terras de Antônio de Leão	1/2 X 1/2
Baltazar Carrasco dos Reis	29/06/1661	Campos de Curitiba - Barigui	Na paragem Barigui até onde acabavam as terras de Mateus Martins Leme	1/2 X 1
Manoel Dias Velho	11/10/1665	Litoral - Porto de Cima	No rio Nhundiaquara, no porto do Inferno (hoje Porto de Cima)	1/2 X 1/2
João Veloso de Miranda	01/01/1668	Litoral - Paranaguá	Ilha da Cotinga inteira e Ilha Rasa da Cotinga	Ilha
Domingos Rodrigues da Cunha e seus filhos Luis e Garcia Rodrigues Velho ou da Cunha	26/11/1668	Campos de Curitiba - Araucária	Localizada no Barigui, começando das terras de Luis de Góis (vide n. 14) até os campos de Apiauna (Passa Una) e o Rio Grande (Iguaçu). Região conhecida como Tindiquera (atual Araucária)	1 X 1
João de Carvalho Pinto	01/01/1668	Campos de Curitiba - Araucária	Localizada entre Apiauna (Passa Una) e os matos de Curirihó vizinha ao Mariguy (Barigui).	1/2 X 1/2
Mateus Martins Leme	01/09/1668	Campos de Curitiba - Barigui	Às margens do rio Barigui próximo as terras de Baltazar Carrasco dos Reis (vide n. 10)	1/2 X 1
Luis de Góis	01/12/1668	Campos de Curitiba - Araucária	Localizada abaixo do rio Barigui até os campos de Apiauna (Passa Una). Região conhecida como Tindiquera (atual Araucária).	1/2 X 1/2

João da Gama e Gregório Pereira	09/11/1674	Litoral - Paranaguá	Junto ao rio Guaraguassú de Paranaguá	1/2 X 1/2
Antonio Martins Leme	01/01/1674	Campos de Curitiba	Localizada entre o rio Palmital e o Itatiba (Atuba)	1/2 X 1/2
João Rodrigues Side ou Cid	19/03/1681	Campos de Curitiba - Cajuru	Localizada no Cajurú, partindo com as terras do seu irmão Antonio Rodrigues Side	1/2 X 1/2
José Martins Leme	01/01/1681	Campos de Curitiba - Campo Largo	Localizada na Campina D. Rodrigo no atual Município de Campo Largo, no vale do rio Passa Una.	1/2 X 1/2
Manoel Soares	23/04/1683	Campos de Curitiba	Localizada no rio Passa Una, vizinha da sesmaria de Jo'se Martins Leme (vide n. 17), na Campina onde acampou Dom Rodrigo del Castelo Branco até as terras de Domingos Rodrigues da Cunha (vide n. 11) e Luis de Góis (vide n. 14)	1/2 X 1/2
José Pereira y Quevedo	25/12/1691	Campos de Curitiba	Localizada onde terminava a sesmaria do Cap. Antonio Martins Leme (vide n. 15) e Paulo Leme da Costa.	1/2 X 1
Guilherme Dias Cortes	01/01/1695	Campos de Curitiba - Araucária	Localizada entre os rios Barigú e Passa Una	1/2 X 1/2
João Rodrigues França	28/03/1703	Campos de Piraquara e Canguirí	Localizada entre o rio Palmital e Canguirí. Ficou conhecida como	1/2 X 1
Domingos da Silva Teixeira e Atanazio de Figueira Castelo Branco	13/07/1704	Litoral - Paranaguá	Localizada nas proximidades do rio Imboguassú, entesntando com as terras de Manoel Marins e Bartolomeu de Araujo e o sítio que foi de Antonio de Campo	1 X 1
João Rodrigues França	13/04/1704	Campos de Piraquara e Canguirí	Localizada entre o rio Palmital e o rio Currealinho. Ficou conhecida como Fazenda do Cristóvão.	1 X 1
A área delimitada entre Castro de Jaguariaíva foi requerida pelo Capitão Mór Pedro Taques de Almeida e seu clã familiar (total de 22 pessoas) em 19/03/1704. Ia do rio Jaguaricatú ao rio Iapó e desde até a paragem de Itaiacoca, junto ao rio Pitanguí, num total de aproximadamente 14 léguas quadradas. É a maior solicitação cletiva de sesmarias que encontramos no Paraná. Esta solicitação não foi aceita pela Coroa portuguesa. Os elementos da família obtiveram sesmarias, separadamente.	19/03/1704	Campos de Castro		14 X 14

Francisco Valente Pereira ou Ferreira e seu filho José Valente	07/08/1705	Campos de Curitiba - Áreas dependentes da Vila	Localizada na outra banda do rio Passa Una, correndo do rio Atuba até entestar com terras de Guilherme Dias Cortes (vide n. 20)	1 X 1
Salvador Antunes, Plácido de Góis, Francisco Nunes e João Ribeiro	01/02/1705	Campos de Curitiba - Áreas dependentes da Vila	Localizada na paragem do Barigui, rio abaixo para a barra do Passa Una até as terras de Baltazar Carrasco dos Reis (vide n. 10) e de Manoel Soares (vide n. 18)	1 X 1
Bento Pires Leme	28/09/1706	Campos de Curitiba - Áreas dependentes da Vila	Localizada no ribeirão de Passa una correndo rio abaixo até enestar com as terras de Guilherme Dias Cortes (Vide n. 20).	1/2 X 1
Baltazar Fernandes Leme	12/04/1706	Campos de Curitiba - Áreas dependentes da Vila	Localizada de leste a oeste pelo Rio Grande (Iguaçu) abaixo.	1 X 3
Capitão Mór Antonio Luiz Tigre	12/04/1706	Campo Largo	Localizada no rio Verde até a paragem do Capão da Índia, de leste para oeste até o rio Grande (Iguaçu). Conhecida como sesmaria do Rodeio do Itaquí.	1 X 3
Manoel Gonçalves de Aguiar	12/04/1706	Campo Largo	Localizada nas terras que chamavam de Capão da Índia, com divisas nas terras de Antonio Luiz Tigre (vide n. 77) e as Furnas do Purunã, entre o ribeirão do Rodeio e o rio das Mortes do Tamanduá. Foi posteriormente a Fazenda dos Carlos, vinculada a Nossa Senhora das Neves de Santos.	1 X 3
João Alves Martins	15/05/1707	Campos de Curitiba - Áreas dependentes da Vila	Localizada na paragem Tinguipura ou Tindiquera (Araucária) e barra do Passa Una.	1/2 X 1/2
Sebastião Alvares de Abreu (Vigário)	20/05/1707	Campos de Curitiba - Áreas dependentes da Vila	Vigário da Igreja Nossa Senhora da Luz de Curitiba. Localizada nas proximidades do Rio Grande (Iguaçu), correndo rio abaixo até a barra do Bariguitiba.	1/2 X 1/2
Manoel Alvares de Abreu	20/05/1707	Campos de São José dos Pinhais e Ambrósios	localizada nas proximidades do rio Grande (Iguaçu), rio abaixo até as serras de Sebastião Alvares de Abreu (vide n.50)	1 x 2
José Nicolau Lisboa	09/06/1708	Campos de Curitiba - Áreas dependentes da Vila	Localizada entre o rio Palmital e o rio Atuba.	1/2 X 1/2
Manoel Gonçalves da Cruz	24/03/1708	Campos de Palmeira	Localizada onde acabava as terras de Manoel Gonçalves de Aguiar no rio das Mortes do tamanduá, na chamada Fazenda dos Carlos, fazendo fundos do sul para o norte.	1 X 3
João Ribeiro do Vale	10/06/1709	Litoral - Paranaguá	Localizada na paragem chamada de "Ponte do Almeida", correndo rumo ao sul pelo sertão.	1/2 X 1/2
Sebastião Felix Bicudo	25/04/1709	Campos de São José dos Pinhais e Ambrósios	Localizada no distrito de São José dos Pinhais, nas proximidades do rio Guiramiranguataí (Miringuava) até cabeceiras do rio Guaratuba	2 X 1
Manoel José Alvares	13/01/1709	Campos de Piraquara e Canguirí	Localizada entre os rios Taquarí e Capivarí, fazendo testada de rio a rio e os fundos pelo rio abaixo.	1 1/2 X 1 1/2

Felipe Luiz	09/03/1709	Campos de Palmeira	Localizada onde terminavam as terras de Manoel Gonçalves da Cruz correndo rumo de leste a oeste e o sertão do norte ao sul.	1 X 3
André Cursino de Matos e João de Carvalho Pinto	01/01/1709	Campos de Curitiba - Áreas dependentes da Vila	Localizada na barra do ribeirão Passa Una correndo rio acima até o Rio Grande (Iguaçu) e o rio Barigui, onde João de Carvalho Pinto já possuía uma sesmaria (vide n. 12)	1 X 1
Antonio Rodrigues Domingues e seus filhos Mateus Costa e Ana Domingues	20/05/1710	Litoral - Morretes	Localizada entre as terras que foram do defunto Claudio Ramos e o rio onde mora o Padre João da Veiga (Rio do Pinto) até o rio do Cubatão.	1 X 3
Domingos Fernandes Grosso	06/08/1710	Campos de Curitiba - Áreas dependentes da Vila	Localizada na paragem do Arraial Queimado, antiga denominação de Bocaiuva, próxima aos rios Capivarí e Capivarí Assú. Esta sesmaria foi transferida para o padre Lucas Rodrigues França.	1/2 X 1
Manoel do Vale Porto	22/07/1710	Campos de Piraquara e Canguirí	localizada entre os rios Titaqui, Pequeno e Piraquara	1 X 3
Domingos Teixeira de Azevedo	07/05/1712	Litoral - Porto de Cima	Localizada no ribeirão acima de Curitiba, (rio do Pinto, porto do Padre Veiga) na paragem Itahupamirim, correndo rio abaixo. Neste local foi estabelecida a Fazenda Santa Ana de Itahupamirim.	1 x 2
Antonio de Brito	13/02/1712	Litoral - Caiobá	Localizada nas proximidades da serra de Caiobá, principiando nas terras de Francisco Rodrigues da Silva e Garcia Rodrigues Paes, próximo a Guaratuba.	1 X 1
José da Costa	05/08/1712	Campos de Curitiba - Áreas dependentes da Vila	Localizada entre a olaria do Rio Grande (Iguaçu), o Feital Grande e o rio Pequeno.	1 x 2
Gabriel Alves de Araujo	16/11/1712	Campos de São José dos Pinhais e Ambrósios	Localizada até a sesmaria de Sebastião Felix Bicudo (vide n. 63), correndo para as bandas da Serra do Mar, entre o rio Pequeno e o Rio Grande (Iguaçu). Antigamente a região era chamada de Arraial Grande.	1 X 1
Antonio Luiz Tigre	12/11/1712	Campo Largo	Segunda sesmaria obtida, localizada na paragem Campo Largo, partindo das terras obtidas anteriormente (vide n. 77) até entestar com as terras de Manoel Soares (vide n. 18), por estarem devolutas.	1 X 3
Manoel Vale do Porto	09/01/1713	Litoral - Antonina	Localizada na banda da Graciosa para o rio Curitibaíba, com o sertão que se achar, fazendo o mar da parte da ilha da Graciosa (hoje Corisco), até sua ponta que dobre para o rio Curitibaíba.	1/2 X 1
Martinho Teixeira	26/05/1713	Litoral - Porto de Cima	Localizada na paragem do ribeirão Itaopaba (Itupava) até a sesmaria de Domingos Teixeira de Azevedo (vide n.34)	1 X 1
Manoel do Vale Porto	17/03/1713	Campos de Piraquara e Canguirí	Localizada ao lado da sesmaria obtida anteriormente (vide n. 84), entre a Tapera do Alferes Bernardo da Silva, correndo rio Pequeno abaixo.	1/2 X 1/2

D. Isabel Maria da Cruz - Viúva do Sargento Mór José Tavares de Siqueira	31/08/1713	Campos de Ponta Grossa	Localizada da outra banda do rio Tibagi defronte dos campos que tem gado Domingos Teixeira de Azevedo.	1 X 1
Domingos Teixeira de Azevedo	04/09/1713	Campos de Ponta Grossa	Localizada na paragem Cahabajú (Cambijú), entre um lado e outro do rio Tibagi, próximo a Itaiacoca e as terras de D. Isabel Maria da Cruz (vide n. 99)	1 X 3
Bartolomeu Paes de Abreu, Martinho de Oliveira e Antonio Pinto Guedes	14/10/1713	Campos de Castro	Os suplicantes queriam fabricar de mão comum alguns currais e fazendas de gado nos campos localizados entre os rios Pitangui e Iapó. Obtiveram uma légua de terras em quadra para cada um.	3 X 3
José de Góes e Moraes e seus primos João Gonçalves Siqueira e João Pedroso Barros	18/10/1713	Campos de Castro		3 X 3
Antonio de Ramos	08/03/1716	Campos de Curitiba - Áreas dependentes da Vila	Localizada nas margens do rio Barigui	1/2 X 1/2
Gabriel Alves de Araujo	16/09/1716	Campos de São José dos Pinhais e Ambrósios	Outra sesmaria localizada junto à primeira, próxima ao rio Goramiringuava (Miringuava). Antigamente a região era chamada de Arraial Grande.	1/2 X 1/2
Manoel Gonçalves da Cruz	12/06/1716	Campos de Palmeira	Localizada junto as terras onde já possuía currais de gado (vide n. 87), fazendo fundos com o rio Tibagi.	1 1/2 X 1 1/2
D. Ana de Siqueira e Mendonça	04/09/1716	Campos de Ponta Grossa	Localizada na paragem Santa Cruz (atual Ponta Grossa) próximo a Cambijú e Itaiacoca, limitando-se com a sesmaria obtida por seu marido, Domingos Teixeira de Azevedo (vide n. 100)	1 X 3
Manoel Gonçalves de Siqueira ou Figueira	17/09/1716	Campos de Castro		1/2 X 1
Inacio Morato	09/11/1716	Campos de Castro		1 X 3
José Martins Leme	06/10/1716	Campos do Tibagi		1 X 1
Zacarias Dias Cortes	16/10/1716	Campos do Tibagi		1 1/2 X 1 1/2
Manoel de Lima Pereira	16/10/1716	Campos do Tibagi		1 1/2 X 1 1/2
Amaro de Miranda Coutinho	06/11/1718	Litoral - Paranaguá	Localizada na paragem chamada o Curral, pela estrada da Praia, partindo com terras do Capitão Antonio Ribeiro e de outra com o rio chamado Piraí-Guassu até a paragem de Piraí-que-mirim ou Piraizinho, junto a serra de Araraquara	1 x 2

Zacarais Dias Cortes e Manoel de Lima Pereira	05/08/1718	Campos do Tibagi		1 X 3
Antonio Bueno da Veiga	09/12/1719	Campos de São José dos Pinhais e Ambrósios	Localizada nos campos de Miringuava.	1/2 X 1
Bartolomeu Paes de Abreu	03/07/1719	Campos de Jaguariaíva		1 1/2 X 3
Alferes Antonio José Dias Novais e José de Almeida Leme	21/01/1721	Campos de Jaguariaíva		1 X 3
João Martins Leme	16/10/1722	Campos de Curitiba - Áreas dependentes da Vila	Localizada onde terminavam as terras do Concelho, fazendo testada pelo rio Barigui acima até os campos de Butiatuva e as terras do Capitão José Nicolau de Lisboa (vide n. 51)	1 X 1
Manoel Mendes Pereira	12/04/1722	Campos de Palmeira	Localizada abaixo da sesmaria do Cajurú de João Correia de Araujo (vide n. 89)	1 1/2 X 1 1/2
João Correia de Araujo	06/03/1723	Campos de Palmeira	Localizada no lugar chamado Cajurú, próximo ao rio Tibagi.	1 X 1
Manoel Mendes Pereira	18/02/1724	Campos de Palmeira	Localizada abaixo do sítio do Cajurú, limitando-se com a sesmaria que obtivera anteriormente (vide n. 90) onde já possuía casas de currais de gado.	1 1/2 X 1 1/2
Lourenço Castanho Taques	20/11/1724	Campos do Tibagi		1 X 3
José Medeiros Salvadores	27/06/1725	Campos de São José dos Pinhais e Ambrósios	Localizada no atual município de São José dos Pinhais, da outra banda do rio Grande (Iguaçu), entre o rio Miringuava e o rio da Cotia.	1 X 1
João de Almeida Lara e seu primo José de Góis e Moraes	11/06/1725	Campos de Ponta Grossa	Localizada da outra banda do rio Tibagi, próximo ao rio Imbituva, confrontando com os campos de Manoel Gomes Sueiro e a sesmaria de Francisco Hieronimo de Carvalho (vide n. 102)	1 X 1 1/2
Bartolomeu Paes de Abreu, Antonio Pinto Guedes e José de Goes e Moraes	06/02/1725	Campos de Castro		3 X 3
Antonio Pinto Guedes	07/06/1725	Campos de Castro		3 X 4 1/2
José Goes e Moraes	07/06/1725	Campos de Castro		1 X 3
Luiz Rodrigues Villares e Antonio Lopes Thomar	27/03/1725	Campos do Tibagi		2 X 3 1/2
Inacio Morato	15/11/1725	Campos do Tibagi		1 X 1 1/2

Francisco Rodrigues Penteado e Matheus de Matos	22/12/1725	Campos do Tibagi		1 X 3
Maximo de Goes e Siqueira e seu irmão Luiz Pedroso de Barros	11/05/1725	Campos de Jaguariaíva		1 X 3
Bernardo Alvares da Silva	03/02/1726	Litoral - Antonina	Localizada no rio de Cachoeira do Furado, João Rodrigues, rio acima, próximo ao rio Caacatú.	1 X 1
Francisco Hieronimo de Carvalho	13/03/1726	Campos de Ponta Grossa	Localizada onde faz barra o rio Monbetuva (Imbituva) com o rio Tibagí.	1 X 1
Antonio Pinto Guedes	27/01/1726	Campos de Castro		1 X 1
José Goes e Moraes	19/06/1726	Campos de Castro		1 x 2
Manoel da Rocha Carvalhais	03/04/1726	Campos de Castro		1 X 1 1/2
Diogo de Toledo Lara	22/06/1726	Campos do Tibagi		1 X 3
Jeronimo Veiga Cunha	26/02/1726	Campos do Tibagi		1 1/2 X 1 1/2
João Leite Penteado	04/07/1726	Campos de Jaguariaíva		1 X 3
Manoel Gonçalves de Aguiar	23/07/1726	Campos de Jaguariaíva		1 X 3
Bartolomeu Paes de Abreu e sua mulher D. Leonor de Siqueira Paes	25/06/1726	Campos de Jaguariaíva		1 X 3
Manoel Rodrigues Thomar	12/08/1727	Campos de Piraquara e Canguirí	localizada entre os rios Piraquara, Botiatuva e Curralinho. Conhecida mais tarde como Fazenda Botiatuva (Piraquara)	1 X 1
D. Ana de Siqueira e Mendonça	26/07/1727	Campos de Ponta Grossa	Viúva de Domingos Teixeira de Azevedo. Localizada onde já possuía seu primeiro curral, começando na paragem Tibagí, próximo a Itaiacoca, correndo pelo rio Verde até o Pitangui.	1 X 3
Padre José Rodrigues França	15/02/1727	Campos de Castro		1 X 1
Padre José Rodrigues França	15/09/1727	Campos de Castro		1 X 3
Manoel Gonçalves de Aguiar	06/10/1727	Campos do Tibagi		1 X 3

Padre Lourenço Leite Penteado	24/01/1727	Campos de Jaguariaíva		1 1/2 X 1 1/2
João da Veiga Siqueira	28/01/1728	Litoral - Paranaguá	Localizada na praia que vai para Guaratuba, próxima a terra de Amaro de Miranda Coutinho no Olho d'água (vide n. 26), correndo para os morros de Guaratuba.	1 X 1
Manoel de Araujo Beltrão	30/05/1728	Litoral - Porto de Cima	Localizada no Porto de Cima, pelo rio e serra do Marumbí, com o rio do Arraial de um lado e do outro.	1/2 X 1
José Palhano de Azevedo	23/11/1728	Campos de Curitiba - Áreas dependetes da Vila	Localizada no rio Itaqui rumo ao Barigui ao norte para o campo de Butiatuva.	1 X 1
Luiz Pedroso Furquim	28/05/1728	Campos de Curitiba - Áreas dependetes da Vila	Localizada na borda do Capão do Palmital, no sítio da Encruzilhada, na estrada que ia para as minas de Paranapanema, próxima as terras de José Nicolau Lisboa (vide n.51) e João Martins Leme (vide n. 56)	1/2 X 1
Bento Marques Chavasques	17/06/1728	Campos de Curitiba - Áreas dependetes da Vila	Localizada no capão do palmital, partindo com as terras do Capitão Luiz Pedroso Furquim (vide n. 58) que ficava na Encruzilhada de Curitiba.	1/2 X 1/2
Pantaleão Rodrigues	14/01/1728	Campo Largo	Localizada entre as terras do Sargento Mór Manoel Gonçalves de Aguiar (fazenda dos Carlos, Vide n. 78) e as terras de Eusébio Simões, que fazem divisa pelo rio Grande (Iguaçu) junto ao rio Itaqui.	1/2 X 1/2
João Francisco Espinheira ou Pinheiro	04/07/1728	Campos de Castro		2 X 2
Ana do Canto de Almeida	05/05/1732	Campos de Palmeira	Localizada na Palmeira, entre os rios Papagaios e Cajurú, na paragem da Cancela.	1 x 2
Tomé Rodrigues da Silva	05/10/1732	Campos do Tibagi		1 1/2 X 1 1/2
José Morato de Lemos	05/11/1732	Campos do Tibagi		1 1/2 X 1 1/2
Agostinha Rodrigues - Viúva de Luiz Pedroso de Barros	22/10/1732	Campos de Itararé		1 X 3
Manoel Lima Pereira	01/08/1733	Campos de Curitiba - Áreas dependetes da Vila	Localizada rio acima do Passa Una rumo a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, próxima as terras de José Palhano de Azevedo (vide n. 57)	1/2 X 1
Lourenço Castanho de Araujo	04/01/1733	Campos de Castro		1 X 3

Francisco Xavier Salles	24/04/1733	Campos de Jaguariaíva		1 X 3
João de Melo Rego	10/04/1733	Campos de Jaguariaíva		1 1/2 X 1 1/2
José de Goes e Moraes	27/01/1734	Campos de Castro		1 X 3
Antonio Ferreira Matoso	30/10/1735	Litoral - Morretes	Localizada na paragem Marumbí que de um lado está situada Inês Pedrosa e de outro principia da barra do ribeirão com fundo para a serra do Marumbí	1/2 X 1/2
Francisco da Silva Xavier	17/01/1735	Campos de Ponta Grossa	Casado com D. Luiza Fernandes de Siqueira, viúva de João Alvares Crasto. Localizada entre os rios Guaraúna e Imbituva, que já possuíam há 15 anos por descobertas de João Alvares Crasto. Próxima as terras de Francisco Hieronimo de Carvalho (vide n. 102).	1 X 1 1/2
Manoel de Lemos Bicudo	06/09/1735	Campos de Ponta Grossa	Localizada na paragem Boqueirão, entre os rios Tibagi e Guabetumirim (Betumirim).	1 1/2 X 3 1/2
Manoel Rodrigues da Motta	09/12/1735	Campos de Castro		1 X 1 1/2
José de Góes e Moraes	09/08/1736	Campos de Castro		1 1/2 X 1 1/2
Manoel Gonçalves da Costa	05/03/1736	Campos do Tibagi		2 X 2
Caetano da Costa	13/03/1736	Campos do Tibagi		1 1/2 X 1 1/2
José Francisco Xavier	14/12/1732	Campos do Tibagi		1 X 1 1/2
Lourenço Castanho de Araujo	29/03/1739	Campos de Curitiba - Áreas dependetes da Vila	Localizada no distrito da Vila de Curitiba na paragem chamada Butiatuva, entre os rios Piraquara, Atuba e Itaqui	1 X 1/2
Manoel Pinto do Rego	16/06/1739	Campos de São José dos Pinhais e Ambrósios	Uns campos que chamam de Ambrósio situado nas margens do rio Iuna (Una), com sertão para o morro de Araçatuba.	1 X 3
Ana Luiza da Silva	04/01/1739	Campos de Castro		1 X 3
Inácio Taques	20/03/1739	Campos do Tibagi		1 X 3
Inácio da Costa	17/01/1740	Campos da Lapa	Localizada nas proximidades do rio Grande (Iguaçu) e Santa Clara.	1 X 3

Leandro da Costa	17/01/1740	Campos da Lapa	Localizada nas proximidades do rio Grande (Iguaçu) e o rio Capivarí.	1 X 3
João Correia de Afonso	02/01/1741	Litoral - Paranaguá	Localizada com testada para o ribeirão Guaraguassú, da outra banda.	1 X 3
Amaro de Miranda Coutinho	16/09/1743	Litoral - Paranaguá	Localizada no Olho d'água em Paranaguá, onde já possuía há mais de 15 anos, confinando com terras de João da Veiga Siqueira (vide n. 24) e os padres da Companhia de Jesus de Paranaguá. Obs. : É a 2ª Sesmaria que obteve no litoral.	1 X 1
Veríssimo Gomes da Silva	12/06/1743	Litoral - Paranaguá	Localizada na paragem do Rio Torales (Jacareí) onde acabavam as terras de Manoel Gonçalves Correia. Também obteve a Ilha que ficava defronte ao rio (Ilha das Pedras)	1/2 X 1 e a Ilha das Pedras
Antonio Bueno da Veiga	16/08/1743	Campos de São José dos Pinhais e Ambrósios	Localizada entre a sesmaria obtida anteriormente (vide n.67), onde existia sua fazenda chamada Goramiringuaba e a testada das terras de Sebastião Felix Bicudo (vide n.63), correndo rumo ao sul. Nesta localidade Bueno da Veiga Possuía 3 Fazendas de gado vacum.	2 X 2
José Luís Cordeiro	12/05/1744	Litoral - Paranaguá	Localizada na primeira ponta que ficava defronte da Ilha dos Pinheiros, próxima à terra dos religiosos da Companhia de Jesus da Vila de Paranaguá.	1 X 1
José Palhano da Silva	01/02/1745	Campos de Curitiba - Áreas dependentes da Vila	Localizada na paragem do Itaqui, correndo pelo rio Barigui ao campo de Butiatuva, próximo ao rio Piraquara, junto às terras de Lourenço Castanho de Araujo (vide n.61)	1/2 X 1
Mateus da Costa Rosa	13/06/1747	Litoral - Paranaguá	Localizada defronte do sítio que foi de João Tavares, até o sítio que foi de Mateus Luiz Grou, com testada para o rio Sambaqui até sair do rio Porto de Curitiba no rio Pinto, local conhecido como Porto do Padre Veiga	1 X 3
Diogo da Costa Rosa	12/03/1747	Campos de Ponta Grossa	Localizada entre os rios Tibagi e Pitanuí, conhecida como sesmaria de Santa Cruz.	1 x 2
João Francisco Laines	25/11/1748	Litoral - Morretes	Localizada no caminho do Cubatão para o termo da Vila de Curitiba, a partir das terras do tenente Francisco da Silva Freire com demarcações de um lado e de outro com o rio Santa Fé do Arraial, com testada para o rio Marumbi e cumprimento para o rio Cubatão.	1 X 3
Antonio da Costa Ferreira	23/02/1749	Campos de Castro		1 X 3
Manoel da Luz	20/03/1751	Campos da Lapa	Localizada abaixo do rio Grande (Iguaçu) até as terras de Baltazar Fernandes Leme (vide n. 48).	1 X 3

Tomé de Almeida Paes	13/10/1755	Campos de Castro		1 X 3
Antonio Bicudo de Barros	14/11/1764	Campos de Ponta Grossa	Localizada nos matos de Cahajurú, junto ao rio Tibagí e a sesmaria que foi de Domingos Teixeira de Azevedo.	1 X 3
Padre Angelo Paes de Almeida	09/11/1765	Campos de Palmeira	Localizada na paragem Conceição nos Papagaios Novos.	1 X 1
João Tavares de Miranda	27/01/1766	Litoral - Morretes	Localizada no Iquirim, nas chapadas da Serra do Mar, na picada que ia para a Vila de Curitiba com suas vertentes para o mar pela baía de São Francisco.	1 1/2 X 1 1/2
Ana Pinheira	04/03/1766	Litoral - Morretes	Localizada na paragem do rio Cubatão, partindo com terras de José Machado pelo rio acima até o corrego Cunhary (Cunhay ou Cary).	1 X 1
Antonio Gonçalves dos Reis ou Rodrigues	03/02/1767	Campos da Lapa	Localizada onde terminavam as terras de Manoel da Luz (vide n.73), seis léguas de distância do rio Grande (Iguaçu)m da outra banda.	1 X 3
Sesmaria concedida aos moradores do Registro de Curitiba - Igreja Matriz da Lapa	13/05/1768	Campos da Lapa	Localizada na paragem da Lapa, de outra parte do registro, distrito da Vila de Curitiba, num campestre entre a restinga grande e a Lapa até um cercado chamado boqueirão e o sítio de Diogo Gonçalves	1 X 1
Igreja Matriz	15/03/1768	Litoral - Guaratuba	Meia légua quadrada que servirá de patrimônio à Igreja Matriz	1/2 X 1/2
Manoel Ribeiro Lopes	17/10/1771	Campos da Lapa	Localizada próximo a outra banda do restingão de mato do rio Capivarí para a parte oeste, limitando-se com a Fazenda do alferes Antonio Gonçalves dos Reis, ou Rodrigues (vide n. 74)	2 X 2
Antonio Rodrigues de Carvalho	18/11/1775	Litoral - Morretes	localizada com testada para o rio Cubatão, principiando nos fundos dos cultivados do suplicante, correndo rio Cubatão acima pela parte esquerda até o rio Cunhay (ou Cary) onde este recebe parte da água do rio Grande junto a Tapera de Inacio Alvares, partindo pela parte de baixo com terras de José Machado/	1/2 X 1
José Andrade	09/10/1779	Campos de Palmeira	Localizada na paragem Papagaios Novos, entre rios Caniú e Guaraúna, for a da sesmaria de Manoel Gonçalves da Cruz e seus sucessores.	2 X 2
Padre Paulo Severo de Moraes e Oliveira	20/11/1781	Campos da Lapa	Localizada na paragem Capivarí próximo ao rio Grande (Iguaçu) e o rio Santa Clara, na estrada para a Vila de Curitiba.	1 X 3
Manoel José Ferreira	27/11/1782	Litoral - Antonina	Localizada na paragem chamada Curitibaíva na freguesia do Pilar (Antonina), principiando onde terminavam as posses e cultivados	1 X 1

			dos moradores da freguesia, findando ao pé da serra da Graciosa, no caminho antigo que ia para a Vila de Curitiba.	
Padre Antonio de Toledo Lara e suas irmãs Ana, Escolástica e Ursula	04/05/1782	Campos do Tibagi		1 X 1 1/2
Francisco Luiz de Oliveira	22/10/1783	Campos de Palmeira	Localizada nos campos de Palemira, pelo ribeirão do Capivara e rio Caniú, no campo dos Pugas até as terras do padre Angelo Paes de Almeida (vide n. 94).	1 1/2 X 1 1/2
João Crisóstomo Salgado	23/10/1783	Campos de Ponta Grossa	Localizada entre os rios Guaraúna e Imbituva, junto ao ribeirão de Santo Amaro até os campos de Francisco Cardizo de Menezes.	2 X 2
Manoel Gonçalves Guimarães	26/10/1787	Campos de Palmeira	Localizada depois de inteirada a sesmaria conceidida a Manoel Gonçalves da Cruz, que se divide pela parte do sul pelo rio do Registro (Iguaçu) até a paragem Caiacanga.	1 x 2
Manuel Antonio de Araujo	27/09/1787	Campos do Tibagi		1 X 1
Manoel Gonçalves Nascimento	27/06/1788	Litoral - Morretes	Localizada na paragem do rio Cubatão onde estão situados uns moradores sem títulos, cujas terras principiavam no fim do pasto de José Machado, rio acima a rumo norte, dos quais o suplicante queria estabelecer engenho de arroz e açúcar.	1 X 1
José Felix da Silva Passos	20/05/1788	Campos do Tibagi		1 X 3
Manuel Gonçalves Guimarães e Francisco Luiz de Oliveira	27/05/1789	Campos de Ponta Grossa	Localizada entre a paragem de Guarauna e Imbituva, com terras de João Crisóstomo Salgado (vide n. 109) e o ribeirão das Almas, no caminho que vai para Guarapuava.	1 X 1 1/2
Eusébio Gomes da Silva	18/08/1796	Litoral - Paranaguá	Localizada com testada para o rio Cubatão, principiando onde acabavam as terras de Bento Ferreira de Azevedo, com fundos para o ribeirão de Itapacetanduva	1/2 X 1
Manoel Gonçalves Guimarães	20/02/1797	Campos de Palmeira	Localizada no caminho que vai para Guarapuava, principiando do rio das Almas até onde faz barra com o rio Imbituva.	3 X 3
Joaquim Carneiro Lobo	18/06/1798	Campos de Ponta Grossa	Localizada entre os rios Imbituva e Imbituvinha, próximo as terras do Capitão Mór Rodrigo Felix Martins, no caminho que vai para Guarapuava.	1 X 3

Fonte: Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, Curitiba, 1924, vol. VII, p.60; Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, Curitiba, 1924, vol. XI, p.25; Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, Curitiba, 1924, vol. XI, p.15; Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, Curitiba, 1924, vol. XI, p.10; Catálogo de Documentos sobre a História de São Paulo existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. In: R.I.H.G.B Tomo especial, vol. IV, p.172; Coleção Governadores do Rio de Janeiro, 1º, XVII A, folhas 267 V; Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná. Ermelino de Leão. Vol. VI. Verbo: TORALES; Vol. III, fasc. III. Verbo: Manoel Duarte; Vol. I, fasc. III. Verbo: Cottinga; Vol. IV, fasc. II. Verbo: Passa Una; Vol. III, fasc. I. Verbo: João de Carvalho Pinto; Vol. II, fasc. I. Verbo: Dom Rodrigo; Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná. Vol. IV, fasc. I. Verbo: Miringuaba; Vol. IV, fasc. I. Verbo: Antonio Bueno da Veiga; Documentos Avulsos do Arquivo Municipal da Lapa e Sesmarias do AESP, livro 18, folha 17; Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo, publicação oficial do AESP., vol. XLIX, p. 91; Leão, Ermelino de. Antonina Fatos e Homens. Curitiba, 1918. p. 22, 24 e 30; Revista do Centro de Estudos Bandeirantes,

Curitiba, Tomo II, set. 1954, p.657 e 689; RITTER, Marina Lourdes. As sesmarias do Paraná no século XVIII. Curitiba , IHGEP, 1980.; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 1, folha 36; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 10, folha 104 V; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 10, folha 57; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 12, folha 128; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 12, folha 162 V; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 12, folha 162 V; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 12, folha 86 V; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 13, folha 132; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 13, folha 72; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 14, folha 96; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 15, folha 93; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 17, folha 101; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 18, folha 15 V; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 18, folha 187; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 18, folha 35; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 19, folha 160 e livro 4, folha 250; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 2, folha 56 V; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 2, folha 89; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 20, folha 18; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 22, folha 37 V; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 23, folha 9; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 28, folha 31; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 3, folha 120; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 3, folha 27; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 3, folha 53 V; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 5, folha 134 e Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo, publicação oficial do AESP, vol LII, p.12; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 5, folha 135 V; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 8, folha 53; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 9, folha 117 V; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 9, folha 31 V; Sesmarias do AESP - Publicação, livro 9, folha 98 V; Sesmarias do AESP - Publicação, livro32, folha 55 V; Sesmarias do AESP - Publicação, vol I, p. 342 (correto 345); Sesmarias do AESP - Publicação, vol I, p.216.

REFERÊNCIAS

Fontes:

1. Arquivo Público do Paraná – Juízo de Órfãos de Curitiba, 10ª Vara Cível

- **Documentos Impressos:**

001 – Peças do Inventário do Capitão Povoador Baltazar Carrasco dos Reis – 1697 – Edição do Arquivo Público do Paraná, 1986.

- **Documentos Manuscritos:**

Caixa PJI-01 – Processos Judiciários Inventários nº 01

002 – 1711 – Auto de Inventário de Manoel Alves Pedroso. Testamento em anexo de 1711

003 – 1720 – Auto de Inventário de José da Costa de Vasconcelos

004 – 1729 – Auto de Inventário de Maria Bicuda Camacha

005 – 1729 – Auto de Inventário de Luiz Rozado

006 – 1769 – Auto de Inventário de Pedro Ribeiro Andrade

007 – 1781 – Auto de Inventário de João Cordeiro Matoso

009 – 1782 – Auto de Inventário de Pedro Siqueira Cortes

Caixa PJI-02 – Processos Judiciários Inventários nº 02

014 – 1783 – Auto de Inventário do Sgto-Mór Simão Gonçalves de Andrade. Testamento em anexo de 1771.

017 – 1783 – Auto de Inventário de Maria Thereza de Jesus

018 – 1783 – Auto de Inventário de Domingos Cardoso Leão

021 – 1785 – Auto de Inventário de Pedro Antonio Moreira

022 – 1785 – Auto de Inventário de Pe. José Cardoso

Caixa PJI-03 – Processos Judiciários Inventários nº 03

023 – 1785 – Auto de Inventário de Manoel Ignácio Fonseca

024 – 1786 – Auto de Inventário de Manoel Ribeiro Lopes. Em anexo "Lembrança q' faço da m.^a vida p.^a q não me Corra em debaLde." Sem data.

- 025 – 1786 – Auto de Inventário de Izabel da Costa
- 026 – 1786 – Auto de Inventário de Maria José de Jesus
- 027 – 1785 – Auto de Inventário de José Rodrigues. Testamento em anexo de 1776. Codicilo em anexo de 1784.
- 028 – 1786 – Auto de Inventário de Ignez de Chaves das Neves
- 029 – 1787 – Auto de Inventário de Sebastião Teixeira Azevedo
- 030 – 1787 – Auto de Inventário de Maria Antonia Ayres
- 033 – 1787 – Auto de Inventário de Maria Pires de Camargo

Caixa PJI-04 – Processos Judiciários Inventários nº 04

- 034 – 1787 – Auto de Inventário de Arcamgela Maria dos Santos
- 036 – 1787 – Auto de Inventário de Sebastião Fernandes Pinto
- 037 – 1788 – Auto de Inventário de Izabel Maria de Andrade
- 038 – 1788 – Auto de Inventário de Manoel de Oliveira Assumpção
- 040 – 1788 – Auto de Inventário de Anna Pereira da Silva
- 042 – 1789 – Auto de Inventário de Alexandre da Costa
- 043 – 1792 – Auto de Inventário de Diogo Gonçalves Ribeiro
- 045 – 1795 – Auto de Inventário de Antonio Rodrigues Seixas

Processos de Inventários – Avulsos

138 – 1797 – Auto de Inventário do Cap. Antonio Gomes de Campos. Testamento em anexo de 1797.

[SEM NUMERAÇÃO] – 1798 – Auto de Inventário de Francisco Dias de Carvalho. Testamento em anexo de 1793.

Processos de Auto de Contas – Avulsos

JP4742 CX 161 0017 – Processo de Auto de Contas de Francisco Lopes dos Santos – 1764. Testamento em anexo de 1764.

JP5063 CX 169-B 0032 – Processo de Auto de Contas de Antonio Ferreira de Faria – 1773. Testamento em anexo de 1767.

JP5021 CX 168 0017 – Processo de Auto de Contas de Joana Rodrigues – 1773. Testamento em anexo de 1768.

JP5033 CX 169 0002 – Processo de Auto de Contas de José Dias Cortes – 1773. Testamento em anexo de 1767.

JP1223 CX 061 – Processo de Auto de Contas de Anna de Mello Coutinha – 1779. Testamento em anexo de 1774.

[SEM NUMERAÇÃO] – Processo de Auto de Contas de Francisco Borges de Andrade – 1804. Testamento em anexo de 1802.

[SEM NUMERAÇÃO] – Processo de Auto de Contas de Maria do Nascimento de Jesus – 1804. Testamento em anexo de 1801.

Libelo:

012 CX 002 – 1782 – “Libelo cível entre Antonio José Teixeira, como tutor dos órfãos de Francisco de Linhares, e os Protetores da Irmandade.” Testamento de Francisco de Linhares, de 1767, em anexo.

2. Arquivo Metropolitano Dom Leopoldo e Silva, da Mitra Arquidiocesana de São Paulo.

- **Documentos Manuscritos:**

Caixas 05-01-05 – Processos Gerais Antigos – Processos de Auto de Contas – 1727-1777

1727 – Auto de Contas de Izabel Fernandes da Rocha. Testamento em anexo de 1725.

1736 – Auto de Contas de Antonio Rodrigues Seixas. Testamento em anexo de 1733.

1740 – Auto de Contas de Paula Luiza Tigre. Testamento em anexo de 1737.

1754-1756 – Auto de Contas de Josefa Rodrigues Bicuda. Testamento em anexo de 1754.

1750-1756 – Auto de Contas de Maria Rodrigues. Testamento em anexo de 1750.

1752 – Auto de Contas de Jerônimo da Veiga Cunha. Testamento em anexo de 1745.

1753 – Auto de Contas de Felipe de Souza de Amaral. Testamento em anexo de 1751.

- 1762 – Auto de Contas de Izabel Soares. Testamento em anexo de 176(1ou2).
- 1768 – Auto de Contas de Catarina da Costa Rosa. Testamento em anexo de 1766.
- 1763 – Auto de Contas de Miguel Gonçalves Lima. Testamento em anexo de 1763.
- 1773 – Auto de Contas de Bento de Magalhães Peixoto. Testamento em anexo de 1765.
- 1773 – Auto de Contas de Francisco dos Reis. Testamento em anexo de 1767.
- 1773 – Auto de Contas de Luiz de Souza de Menezes. Testamento em anexo de 1763.
- 1773 – Auto de Contas de Maria de Lemos Conde. Testamento em anexo de 1763.
- 1773 – Auto de Contas de Tomas Leme do Prado. Testamento em anexo de 1769.
- 1774 – Auto de Contas de Antonia Rodrigues de Assunção. Testamento em anexo de 1771.
- 1777 – Auto de Contas de Brás Domingues Velozo. Testamento em anexo de 1774.

Caixas 05-01-06 – Processos Gerais Antigos – Processos de Auto de Contas – 1789-1805.

- 1789 – Auto de Contas de Simão Gonçalves de Andrade. Testamento em anexo de 1771.
- 1792 – Auto de Contas de Domingas de Siqueira Cortes. Testamento em anexo de 1792.
- 1795 – Auto de Contas de Sebastião Cardoso Serpa. Testamento em anexo de 1789.
- 1795 – Auto de Contas de Antonio Pires Leme. Testamento em anexo de 1784.

1797 – Auto de Contas de Miguel Ribeiro Ribas, capitão. Testamento em anexo de 1767.

1797 – Auto de Contas de Patrício Ribeiro do Vale. Testamento em anexo de 1795.

1799 – Auto de Contas de Ângelo Gonçalves Padilha. Testamento em anexo de 1799.

1800 – Auto de Contas de Izabel Fernandes Bueno. Testamento em anexo de 1799.

1802 – Auto de Contas de Manoel Simões, alferes. Testamento em anexo de 1801.

1803 – Auto de Contas de Joaquim Vicente, alferes. Testamento em anexo de 1801.

1805 – Auto de Contas de Margarida Fernandes dos Reis. Testamento em anexo de 1794.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano. **Capítulos de história colonial**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976;

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval M. de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Revista Fronteiras**, Dourados: UFGD, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul**. São Paulo : Cia das Letras , 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). **História da vida privada: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Considerações sobre a presença indígena na economia do Rio de Janeiro colonial. In: **Cativeiro & Liberdade**. Rio de Janeiro, v. 4, p. 46-58, jul. / dez. 1996.

ALMEIDA, Ângela Mendes. Notas sobre a família no Brasil. IN: ALMEIDA, Ângela Mendes et al. **Pensando família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. pp.53-66.

ANDERSON, Michael. **Elementos para a história da família ocidental 1500 - 1914**. Lisboa: Ruerco, 1984.

ANDRADE, M. F. de. **Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008;

ANDREAZZA, Maria Luiza. «Andanças e paranças pelos sertões da área de irradiação paulista (1500-1899)», **Caravelle**, 99 | 2012, 15-34.

_____. *Dominium*, terras e vassalagem na América Portuguesa. In: DORÉ, Andréa Carla; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luis Geraldo. **Facetas do Império na História: conceitos e métodos**. São Paulo : Aderaldo & Rothschild ; Brasília, DF : Capes , 2008. p. 271-285.

_____. Elite e caridade nos sertões de Curitiba. In: CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. (Orgs.). **Curitiba e seus homens-bons: espaço e sociedade na vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2011.

_____. **Olhares para a Ordem Social na Freguesia de Santo Antônio da Lapa 1763- 1798**. Associação dos Estudos de População, UFPR. 2016.

ANNINO, Antonio. Some Reflections on Spanish American Constitutional and Political History, en **Itinerario**, 19: 2 (1995).

ARANTES, Antônio Augusto. Pais, Padrinhos e o espírito Santo: um reestudo do compadrio. In: CORRÊA, Mariza. (org.). **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense , 1982.

ARAÚJO, Emmanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de História**. Rio de Janeiro : Campus, 2000.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos.** São Paulo : Hucitec/Fapesp, 2006.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico:** dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2010.

ARIÈS, Philippe. **História da Vida Privada 3:** Da Renascença ao Século das luzes. São Paulo. Ed. Companhia de Letras. 1991

ARIÈS, Philippe. **O homem perante a morte. Vol. I.** Publicações Europa-América, 1977.

AVELAR, Alexandre de Sá. **Traçando destinos:** desafios narrativos e éticos da biografia histórica. Revista do IHGB, a176 (466): 121-150, jan./mar. 2015.

ÁVILA, Affonso. **Uma encenação Barroca da morte – as solenes exéquias de D. João V em São João Del-Rei, Barroco.** Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, UFMG, n. 3, pp. 41-47, 1971.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, SCOTT, Ana Silvia Volpi, BASSANEZI, Maria Silvia Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. **Revista Brasileira de Estudos da População.** v. 22, p.339 - 350, 2005.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (Orgs.). **Na estrada do Anhangüera:** uma visão regional da história paulista. São Paulo, Humanitas FFLCH/USP, 1999.

_____. **As famílias de povoadores em áreas de fronteira da Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII.** Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Rio de Janeiro, 2017.

_____. **Os senhores da terra:** família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP, 1997.

_____. **Viver e sobreviver em uma vila colonial:** Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo : Annablume/Fapesp, 2001.

_____. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2º Ed. São Paulo : Contexto, 2006.

BALHANA, A.; MACHADO, B. P. & WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, v. 1, 1969. p. 31.

BALHANA, Altiva P. et al. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BARICKMAN, Bert Jude. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARTH Apud Kok: "plan of procedure by a decision-making unit". P. 467. Tradução nossa.

BERTRAND, Michel. **Grandeza y miseria del oficio: los oficiales de la Real Hacienda de la Nueva España, siglos XVII y XVIII**. México: TCE , 2011.

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.). **Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português**. São Paulo : Alameda, 2005.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o Império**. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.;

BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras municipais no império português: o exemplo do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 18, n. 36, p. 251-280.

BICALHO, Maria Fernanda. **Crime e castigo em Portugal e seu Império**. TOPOI - Revista de História do Programa de Pós Graduação em História Social da UFRJ, 2000, Rio de Janeiro, n. 1.

BICALHO, Maria Fernanda. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Orgs.). **Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português**. São Paulo : Alameda, 2005.

BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo : Humanitas/FFLCH/USP : Fapesp, 2002.

BOLETIM DO ARCHIVO MUNICIPAL DE CURYTIBA. Fundação da Villa de Curytiba. Vol.1, 1668 á 1721. Curitiba : Typ. E lith. A vapor Impressora Paranaense , 1906

BORGES, Joacir Navarro. **Das justiças e dos litígios:** a ação judiciária da câmara de Curitiba no século XVIII (1731-1752). 405f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil:** negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765). São Paulo : Alameda, 2010.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Camaristas, provedores e confrades: os agentes comerciais nos órgãos de poder (São Paulo, século XVIII). In: **O Governo dos Povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

BOTH, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro : F. Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. Da regra às estratégias. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisa Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. 3ª Ed. Rio de Janeiro : Vozes , 2013.

BOXER, Charles. **A idade de ouro no Brasil:** dores do crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. **O império colonial português:** 1415-1825. Lisboa: Edições 70, 1969. Particularmente Segunda Parte, capítulo XII.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim e KJERVE, T. M.N. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). **Estudos Afro-Asiáticos**, 1991, n. 20

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal:** família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Anna Blume, 2007.;

BURGUIÈRE, André et al. **Historia de la familia**. Madrid : Alianza Editorial , 1988. CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **O casamento e a família em São Paulo Colonial:** caminhos e descaminhos. 1986 (tese de doutoramento - Departamento de História, USP)

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Leis, Decreto e Actos, 1902 a 1906. Curitiba : Oficinas de Artes Graphics de Adolpho Guimarães. P

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. **Paranismo:** arte, ideologia e relações sociais no Paraná (1853-1953). Tese (Doutorado em História). Curitiba: UFPR, 2007;

CASEY, James. **História da Família.** Lisboa : Ed. Teorema, 1989.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Org.). **Resgate:** uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro : Topbooks, 1995.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao Sul da História.** São Paulo : Ed. Brasiliense, 1987.

CASTRO, Hebe Maria. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995,

CAVAZZANI, André Luiz M. **Um estudo sobre a exposição e os expostos na vila de Nossa Senhora da Luz dos pinhais de Curitiba (Segunda metade do século XVIII).** Dissertação de Mestrado. Programa de pós graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR,2005.

CERRI, Luis Fernando. **Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História.** Revista de História Regional. Goiânia/GO, v. 6, n.2, Pp. 93-112, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **A invenção do cotidiano.** 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CERUTTI, Simona. Processos e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVIII. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala:** a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. FGV , 1998. P. 189.

CHAGAS, Paula Roberta; STANCZYK FILHO, Milton. Trajetórias de vida no império ultramarino português: as estratégias do bem viver como

arcabouço metodológico. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti; STANCZYK FILHO, Milton *et. al.* **Perspectivas Historiográficas**. Campinas : Pontes Editores , 2010. p. 117-135.

CHAGAS, Paula Roberta. **Usos cotidianos do parentesco espiritual: Curitiba na transição do Séc. XVII para o XVIII**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. (Dissertação de mestrado), 2011.

CHARTIER, Roger. Normas e condutas: as artes de bem morrer (1450-1600). In: _____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. 2. ed. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 2004, pp. 131-173.

CICERCHIA, Ricardo. Historiografia das formas familiares: dilemas e encruzilhadas. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 103-123, jan/jun. 2009.

CONRAD, Sebastian. **What is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2016.

CORREA, Marisa. Repensando família patriarcal brasileira. IN: ARANTES, Antonio Augusto *et al.* **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

COSTA, Iraci Del Nero da. Por uma definição de demografia histórica. **Boletim de História Demográfica** (on-line). São Paulo : Núcleo de Estudos em Demografia Histórica, Universidade de São Paulo, ano I, n.2, jul. 1994. p.3-4.

COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (Dir.) **História das emoções: da Antiguidade às Luzes**. Petrópolis, RJ: Vozes , 2020. P.264.

DA VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1707.

DAUMARD, Adeline *et al.* **História social do Brasil: teoria e metodologia**. Curitiba: Editora UFPR, 1984.

DENZIN, Norman. **Interpretive biography**. Newbury Park: SAGE Publications, Inc., 1989.

DICIONÁRIO DA LINGUA PORTUGUESA. SILVA, Antonio de Moraes. Facsimile da 2ª Ed. de 1813. Lisboa : Typographia Lacérdina, 1922.

DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL (1500-1808). VAINFAS, Ronaldo. (org.) Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000. p. 284. Ver também:

DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ. LEÃO, Ermelino de (Org.). Curitiba : Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 6v, 1994.

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E OS COSTUMES DE SÃO PAULO, 1895

DOSSE, François. Histoire des Mentalités. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas. (Dir.). **Historiographies: concepts et débats**. Vol. I. Paris : Gallimard , 2010. Pp. 220-231.

EISENBERG, Peter Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. **Estudos Econômicos**, v. 17, nº. 2, p. 175-216, maio/ago. 1987;

ELTIS, David. Migração e estratégia na História Global. In: FLORENTINO Manolo & MACHADO Cacilda. **Ensaio sobre a escravidão** (1). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003. Pp 13-35.

ENGELN, Theo. "Labour Strategies of Families: A Critical Assessment of an Appealing Concept." **International Review of Social History**, vol. 47, no. 3, 2002, pp. 453-64. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/44582720>. Accessed 13 Nov. 2017.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. 4ª ed. Porto Alegre: Globo, 1977. v. 1.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. História da família e demografia histórica. In: IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. P.256.

FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. **Fragmentos de Monarquía**: trabajos de historia política. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

FIGUEIREDO, Luciano, História e informática: o uso do computador. IN: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FLANDRIN, Jean Louis. **Orígenes de la familia moderna**. Barcelona: Crítica, 1979.

_____. **Famílias** : Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Inventários e testamentos como fontes primárias de pesquisa. In: **Arquivo**: boletim histórico e informativo. São Paulo. v. 3, n. 2, p.53-56, abr./jun. 1982.

FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.

FOX, Robin. **Parentesco e casamento**: uma perspectiva antropológica. Lisboa: Vega, 1986.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo G. 1993. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico**: sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **Na trama das redes**: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2010.

FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). IN: **Topoi**. Rio de Janeiro , 2000 , nº 1.

_____. **Homens de grossa aventura:** acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro : Arquivo Nacional e Civilização Brasileira, 1992.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo : Ed. UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala:** formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. 19ª. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1978.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio:** a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo : Hucitec, 1999.

GALVÃO, Rafael; Relações amorosas e ilegitimidade: formas de concubinato na sociedade curitibana (segunda metade do século XVIII). Dissertação de Mestrado. Programa de pós graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba : UFPR,2005.

GIL, Tiago Luís. **Coisas do Caminho:** tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009;

GIL, Tiago Luís. **O crédito numa comunidade de fronteira:** problemas, algumas experiências metodológicas e alguns resultados (Rio Grande, 1780-1810). Sevilha: Universidad Pablo de Olavide, 2006.;

GINZBURG, Carlo. O nome e o Como: troca desigual e mercado historiográfico. In: **A Microhistória e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.

_____. Prefácio (1981). **Investigando Piero:** O *Batismo*, o ciclo de Arezzo, e a *Flagelação* de Urbino. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

_____. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo : Cia das Letras, 1989.

GLEZER, Raquel. **Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2007;

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa**. Lisboa: Arcádia, 1975

GOLDSCHMIDT, Eliana R. **Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista (1719-1822)**. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. **Redes de solidariedade e questões matrimoniais na São Paulo colonial**. São Paulo : Texto 02. Cedhal. n. 2. 1988.

GREENE, Jack P. **Negotiated authorities**: essays in colonial political and constitutional history. Rutgers University Press, 1994, p. 3-4.

GUDEMAN, Stephen. The Compadrazgo as a Reflection of the Natural and Spiritual Person. In: **Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland**. 1971. Royal Anthropological Institute of Great Britain, 1971

GUEDES, Roberto **Egressos do cativeiro**: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2008,

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763). Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.;

HAMNETT, Brian. **Politics and trade in Southern Mexico 1750-1821**. Cambridge University Press, 1971.

HERZOG, Tamar. **Fronteiras da posse**: Portugal e Espanha na Europa e na América. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018. P. 26

HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**: instituições e poder político. Portugal, século XVII. Coimbra: Almedina , 1994. .

_____. **Imbecillitas**: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.) **História geral da civilização brasileira**. A época colonial : Administração, economia e sociedade. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras , 1995.

INSSA, Maria Helena Cordeiro. **Os Louros de Lourenço**: genealogia e vida do Dr. Lourenço Ribeiro de Andrade (1724-1799). Curitiba: UFPR, 2000. Monografia de conclusão do Curso de História.

IURKIV, José Erondy. **Romário Martins e a historiografia paranaense**. Educere, Toledo, UNIPAR, v. 2, n. 2, jul./dez., 2002.

JANCSÓ, István; KANTOR, Íris. (Orgs.). **Festa**: cultura e sociabilidade na América portuguesa. Volumes I e II. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2001.

KOK, Jan (2002). The Challenge of Strategy: A Comment. **International Review of Social History**, 47, pp 465-485 doi: 10.1017/S0020859002000743. Disponível em: http://journals.cambridge.org/abstract_S0020859002000743. Acesso em 05 jan. 2014.

KOK, Jan. 'Principles and prospects of the life course paradigm'. **Annales de Demographie Historique**, 2007 (1) 203-230

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. P.24.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRAUSE, Thiago. Ordens militares e poder local: elites coloniais, Câmaras Municipais e fiscalidade no Brasil seiscentista. In: **Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso**.

KULA, Witold. **Problemas y métodos de la historia económica**. Barcelona: Península, 1974.

KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). **Família e grupos de convívio**, São Paulo, n. 17, pp.37-63, set. 1988/ fev. 1989. p.37.

KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). **Família e grupos de convívio**, São Paulo, n. 17, p.37-63, set. 1988/ fev. 1989

LAWERS, Michel. Morte e Mortos. In: DICIONÁRIO TEMÁTICO DO OCIDENTE MEDIEVAL. LE GOFF, Jacques; SCMITT, Jean-Claude (Coord.). Bauru : Editora da Universidade do Sagrado Coração – EDUSC , 2006.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. Lisboa : Editorial Estampa , 1981.

LEÃO, Ermelino de. **Dicionário histórico e geográfico do Paraná**. 6v. Curitiba : Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1994.

LEBRUN, François. **A vida conjugal no Antigo Regime**. Lisboa: Edições Rolim, 1980.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. P.48.

LETT, Didier. Família e relações emocionais. In: CORBIN, Alain; LÉVI-STRAUSS, Claude. Prólogo. In: BURGUIÈRE, André *et al.* **Historia de la familia**. Madrid : Alianza Editorial , 1988.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992. pp. 133-161.

LEVI, Giovanni. Un problema de escala. **Relaciones: Revista de El Colegio de Michoacán**, v. 24, n. 95, 2003.

_____. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. - 8a edição – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992. pp. 133-161.

LEWCOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. In: **Família e grupos de convívio**, São Paulo, n. 17, p.101-114, set. 1988/ fev. 1989;

LEWCOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. **Família e grupos de convívio**, São Paulo, n. 17, p.101-114, set. 1988/ fev. 1989.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Luís Filipe Silvério. Os nomes do Império em Portugal no século XVIII: reflexão historiográfica e aproximações para uma história do conceito. In: DORÉ, Andréa Carla; LIMA, Luís Filipe Silvério; SILVA, Luis Geraldo. **Facetas do Império na História: conceitos e métodos**. São Paulo : Aderaldo & Rothschild ; Brasília, DF : Capes , 2008.

LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981;

LOCKARDT, James; SCHWARTZ, Stuart B. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 313

LOPES, José Carlos Veiga. **Informações sobre os bens de Nossa Senhora das Neves no Paraná**. Palmeira: Cidade Clima, Comunicação & Arte, 2000;

MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Martins, 1972

MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Curitiba, 3(3): 8, jun. 1963.

_____. **Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais.** Boletim da Universidade do Paraná. Departamento de História, n.3, jun. 1963. p. 4-27.

_____. **Esboço de um sinopse da história regional do Paraná.** HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES, n.14/15, p. 177-105, jul-dez. 1987

MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades:** negros, pardos e brancos na cosntrução da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro : Apicuri , 2008.

_____. **De uma família imigrante.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

MACHADO, Maria Helena. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. **Revista Brasileira de História 8** (16): 143-160, mar./ago. 1988.

MARAVALL, José Antonio. **A cultura do Barroco:** análise de uma estrutura histórica. São Paulo: Edusp, 1997.

_____. **Teoría española del Estado en el siglo XVII.** Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caçara:** terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo : Paulinas/Cedhal , 1986

_____. A população do Brasil colonial. In: Bethell, Leslie. (org) . **A América Latina colonial.** São Paulo : Edusp, 1999.

_____. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836.** São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

MARCONDES, M. **Documentos para a história do Paraná** - 1ª. série. Rio de Janeiro: Typ. Do Anuario do Brasil, 1923.

MARQUES, Oliveira. **História de Portugal**, Vol. III, Lisboa, Presença, 1979.

MARQUES, Rachel dos Santos. **Para além dos extremos:** homens e mulheres livres e hierarquia social (Rio Grande de São Pedro, c. 1776-c. 18000). Curitiba. Tese de doutorado, 2016.

MARTINS, Romário. **Paranismo:** Mensagem ao Centro Paranista. Curitiba: Centro Paranista, não datado, c. 1927;

MARTINS, Romário. **Terra e gente do Paraná.** Curitiba : Prefeitura Municipal de Curitiba , 1995.

MATTA, Roberto da. **A casa & a rua.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MATTOSO, José. **A nobreza medieval portuguesa:** a família e o poder. Lisboa: Estampa, 1987.

MELLO E SOUZA. Laura. Política e Administração colonial. In: **O Governo dos povos.** São Paulo: Alameda, 2009.

MELLO, Evaldo Cabral de . **O nome e o sangue:** uma fraude genealógica no pernambuco colonial. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.

MESGRAVIS, Laima. Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil colônia. IN: **Estudos econômicos.** IPE/USP v.13 , 1983.

METCALF, Alida C. Recursos e estruturas familiares no século XVIII, em Ubatuba, Brasil. **Estudo Econômicos,** v.13, Instituto de Pesquisas Econômicas/USP, 1993. p. 771-785.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra:** índios bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994;

MONTEIRO, Nuno G. Os poderes locais no antigo regime (coord.). **História dos municípios e do poder local** [dos finais da idade média à união europeia]. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

MONTEIRO, Nuno G. Poderes municipais e elites locais (séculos XVII-XIX): estado de uma questão. **O município no mundo português.** Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

MONTEIRO, Nuno. **Elites e poder:** entre o Antigo Regime e o Liberalismo. Lisboa : Imprensa Ciências Sociais : 1993.

MONUMENTA. Provimentos do ouvidor Pardinho para Curitiba e Paranaguá (1721). N.10, vol.3. , 2000.

MOTT, Luiz. Cotidiano e Vivência Religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. Coleção História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo. Cia das Letras, 1999. p.162.

MOTTA, José Flavio; COSTA, Iraci Del Nero. Demografia histórica: da sementeira à colheita. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Brasília, n. 14(1/2), 1997. p.151-158.

MOTTA, José Flavio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: FAPESP / Annablume, 1999.

MOTTA, Márcia Maria Mendes. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795-1824**. São Paulo: Alameda, 2009;

_____. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. 2ª Ed. Niterói: EdUFF, 2008;

MOUTOUKIAS, Zacarias. **Burocracia, contrabando y autotransformación de las elites**. Buenos Aires a fines del siglo XVII", *AIEHS* 3 (1988). Pg. 217.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e Demografia: elementos para um diálogo**. Campinas : ABEP, 2004

_____. **História do Paraná: ocupação do território, população**. Curitiba: Seed, 2001.

_____. **Mães solteiras e categorias de ilegitimidade na sociedade colonial dos séculos XVIII e XIX**. In: I Congresso Internacional de História: território, culturas e poderes, Universidade do Minho, Braga, 2005.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense.**, Curitiba : Impressora Paranaense. 1927. V.I

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. Famílias proprietárias e estratégias de poder local no século passado. **Revista Brasileira de História: Família e grupos de convívio**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 65-85, set.88/fev.89.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 (facsimile da edição comentada de Cândido Mendes CÓDIGO PHILIPHINO. Rio de Janeiro : Typografia do Instituto Philomático , 1870.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995;

PEGORARO, Jonas Wilson. **Ouvidores régios e centralização jurídico-administrativa na América Portuguesa: a comarca de Paranaguá (1723-1812)**. Curitiba, 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná;

_____. **Zelo pelo serviço real: ações de ouvidores régios nas comarcas de São Paulo e de Paranaguá (primeira metade do século XVIII)**. Curitiba, 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná.

PEREIRA, Fernando Marcelino. O "Clã da Lapa" na formação da classe dominante Paranaense. In: **Instituições e poder: parentescos e genealogias**. V. 4, N. 1. 2018. p. 73-88;

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo: o Paraná inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.;

PEREIRA, M. R. de M.; SANTOS, A. C. de A. **O poder local e a cidade**. A Câmara Municipal de Curitiba, século XVII a XX. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. p. 28.

PEREIRA, Magnus R. de M.; BORGES, Joacir Navarro. Tudo consiste em dívidas, em créditos e em contas: relações de crédito no Brasil colônia;

Curitiba na primeira metade do século XVIII. **Revista de História**, [S. l.], n. 162, p. 105-129, 2010. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i162p105-129. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19153>. Acesso em: 14 mai. 2015.;

PEREIRA, Magnus R. de Mello & SANTOS, Antonio Cesar A. **300 anos: Câmara Municipal de Curitiba. 1693-1993**. Curitiba: Câmara Municipal de Curitiba, 1993.

PEREIRA, Magnus R. M. de. Para o bom regime da república; ouvidores e câmaras municipais no Brasil Colonial. Monumenta (Provimentos do ouvidor Pardino para Curitiba e Paranaguá – 1721). Curitiba, v. 3, n. 10, 2000.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889**. Curitiba : Ed. UFPR, 1996.

PHELAN, John Leddy. Authority and Flexibility in the Spanish Imperial Bureaucracy. **Administrative Science Quarterly** 5, no. 1 (1960): 47-65

Pier Paolo Viazzo and Katherine A. Lynch (2002). Anthropology, Family History, and the Concept of Strategy. **International Review of Social History**, 47, pp 423-452. doi:10.1017/S002085900200072X.

PIETSCHMANN, Horst. Burocracia y corrupción en Hispanoamérica colonial. Una aproximación tentativa. In: **Nova Americana**, Turín, n. 5, 1982. Pg. 16

PITT-RIVERS, J. Honra e posição social. In: J. G. Peristiany (Org.), **Honra e vergonha**. Lisboa: Fundação Capouste Gulbenkian, 1965. p. 11-60

PORTELA, Bruna Marina. **Gentio da terra, gentio da Guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana**. (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Curitiba, PR, 2014.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

RACHI, S. A vida em folhas de papel: escrita mediada na América Portuguesa. **Revista de História**, [S. l.], n. 174, p. 267-298, 2016. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2016.115375. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/115375>. Acesso em: 30 nov. 2020.

Rafael BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez e Latino [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos*, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus (vols. 1-4); Lisboa, Pascoal da Sylva (vols. 6-8); Lisboa Occidental, Joseph Antonio da Sylva (v. 9); Lisboa Occidental, Patriarcal Officina da Musica (v. 10), 1712-1728 (v. 1 [A], 1712; v. 2 [B.C], 1712; v. 3 [D.E], 1713; v. 4 [F.G.H.I], 1713; v. 5 [K.L.M.N], 1716; v. 6 [O.P], 1720; v. 7 [Q.R.S], 1720; v. 8 [T.U.V.X.Y.Z], 1721; v. 9 [«Supplemento ao vocabulario: Parte primeira»], 1727; v. 10 [«Supplemento ao vocabulario: Parte segunda»], 1728). Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em: 17/08/2010

RAGO, Margareth. Autobiografia, gênero e escrita de si. In: AVELAR, Alexandre de Sá;

SCHMIDT, Benito. (Orgs.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. Pp.205-222.

RAMINELLI, Ronald. **Nobrezas do Novo Mundo**: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.92.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro : Ed. FGV, 1998.

REVEL, Jacques. Máquinas, estratégias e condutas: o que entendem os historiadores. In: _____. **História e historiografia**: exercícios críticos. Pp. 155-175.

RIBEIRO FILHO, Anibal. **Paranaguá na História de Portugal**: suas relações com a monarquia portuguesa. Paranaguá: IHGP, 1967.

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial**. Brasil c.1530-c.1630. São Paulo: Alameda, 2009.;

RITTER, Marina Lourdes. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**. Curitiba: IHGB, 1980;

RODERJAN, R. V. **Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional**. (Séculos XVI-XIX). Curitiba: Works Informática – Editoração Eletrônica, 1992. p. 79.

RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005;

ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII**. Belo Horizonte : Autêntica Editora , 2017. Pg. 11.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2001, p. 57.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. O Brasil Colonial: o ciclo do ouro. In: BETHEL, Leslie. (Org.). **História da América Latina**. América Latina Colonial. Vol. II. São Paulo: Edusp, 2004.

SALES, Jean Rodrigues; FREITAG, Liliane; STANCZYK FILHO, Milton (Orgs.). **Região: espaço, linguagem e poder**. São Paulo : Alameda, 2010.

SALGADO, Graça. (org.) **Fiscais e Meirinhos; a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família: São Paulo no século XIX**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SANTOS, A. C de A ; PEREIRA, M. R. de M. **O poder local e a cidade**. A Câmara Municipal de Curitiba, século XVII a XX. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

SANTOS, Clara Braz dos. **O exercício moral de memória da morte nos escritos religiosos do Brasil colonial (séculos XVII e XVIII)**. 2016. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Programa de Pós-Graduação em História, Franca, 2016;

SANTOS, Rosângela Maria Ferreira dos. Os homens-bons vão às urnas. In: CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello Pereira. (Orgs.) **Curitiba e seus homens-bons**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba , 2011. Pp. 32-45.

SARAMAGO, José. **As intermitências da morte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). **Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica**. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. **História Social**. Rio de Janeiro, n. 24, 2013.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

_____. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988;

_____. **Sovereignty and Society in Colonial Brazil: the High Court of Bahia and its judges, 1609-1751**. Berkeley: University of California Press, 1973.

_____. State and society in Colonial Spanish America: an opportunity for prosopography. In: GRAHAM, R., SMITH, P. H. (Eds.). **New approaches to Latin American history**. Austin: University of Texas Press, 1974.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **Cruzamento Nominativo a partir de Fontes Portuguesas: problemas e desafios**. Paper apresentado no II Seminário de História Quantitativa e Serial. Belo Horizonte, 2001.

_____. **Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)**. Guimarães : NEPS, 1999. p.328.

_____. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da História da Família no Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 51, p. 13-29, jul/dez. 2009.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: governo dos reis espanhóis (1580-1640)*. Lisboa: Verbo, [1979]. v. 4.

SEWELL JR, William. **Logics of history: social theory and social transformation**. Chicago : The University of Chicago Press Ltda, 2005.

SILVA, Ligia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. 2ª Ed. Campinas : Ed. UNICAMP, 2008.

SILVA, Maria Beatriz (org.) [et. al.]. **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.;

_____. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP, 1984.

_____. **Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria e D. João V**. Lisboa: Editorial estampa, 1993.

SILVA, Nuno Espinosa Gomes da. **História do Direito Português**. Lisboa : Fundação Galouste Gulbenkian , 2002.

SILVA, Wilton C. L. Espelho de palavras: escritas de si, etnografia e ego-história. In: AVELAR, Alexandre de Sá;

SILVEIRA, Marco Antonio. **O universo do indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)**. São Paulo : Hucitec, 1997.

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil (1500-1820)**. (8ª. edição) São Paulo: Companhia editora nacional, 1978.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999;

SOARES, M. de S. **A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacazes, c. 1750-c. 1830**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009;

SOUSA, Avanete Pereira. Poder local e autonomia camarária no Antigo Regime: o Senado da Câmara da Bahia (século XVIII). In: **Modos de governar** REF;

SOUZA, Antonio Candido de Mello. **Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo : Livraria Duas Cidades, 1975.

SOUZA, George F. Cabral de. **Elites e exercício de poder no Brasil Colonial: a Câmara Municipal do Recife, 1710-1822**. Recife: Ed. UFPE, 2015.

SOUZA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1.

_____. Política e administração colonial: problemas e perspectivas. In: SOUZA, L., FURTADO, J.; BICALHO, M. (Orgs.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro : Graal, 2004.

_____. **O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo : Cia. Das Letras, 2006.

_____. Famílias de sertanistas: expansão territorial e riqueza familiar em Minas. In: Nizza da Silva, Maria Beatriz. **Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

STANCZYK FILHO, Milton. **À luz do cabedal: acumular e transmitir bens nos sertões de Curitiba (1695-1805)**. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

_____. Acumular relacionamentos, transmitir saberes: família e poder camarário como trajetória de mobilidade social na Vila de Curitiba (1690-1790). In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti, (Org.). **Dimensões da política na historiografia**. Campinas : Pontes Editores, 2008. p. 177-201.

_____. Afortunados e desafortunados: mecanismos de acumulação de cabedal simbólico e material nos sertões curitibanos do setecentos. In: SALES, Jean Rodrigues; FREITAG, Liliane; STANCZYK FILHO, Milton (Orgs.). **Região: espaço, linguagem e poder**. São Paulo : Alameda, 2010. Pp.203-218.

_____. Garantias *post-mortem* numa sociedade relacional setecentista: os desígnios testamentários. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (Org.). **Do político e suas interpretações**. Campinas : Pontes Editores, 2009.

_____. Peças jurídicas e a prática da transmissão de bens: testamentos, auto de contas e inventários *post-mortem* dos moradores dos sertões de Curitiba (1695-1805). In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti; FERREIRA, Ricardo Alexandre *Et al.* **Leituras do passado**. Campinas: Pontes Editores, 2009

SVARÇA, Décio. **O forjador**: ruínas de um mito. Romário Martins, 1893-1944. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

Theo Engelen (2002). Labour Strategies of Families: A Critical Assessment of an Appealing Concept. **International Review of Social History** (Impact Factor: 0.43). 11/2002; 47(03):453 - 464. DOI:10.1017/S0020859002000731;

TOMICH, Dale W. A Ordem do Tempo Histórico: a Longue Durée e a Micro-História. **Almanack**. Guarulhos, n.02, p.38-51, 2o semestre de 2011. P. 48

_____. **Pelo prisma da escravidão**: trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. P. 78.

TORRES LONDOÑO, Fernando. **A outra família**: concubinato, Igreja e escândalo na colônia. São Paulo: Loyola, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

VALLE, Marília Souza do. Nupcialidade e fecundidade das famílias da Lapa, 1770-1829. São Paulo: **Tese de Doutorado**, USP, 1983. Pp. 68-72.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: assistência à criança abandonada de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador, séculos XVII e XIX. Campinas: Papyrus, 1999.

_____. A Madrinha Ausente: condição feminina no Rio de Janeiro (1750-1800). In: COSTA, Iraci del Nero. **BRASIL**: História Econômica e Demográfica. São Paulo: IPE/USP, 1986.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: UnB, 1998. P.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil:** populações rurais do centro-sul. Belo Horizonte: Itatiaia/Niterói, 1987. A

VIAZZO, Pier Paolo; LYNCH, Katherine A. (2002). Anthropology, Family History, and the Concept of Strategy. **International Review of Social History**, 47, pp 423-452. doi:10.1017/S002085900200072X.

VIDIGAL, Luís. **O municipalismo em Portugal no século XVIII** – elementos para a caracterização da sociedade e instituições locais, no fim do “Antigo Regime”. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

VILARDAGA, José Carlos. **São Paulo na órbita do Império dos Filipes:** conexões castelhanas de uma vila na América portuguesa durante a União Ibérica (1580- 1640). 2010. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010;

VILAS-BOAS, Sergio. **Biografismo:** reflexões sobre as escritas da vida. São Paulo: Editora da Unesp , 2006. P.21.

VINCENT-BUFFAULD, Anne. **Da amizade:** uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

VOVELLE, Michel. A História dos Homens no Espelho da Morte. In: BRAET, Herman & VERBEKE, Werner (eds.). **A morte na Idade Média**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo , 1996.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José. **Direito e justiça no Brasil colonial:** O tribunal da relação do Rio De Janeiro. (1751-1808) Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. O funcionário colonial entre a sociedade e o Rei. In: DEL PRIORE, Mary. **Revisão do Paraíso:** os brasileiros e o estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro : Campus , 2000. pp. 139-159.

_____. **Direito e Justiça no Brasil Colonial:** o tribunal da relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro : Renovar, 2004.

_____. **Formação do Brasil Colonial.** Rio de Janeiro : Nova Fronteira , 1994.

WOORTMAN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres:** colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo-Brasília: Hucitec-Edunb, 1995;

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: . MATTOSO, José. (Dir.). **História de Portugal.** Vol 4. O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

